

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Felipe Iraldo de Oliveira Biasoli

**O Experimentalismo Institucional de Roberto Mangabeira Unger em Prol da Amazônia:
Análise dos Casos do Acre e de Rondônia**

Niterói
2018

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Felipe Iraldo de Oliveira Biasoli

**O Experimentalismo Institucional de Roberto Mangabeira Unger em Prol da Amazônia:
Análise dos Casos do Acre e de Rondônia**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense como requisito para a obtenção do Título de Doutor em Ciência Política.

Orientador: Professor Doutor Carlos Sávio Gomes Teixeira.

Niterói
2018

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG

B576e Biasoli, Felipe Iraldo de Oliveira
O Experimentalismo Institucional de Roberto Mangabeira Unger
em prol da Amazônia: Análise dos Casos do Acre e de
Rondônia / Felipe Iraldo de Oliveira Biasoli ; Carlos Sávio
Gomes Teixeira, orientador. Niterói, 2018.
244 f.

Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói,
2018.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGCP.2018.d.12594489751>

1. Amazônia Legal. 2. Unger, Roberto Mangabeira. 3.
Política Pública. 4. Produção intelectual. I. Título II.
Teixeira, Carlos Sávio Gomes, orientador. III. Universidade
Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia.

CDD -

Bibliotecária responsável: Angela Albuquerque de Insfrán - CRB7/2318



ATA DE DEFESA DE TESE

Aos quatorze dias do mês de junho de dois mil e dezoito, às quatorze horas, na sala quinhentos e dez do bloco O, do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, reuniu-se a Comissão Examinadora designada para arguir a Tese de Doutorado em Ciência Política de **FELIPE IRALDO DE OLIVEIRA BIASOLI**, sob o título “**O Experimentalismo Institucional de Roberto Mangabeira Unger em Prol da Amazônia: Análise dos Casos do Acre e de Rondônia**”, sendo a referida Comissão constituída pelos(as) Professores(as) Doutores(as): titulares: Carlos Sávio Gomes Teixeira (UFF), Eduardo Rodrigues Gomes (UFF), Wanderley Messias da Costa (USP), Mércio Pereira Gomes (UFRJ) e Daniel Barcelos Vargas (FGV); suplentes: Selene Herculano (UFF) e Rebecca Abers (UnB).

A banca examinadora, em sessão secreta, deliberou pela:

Aprovação.

Reprovação.

Aprovação com restrições:

A COMISSÃO EXAMINADORA INDICOU A TESE PARA PUBLICAÇÃO, TENDO EM VISTA A QUALIDADE DA PESQUISA E DA ESCRITA.

do candidato.

Niterói, 14 de junho de 2018.

Prof. Dr. Carlos Sávio Gomes Teixeira (UFF)

Orientador

CPF: 026.323.867-99

Prof. Dr. Eduardo Rodrigues Gomes (UFF)

CPF: 112.210.706-49

Prof. Dr. Wanderley Messias da Costa (UFF)

CPF: 000.816.388-09

Prof. Dr. Mércio Pereira Gomes (UFRJ)

CPF: 047.709.272-15

Prof. Dr. Daniel Barcelos Vargas (FGV)

CPF: 704.753.341-91

Aos amazônidas comuns;

Ao futuro.

AGRADECIMENTOS

Os últimos quatro anos conformaram período especialmente tumultuado. Não apenas para o país, mas também pessoalmente. Entretanto, drummondianamente superadas as pedras no meio do caminho, finalmente toco objetivo longamente almejado: uma tese de doutorado, produzida por mistura de esperança na democracia e nos amazônidas comuns, mas também fruto de determinação, disciplina, suor e amor. Este período de pesquisa transformou-me ao fazer despertar-me para um Brasil desconhecido, decididamente grafado com S, e não com o Z daqueles que preferem olhar para o exterior em vez de solidarizarem-se com as agruras de seus iguais. Conheci os rincões mais distantes e ouvi a voz dos brasileiros esquecidos. Dentre tantas paragens, guardadas eternamente na memória ficarão os diálogos com os indígenas na bela praia de Copacabana de São Gabriel da Cachoeira, - a mais indígena das cidades brasileiras - a dolorosa e infamante situação de trabalho infantil à beira da estrada-de-ferro Carajás, as expressões confusas, mas cheias de esperança de haitianos, senegaleses e sírios recém-chegados ao Acre e desejosos de outra chance para recomeçar vidas marcadas pela fuga das relações de degradação e aviltamento pessoal em seus países de origem. Esta obra é síntese destas e de tantas outras experiências. Ao concluí-la, ofereço-a afetuosamente a estes anônimos que, inconscientemente, marcam a minha trajetória de modo indelével.

A conclusão deste trabalho não teria sido possível sem o apoio decisivo da minha mãe Viviane, dos meus avós Tereza e José, dos meus tios Daniel e Danielle e do meu priminho Gabriel, a quem eu tantas vezes explicava as ‘coisas da floresta’.

Igualmente agradeço aos queridos docentes do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense, dos quais devo citar o Carlos Sávio Gomes Teixeira, orientador e amigo desde o meu ingresso no mestrado do PPGCP, o Cesar Kiraly, com o qual eu e outros discentes aventuramo-nos a organizar o IV Fórum Brasileiro de Ciência Política e o Jessé de Souza, com o qual pude participar de pesquisas durante o doutorado. Não poderia deixar de mencionar os professores Carlos Henrique Aguiar Serra e Claudio de Farias Augusto. Aos professores Eduardo Gomes (UFF), Selene Herculano (UFF), Wanderley Messias da Costa (USP), Mércio Pereira Gomes (UFRJ) e Daniel Vargas (FGV-RJ) por suas contribuições e incentivos à reflexão.

Dentre os docentes que influenciaram-me intelectualmente a partir da graduação em Gestão de Políticas Públicas, na Universidade de São Paulo, e motivaram-me a seguir o percurso escolhido, sou grato ao Wagner Tadeu Iglecias, ao Wagner Pralon Mancuso, à Cristiane Kerches, ao José Carlos Vaz e ao Marcelo Nerling.

Sou grato a todos os que colaboraram com o desenrolar exitoso da pesquisa: Vag-Lan Borges, Alberto Lourenço, Zilene Rabelo, Cira Moura, Eliezer de Oliveira, Ester Dourado Silva, Ari Ott, Wanderley Bastos, Alexandre Tostes, Cleisa Cartaxo, Fernanda Lopes da Fonseca, Eduardo Oestreicher, Sandra Almeida e Fiorelo Picoli. Igualmente direciono minha reverência aos lutadores do essencial Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), especialmente os do assentamento de Palmares I e II, em Parauapebas (PA), onde fui recebido e muito bem acomodado.

Agradeço também aos amigos e confidentes com os quais dividi angústias, medos, expectativas e vitórias durante o processo de execução da tese: Tamara Crantschaninov, Marcio Moraes, Evelise Barboza, Bleno Caleb, Vinicius Felix, Tamires Alves, Marcelo Mol, Gustavo Cravo, Pedro Mara, Marcel Albuquerque, Tamiris Gerolimich, Thais Ferreira Rodrigues, Úrsula Passos, Osório Vilela, Luis Mallet, Leandro Ferreira, Caroline Caldas, Daniel Mano, Daniel Felismino, Hugo Arruda e Sergio Pulice.

Por fim, agradeço à CAPES que, a despeito do processo de desmonte acelerado e irresponsável do sistema nacional de pesquisa e inovação ocorrido nos últimos anos em nome do ajuste fiscal, auxiliou-me financeiramente.

Amazônia Real

Amazônia,
Abre-alas de um país chamado Brasil.
Guardas em tuas artérias
O vigor das batalhas de teus protetores,
Guerreiros e guerreiras de sangue e de
causa.

És imenso labirinto mítico.
Teu enredo emana
Do chiado dos rios,
Do vento nas folhas,
Da língua-pátria dos animais.

Mas contra o trinar da serra clandestina,
Contra o roubo a céu aberto de minérios,
Contra grilagem, fraudes, corrupção e
morte
Quem se levanta?
Quem se levanta
Contra a exploração predatória dos
seringais?

Quem te faz resistir à travessia dos tempos?
Quem prospera tua natividade,
Defende tuas riquezas
Sem renunciar às esperanças
De um futuro não predatório?
Quem suporta teus dias de revés?
Teu temperamento às vezes insalubre?

Quilombolas, seringueiros,
Índios, caboclos, ribeirinhos,
Lavradores, pescadores,
Sulistas, portugueses, nordestinos,
Judeus, japoneses,
Italianos, libaneses,
Mulheres e crianças,
No coração da floresta
Ou à beira do caminho.
Todos cumprem a sina
Da eterna vigília.

Ao mundo declaro:

Amazônia,

Não és "terra de ninguém".

És povoada até a alma pela coragem
daqueles que lutam,

Vivem e espalham em tuas entranhas
Sementes de esperança e resistência
Para que sejas sempre

Amazônia,

Abre-alas de um país chamado Brasil.

(Viviane Castelleoni)

RESUMO

Esta tese tem como objeto o modelo de desenvolvimento da Amazônia brasileira. De modo mais específico, seleciona os estados do Acre e de Rondônia, ambos localizados nas franjas da Amazônia Ocidental brasileira, e busca responder ao seguinte questionamento: sob a perspectiva teórico-epistemológica de Roberto Mangabeira Unger, de que maneira cada um deles responde as demandas por democratização das oportunidades diante do imperativo da construção de novo paradigma de desenvolvimento, calcado em amplas preocupações com o meio ambiente? A hipótese mais geral é a de que a região Amazônica não viu nascer paradigma de desenvolvimento articulado regionalmente e aos interesses dos amazônidas comuns. Do ponto de vista específico, Acre e Rondônia passaram por fenômenos sócio-políticos e econômicos impactantes nas últimas três décadas, mas que não foram capazes de levar às últimas consequências um projeto transformador em suas sociedades. O experimentalismo institucional de Unger, entretanto, aponta para as possibilidades mais claras e imediatas de criação de projeto transformador em ambos os estados ao insistir, dentre outras medidas, no método da discussão programática e da imaginação institucional. O papel de Unger, a identificar os impasses atuais e os caminhos futuros da Amazônia, faz com que ele se transforme em autor fundamental para a discussão sobre a região.

Palavras-Chave: Amazônia. Roberto Mangabeira Unger. Experimentalismo Institucional. Rondônia. Acre. Políticas Públicas. Teoria Social.

ABSTRACT

This dissertation aims to discuss the development model of the Brazilian Amazon. In a more specific way, it selects the states of Acre and Rondonia, both located on the edge of the Brazilian Western Amazon, and seeks to answer the following question: under the theoretical-epistemological perspective of Roberto Mangabeira Unger, how does each of them react to the demands for democratization of opportunities in face of the imperative of building a new development paradigm, based on broad environmental concerns? The general hypothesis is that the Amazon region has not explored a regionally articulated development paradigm in favor of the interests of the common Amazonian people. In a specific point of view, Acre and Rondonia have experienced social, political and economic phenomena of great impact in the last three decades, but they were unable to carry out a transformative project in their societies. Unger's institutional experimentalism, however, points to a clearer and more immediate possibilities of creating a transformative project in both states by insisting, among other measures, in the programmatic discussion method and the institutional imagination. Unger's role, in identifying the current deadlocks and future paths of the Amazon, makes him a fundamental author for the discussion of the region.

Keywords: Amazon. Roberto Mangabeira Unger. Institutional Experimentalism. Rondonia. Acre. Public Policy. Social Theory.

RESUMEN

Esta disertación tiene como objeto el modelo de desarrollo de la Amazonía brasileña. De modo más específico, elige los estados de Acre y de Rondonia, ambos ubicados en los bordes de la Amazonía Occidental brasileña, y busca contestar la siguiente cuestión: bajo la perspectiva teórico-epistemológica de Roberto Mangabeira Unger, ¿de qué modo cada uno de ellos reacciona a las demandas por democratización de las oportunidades ante el imperativo de la construcción de nuevo paradigma de desarrollo, basado en amplias preocupaciones con el medio ambiente? La hipótesis más general es la de que la región amazónica no ha explorado paradigma de desarrollo regionalmente articulado ni tampoco en favor de los intereses de los amazónidas comunes. Desde un punto de vista específico, Acre y Rondonia vivieron fenómenos sociales, políticos y económicos de gran impacto en las últimas tres décadas, pero no fueron capaces de llevar adelante un proyecto transformador en sus sociedades. El experimentalismo institucional de Unger, sin embargo, apunta a las posibilidades más claras e inmediatas de creación de proyecto transformador en ambos estados al insistir, entre otras medidas, en el método de la discusión programática y de la imaginación institucional. El rol de Unger, a identificar los dilemas actuales y los caminos futuros de la Amazonía, lo convierte en autor fundamental para la discusión de la región.

Palabras Clave: Amazonía. Roberto Mangabeira Unger. Experimentalismo Institucional. Rondonia. Acre. Políticas Públicas. Teoría Social.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Amazônia Legal	3
Figura 2 – Unidades de Conservação, Terras Indígenas e Áreas Desmatadas – 2009.....	20
Figura 3 – Macrozoneamento Ecológico Econômico da Amazônia Legal.....	35
Figura 4 – Macrozoneamento Ecológico-Econômico – Área de Ordenamento e Consolidação do Polo Logístico de Integração com o Pacífico	167
Figura 5 –Contenção das Frentes de Expansão com Áreas Protegidas e Usos Alternativos.....	169
Figura 6 – Defesa do Coração Florestal com Base nas Atividades Produtivas	170
Figura 7 – Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre – Zona 1: Consolidação de Sistemas de Produção Sustentáveis.....	177
Figura 8 – Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre – Zona 2: Uso Sustentável dos Recursos Naturais e Proteção Ambiental	177
Figura 9 - Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre – Zona 3: Áreas Prioritárias para o Ordenamento Territorial.....	178
Figura 10 - Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre – Zona 4 – Cidades do Acre	178
Figura 11 – Terras Indígenas, Unidades de Conservação Federais e Estaduais e Áreas de Quilombolas em Rondônia – 2015	215
Figura 12 – Áreas Antropizadas e Unidades de Conservação e Terras Indígenas em Rondônia – 2015.....	216

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1 – Número de Pesquisadores por Origem Geográfica da Instituição de Pesquisa.....	57
Tabela 1 – Origem Geográfica das Instituições de Pesquisa Envolvidas.....	58
Tabela 2 – Projetos pioneiros de colonização em Rondônia em meados dos anos 70	204
Tabela 3 - Distribuição Fundiária do Território de Rondônia em 2007	211

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

AERFA - Agência Executiva de Regularização Fundiária da Amazônia

AIMEX – Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira do Estado do Pará

AMOPREBE - Associação de Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes

BASA – Banco da Amazônia S.A.

BM – Banco Mundial

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BRICS – Organização multilateral da qual são membros Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

CAR – Cadastro Ambiental Rural

CBA – Centro de Biotecnologia da Amazônia

CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

CERFLOR – Programa Brasileiro de Certificação Florestal

CI – *Conservation International*

CIA – *Central Intelligence Agency*

CIAM – *Consejo Interregional Amazónico*

CooperAcre – Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre

CooperIaco - Cooperativa Agroextrativista do Vale do Iaco

EMATER/RO - Entidade Autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EUA – Estados Unidos da América

FabLab – *Fabrication Laboratory*

FAO – *Food and Agriculture Organization*

FAPAC – Fundação de Amparo à Pesquisa do Acre

FAPERO – Fundação de Amparo à Pesquisa de Rondônia

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FINAM – Fundo de Investimentos da Amazônia

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz

FIP - Fundo de Investimento em Participações Florestais

FNO – Fundo Constitucional do Norte

FPA – Frente Popular

FPE – Fundo de Participação dos Estados

FPM – Fundo de Participação dos Municípios

FSC – *Forest Stewardship Council*

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

IAP – Ilhas de Alta Produtividade

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBC/GERCA - Instituto Brasileiro do Café/Grupo Executivo de Recuperação Econômica da Cafeicultura

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Ideb - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDEFLOR – Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IEA – *International Energy Agency*

IMAC – Instituto de Meio Ambiente do Acre

IMAFLORA – Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola

IMAZON – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INM – Instituto Nacional do Mate

INP – Instituto Nacional do Pinho

INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

ISA - Programa de Incentivos por Serviços Ambientais

ITERACRE - Instituto Estadual de Terras do Acre

ITTO – *International Tropical Timber Organization*

LGFP – Lei Geral de Florestas Públicas

LSE – *London School of Economics*

MacroZEE – Macrozoneamento Ecológico-Econômico

MAP – Iniciativa internacional Madre de Dios, Acre, Pando

MIT – *Massachusetts Institute of Technology*

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra

ONG – Organização Não-Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PA – Projetos de Assentamento

PAD - Projeto de Assentamento Dirigido

PAR – Projeto de Assentamento Rápido

PAS – Plano Amazônia Sustentável

PDC - Plano de Desenvolvimento Comunitário

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PETROBRAS – Petróleo Brasileiro S.A.

PIB – Produto Interno Bruto

PIC - Projetos Integrados de Colonização

PIN– Plano de Integração Nacional

Planaflo - Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

Polamazônia - Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

PoloCentro - Programa de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste

PoloNordeste - Programa Integrado de Desenvolvimento do Nordeste do Brasil

Plano ABC – Plano de Agricultura de Baixo Carbono

PPCDAm - Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal

PRA – Programa de Regularização Ambiental

PROACRE - Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do Acre

PRODECER – Programa Nipo-Brasileiro de Cooperação para o Desenvolvimento Agrícola da Região do Cerrado

PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agro-indústria do Norte e do Nordeste

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável

REDD – *Reducing Emissions from Deforestation and Forest Degradation*

RESEX – Reserva Extrativista

SAE – Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos

SAVA – Superintendência para o Abastecimento do Vale da Amazônia

SciELO – *Scientific Electronic Library Online*

SEMTA – Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia

SFB – Serviço Florestal Brasileiro

SISA - Sistema Estadual de Incentivos e Serviços Ambientais

SNAAP – Serviço de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus

TNC – *The Nature Conservancy*

UC – Unidade de Conservação

UE – União Europeia

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

UFC – Universidade Federal do Ceará

UFG – Universidade Federal de Goiás

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNESCO – *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*

UniCamp – Universidade de Campinas

UNICEF – *United Nations Children's Fund*

UNIR – Universidade Federal de Rondônia

UNIVAP – Universidade do Vale do Paraíba

UP – Universidade Positivo

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USP – Universidade de São Paulo

VBPR – Valor Bruto da Produção Rural

WoK – *Web of Knowledge*

WWF – *World Wide Fund for Nature*

ZDES - Zonas de Desenvolvimento Extrativista Sustentável

ZEE - Zoneamento Ecológico-Econômico

ZFM – Zona Franca de Manaus

ZPE - Zonas de Processamento de Exportações

SUMÁRIO

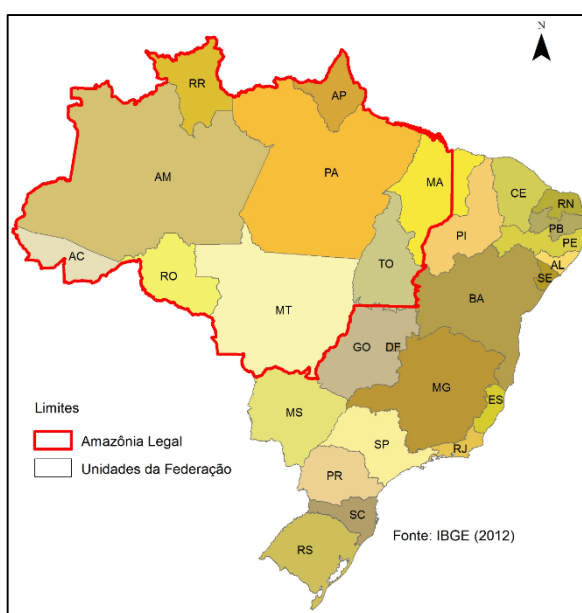
INTRODUÇÃO: UM NÓ GÓRDIO A DESATAR.....	3
DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL: CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	19
1. O DEBATE AMBIENTAL, O CAPITALISMO E A ABORDAGEM DE ROBERTO MANGABEIRA UNGER	37
1.1. O DEBATE INTERNACIONAL SOBRE O MEIO AMBIENTE	38
1.2. O MOVIMENTO AMBIENTAL E AS ESTRUTURAS EM UNGER.....	46
1.3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
2. DISCUSSÃO DOS TRABALHOS SOBRE A AMAZÔNIA PUBLICADOS ENTRE 2011 E 2016	55
2.1. PROBLEMAS FUNDIÁRIOS E DESMATAMENTO.....	59
2.2. DESENVOLVIMENTO LOCAL	71
2.3. INOVAÇÕES TECNOAMBIENTAIS.....	74
2.4. PAN-AMAZÔNIA, COLONIZAÇÃO E GLOBALIZAÇÃO	80
2.5. PLANEJAMENTO.....	90
2.6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
3. ROBERTO MANGABEIRA UNGER: SUPERAÇÃO DA DITADURA DA FALTA DE ALTERNATIVAS E DIREÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COM CONTEÚDO INSTITUCIONAL.....	99
3.1. A POLÍTICA E O PENSAMENTO SOCIAL UNGERIANO.....	101
3.1.1. A POLÍTICA REVOLUCIONÁRIA E A POLÍTICA DA ADMINISTRAÇÃO DE CONFLITOS	104
3.1.2. A POLÍTICA TRANSFORMADORA	107
3.2. A CONSTRUÇÃO INSTITUCIONAL.....	112
3.2.1. A DESCENTRALIZAÇÃO PRODUTIVA EXPERIMENTALISTA	121
3.2.2. O EXPERIMENTALISMO CHINÊS	126
3.3. O BRASIL E A AMAZÔNIA	128
3.4. O AGENTE: PRAGMATISMO E TRANSFORMAÇÃO PROMETEICA.....	141
3.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
4. DA MARGEM DA HISTÓRIA AO CENTRO DO DEBATE NACIONAL.....	151
4.1. DINÂMICAS GERAIS DE PROJETO RADICAL EXPERIMENTALISTA.....	151

4.2. MÉTODO COMUM AO ACRE E A RONDÔNIA	166
4.3. ACRE: O CONTEXTO.....	174
4.3.1. LIMITAÇÕES DO EXTRATIVISMO TRADICIONAL	180
4.3.2. NATUREZA DO IMPASSE NO ACRE E CAMINHOS PARA A SUA RESOLUÇÃO: PRESENTE E FUTURO.....	184
4.3.2.1. ACRE COMO EXEMPLO MÁXIMO DA ESTRATÉGIA PARA A AMAZÔNIA COM FLORESTA	189
4.4. RONDÔNIA: O CONTEXTO	198
4.4.1. LIMITAÇÕES DO PROJETO DE COLONIZAÇÃO	206
4.4.2. NATUREZA DO IMPASSE EM RONDÔNIA E CAMINHOS PARA A SUA RESOLUÇÃO: PRESENTE E FUTURO.....	213
4.4.2.1. RONDÔNIA COMO EXEMPLO MÁXIMO DA ESTRATÉGIA PARA A AMAZÔNIA SEM FLORESTA	217
4.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	223
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	229
5.1. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS AUDIOVISUAIS	244

INTRODUÇÃO: UM NÓ GÓRDIO A DESATAR

Diante de toda a sua multiplicidade, a tarefa de caracterizar a Amazônia brasileira é sempre demasiadamente penosa. Mas há algumas informações essenciais presentes em qualquer debate sobre a região. A Amazônia Legal¹ (criada pela Lei 5.173/66) incorpora cerca de 60% do território brasileiro ao acolher os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia, Roraima, Pará, Tocantins e Mato Grosso, além de cerca de metade do território do Maranhão (toda a área localizada a oeste do meridiano 44), o que resulta em 63% de toda a Amazônia Sul-Americana. Localiza-se numa posição estratégica, entre o Centro-Sul brasileiro e os EUA e a Europa. A floresta localizada na região é reconhecidamente abundante em sua flora, fauna e recursos minerais, ainda que os detalhes desta diversidade sejam, ainda hoje, insuficientemente conhecidos.

Figura 1 – Amazônia Legal



Fonte: EMBRAPA *apud* IBGE (2012).

¹ A abrangência da Amazônia Legal já traz alguns impasses iniciais, já que inclui não apenas áreas cobertas somente pela floresta propriamente dita, mas também grandes áreas de Cerrado, localizadas no Mato Grosso e no sul do Maranhão, ou áreas de Campos Gerais, como em boa parte de Roraima.

Estima-se a sua população em cerca de 25 milhões de pessoas², número superior à população total de alguns países vizinhos, como a Bolívia, o Suriname, a Guiana e o Equador. Este último, mesmo sem dividir fronteiras com o Brasil, compartilha parte da floresta. Entretanto, por conta da sua extensa área, a densidade demográfica é uma das menores do mundo, além de ser bastante desigual e concentrada nas cidades - notadamente em Belém e Manaus, ainda que em forte processo de desconcentração em direção às cidades médias. Becker (FARIA, 2012) chama a atenção ao fato de essa ser uma floresta urbanizada, dada a sua alta taxa de urbanização. As concentrações populacionais no coração da floresta se dão, na maior parte das vezes, ao longo do curso dos rios, que servem também como via de transporte. Já nas áreas onde a intervenção humana foi mais sentida, as vias de transporte rodoviário exercem papel *sine qua non* em termos de atração de fluxos de mercadorias, serviços e pessoas, em que pese a dificuldade de aprofundamento de integração física intra-regional. Parte importante das atividades econômicas estão concentradas no setor de serviços, ora associado a relevante dinâmica industrial, caso da Zona Franca de Manaus e da indústria siderúrgica alinhada com a produção mineradora. Espacialmente, a região divide-se entre Amazônia Ocidental (conformada pelos estados do Amazonas e Roraima, bem como o Acre e Rondônia - objetos de estudo desta pesquisa) e a Amazônia Oriental, formada pelos outros estados da Amazônia Legal³.

² Este dado é apresentado em página do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, responsável por realizar as projeções populacionais. Logo, não é informação derivada diretamente dos Censos, mas uma projeção feita para 2017 a partir dos dados coletados no Censo de 2010. Para mais informações: <<http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>.

³ Cabe reforçar no leitor a concepção de que a Amazônia Legal, apesar de constituir-se em unidade jurídica, não é território homogêneo e guarda diferenças marcantes sob vários pontos de vista. A vegetação da floresta amazônica no Amazonas e no Sudeste do Pará, por exemplo, são diferentes. O mesmo ocorre com os tipos de solo, com a geologia, com a topografia e com outras características da sua geografia física. Do ponto de vista da geografia humana é possível notar as diferenças entre o mundo urbano em metrópoles como Manaus e Belém e o mundo rural nos garimpos do interior de Rondônia, que também se difere do mundo rural em cidades acessíveis apenas de barco no interior do Acre ou de cidades ricas marcadas pelo cultivo da soja ao longo da BR-163 no chamado Nortão do Mato Grosso (casos de Lucas do Rio Verde, Sorriso e Sinop). A origem dos habitantes de cada uma dessas regiões da Amazônia Legal é outra distinção que se pode notar: ora caboclos e indígenas há tempos habitando a região, ora sulistas ou nordestinos buscando uma vida melhor, ora comunidades de descendentes de japoneses, judeus, libaneses, italianos e portugueses. Do ponto de vista do desenvolvimento regional a SUDAM e a SUFRAMA dividem tacitamente sua capacidade de influência e seus investimentos respectivamente na Amazônia Oriental e na Amazônia Ocidental + Amapá. Estas são apenas algumas das diversas Amazônias encontradas no interior da Amazônia Legal, cuja consequência é a ocorrência de formas distintas de relações de poder entre o Estado e a sociedade civil. Por fim, cabe pontuar que a baixa capilaridade do sistema de transportes da região e o subdesenvolvimento em integração de modais também é fator que dificulta enormemente as trocas comerciais e culturais internas na região.

A despeito de seus riquíssimos recursos naturais e da vitalidade humana dos amazônidas a região possui, ao mesmo tempo, condições precárias de vida, serviços públicos, via de regra, de qualidade duvidosa e os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixos do país após os do Nordeste. Superada a lógica do “integrar para não entregar” tão cara aos militares do período ditatorial, a Amazônia carece de caminhos não mais para garantir a posse do território, mas para descobrir-se a si mesma, promover-se e sustentar-se com a floresta em pé.

Darcy Ribeiro certa feita classificara a região como “o maior desafio que o Brasil já enfrentou” (1996, p.304). O epíteto foi usado também pela Academia Brasileira de Ciências em 2008, quando tratou da Amazônia como “o maior desafio brasileiro do século XXI” (MELLO, 2015, p.93). De fato, a região é ampla em sua diversidade e o seu desenvolvimento é pleno de desafios, mas também de alternativas. Diante deste cenário, optou-se por selecionar os estados do Acre e de Rondônia, ambos localizados nas franjas da Amazônia Ocidental brasileira, e analisar: sob a perspectiva teórico-epistemológica de Roberto Mangabeira Unger, de que modo cada um deles responde as demandas por democratização das oportunidades diante do imperativo da construção de novo paradigma de desenvolvimento? Com o ímpeto de discutir este tema a tese quer esgrimir o modelo de desenvolvimento concretizado na Amazônia brasileira, por meio do detalhamento de dois distintos modos de construção institucional, presentes nos estados de Rondônia e do Acre. As suas possibilidades de transformação serão analisadas sob o enfoque da teoria social de Mangabeira Unger a partir da ideia fundamental de revisão permanente das instituições.

Parte-se da premissa segundo a qual o Estado brasileiro, ao desconsiderar a importância da reprodução das desigualdades sociais⁴ e da biodiversidade florestal e genética presente na Amazônia, procedeu a reprodução de instituições, de modelo de desenvolvimento e de ocupação territorial predatório, no qual a floresta é vista como obstáculo e imenso armazém de matérias-primas voltadas ao favorecimento das regiões mais consolidadas, especialmente o Centro-Sul. Paralelamente, a elite oligárquica local, cujo poder estrutura-se pelo domínio da

⁴ Mangabeira Unger (2010a), em seminário realizado pela Fundação Getúlio Vargas, sob o título “Amazônia: Desafios para um projeto inclusivo e sustentável” elenca o caos fundiário da Amazônia como o maior problema da Amazônia. O caos fundiário é problema real de grande escala. É derivado de processo de integração da região cuja pedra de toque consistiu no desatino de desconsiderar a reprodução das desigualdades sociais e a riqueza presente na sua biodiversidade. Por conta de opções políticas, priorizou-se a repartição das riquezas entre o grande capital e viabilizou-se por meio de estratégias predatórias e organizadas segundo interesses externos à região.

propriedade fundiária, também obstaculizou processo de ampliação de oportunidades (EMMI ET.AL., 1996; EMMI, 1988).

Ocorre, portanto, um processo de integração cujo sustentáculo associa submissão institucionalizada da Amazônia aos interesses externos da região com domínio oligárquico e antipopular por parte das elites locais. Armando Mendes, portador de contribuições fundamentais no pensar sobre a Amazônia, já se preocupava, há mais de 40 anos, com a redução do intercâmbio cultural entre as regiões amazônicas:

A consciência política de suas duas metades não possui mais nada em comum e as próprias instituições, ainda que subordinadas ao mesmo poder, passam rapidamente de um processo cooperante para outro concorrente – como se torna cada vez mais claro, por exemplo, entre SUDAM e SUFRAMA (MENDES, 1974, p.62).

Esta transformação teria se dado por conta de políticas públicas distintas para a Amazônia Ocidental e Oriental e a preferência de integrá-las não entre si, mas ao Centro-Sul do país e, com menos ênfase, ao Nordeste (notavelmente por conta da criação da Rodovia Transamazônica)⁵. Seria este um processo de integração baseado em espécie de semi-colonialismo interno?

O Dicionário de Política (BOBBIO ET.AL., 1998) indica que uma das características do colonialismo não é apenas o domínio político de uma metrópole sobre as possessões, mas também o "domínio do mercado [...] internacional sobre países produtores de matérias-primas, privados de estruturas industriais integradas, dependentes financeira e tecnologicamente, e governados por classes políticas profundamente condicionadas pela estrutura da dependência econômica" (BOBBIO ET.AL., 1998, p.181). Bobbio agrega que a "herança do colonialismo são, pois, economias [...] destinadas à produção de mercadorias em série que, mais que atender às exigências de um mercado interno, satisfazem principalmente o mercado de exportação" (BOBBIO ET.AL., 1998, p.186). Nesse sentido boa parte da produção da Amazônia é exportada para fora da região amazônica em direção ao Centro-Sul brasileiro ou para o exterior (como é

⁵ Com base nas observações *in loco* e no estudo da bibliografia, nos parece que esta divergência intra-regional, antes de retroceder, tem aumentado. Para um morador de Belém parece mais fácil comprar ou vender produtos com o Centro-Sul do país do que com o Acre, por exemplo. Isso ocorre pelas facilidades de transporte (Rodovia Belém-Brasília) e também pelas dificuldades de transporte entre Belém e o Acre. Entretanto, o mesmo pode ser dito de um morador de Rio Branco, ao qual possivelmente lhe pareça mais simples escoar para ou comprar produtos do Centro-Sul do que da Amazônia Oriental. Isto ocorre porque a BR-364, cujo trecho inicial localiza-se no Acre e segue até o interior de São Paulo via Rondônia, Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais, facilita as trocas. Para além das dificuldades no fluxo de negócios e mercadorias, a bipartição entre as duas Amazônias impõe obstáculos para a circulação de ideias e culturas compartilhadas.

o caso da produção sojifera e de minérios). Parte importante das grandes empresas do Centro-Sul, além de mais de uma dezena de transnacionais possuem fábricas na Zona Franca de Manaus, cuja maior parte da produção é voltada para o mercado interno fora da Amazônia. Assim como a ZFM, boa parte da produção madeireira, tanto legal quanto ilegal, e da pecuária extensiva são voltadas ao mercado interno não-amazônico. Por fim, a produção de soja no Mato Grosso e a extração de minério de ferro nas minas de Carajás, no sudeste do Pará, representam parte importante do saldo comercial da balança comercial brasileira, muito embora a maior parcela dos benefícios desta poupança seja canalizada para a região Centro-Sul.

Ao contrário de Bobbio, consideramos que voltar-se para o mercado externo e tornar-se vigorosa base de exportação não é o problema em si, como nos mostram as experiências internacionais dos Tigres Asiáticos – particularmente de Taiwan, Coreia do Sul e Cingapura – nas últimas décadas, longe de serem exemplos de colônias de exportação. O problema coloca-se quando a dinâmica de trocas dissocia-se de projeto nacional/regional que considere investimentos em ciência e tecnologia baseados nas vantagens comparativas construídas localmente, ignore a capacidade estatal em disseminar práticas e tecnologias aos pequenos e médios negócios e perpetue relação desfavorável na divisão do trabalho, de forma a manter condição de marginalização socioeconômica destas regiões.

A hipótese central da tese funda-se na ideia de que os modelos de construção institucional do Acre e Rondônia carregam elementos experimentalistas, embora não tenham sido levados às últimas consequências em nenhum dos dois estados. Dois elementos experimentalistas destacam-se no Acre, majoritariamente a partir da década de 80: o primeiro deles foi a constituição de experiências de cooperação social e na produção econômica. O segundo deles foi a ação de agentes auto-identificados como transformadores que, ao lograrem reordenar as alianças sociais e políticas até então presentes no estado, foram exitosos em deter o avanço de modelo predatório de desenvolvimento, especialmente no corredor do Vale do Rio Acre. A ausência do ideário programático fez com que, embora as novas alianças oriundas da sociedade civil tenham possibilitado inclusive a eleição de governadores, não puderam realizar transformações institucionais profundas e, ademais, acabaram por render-se ao ideário da redistribuição marginal de bens e direitos em torno dos grupos que agora haviam se organizado. Entretanto, como veremos no Capítulo 4, é possível identificar duas fases marcadamente distintas desde a eleição de Jorge Viana, ocorrida em 1998, até a atualidade. A primeira fase, na qual houve a ênfase nas políticas extrativistas e em política ativa de intervenção estatal nas

atividades econômicas perpassou os governos de Jorge Viana (1999-2006) e Binho Marques (2006-2010). Já durante o mandato de Tião Viana (2011-2018) é possível identificar alterações, nas quais o mote centrou-se no caráter de coordenação entre Estado e mercado, associado ao recrudescimento da preocupação com o tema do pensamento programático se comparado aos mandatos de seus dois antecessores.

Em Rondônia, por sua vez, o elemento experimentalista principal abriga-se em torno do questionamento, por volta dos anos 70 e 80 em diante, da lógica de concentração fundiária em voga no Brasil, o que fundamentou a conformação de estrutura na qual os pequenos e médios produtores detêm, de fato, importância estratégica para o desenvolvimento estadual em aliança com o poder estatal. Beneficiados pelas terras férteis em Rondônia, muitos produtores experimentaram ascensão social, a despeito das dificuldades iniciais.

O fato de não terem levado o experimentalismo às últimas consequências é razão pela qual atualmente deparam-se com impasse em relação ao papel que poderão exercer dentro do federalismo brasileiro. Este impasse pode ser facilmente descrito: continuarão a ser estados marginalizados no federalismo brasileiro ou finalmente darão um salto e tornar-se-ão baluartes das inovações institucionais a ponto de que suas rebeldias possam representar uma direção transformadora para a Amazônia e um ponto de partida para a reinvenção do Brasil?

Acre e Rondônia promovem modelos de construção institucional - e, conseqüentemente, modelos de desenvolvimento – distintos entre si. Apesar das mudanças de ênfase nos últimos dois quadriênios, um dos modelos atribui função capital ao intento de construir modo de organização social em que a preservação da floresta seja o imperativo superior: é o caso do Acre e seu modelo de ‘florestania’ do período pós Chico Mendes. O outro modelo opera de acordo com o propósito de ampliar o acesso à terra aos pequenos e médios proprietários rurais: é Rondônia. Ambos os modelos possuem aspectos positivos e negativos, mas ambos representam também a vitalidade da imaginação determinada a produzir um ideário institucional distinto de modelo de desenvolvimento perverso presente em parte da Amazônia.

O espírito mobilizador destas transformações também carrega origens distintas em cada uma das duas unidades federativas, como veremos no Capítulo 4. São dois estados cujo processo de desenvolvimento incrementou-se em tempos recentes: Rondônia passou de território federal a estado apenas no início da década de 80 e o Acre na década de 60, muito embora a situação de isolamento geográfico deste tivesse imposto empecilhos ao seu

desenvolvimento após a mudança de *status* na federação. O período da ditadura militar contribuiu, ainda, para impor severas limitações ao exercício da autonomia federativa. Além disso, especialmente na região do Vale do Rio Acre, disseminou-se, até o final dos anos 80, modelo de ocupação feito pela pata do boi, a partir de então questionado pelo movimento ambientalista do qual Chico Mendes tornou-se um dos seus maiores líderes e símbolos.

*

A análise dos modelos de desenvolvimento pretendidos e produzidos pelos estados de Rondônia e do Acre foi tratada a partir dos pressupostos trazidos pela teoria social de Roberto Mangabeira Unger (1999; 2001a; 2001b; 2004a; 2004b; 2007; 2008a; 2014b), professor da Universidade de Harvard, que propõe, entre outras sugestões, a extensa e permanente abertura a revisão das instituições sociais por meio da reconstrução das alianças sociais e políticas de acordo com direção de aprofundamento democrático. Tratar os modelos de desenvolvimento significa buscar compreender a dimensão política na qual os interesses de determinados grupos sociais manifestam-se na organização estatal e das instituições públicas. Por essa razão convém aqui explicitar o sentido da democracia ungeriana:

A democracia tem de tornar-se mais do que o domínio de maioria política qualificada pelos direitos de minoria política [...]. Por meio da democracia, assim compreendida e organizada, descobrimos o novo e livramo-nos do peso morto do passado, transformando a memória em profecia. Para cumprir esta tarefa, as nossas instituições políticas devem ser redesenhadas para elevar o nível e expandir o escopo do engajamento popular organizado na vida política [...]. A oportunidade para a ação decisiva originária da cúpula do governo central deve ser combinada com instrumentos que permitam partes específicas do país e da sociedade optar por regras gerais e criar contra-modelos de futuro. Um poder deve ser fundado no governo e, em seguida, equipado, financiado e legitimado para salvar grupos oprimidos de circunstâncias de exclusão e desvantagem das quais sejam incapazes de escapar pelos instrumentos de ação coletiva disponíveis a eles. Nas instituições de democracia representativa devem coexistir, sem o enfraquecimento das salvaguardas da liberdade individual, práticas de democracia direta e participativa (UNGER, 2014b, p.43-44 – tradução nossa).

Mais do que o cumprimento procedimental schumpeteriano das normas democráticas, Unger compreende a democracia como um conceito multifacetado cujas consequências são expressas na descoberta ou redescoberta de novas formas de interação social mediadas por instituições estatais, do mercado, da sociedade civil e também por instituições tradicionalmente compreendidas como parte da esfera privada, tais como a escola ou o trabalho, além da própria vida familiar. Defende a noção de que as mudanças institucionais têm o condão de proporcionar a reorganização das estruturas de poder na sociedade e, portanto, são reordenadoras – ou mesmo

criadoras – das expectativas sobre a vida, de modo a ampliar as oportunidades de grupos sociais mais vulneráveis. Neste sentido, a ação é geradora da esperança, e não o seu contrário.

A teoria social de Unger possui viés anti-necessitário, voltada ao questionamento da noção de falta de alternativas institucionais. Propõe o rompimento com o que chama de ‘ditadura da falta de alternativas’ para a resolução dos problemas decorrentes dos ciclos de reforma e entrincheiramento tão característicos das democracias ocidentais do Atlântico Norte e frequentemente importados para outros países, dentre os quais o Brasil. Esses ciclos de reforma e entrincheiramento fazem com que os governos dessas democracias optem ou pela redistribuição marginal de bens e direitos ou por tentativas de gerar crescimento econômico por meio de concessões aos grupos organizados na sociedade. Quanto mais invulneráveis à crença das necessidades falsas da vida social, mais propensas a romper o cerco aos mecanismos de dependência, submissão e domínio hierárquico são as sociedades. Isso se dá porque, conforme os conflitos se intensificam, multiplicam-se as possibilidades de reorganização de alianças sociais capazes de promover a defesa da reconstrução das instituições.

Sua crítica é dirigida à noção de que as sociedades deveriam fatalmente caminhar para um mesmo conjunto ideal de melhores práticas institucionais, as quais teriam sido as únicas estruturas políticas e econômicas que poderiam conciliar certo progresso material com garantia de liberdades. As *débâcles* políticas (a queda dos regimes socialistas mundo afora) e econômicas (notadamente ocorridas nos países em desenvolvimento) da década de 90 fortaleceram as ideias do chamado Consenso de Washington, forjadas pelo neoliberalismo na esteira do processo de globalização das mercadorias, vendidas como única alternativa de economia política e de modelo de sociabilidade possíveis. A pretensão de existência de instituições universalmente eficientes, neutras e democráticas, por sua vez, bloqueou os debates sobre a imaginação institucional e o pensamento programático, negligenciando a possibilidade de construção de projetos políticos contendo alternativas institucionais e reforçando a ditadura da falta de alternativas. A mera reprodução desta estratégia de desenvolvimento no Brasil e, especialmente na Amazônia, tem sido responsável por uma série de equívocos que, ao final, acabam por renegar as particularidades e potencialidades únicas da região em ser *locus* de novo paradigma de desenvolvimento.

Embora não seja possível negar as contingências presentes nas sociedades, Unger argumenta que é possível torná-las razoavelmente abertas às contestações e revisões. O

experimentalismo institucional fortalece o projeto político da democracia sem estabelecer estruturas pré-definidas idealizadas, mas reorienta as práticas a partir das possibilidades de transformação mais imediatas, o que significa analisar as contradições de caráter potencialmente mudancistas de determinado contexto formador.

A política transformadora proposta por Unger estabelece uma direção, ao mesmo tempo em que quer distanciar a política do ideário das necessidades falsas e da ditadura da falta de alternativas, por meio do impulso transformador contínuo das instituições e do reordenamento das crenças rotineiras da vida prática (UNGER, 2004a, p. XXV). Com isto, romper as hierarquias sociais e, por fim, preservar o domínio do aparelho do Estado por parte de grupos de interesses particulares. Também busca combinar os interesses dos grupos organizados, minoritários nas democracias contemporâneas, com o engajamento político das massas desorganizadas numa democracia de alta energia, elevando o número de atores com influência no processo de tomada de decisão. Metodologicamente, o experimentalismo institucional ungeriano segue direção reformista, embora seus resultados possam ser revolucionários na medida em que semeia o robustecimento da cidadania e da realização das expectativas de vida plena dos indivíduos. Isso significa assumir que os indivíduos não desejam uma vida melhor em um futuro distante e idealizado. Ao contrário, desejam viver bem imediatamente, já que o correr do tempo biográfico é muito mais apressado do que o correr do tempo histórico.

A Amazônia é local onde o Brasil pode reencontrar-se consigo mesmo se conseguir produzir alternativas institucionais. Para cumprir esta tarefa deve lograr superar o que Unger nomeia de colonialismo mental, definido como “a disposição de interpretar nossa experiência e nossos futuros possíveis pelos olhos de ideias trazidas de outros países” (UNGER, 2018, p.6). Esta prática intelectual tão comum na história brasileira, causa sérios problemas objetivos no cotidiano das decisões políticas brasileiras. Ao buscar importar acriticamente as instituições e hábitos dos países hegemônicos para cá, rompe-se a “experiência coletiva e sua representação ou explicação. A experiência é vivida. A representação e a explicação são importadas” (UNGER, 2018, p.6). A condição interna de país extremamente desigual e postado em condição periférica no mundo, inclusive no mundo das ideias, torna o Brasil presa fácil aos apelos do colonialismo mental:

No império do colonialismo todos podem cantar desde que cantem acorrentados. A liga mais forte nas correntes é a menos tangível: as ideias que negam ou desmerecem quaisquer alternativas e nos mandam aguardar nossa vez num caminho estreito que outras nações já trilharam. O colonialismo mental é expressão de desesperança e

apologia de submissão. [...] A crítica ao colonialismo mental costuma oscilar entre dois equívocos perniciosos: o fatalismo e o moralismo. O fatalismo o atribui às origens do Brasil e à fraqueza de afirmação nacional que resultou da formação do país. O moralismo vê como falta de convicção e coragem na defesa da causa nacional: regime de Vichy permanente (UNGER, 2018, p.7).

A consequência do colonialismo mental vicejante em sociedade como a brasileira é a dificuldade de se pensar o país do ponto de vista programático, a partir das suas vantagens comparativas construídas.

Em suma, o resultado do ideário de Unger não trata de abstrações fantasiosas e distantes dos indivíduos mas, do ponto de vista programático, nos convida a pensar as instituições sob o viés da democratização das oportunidades: mais capacitação, mais educação, mais crédito, mais inovação para mais pessoas, de modo a direcionar a vitalidade anárquica presente na sociedade brasileira e, especialmente, na Amazônia.

Diante da preocupação mundial com o tema ambiental, a hipótese central desta tese se apresenta num contexto segundo o qual o Brasil se vê diante de oportunidade e necessidade de reinvenção das instituições estruturadoras de modelo de desenvolvimento excludente na Amazônia, podendo modificá-las de maneira a aprofundar as oportunidades sociais e econômicas da região sem devastar. Para lograr êxito nesta tarefa carece valorizar o aspecto da imaginação institucional construtiva e transformadora como alternativa à mera reprodução acrítica das instituições importadas ao Brasil. Dentre os aspectos mais importantes do pensamento de Roberto Mangabeira Unger localiza-se justamente a ênfase na imaginação institucional, na necessidade de construir e reconstruir as instituições de modo que elas não pareçam ‘roupa emprestada’, ou seja, que não funcionem como um processo de colonialismo das ideias oriundas dos países centrais que, transplantadas para regiões com características distintas, operem pela limitação do potencial transformador da sociedade local. Armando Mendes parece concordar com a importância da imaginação transformadora para a Amazônia, ao considerar que

seus problemas e desafios [da Amazônia] são [...] diferentes e solicitam soluções diferentes. É preciso imaginar essas soluções, ou seja, construí-las à imagem e semelhança dos desafios que a inspiram. Isto é o que nos leva a reclamar para o caso amazônico muito mais de imaginação do que de importação (MENDES, 1974, p. 101).

A imaginação institucional, ao trabalhar em favor das peculiaridades locais da Amazônia, permite lograr patamares mais elevados em termos de qualidade de vida, além de

possibilitar a construção de novo paradigma de desenvolvimento regional, associando estes dois fatores à responsabilidade pela manutenção da sustentabilidade ambiental.

Este debate tem potencial de colocar o país no papel de ator central na arena mundial e os estados amazônicos no papel de atores centrais na arena nacional, tendo a Amazônia Ocidental – a região onde a floresta se vê mais bem preservada atualmente – função vital na execução de projeto alternativo e experimentalista com essas características. A discussão colocada por esta tese contribui para esclarecer em que medida os estados de Rondônia e Acre rompem (e se realmente rompem) com os padrões históricos de ocupação da Amazônia definidos a partir das conjunturas de cada período.

Estes padrões históricos, que ganharam fôlego durante a ditadura militar, podem ser identificados, em primeiro lugar, no modelo visto no Pará, baseado em grandes propriedades de pecuária extensiva incentivados especialmente com recursos da SUDAM⁶. Embora não finalizada até hoje, o início dos trabalhos de construção da rodovia Transamazônica incentivou uma corrida pela terra para extração de madeira, de mineração ou agropecuária. Se, por um lado, a infra-estrutura foi modernizada, por outro lado fez-se comum que as terras localizadas próximas às estradas fossem reclamadas antes mesmo da inauguração dos trabalhos de construção viária (ONDETTI ET AL., 2010). Associado aos projetos de colonização da região financiados pelo governo federal, a região próxima à cidade de Marabá atraiu milhares de pessoas provenientes de outras regiões do país, especialmente para trabalhar nos projetos de mineração de Carajás e no garimpo⁷, além de transformá-la em área de fronteira agrícola para

⁶ Mendes (1974) faz crítica contundente às Superintendências de desenvolvimento regional. Segundo ele, elas podem sofrer de dois perigos, o da autarquia, no qual a agência se propõe a ser a única planejadora da área de atuação, como se fosse 'um país dentro do país'. O segundo perigo, o da mutilação, é o de que elas abram mão de suas funções, seja por fraqueza institucional, seja pelo maior poder dado aos órgãos centrais, de modo que as suas funções passam a ser exercidas por órgãos situados na capital, e não na região. De forma complementar, Mendes considera que as Superintendências devem ter uma atitude ativa, de modo a não se constituírem em meras 'porta-vozes dos legítimos interesses de suas respectivas áreas de atuação'. Um dos paradoxos destes órgãos é o fato de que "supor que os objetivos 'nacionais' (isto é, globais) correspondem sempre aos objetivos nacionais (isto é, de integração), é fazer ficção política. Quando as decisões são orientadas por indicadores que abstraem o espaço real sobre o qual se produzem os seus efeitos, pode-se ter como certo que estas tendem a consolidar as áreas desenvolvidas, no seu desenvolvimento, e as subdesenvolvidas no seu subdesenvolvimento" (MENDES, 1974, p.77).

⁷ O livro "Trabalhadores", de Sebastião Salgado (1996), traz um conjunto de fotografias a denunciar a precária situação de homens e mulheres lutando pela sobrevivência em atividades manuais. Em um dos capítulos ele capta os conflitos e dificuldades de toda ordem no garimpo de Serra Pelada, no Pará. O documentário "Serra Pelada: A lenda da montanha de ouro", dirigida por Victor Lopes trata do surgimento, crescimento e dos conflitos presentes na história do garimpo de Serra Pelada, o maior de todos os garimpos brasileiros, cuja exploração fora iniciada em 1979 e atraiu milhares de brasileiros nos anos 80. Ainda hoje há uma vila de garimpeiros próxima à

a pecuária. Estes legados cambiaram profundamente a região e, em particular, geraram conflitos, alguns dos quais se estendem até os dias de hoje.

Entre 1959 e 1963, cerca de 13,4 milhões de acres de terra devoluta foi parar em mãos privadas somente no estado do Pará (SANTOS, 1984), no que se configurou um processo de *enclosure* mais rápido e de dimensões muito maiores do que aquele visto na Inglaterra às vésperas da Revolução Industrial. Este processo ocorria das mais diversas formas, por meio de grilagem, ocupações, fraudes e, não raramente, envolvia conflitos violentos com derramamento de sangue.

O segundo padrão histórico na Amazônia, típico do Mato Grosso, contou com a colonização privada e foi extremamente intensa durante os governos militares. Esta estratégia era costurada pela fabricação de núcleos urbanos cuja função girava em torno do fornecimento da infra-estrutura necessária para a execução dos projetos do agronegócio. Às margens da BR-163, a ligar Cuiabá a Santarém, estão algumas dessas cidades fundadas por empresas ou por empresários oriundos do Sul e Sudeste do país. A cidade de Sorriso, maior produtora de soja do Brasil e sede de inúmeras multinacionais vinculadas ao agronegócio, é parte deste processo, embora sua data de fundação já seja o ano de 1986. A cidade de Alta Floresta, ao norte do Mato Grosso, também fora fundada pela colonização privada nos anos 70, a partir dos desejos do empresário paulista Ariosto de Riva. Por fim, Sinop é o exemplo mais marcante desta atividade, já que o nome da cidade origina-se da sigla pela qual era conhecida a empresa responsável pela colonização da região, a Sociedade Imobiliária do Noroeste do Paraná (SINOP). Lucas do Rio Verde, igualmente no eixo da BR-163, também nasceu como resultado do processo de colonização, mas dessa vez fomentado pelo INCRA. Aqui, os problemas fundiários⁸

mina. A associação de garimpeiros da localidade luta contra a instalação de máquinas e equipamentos de propriedade da Vale, que quer explorar a reserva aurífera restante e desapropriar a vila. Atualmente há um bom número de garimpos na Amazônia Legal, em quase todos os estados da região. Para além das óbvias preocupações com o contrabando de metais preciosos e com a segurança das regiões localizadas no entorno dos garimpos, há também crescentes conflitos de garimpeiros com povos originários, posseiros e caboclos. Ademais, o problema da poluição dos rios por metais pesados utilizados na prospecção mineral, especialmente mercúrio, tem aumentado em toda a região.

⁸ Lourenço (2009) traz um breve balanço sobre a regra geral do drama fundiário na Amazônia e os desafios para a sua regularização: “[n]inguém sabe exatamente quem ocupa que área na Amazônia. As melhores informações são os dados cadastrais do INCRA e mesmo essas são extremamente precárias. Grande parte da ocupação foi informal, jamais registrada nos cadastros. Outras, registradas em cadastro, foram vendidas e os novos dados jamais atualizados. Mesmo nas áreas afetadas para Projetos de Assentamento, o que está registrado não bate com a situação real da propriedade. [...] Mesmo a extensão total das áreas federais não é conhecida com certeza. Só há certeza sobre a parcela de terras federais discriminadas, arrecadadas e registradas em nome do INCRA. Também não se sabe exatamente quanto e quais são as terras federais inalienáveis, cuja gestão está sob

manifestaram-se à medida que a colonização espontânea não-regulada ganhou escopo e fomentou a grilagem e formas de ocupação cada vez mais violentas.

O terceiro padrão é aquele tipicamente presente no estado do Amazonas, derivado da criação da Zona Franca de Manaus. Com enfoque no desenvolvimento de polo industrial na capital amazonense, é o único modelo com características essencialmente urbanas. Tratou de fomentar a consolidação de uma grande mancha urbana em meio à floresta, cuja consequência foi a diminuição das pressões ambientais sobre a floresta mas, em contrapartida, promoveu o esvaziamento populacional e econômico do interior do estado e multiplicou os problemas sociais e urbanos de Manaus por conta de seu crescimento acelerado.

Por fim, o quarto padrão de ocupação deu-se justamente em Rondônia. Liderada pelo INCRA e apoiada no eixo da BR-364, a colonização voltou-se para os médios e pequenos agricultores, quase sempre familiares. Entretanto, o fluxo migratório, especialmente de pessoas oriundas do Oeste do Paraná, foi muito superior à capacidade do INCRA e do governo federal em implantar e equipar o então território federal com os serviços públicos necessários para a tarefa. Deste caldo de cultura resultaram atritos e mortes de tribos indígenas inteiras, - algumas delas antes mesmo de serem identificadas pela FUNAI - amplo desmatamento, disseminação do impaludismo e baixa qualidade dos assentamentos rurais.

O modelo dos outros estados deu-se por derivações e combinações dos padrões de ocupação aqui explicitados, com exceção do Amazonas, cujo foco na indústria representou característica peculiar e exclusiva daquele estado. Por essa razão é possível afirmar que, na Amazônia, a imposição de reformas estruturantes frequentemente cedeu lugar aos projetos conjunturais sem legado democratizante, em grande medida por conta do abandono precoce do planejamento.

A hipótese da tese desdobra-se em conjunto de objetivos, cada um dos quais está organizado em um capítulo distinto. O primeiro objetivo busca analisar o ideário ambiental diante da perspectiva ungeriana. O segundo objetivo reside na tarefa de mapeamento dos trabalhos publicados sobre o tema do desenvolvimento na Amazônia durante o período 2011-2016. Aqui, algumas questões se colocam: quais os assuntos mais frequentemente debatidos

responsabilidade da SPU [Secretaria de Planejamento da União] do Ministério do Planejamento. Na Amazônia, nem sempre as várzeas e margens de rios federais são precisamente delimitáveis. Alguns rios migram, ao sabor dos efeitos geológicos das cheias sobre terras baixas e pouco estruturadas (LOURENÇO, 2009, p.5).

quando se trata de pesquisar a Amazônia? Em que medida este debate está alinhado com a reflexão sobre o futuro da região? Em suma, como ‘o grande desafio brasileiro do século XXI’ é enfrentado pela Academia? Muito já foi dito e escrito sobre o assunto nas últimas décadas e seria absolutamente impossível dar conta, em apenas um capítulo, de um debate tão presente e atual quanto duradouro. Entretanto, é possível e desejável apresentar algumas das mais recentes contribuições acadêmicas. Para isto, investigou-se publicações presentes no indexador *open access* mais comumente utilizado no Brasil: o Scielo, (*Scientific Electronic Library Online*). Pretende-se, assim, esquematizar as feições características contemporâneas do debate do desenvolvimento regional na Amazônia, seus limites, possibilidades e contradições.

O terceiro objetivo da tese expõe em detalhes o arcabouço teórico aqui perscrutado, originário dos esforços do professor Roberto Mangabeira Unger, bem como estabelece os parâmetros e variáveis utilizados para a análise do capítulo seguinte. A questão de pesquisa respondida neste capítulo volta-se para o entendimento das razões pelas quais o ideário teórico e metodológico de Unger serve para analisar a Amazônia e, especialmente, os estados do Acre e Rondônia. A hipótese defendida é a de que o projeto teórico de Unger concede instrumentos para organizar a vitalidade amazônica ao propor estratégia de rebelião contra a resignação do ideário da ‘ditadura da falta de alternativas’, além de iluminar metodologicamente o conceito de desenvolvimento sustentável, bem como dar-lhe direcionamento institucional.

O quarto objetivo refere-se ao entendimento dos modelos de desenvolvimento presentes nos estados do Acre e de Rondônia. O Acre e Rondônia atualmente representam uma quebra de paradigma em relação aos modelos de desenvolvimento historicamente engendrados na Amazônia? Quais as características marcantes do projeto enfrentado em cada um dos dois estados? Quais as semelhanças e diferenças entre si? Por fim, e acima de tudo, o Acre e Rondônia constituem exemplos de experimentalismo institucional na Amazônia?

A investigação pode ser compreendida por meio da análise sobre o passado da Amazônia para situar a situação presente e, a partir daí, apontar possibilidades futuras. Trata-se de avaliar os limites das estratégias atuais, suas características e impasses, de modo a evidenciar as consequências futuras das escolhas iminentes. Pode ser lido também como um arranjo de opções e decisões de políticas públicas que poderão, ou não, fortalecer e possibilitar a reconstrução do marco das estratégias de desenvolvimento regional da Amazônia brasileira,

em especial da Amazônia Ocidental (região compreendida pelos estados do Amazonas, Rondônia, Roraima e Acre).

Com o propósito de bem cumprir os objetivos assinalados é fundamental apresentar robusta discussão teórica. Sendo assim, o eixo teórico atua como um par de lentes a auxiliar a identificação dos limites, possibilidades e desafios destas estratégias de desenvolvimento regional.

No primeiro momento, buscou-se compreender, do ponto de vista teórico, o modo pelo qual o tema do desenvolvimento tem sido abordado na Amazônia desde 2011 até 2016. Optou-se por iniciar a seleção de artigos sobre a Amazônia a partir de 2011 e não antes simplesmente porque uma pesquisa mais ampla exigiria tempo e recursos adicionais que não estavam no horizonte⁹. Ao mesmo tempo considera-se que o horizonte temporal de cinco anos é suficiente para mapear os principais pontos de debate correntes na região. Para isto, pesquisou-se os artigos indexados no Scielo, *open access* utilizado com mais frequência no Brasil. O segundo momento do eixo teórico utiliza-se das considerações do professor Roberto Mangabeira Unger a respeito dos movimentos políticos que catalisam o desenvolvimento da Amazônia. Este autor abriga a exposição do ideário de alternativas sustentáveis tanto do ponto de vista ambiental quanto do ponto de vista socioeconômico. Armando Mendes novamente faz eco às considerações de Mangabeira Unger ao afirmar que

o modelo existente não é operativo em prol de regiões como a Amazônia, enquanto não estimula lideranças locais, o aparecimento de um pensamento regional sobre os seus próprios destinos, o surgimento de formulações que devem constituir a necessária contribuição de *intelligenza* regional ao encaminhamento dos próprios problemas – a substituição, enfim, do que chamamos de paternalismo por uma autêntica maturidade da região (MENDES, 1974; p.84-85).

O eixo teórico proposto pela teoria social de Roberto Mangabeira Unger indica a experimentação de novas alamedas em termos de desenvolvimento regional, cujos sentidos residam na radicalização da democracia por meio da inclusão de novos agentes, permitindo a realização dos anseios humanos por liberdade, pressuposto básico de qualquer regime

⁹ Cabe ressaltar a relevância da produção acadêmica anterior ao ano de 2011 sobre a região, que detém obras clássicas de autores indelevelmente reconhecidos por suas pesquisas amazônicas, como Bertha Becker (1990), Octavio Ianni (1979), Fernando Henrique Cardoso e Geraldo Müller (1977), Warren Dean (1989), Armando Mendes (1974), José de Souza Martins (1995; 1997), apenas para citar alguns. Ainda que o viés ecológico e a preocupação com mudanças climáticas estivesse presente no passado, seu foco ainda não era tão marcado quanto atualmente.

verdadeiramente democrático. O desenvolvimento regional não é concebível enquanto for apenas resíduo de projeto de desenvolvimento nacional. O desenvolvimento nacional surge somente se, com ele, o pensar sobre todas as regiões lograr êxito em suas articulações. Este capítulo de discussão sobre o ideário de Mangabeira Unger também estabelecerá os pressupostos teóricos da análise do desenvolvimento de ambos os estados selecionados: Acre e Rondônia.

Por falar em radicalização da democracia, é com a alcunha de radicais, de transformadores ou de movimento transformador que Roberto Mangabeira Unger caracteriza os agentes de projeto de democracia forte:

Por radicais quero dizer os que aderem a um projeto radical [...]: homens e mulheres que tentam promover variedades específicas de autonomia pelo desenvolvimento de instituições econômicas e governamentais que reduzam o conflito entre a rotina preservadora de contexto e a luta transformadora de contexto e aliviem as restrições impostas pelas hierarquias sociais estabelecidas sobre as formas de produção, intercâmbio e ligação pessoal (UNGER, 2001a, p.276-277).

Durante a construção da tese foi possível combinar o uso de pesquisas bibliográficas com observações *in loco*, já que o autor pôde percorrer não apenas o Acre e Rondônia, mas todos os estados pertencentes à Amazônia Legal, tanto suas capitais quanto os municípios localizados no interior. A pesquisa de campo ocorreu em dois momentos diversos: primeiramente durante os sete meses finais do ano de 2015: foram cerca de 30 mil quilômetros percorridos de ônibus, trem, barco e avião por toda a Amazônia Legal. Posteriormente, durante os seis derradeiros meses de 2017, a pesquisa de campo quedou-se restrita aos estados do Acre e Rondônia.

Do ponto de vista da organização capitular a tese está assim seccionada: o primeiro capítulo trata do histórico do debate ambiental sob a perspectiva ungeriana. O segundo capítulo identifica as discussões acadêmicas sobre o tema do desenvolvimento da Amazônia nos últimos anos, desde 2011 a partir de artigos indexados no Scielo. O terceiro capítulo aprofunda a teoria social de Roberto Mangabeira Unger e alguns dos aspectos filosóficos que nos interessam, bem como os seus elos com a discussão das alternativas institucionais e as premissas da comparação entre os modelos de desenvolvimento catalisados no estado do Acre e de Rondônia. Por fim, o quarto capítulo dedica-se justamente à exploração analítica de Acre e Rondônia.

Desenvolvimento ambiental: considerações iniciais

O tema do desenvolvimento com preservação ambiental adentrou a agenda política nos últimos anos em caráter prioritário, ao lado da luta contra as desigualdades e a pobreza. Entretanto, tal preocupação ainda não se desdobrou em estratégias de desenvolvimento nacionais ambientalmente sustentáveis. Apenas para exemplificar, a principal matriz energética da estupenda experiência de crescimento econômico da China nos últimos quarenta anos é o carvão. De acordo com dados de 2013 de relatório da Agência Internacional de Energia (IEA, 2014), 45,5% da produção mundial de carvão foi proveniente da China, também a maior importadora dessa matéria-prima. Recentemente a China ultrapassou os EUA e tornou-se também a maior emissora de dióxido de carbono na atmosfera (PHILLIPS, 2013), gás que é responsável pelo efeito estufa - fenômeno natural, mas cuja aceleração faz com que o planeta se aqueça demasiadamente, ensejando mudanças climáticas globais (NOBRE ET AL., 2012)¹⁰.

O debate sobre a concepção de unidades de conservação é outra esfera da agenda ambiental. A defesa de criação de parque nacionais para preservação de áreas naturais e selvagens (*wilderness*) – não-transformadas pelo homem –originou-se nos Estados Unidos, no final do século XIX (DIEGUES, 1996). Era o período da aceleração da urbanização e da corrida para o Oeste e procurou-se preservar áreas naturais, colocando-as à disposição das populações urbanas para fins de recreação.

Na época o movimento conservacionista dos EUA, liderado por Gifford Pinchot, apresentava três compreensões fundamentais: (1) utilizar os recursos naturais de modo eficiente, (2) sem desperdícios e em benefício da maioria dos cidadãos na direção de construção de democracia eficiente. Por último, havia o grupo defensor do ideário romântico da proteção da vida selvagem por conta da sua beleza estética, cujo objetivo restava na diminuição das pressões psicológicas dos moradores das zonas urbanas.

Por outro lado, personalidades como Thoreau defendiam a valorização intrínseca da natureza: obtiveram enorme sucesso e valorizaram o meio ambiente em momento no qual o

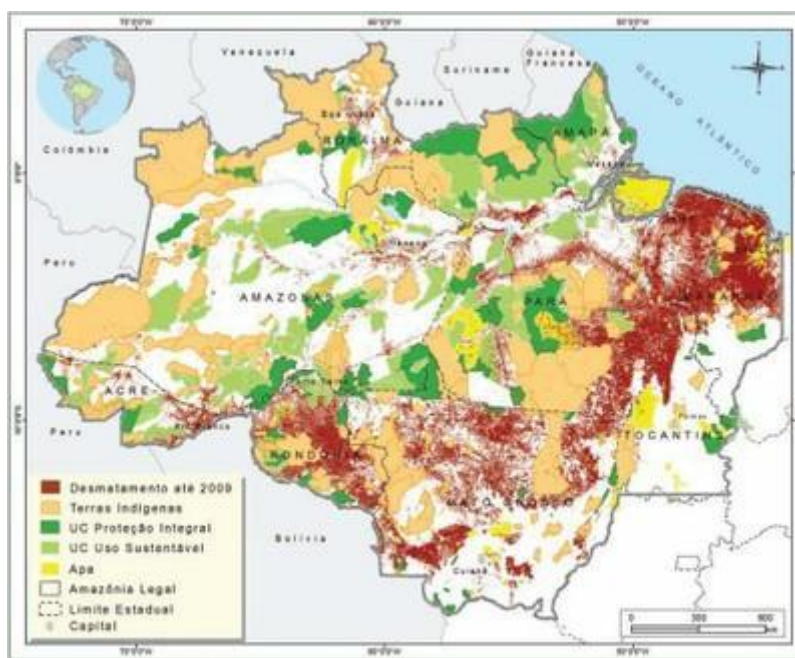
¹⁰ O reverso da moeda também é verdadeiro: a China atualmente é o país que mais realiza investimentos em energias renováveis. Apenas em 2015 mobilizou cerca de US\$ 103 bi na área, contra pouco mais de US\$ 44 bi investido por parte dos EUA, o segundo da lista (IEEFA, 2017). Tanto os dados sobre o consumo de energia fóssil quanto as informações sobre energia renovável reforçam a centralidade da agenda ambiental como componente estratégico do debate político nas esferas internacional, nacional, regional e local.

Oeste dos EUA passava por transformação brusca, na qual novas cidades irrompiam sem cessar no horizonte. A noção de apreciação estética da natureza, de caráter preservacionista, excluía a possibilidade de os povos originários, índios, habitarem as reservas recém-criadas, como o parque Yellowstone, onde havia vestígios da presença ancestral de várias tribos. Apesar disso, preliminarmente venceu a noção de que as áreas naturais não deveriam ser habitadas de maneira permanente (DIEGUES, 1996), o que ocasionou conflitos com os indígenas que ali já viviam.

Diante da degradação ambiental Sachs (2009) considera estarmos diante de duplo imperativo ético: a responsabilidade com a geração atual e a responsabilidade com as gerações futuras. É neste contexto que a preservação da biodiversidade ganha importância:

“Todavia, isso não quer dizer que a proteção deva se concretizar exclusivamente em santuários invioláveis [...]. A natureza selvagem, ou seja, a natureza sem pessoas, é conceito muito presente no pensamento conservacionista norte-americano [...]. O que acreditamos ser floresta virgem é uma realidade que tem sido profundamente alterada e, por vezes, enriquecida pela presença do homem, conforme documenta a pesquisa arqueológica na Região Amazônica [...]. A multiplicação de reservas sem os meios necessários para a sua proteção efetiva é uma política autoderrotada. As pessoas retiradas das reservas ou impedidas de nelas entrarem para coletar os produtos florestais de que sempre dependeram consideram isso uma violação do seu direito à vida (SACHS, 2009, p.67-68).

Figura 2 – Unidades de Conservação, Terras Indígenas e Áreas Desmatadas - 2009



Fonte: VERÍSSIMO ET. AL. (2011).

No Brasil há discurso bastante presente na Amazônia brasileira, caracterizado por defender a preservação da floresta e dos modos tradicionais de socialização¹¹. Para isso foi criada uma série de modalidades de áreas protegidas, – unidades de conservação, terras indígenas, territórios quilombolas - as quais englobam cerca de 44% da Amazônia e mais de 25% do território brasileiro (VERÍSSIMO ET. AL., 2011). Na área da Amazônia Legal as Unidades de Conservação, tanto as de proteção integral – herança do ideário thoureauiano – quanto as de uso sustentável, obtêm notável êxito quando se trata de impedir o avanço do desmatamento ou de outras modalidades de vampirização dos recursos naturais (NEPSTAD ET AL., 2006), como mostra a Figura 2, na página anterior¹². Um dos desafios ainda por resolver continua a ser conservar a floresta e a biodiversidade fora das áreas de conservação.

Quanto às reservas de uso sustentável e às terras indígenas, fundamentalmente funcionariam como refúgio para os grupos de povos originários, quilombolas ou ribeirinhos e permitiriam que suas culturas fossem minimamente celebradas e preservadas. Dentre as unidades de conservação de uso sustentável estão, por exemplo, as reservas de caráter extrativista (RESEX). As RESEX almejam promover a geração de renda para os ribeirinhos e povos isolados, fixando-os em locais distantes dos grandes centros urbanos, evitando a marginalização dessa população nas periferias das cidades e a sua sobrevivência em condições de miserabilidade (CAMELY, 2009).

Entretanto, críticos chamam a atenção para a dissociação de um projeto nacional de desenvolvimento capaz de produzir oportunidades realmente transformadoras aos indivíduos destas áreas de proteção, pois elas teriam a capacidade apenas de remediar a situação de fragilidade sem, no entanto, fornecer os meios para superação dessa fragilidade. O primitivismo

¹¹ Sob a perspectiva romântica a Amazônia guardaria o que há de mais autêntico no Brasil: sua pureza, suas belezas naturais, a ingenuidade dos povos originários. De fato, a literatura do romantismo indianista brasileiro apresenta críticas ao contato desses povos com a sociedade europeia e aos 'excessos' da civilização, bem como a glorificação dos povos indígenas e à sua suposta perfeição moral - como se o elemento indígena encarnasse o bom selvagem rousseauiano. Para estes autores, era claro que a colonização europeia sobre a população local representava a maçã envenenada que teria precedido o fim da felicidade humana durante a sua morada no Eldorado ou no Jardim do Éden. Aliás, o mito do Jardim do Éden também é frequentemente associado à Amazônia. Não é por outra razão que o livro de Euclides da Cunha sobre sua expedição pela região foi intitulado "Um paraíso perdido" (2003).

¹² Moran et.al. (2008) considera que "as políticas que favorecem a criação de áreas de conservação têm alterado a configuração espacial do desmatamento, mas não têm evitado o processo em termos regionais. Existe o potencial de transformação de áreas de conservação em ilhas de floresta dentro de regiões desmatadas" (p.66).

tecnológico das ferramentas utilizadas por estes grupos humanos não seria capaz de dar conta de aumentar a produtividade sobre o seu trabalho, de modo que sua integração plena à sociedade do consumo não poderia ser realizada. É a expressão amazônica do que Mangabeira Unger chama de ‘pobrismo’¹³. Para estes grupos seria imprescindível desenvolver meios adaptados às condições da floresta equatorial capazes de assegurar viabilidade produtiva aos seus empreendimentos econômicos. A preocupação com a conservação da floresta deve condicionar-se à preocupação com o soerguimento das condições de vida daqueles que dela dependem para sobreviver.

Relatório de Meio-Termo do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), política pública pioneira na temática, reconheceu que a demarcação e legalização de terras indígenas e de reservas extrativistas havia sido um dos principais êxitos do programa, muito embora tais políticas públicas necessitassem “combinar desenvolvimento econômico e conservação ambiental sem maiores conflitos”, (WORLD BANK, 2000 *apud* SANTOS ET.AL., 2008) de modo a incluir o setor privado em interlocuções com o setor público para encontrar caminhos de exploração sustentável.

No mesmo processo de revisão do PPG7 foi considerada a possibilidade de estratégia espacial ser construída para a Amazônia, de acordo com tendências sociais, econômicas e ambientais: era o macrozoneamento da região que, naquele momento, a dividia em três sub-regiões (Amazônia Oriental e Meridional, Amazônia Central e Amazônia Ocidental). Neste instante o significado do zoneamento era diverso para os agentes envolvidos no PPG7. Para o governo brasileiro ele significava a definição de (1) áreas de expansão, (2) de consolidação da economia e do desenvolvimento, (3) de fragilidades e áreas destinadas à conservação e preservação e (4) áreas destinadas à recuperação. Para o governo alemão, um dos financiadores, o zoneamento deveria identificar áreas de preservação para o estabelecimento de Unidades de Conservação. Para o governo do Reino Unido, outro financiador, o zoneamento deveria ter caráter participativo ao envolver estratégias de satisfação das comunidades. Por fim, para os estados da Amazônia, o zoneamento poderia ter várias funções: expectativa de uso em técnicas

¹³ Mangabeira Unger conceitua o ‘pobrismo’ em documento publicado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, quando ocupava o posto de ministro do governo Lula, intitulado ‘O desenvolvimento do Nordeste como projeto nacional’ (2009a). Trata-se da ilusão de “confiar em ações e em empreendimentos de escalas e de cunho artesanais – como os microempreendimentos e as pequenas cooperativas. Estas ações ocupam as pessoas mais pobres. Geram um pouco de renda. Ajudam a evitar o pior, ainda que – todos o reconhecem – não resolvam os reais entraves” (BRASIL, 2009a, p.12).

e ações de planejamento, determinação de usos do território, subsídio para negociações com a sociedade civil, instrumento para o licenciamento e monitoramento ambiental (MELLO, 2006). Estes conflitos não se resolveram completamente, ainda que o governo brasileiro tenha proposto, posteriormente, que o zoneamento fosse “instrumento de planejamento e gestão voltado para o desenvolvimento regional sustentável, que deve estabelecer referenciais para orientar a ocupação do território, com vista à proteção da biodiversidade e ao uso sustentável dos recursos naturais” (MELLO, 2006, p.167).

A Amazônia carece de discurso e de prática capazes de articular a defesa das suas riquezas sem renunciar à esperança no futuro. O contexto e as contingências da Amazônia ensejam a construção de dinâmica de desenvolvimento regional que assegure a preservação de suas riquezas e dê conta de capacitar e engrandecer o amazônida e a amazônida comuns. Unger argumenta que o ‘pobrismo’ consolida-se apenas como escape ao modelo de acumulação de riqueza pela via da exploração dos recursos naturais sem, no entanto, substituí-lo.

O Brasil, país onde está situada a maior parte da maior floresta equatorial do mundo, é peça fundamental da solução deste impasse. Bertha Becker, geógrafa cuja vida acadêmica foi dedicada ao estudo da Amazônia, compreende a região sob o domínio de um tipo de capital crescentemente valorizado em tempos de preocupações ambientais: trata-se do capital natural. Para valorizá-lo, defende um conjunto de alternativas institucionais articuladas entre as pesquisas científicas voltadas à biodiversidade florestal, o zoneamento econômico e social da floresta, a interação entre as pequenas e médias empresas com as comunidades localizadas no interior da selva (BECKER, 2008)¹⁴. Chamada pelo ex-ministro Roberto Mangabeira Unger a auxiliar o governo federal a empreender plano regional para a Amazônia, compôs um grupo de trabalho juntamente com o economista Francisco de Assis Costa (UFPA) e o geógrafo Wanderley Messias da Costa (USP) cujo debate resultou no Plano Amazônia Sustentável (BRASIL, 2008), o qual fomentou debates em torno do futuro da região.

O PAS objetivou transformar os paradigmas de ocupação da Amazônia, pautando as discussões governamentais para a formulação de projeto ordenado de desenvolvimento da

¹⁴ Algumas dessas medidas defendidas por Bertha Becker são também apresentadas por Unger (2008b) em artigo publicado em 2008, no qual examina os principais problemas da região e propõe eixos programáticos orientadores dos primeiros passos para solucionar a questão regional da Amazônia.

região¹⁵. O aspecto fundamental presente tanto no PAS quanto nas formulações de Becker durante toda a sua trajetória é a necessidade de realizar uma revolução científica na Amazônia pelas vias da biogenética e da biodiversidade, tornando a floresta em pé mais rentável do que a floresta derrubada, o que seria possível pela criação de serviços ambientais ecossistêmicos, ou seja, pela consideração de que a economia verde deva estruturar-se não pela imobilização e preservação da selva, mas pela exploração relativa, sustentada, do seu potencial em prol das populações locais. Para Becker (2008, p.277)

a evidência empírica é que a proteção ambiental, apenas, não tem conseguido conter o desflorestamento nem gerar riqueza e o emprego demandados pelas populações regionais. No cerne do novo padrão de desenvolvimento o desafio a superar é o falso dilema entre o desenvolvimento e conservação erroneamente identificados respectivamente como destruição total ou preservação intocável.

Não se trata de falar em medidas conservacionistas, sacralizadoras da selva, as quais ganham oposição contundente da geógrafa, e nem de medidas carregadas de potencial de destruí-la em nome do agronegócio, da pecuária ou da exploração madeireira descontrolada. Trata-se do ‘pensar fora da caixa’, da fuga dos clichês. Cabe ao Brasil, com todo o seu capital natural, assumir a liderança global nas discussões sobre meio ambiente por meio do exercício do experimentalismo, expressão tão cara a Mangabeira Unger, cujos resultados poderão marcar a trilha de modelo de desenvolvimento de caráter inovador, pois não-predatório, na história da economia de mercado. Ignacy Sachs, pensador polonês que dedicou anos de estudos a entender a dinâmica ambiental, também reforça esta ideia ao indagar sobre “como conservar escolhendo-se estratégias corretas de desenvolvimento em vez de simplesmente multiplicarem-se reservas supostamente invioláveis?” (SACHS, 2009, p.32). Um dos seus apontamentos direciona-se à construção de tecnologias e pesquisas em biodiversidade, biomassa e biotecnologia.

A perfeita definição de Darcy Ribeiro sobre as dimensões do desafio imposto pela Amazônia ao Brasil coloca a importância da conformação de partidos de opinião capazes de estarem localizados para além das cercas dos partidos políticos. O debate de ideias guarda em si o potencial transformador da política e, quando essas ideias sobre o futuro da região se espraiam em torno de diferentes partidos e organizações da sociedade civil, sua influência passa a ser notada.

¹⁵ O PAS estabelece diretrizes para desenvolvimento sustentável na Amazônia, apresentando propostas na área de ordenamento territorial, gestão ambiental, produção sustentável com inovação, infra-estrutura e cidadania.

As grandes mudanças vistas na história do Brasil tomaram forma apenas quando ultrapassaram as barreiras partidárias e ganharam as ruas. Foi assim com os opositores do regime escravocrata. Venceu a liberdade. Foi assim com aqueles que lutaram para lançar as bases de projeto moderno e industrializante, em detrimento do projeto da grande fazenda levado a cabo pelas carcomidas estruturas da República Velha. Venceu o interesse nacional. Foi assim com aqueles que lutaram pelo fim da ditadura militar. Venceu a democracia. Pode ser assim com a Amazônia. Becker reforça a justificativa desta ideia ao reconhecer que

[e]m uma grande escala, não existe no mundo um modelo de desenvolvimento em país tropical que não tenha destruído a natureza. Se o Brasil conseguir desenvolver esse novo modelo que use a ciência e a tecnologia para aproveitar o patrimônio natural sem destruí-lo e, sobretudo, para gerar riqueza e emprego, poderá se tornar um país tropical desenvolvido, o que seria uma defesa dos países periféricos (FARIA, 2012).

Sob a perspectiva essencialmente amazônica a questão ambiental passa a ser vista como um problema real a ser combatido essencialmente a partir das polêmicas geradas pelo apoio do Banco Mundial ao projeto PoloNoroeste. Wade (2016a, 2016b) desvela as razões pelas quais o financiamento desta instituição ao governo brasileiro para este projeto foi posteriormente encarado como tudo o que o banco deveria evitar. Vale a pena dissecar melhor o artigo para compreender as tensões entre os componentes político, geopolítico e ambiental envolvidos. Por razões editoriais o artigo de Wade (2016a, 2016b) foi publicado em duas edições sequenciais da Revista de Economia Política, embora se trate de um único texto. Em suma, debate os conflitos no interior do Banco Mundial causados pela sua associação ao projeto PoloNoroeste, proposto e executado durante o ocaso da ditadura militar e início da redemocratização. Versa também sobre como o tema indigenista perpassou as discussões internas entre o Banco Mundial e os militares no período de negociação das condições de financiamento do banco.

No contexto do projeto PoloNoroeste emergem normas de proteção ambiental e dos direitos indígenas no Banco Mundial. Se até os anos 80 o banco concebia a natureza como algo a ser conquistado e o meio ambiente como detentor de recursos naturais a serem utilizados para o desenvolvimento, após esse período nota-se a reavaliação destas noções. Estas transformações de paradigma sucedem-se a partir de pressões externas ao Brasil: tanto de ONGs quanto do Congresso dos EUA.

O PoloNoroeste, projeto que almejava asfaltar cerca de 1.500 quilômetros da BR-364 (rodovia Cuiabá-Porto Velho) com vistas a facilitar o assentamento de famílias em Rondônia e

a criar nova solução para o escoamento da produção mineradora no estado, atravessava vastas áreas ocupadas por povos originários em meio à floresta amazônica. Dentre vários financiadores do projeto, o Banco Mundial era a única instituição estrangeira. Inicialmente o governo brasileiro interessava-se no apoio financeiro do banco, enquanto este tinha interesse em pressionar o governo brasileiro a aceitar modelo de desenvolvimento mais sustentável para a exploração de áreas equatoriais que, posteriormente, pudesse ser adaptado a outras partes do globo.

Entretanto, a disseminação das imagens de destruição causadas pelo avanço do projeto PoloNoroeste e os relatos de deslocamento e mortes de indígenas foram apresentadas em programas de televisão nos EUA e no Reino Unido, provocando indignação e contribuindo para arrancar a reputação do Banco Mundial, co-financiador da obra¹⁶. Wade sustenta que nesse período, mesmo pessoas que nunca tinham ouvido falar do Banco Mundial passaram a conhecê-lo como “o banco que destroi florestas” (2016a, p.217). Apenas no ano de 1987 o então presidente do BM, Barber Conable, reconheceu que o banco havia se equivocado ao analisar o contexto no qual o projeto estava envolvido quando deu o aval para o financiamento. Um dos objetivos centrais do artigo é investigar justamente as razões da mudança da postura do banco.

Ao contextualizar a realidade de ocupação da Amazônia no período militar, Wade a caracteriza como “o mais ambicioso esforço de colonização existente nas Américas desde a abertura do Oeste dos EUA” (2016a, p.219). Wade recorre a matérias publicadas no *Washington Post* em 1979, as quais descrevem Rondônia como “terra do mais absoluto e total desespero”, justamente por conta das frequentes mudanças de planejamento do governo federal, cuja consequência foi marcar o sentimento de abandono nos primeiros colonizadores e mesmo nas autoridades locais.

Neste período de “total desespero” desembarca em Rondônia a missão do BM responsável por avaliar a viabilidade do empréstimo para financiar o asfaltamento da BR-364. A avaliação inicial da missão apontava para a necessidade de apoiar mais do que apenas a pavimentação da rodovia. Para eles, o diagnóstico era preocupante e seguia na direção de que

¹⁶ Adrian Cowell e Vicente Rios trabalharam em um conjunto de documentários entre os anos de 1980 e 1990, posteriormente reunidos em uma série intitulada “A década da destruição” cujo objetivo era justamente apresentar ao Brasil e ao mundo o avanço sobre a floresta e todos os seus efeitos em Rondônia e no Acre. Um desses documentários apresenta o calvário da tribo indígena dos Uru-Eu-Wau-Wau perante o avanço da migração em Rondônia e a corrida contra o tempo dos antropólogos da FUNAI em prepará-los minimamente para as transformações tectônicas e os conflitos que inevitavelmente adviriam, e advieram, em um átimo.

(1) o governo brasileiro pavimentaria a rodovia com ou sem o suporte financeiro internacional, (2) a sua pavimentação iria fazer com que mais e mais migrantes chegassem até Rondônia, (3) o governo brasileiro estava engajado em planejar assentamentos levando em consideração apenas o formato geométrico dos lotes, sem atentar-se para a diferença entre os solos, a disponibilidade de água e a presença de encostas, o que fatalmente traria problemas, (4) o banco auxiliaria o governo brasileiro na promoção de estratégia de desenvolvimento regional, assegurando a viabilidade dos assentamentos e a proteção dos indígenas. Sob essa perspectiva, a missão queria promover o chamado IRD (*Integrated Rural Development*). Em 1980 foi enviada missão adicional que propunha o acréscimo de algumas medidas ao projeto, como a inserção de recursos para o combate à malária, para a redução do desmatamento, para minimização do impacto sobre a extinção de espécies e para mitigação da morte de indígenas. A partir desses desafios propôs então a realização de zoneamento da terra, demarcação de terras indígenas, mapeamento dos tipos de solo e desenvolvimento de padrões e práticas para o uso de tipos de solo diversos etc.

Dentro da estrutura do Banco Mundial o PoloNoroeste era intelectualmente bancado por um entusiasta da Amazônia, chamado Robert Skillings. Skillings ocupava o cargo de chefe da divisão de projetos para o Brasil e, além disso, tinha ótimo relacionamento com o então presidente do Banco Mundial, Robert McNamara. Skillings postulava a ideia de que o PoloNoroeste consistia em modelo de desenvolvimento para a ocupação da Amazônia. McNamara então apoia Skillings e permite que lidere o projeto, embora fosse pouco comum que alguém com o seu cargo tomasse à frente de projetos daquela envergadura. Na primeira reunião, ainda em 1979, especialistas do banco na área de ecologia tropical destacaram que os riscos de apoiar tal iniciativa eram demasiado elevados, apontando que a instituição poderia apoiar projetos no Cerrado, em vez da Amazônia. Especialistas em transportes agregaram que o projeto deveria iniciar-se com as medidas de mitigação e, apenas por último, pavimentar a estrada, de modo a construir infra-estrutura social antes da massificação da migração. Ademais, o governo brasileiro já havia negado a intromissão do BM em questões relativas aos direitos dos povos indígenas, alegando ser esta uma questão de soberania nacional.

No fim desta reunião o conselho do BM rejeitou o projeto sob a alegação de ser muito arriscado. Skillings, com o apoio de McNamara, o levou adiante mesmo assim, promoveu mudanças na equipe e retirou do projeto todos os especialistas que haviam exposto opiniões

contrárias. Mesmo sob a contundência das críticas sofridas e dos apelos por mudanças, o PoloNoroeste não apenas foi mantido como tornou-se uma das principais bandeiras do BM.

A aprovação da concessão do empréstimo ao Brasil, em 1981, deu azo à interpretação de que a instituição dava carta branca ao governo brasileiro, entre outras coisas, para cuidar dos direitos dos povos indígenas em momento em que o governo não possuía anseio de protegê-los.

Na segunda parte do artigo, publicado na edição seguinte da Revista de Economia Política, Wade (2016b) volta-se para o comportamento do BM após os primeiros resultados da implementação do projeto PoloNoroeste. Em meados da década de 80 notou-se que, ao contrário do recomendado, a BR-364 havia terminado de ser pavimentada antes da realização dos investimentos para mitigação dos efeitos, o que produziu drásticas consequências, como aumento populacional repentino¹⁷ pela via da migração e elevadas taxas de desmatamento. Nesse mesmo período os especialistas do BM também verificaram que o INCRA havia feito exatamente o contrário do recomendado: primeiro realizou os assentamentos e, apenas posteriormente, iniciou as investigações sobre os tipos de solo. Além disso, as reservas indígenas demarcadas sofriam com a instabilidade jurídica porque algumas áreas foram posteriormente reclamadas por seus supostos donos, que judicializaram a demanda. Entretanto, o Poder Judiciário não se mostrava célere na resolução destas questões. O Banco Mundial constatou, adicionalmente, que as metas relacionadas à saúde pública e controle da malária estavam extremamente defasadas.

Por fim, os especialistas do Banco Mundial assustaram-se ao tomar consciência de que a pavimentação da BR-364 e o aumento de rodovias vicinais haviam contribuído para facilitar o acesso não apenas dos pequenos proprietários assentados, mas também de pecuaristas, beneficiados com subsídios federais, madeireiros e garimpeiros. Estes agentes foram ignorados no projeto original, o que facilitou o florescimento de economia predatória na floresta, bem como a reprodução de lógica fundiária especulativa.

¹⁷ Wade (2016b, p.649) estima que a população de Rondônia em 1982 girava em torno dos 600 mil, ao passo que em 1988 já estava na casa de 1,6 milhão de habitantes. Contudo, esta estimativa para a população local no final da década de 80 mostra-se irreal, já que o Censo Demográfico do IBGE de 2010 revelou que o estado tinha 1.562.409 habitantes. Esta informação está disponibilizada no sítio oficial do instituto <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ro>>. Se, por um lado, a rapidez do crescimento demográfico postulada por Wade é posta em dúvida pelo IBGE, por outro lado é indiscutível que o processo migratório para o estado foi profundamente intenso neste período.

Nos anos seguintes, especialmente a partir de 1984 o Banco Mundial presenciou o crescimento das falhas do projeto e as deficiências de avaliação de sua execução. Diante de mudanças no quadro de funcionários do banco, a aposentadoria de Skillings e a ascensão de novo presidente e, ademais, do aprofundamento do processo de redemocratização no Brasil, a instituição tomou a decisão de suspender os repasses do financiamento concedido ao governo brasileiro a partir de 1985. Neste período as ONGs ambientalistas sediadas nos EUA optaram por agir contra o projeto de duas formas: impuseram pressão aos congressistas com o fito de que discursassem contra o financiamento ao projeto e questionaram diretamente o Banco Mundial. Saliente-se que este período marca o início de preocupação global severa sobre o meio ambiente. Apenas a título de contextualização, o Relatório Brundtland, intitulado “Nosso Futuro Comum”, é publicado em 1987.

Wade considera que a suspensão dos repasses, posteriormente restabelecidos, de fato cumpriu a sua função de fazer com que o governo brasileiro fortalecesse os controles e fiscalizasse adequadamente o andamento do projeto. Ao final do artigo o autor compara sucintamente o PoloNoroeste a outro projeto que havia sido financiado pelo BM na Indonésia, facilitado pela amizade do então presidente da instituição, McNamara, com o ditador indonésio Suharto. Também fortemente questionado pelo corpo técnico da instituição, o projeto seguiu e seus impactos redundaram em problemas de segurança nacional para a nação asiática, na medida em que algumas cidades foram tomadas por indivíduos que buscavam outro ganha-pão após o colapso dos seus assentamentos rurais em meio à floresta tropical.

Dentre as principais conclusões do estudo, Wade reforça a importância do PoloNoroeste como um marco para o reforço dos controles internos dos projetos apoiados pelo Banco Mundial a partir daquele momento, bem como pela importância da exigência de transparência e de avaliação externa por parte dos países beneficiados pelos financiamentos. As críticas das ONGs e do Congresso dos EUA aos projetos financiados pelo banco fizeram com que a agenda ambiental fosse elevada a nível superior de preocupação após o fomento do PoloNoroeste. Isto motivou o Brasil a iniciar mudança de postura em relação ao tema nos anos seguintes, dentre as quais é possível citar a criação do Programa Nossa Natureza, em 1988, e a fundação do IBAMA no ano seguinte.

Agregamos que o Programa Nossa Natureza proporcionou, ademais, a criação do instrumento do Zoneamento Ecológico-Econômico para articular as dimensões econômica e

ecológica e orientar as políticas públicas a partir de base territorial. O Nossa Natureza criou, por fim, o Fundo Nacional do Meio Ambiente, mecanismo de fomento das iniciativas locais e projetos comunitários com participação de prefeituras, instituições de pesquisa e Organizações Não-Governamentais.

No plano estadual o intervalo de 1986 a 1988 representou o período de formulação do primeiro Zoneamento Ecológico-Econômico de Rondônia. Ainda neste contexto, agregamos, a reunião de Houston do G7 em 1990 deu origem ao Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7) e, poucos anos depois, o país sediou a ECO-92. Anunciado em 1990, oficialmente lançado em 1992 e operacional a partir de 1994, o PPG7 teve financiamento de US\$ 200 milhões – valor oriundo majoritariamente da Alemanha, Reino Unido e UE - durante a primeira fase encerrada em 1999.

O caráter global das alterações ambientais e a disseminação de movimentos ambientalistas ao redor do mundo fez com que a Amazônia fosse alvo de políticas públicas por parte destes países. O PPG7, por exemplo, reuniu conjunto amplo de atores – G7, Banco Mundial, UE, governo alemão, ONGs, movimentos ambientalistas descentralizados e o governo brasileiro – para a execução dos projetos. O programa nasce, portanto, em contexto de recrudescimento das preocupações ambientais e período de divulgação de evidências científicas sobre a responsabilidade dos países centrais no desmatamento das florestas tropicais, bem como das consequências destas alterações para estes países. Seus maiores objetivos estiveram na redução do desmatamento e na preservação da biodiversidade. Foi programa pioneiro ao provocar mudança de mentalidade na constituição de políticas públicas ambientais. Suas conexões entre o global e o local na Amazônia, o aprendizado ambiental, as técnicas e alternativas de produção propiciaram a reorganização das forças geopolíticas na região.

A preocupação da opinião pública internacional com o aparente pouco caso do governo brasileiro em mitigar a devastação ambiental teve a sua contraparte regional, cujas considerações invariavelmente tratavam o PoloNoroeste como iniciativa exitosa, especialmente por ter logrado sensível avanço no plano logístico para o estado, do qual a joia da coroa foi o asfaltamento da BR-364. Como o Banco Mundial havia sofrido sério desgaste por conta do financiamento do PoloNoroeste, optou por tentar reverter esta má impressão perante a opinião pública ao propor novo projeto em Rondônia: o Planaflo. Naquele período o governo de Rondônia sofria problemas crônicos de arrecadação e logo viu o mais recente financiamento

como uma oportunidade para garantir investimentos no estado. As ONGs, incorporadas ao conselho deliberativo do plano, almejavam concretizar suas novas ideias sobre o desenvolvimento sustentável.

O Banco Mundial, aponta Ott (2002), logrou fechar os termos finais do acordo com o governo de Rondônia ainda a tempo de apresentá-lo na Eco 92 como exemplo de esforço de concepção de sociedade sustentável. Em meados do ano seguinte Rondônia já recebia a primeira parcela do total de US\$ 250 mi.

O Planaflo (Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia) passou por tensões desde o seu preâmbulo, a começar pela disputa travada entre o governo de Rondônia e o Banco Mundial em torno do seu significado. O governo estadual rebatizou o plano ao traduzi-lo, ao enfatizar primeiro o aspecto agropecuário e, apenas em segundo plano, o seu prisma florestal. Já o Banco Mundial o batizou de *Rondonia Natural Resource Management Project*, no qual a perspectiva dos recursos naturais era o carro-chefe. As diferenças em torno do nome do projeto era a chave para compreender diferentes atitudes dos agentes em torno da sua legitimação. O governo local, por exemplo, esperava utilizar os dólares do programa para atender aos anseios de agricultores, pecuaristas e madeireiros. O Banco Mundial, diversamente, objetivava “conservar a rica biodiversidade do Estado”, “proteger e garantir limites de todas as unidades de conservação” ou, ainda, “desenvolver sistemas integrados de produção em áreas apropriadas para cultivos permanentes e agroflorestamento” (OTT, 2002, p.150). Ott dedica a sua tese de doutorado a analisar o processo de formulação e implementação do Planaflo em todas as suas contradições.

De modo geral, a relação do tripé governo, ONGs e Banco Mundial durante a implementação do projeto foi de tensão frequente em todas as direções. Apesar da criação de Unidades de Conservação, de Terras Indígenas e da aprovação do ZEE pela Assembleia Legislativa de Rondônia, o Banco Mundial e os outros atores tiveram de rever os objetivos do plano algumas vezes, já que o governo estadual, sempre que possível, buscava utilizar seus recursos em benefício dos produtores agrícolas e pecuaristas do estado, o que desfigurou a sua feição inicial. Tal prática fez com que o Fórum das ONGs chegasse a denunciar o Banco Mundial por descumprimento dos objetivos do projeto. Entretanto, todos continuavam interessados em executá-lo, ainda que com expressivas alterações.

Em 1995 chegou-se a cogitar o encerramento do plano e, no ano seguinte, os repasses foram temporariamente suspensos, até a sua reformulação. Em 1999, quando da posse do novo governador do Estado, o Planafloresta estava coberto de suspeitas de desvio de recursos tanto por parte do governo estadual quanto por parte das ONGs. Ao mesmo tempo, as denúncias de invasão às Terras Indígenas, abandono das Unidades de Conservação e exploração madeireira ilegal eram recorrentes. Ott (2002) conclui que o Planafloresta, encerrado na primeira metade dos anos 2000, teve como consequência a demarcação de novas áreas voltadas à preservação em Rondônia, o que caracteriza como um êxito do Banco Mundial e das ONGs. Entretanto, assevera que as reservas existem apenas no papel, já que nem governos municipais - estadual ou federal -, têm se empenhado na fiscalização dos seus limites e da sua integridade. A consequência desse parâmetro de atuação, aponta Ott, é a ocupação gradativa das áreas sob a bandeira do desenvolvimento estadual.

Por falar na relação entre desenvolvimento e proteção do meio ambiente, Abramovay (2010), em artigo publicado pelo CEBRAP, questiona as estratégias de desenvolvimento sustentável para o Brasil. O autor considera alguns avanços logrados nos últimos anos, muito embora o país ainda não tenha obtido êxito em produzir modelo próprio e autônomo de desenvolvimento sustentável capaz de casar suas particularidades com suas necessidades. Abramovay define o desenvolvimento sustentável como “o processo de ampliação permanente das liberdades substantivas dos indivíduos em condições que estimulem a manutenção e a regeneração dos serviços prestados pelos ecossistemas às sociedades humanas” (2010, p.97). O autor alerta para o fato de que, apesar de o país ter reduzido o desmatamento nos últimos anos, o padrão de uso dos recursos naturais não é modificado nem por parte do Estado, nem tampouco por parte dos empresários, de modo que a produção de *commodities* de minérios e de energia siga exercendo forte pressão sobre os recursos naturais. Ademais, o foco na diminuição do desmatamento da Amazônia tem ofuscado o aumento vertiginoso do desmatamento no Cerrado e na Caatinga.

Abramovay salienta quatro fatores para o recuo do desmatamento na região amazônica. Em primeiro lugar o autor enxerga uma ação decisiva da Polícia Federal e dos órgãos de fiscalização e investigação de crimes ambientais em coordenação com o Ministério do Meio Ambiente. O segundo fator liga-se às restrições por parte dos bancos para a concessão de empréstimos a donos de terras com irregularidades ambientais ou com propriedades não regularizadas. O terceiro ponto elencado refere-se à expansão de áreas protegidas –

especialmente parques nacionais, estaduais e reservas indígenas. A quarta e última razão deve-se a formação de instâncias de negociação compostas por atores diversos em setores como a produção de soja, os biocombustíveis e também a pecuária. A formação destas instâncias tem origem em denúncias de Organizações Não-Governamentais conhecidas como *namings & shamings*, as quais podem evoluir para boicotes econômicos aos produtores que desmatam ou que desrespeitam a legislação ambiental.

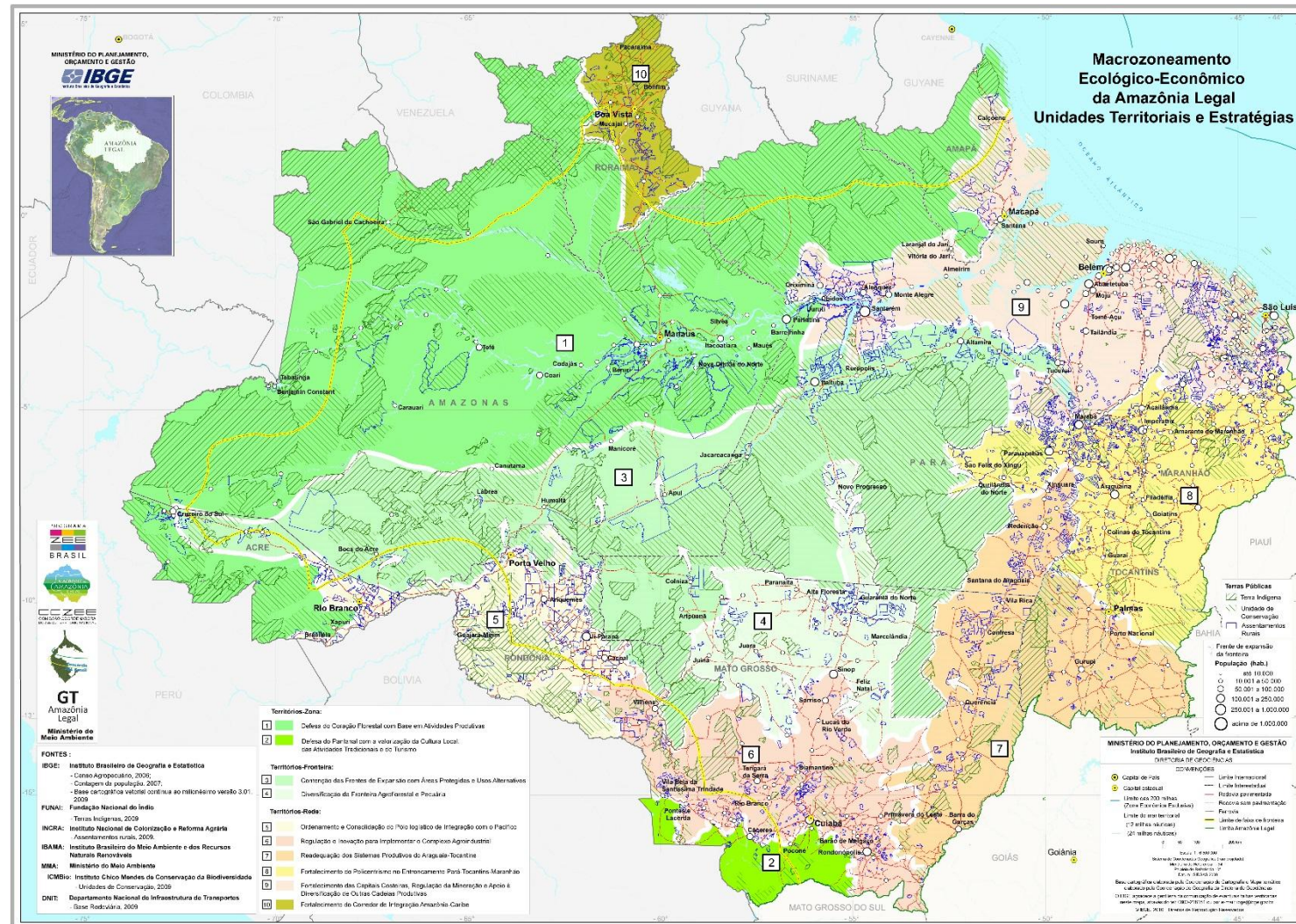
Apesar dos avanços institucionais a presença das coalizões de interesses que incidem criminosamente contra os recursos naturais é contínua¹⁸. O artigo toca em uma ferida relevante quanto ao papel da academia na legitimação “científica” às teses defendidas pelo agronegócio, como foi o caso de trabalho publicado por Evaristo Eduardo de Miranda¹⁹, membro da Embrapa, e jamais publicado em revista científica, mas amplamente divulgado pela Confederação Nacional da Agricultura com o objetivo de dar o verniz de cientificidade para a tese de que a criação de áreas protegidas resultaria em ameaça a expansão da agricultura brasileira e, em última análise, ao crescimento econômico nacional. Abramovay considera que o autor do estudo citado ignora o fato de que as áreas de preservação ambiental podem ter a sua exploração econômica realizada justamente a partir da preservação do seu ecossistema único, e não apenas a partir da destruição e modificação do espaço natural. Nesta direção Abramovay acrescenta que os chamados serviços florestais podem ser explorados de diversas maneiras, dentre as quais se destacam: a conservação da biodiversidade, o sequestro de carbono, a proteção das bacias hidrográficas e a exploração de belezas naturais. Seu argumento reforça a ideia de que a Amazônia não deve ser vista como um santuário a ser preservado e a impor obstáculos ao trabalho de atividades como a soja, a mineração e os grandes projetos de infraestrutura (como as hidrelétricas de grande porte), mas como um ecossistema único que deve ser explorado de modo a respeitar as suas peculiaridades e potencialidades.

¹⁸Para ilustrar o caso o autor cita o posicionamento da Federação de Agricultura e Pecuária do Pará em 2010: apesar de acordo celebrado entre o Ministério Público, o Greenpeace e empresários locais em favor da realização de boicotes de compra de gados de fazendas onde havia desmatamento ilegal, trabalho escravo, ocupação de áreas indígenas ou terras públicas a medida era publicamente descumprida, pois apenas 10% dos pecuaristas paraenses haviam atualizado o Cadastro Ambiental Rural, de modo que os outros 90% não poderiam ser monitorados. Ao comentar o tema o presidente da Federação, representante dos pecuaristas, afirmara que esta era uma medida cuja concretização ocorreria apenas no longo prazo. Deste modo, mascarava o fato de que a pecuária é uma atividade em que o uso ilegal da terra é amplamente frequente e prática naturalizada entre as elites locais.

¹⁹ O *link* do trabalho de Evaristo Eduardo de Miranda citado no artigo de Abramovay (2010) não funcionou em busca realizada no dia 27 de agosto de 2016 e, por essa razão, foi impossível visualizá-lo.

Apesar de considerar os avanços na legislação, especialmente quanto ao Macrozoneamento Ecológico-Econômico, - ver Figura 3, na próxima página - enxerga limitações na política de licenciamento ambiental, das quais dois pontos são destacados. Em primeiro lugar o foco no impacto imediato das obras mascara as consequências futuras, como os deslocamentos populacionais e os problemas decorrentes deles, por exemplo. Em seguida, o licenciamento ambiental torna claro o contraste entre o alto nível da burocracia pública instalada em Brasília e os problemas enfrentados pelo IBAMA em nível local.

Figura 3 – Macrozoneamento Ecológico Econômico da Amazônia Legal



Fonte: Ministério do Meio Ambiente (2010).

Possivelmente a conclusão mais fundamental trazida pelo artigo de Abramovay seja a de que, apesar da redução do desmatamento recente da Amazônia, - bem como a redução da desigualdade e o gigantesco recuo da pobreza logrado pelos governos de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff - o Brasil não inovou em formas de crescimento econômico dissociadas do uso intensivo de energia e de recursos naturais, de modo que o potencial de biodiversidade do país segue subaproveitado. A superação do desafio de conciliar a exploração sustentável da biodiversidade com a consolidação de uma sociedade mais democrática e menos desigual é apontado como o caminho para o desabrochar de estratégia nacional de desenvolvimento sustentável.

A análise da experiência amazônica dos modelos de desenvolvimento do Acre e de Rondônia e, de maneira geral, da Amazônia Legal incorpora e enriquece o debate sobre o caráter do desenvolvimento. O aprendizado dos acertos e equívocos da ocupação da região serve como lição para pensar o intento de construção nacional sem a destruição impetuosa de seus recursos naturais, ao contrário do que tem sido a regra na história da consolidação dos países centrais, especialmente após a Revolução Industrial. Como se nota, a Amazônia se vê diante de um paradoxo: ocupa posição central nos debates mundiais, ao mesmo tempo em que ocupa posição periférica no Brasil.

1. O DEBATE AMBIENTAL, O CAPITALISMO E A ABORDAGEM DE ROBERTO MANGABEIRA UNGER

Este Capítulo visa trazer histórico dos principais Encontros e Conferências de meio ambiente desde os anos 60 do século XX, assim como seus avanços e impasses. Uma das características mais marcantes do pensamento ecológico que consolidou-se a partir deste período é sua crítica ao consumismo e, mais especificamente, seu caráter crítico ao capitalismo e, até mesmo, sua posição anti-capitalista não raras vezes apresentada com retórica romântica. Löwi (2006) advoga a superação do modo de produção capitalista como forma de superação dos problemas ambientais derivados da sociedade do consumo de massas sob a perspectiva do ecossocialismo. Acselrad (2004), Herculano (2013) e os debates oriundos dos encontros ambientais que apresentamos abaixo, por sua vez, comumente utilizam-se da lógica de estrutura profunda ao explicitarem suposto caráter indivisível e repetível do capitalismo. A questão posta é se esta ponderação se sustenta diante da perspectiva teórica ungeriana. A hipótese argumentativa liga-se à possibilidade e pertinência da construção de alternativas institucionais imediatas para a questão ambiental para além da linguagem das teorias sociais de estrutura profunda, as quais apresentaremos a seguir.

Unger problematiza o conceito de capitalismo a partir do que chama de fetichismo institucional, ou seja, “a crença em que conceitos institucionais abstratos, como as ideias de democracia representativa, economia de mercado ou sociedade civil livre, têm uma expressão natural e necessária em um conjunto particular de estruturas legalmente definidas” (UNGER, 1999, p.91). Ademais, chama a atenção para a possibilidade de ocorrência da transformação institucional fora dos momentos de crise derivados de, a nosso ver, improváveis movimentos revolucionários a esta altura da chama histórica. Este Capítulo organiza-se em duas seções: a primeira delas traz as reflexões derivadas dos encontros e conferências ambientais a partir dos anos 60 do século XX e sua verve crítica ao capitalismo. A segunda seção pontua a crítica de Unger a partir da noção de fetichismo institucional. Em sua conclusão, avança para a possibilidade de transformação institucional.

1.1. O debate internacional sobre o meio ambiente

Ao fim e ao cabo este debate insere-se na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Sachs (2009) atribui a onda de conscientização ambiental parcialmente ao lançamento das bombas atômicas no Japão ao final da Segunda Guerra Mundial. A partir dali a humanidade havia conseguido poder bélico suficiente para destruir todo o planeta. Outro momento de referência foi a chegada do homem à Lua: as imagens da Terra reforçaram a sensação de finitude diante da percepção do planeta como o abrigo de todos os povos.

Após a segunda metade da década de 60 do século XX os encontros, conferências internacionais e acordos de meio ambiente ganharam vulto. Neste período, a metáfora da Terra como uma espaçonave com quantidades limitadas de recursos naturais é utilizada pela primeira vez durante discurso no Conselho Econômico e Social (ECOSOC) da ONU. O contexto de então, que era tratado como momento de revolução da produtividade na agricultura por conta da disponibilização de novos insumos, preocupava os ambientalistas. As razões da preocupação restavam sobre os efeitos do uso de pesticidas sintéticos, como o DDT, para a saúde das pessoas e do meio ambiente. Além do DDT, as pesquisas começavam a apontar os perigosos efeitos do *fallout*, a poeira radioativa liberada por explosões nucleares que, uma vez que alcancem a troposfera e a estratosfera, são distribuídas por todo o globo terrestre em no máximo um mês por conta da circulação atmosférica. Ademais, os efeitos da neblina causada pela poluição, o *smog*, igualmente frequentaram as preocupações do movimento ambiental.

Pouco antes da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, realizada na sueca Estocolmo no ano de 1972, ocorreram debates sobre como superar os problemas ambientais, explanados em documentos como o Painel sobre Desenvolvimento e Ambiente (Founex), em 1971, ou no Relatório *Meadows*.

A publicação do Relatório *Meadows*, em 1968, executado com apoio de técnicos do MIT e patrocinado pelo Clube de Roma, exerceu influência relevante no debate ambiental. Os temas eleitos sobre os quais o relatório debruçou-se foram: a pobreza em meio à abundância, a deterioração ambiental, a expansão urbana descontrolada, a insegurança de emprego, a alienação da juventude, a inflação e a rejeição dos valores tradicionais. O pressuposto do relatório era o de que a mudança em qualquer dos elementos anteriores permitiria a mudança nos elementos seguintes. Diante disso, escolheu-se trabalhar com a variável ambiental, em

aposta que associava a preservação ambiental à redução da pobreza, criação de novos empregos, contenção da expansão urbana, e assim sucessivamente. Simulações realizadas apresentaram cinco fatores supostamente determinantes para a resolução da questão: o crescimento populacional acelerado, a produção agrícola, o esgotamento dos recursos naturais, o processo industrializador e a poluição.

Em busca de equilíbrio global e no intento de minimizar catástrofes ambientais de caráter cada vez mais globais, a equipe condutora do Relatório *Meadows* estabeleceu metas a serem atingidas por meio de “restrições deliberadas ao crescimento”:

estabilizar a população, igualando a taxa de natalidade e mortalidade para 1975; permitir o crescimento do capital industrial até 1990 e estabilizá-lo depois, fixando-se a igualdade entre a taxa de investimento e a de depreciação; reduzir o consumo de recursos naturais por unidade de produção industrial à quarta parte de seu valor em 1970; transferir as preferências econômicas da sociedade para serviços (cultura, saúde) e menos para a produção industrial; reduzir a produção de poluição por unidade de produção industrial e agrícola à quarta parte do seu valor em 1970; evitar a desnutrição por meio do desvio de capital para a produção de alimentos. Estimular o capital agrícola a desenvolver atividades para o enriquecimento e a preservação dos solos; aumentar a duração média de vida dos bens industrializados (HERCULANO, 2013, p.21-22).

A ênfase com que a redução da produção industrial era defendida foi amplamente compreendida como defesa do crescimento econômico zero para todos os países do mundo como estratégia de preservação do meio ambiente. Sachs pondera que este último grupo não teria se importado com a quantidade de pessoas totalmente alheias ao mundo do consumo, propondo que todos pagassem uma conta originada por uma minoria abastada com hábitos de consumo muito acima das possibilidades do planeta (HERCULANO, 1992). Claramente a opção de crescimento zero teria como consequência a cristalização das desigualdades e privilégios presentes entre as sociedades naquele período histórico. Por essa razão o Brasil, - que vivia o seu ‘milagre econômico’ e expandia fortemente o uso de recursos naturais - assim como alguns países periféricos, rechaçaram tais propostas.

Outro grupo afirmava que as preocupações ambientais poderiam embaraçar os esforços industrializantes dos países periféricos para alcançar o nível de vida dos países centrais: eram os *Cornucopians* – para os quais o crescimento e a abundância deveriam ser priorizados. De acordo com este grupo, a prioridade deveria ser o crescimento econômico, ao passo que suas externalidades negativas poderiam ser neutralizadas à medida que os países periféricos atingissem maiores níveis de desenvolvimento. Os desequilíbrios ambientais globais existentes

naquele momento deveriam ser creditados aos países centrais, que haviam se industrializado e utilizado os recursos naturais de maneira mais intensiva até aquele instante da história (SACHS, 2009).

Outro grupo presente na Conferência de Estocolmo ficou conhecido como *Doomsayers* - Catastrofistas. Este grupo foi caracterizado de neo-malthusiano pelos seus críticos, por conta da defesa de que o crescimento econômico, demográfico e, principalmente, o consumo deveriam ser estagnados de imediato para que o planeta não se deparasse com a ampliação dos dramas ambientais. Seu maior expoente é Garrett Hardin, autor da alegoria do salva-vidas, segundo a qual se um bote possui capacidade para dez pessoas, então ele pode ser ocupado por dez pessoas e todas se salvarão. Entretanto, se o bote for ocupado pela décima-primeira pessoa, então todas elas perecerão. Para Hardin, - *dixit* Herculano (1992, p.14) - o décimo-primeiro passageiro são os habitantes do chamado Terceiro Mundo. Sob este aspecto, a sua proposta segue a direção de eliminar as políticas de auxílio aos países periféricos, bem como zerar o aumento populacional nesses países. Julgamos essencial acrescentar que a proposta neo-malthusiana distancia-se de qualquer razoabilidade por conta da enorme dificuldade em atingir consenso político global quanto a tais medidas, em momento em que dezenas de países, tanto centrais quanto periféricos, passam a executar políticas públicas de incentivo ao crescimento demográfico como forma de mitigar ameaças à sua própria soberania nacional (Japão, Irã, China, Itália e Suécia são apenas alguns países que têm lançado diversas políticas públicas com o objetivo de elevar a taxa de natalidade e frear o envelhecimento de suas populações).

Outros grupos de opinião também se fizeram presentes no debate, como os marxistas – os quais advogavam que a crise ambiental seria consequência do capitalismo e, para superá-la, a condição *sine qua non* era superar o próprio regime capitalista. Löwy baseia o ecossocialismo na propriedade coletiva dos meios de produção, no planejamento democrático dos investimentos e da produção e, por fim, em nova estrutura tecnológica das forças produtivas. Como pautas ambientais sugere a adoção de transporte coletivo público, a defesa da saúde pública, a redução da jornada de trabalho e a luta contra o sistema de dívidas nacionais. Ora, muitas destas propostas já estão implementadas inclusive nos países tidos como modelos exemplares de capitalismo.

Já o fundamentalismo verde, escorado pela hipótese Gaia do cientista James Lovelock formula a noção de que a Terra – intitulada de Gaia - seria organismo vivo. Diante dos

desequilíbrios ambientais decorrentes da atividade humana, Gaia poderia agir como um ser canibal, consumindo a espécie humana para restabelecer o equilíbrio anterior. O fundamentalismo desta teoria desenvolve-se à medida que a destruição da natureza é concebida como algo mais grave do que catástrofes humanas como a fome, por exemplo. Novamente, nos cabe pontuar críticas a este tipo de tese, por conta (1) do seu distanciamento das realidades existentes nos países periféricos, (2) da desresponsabilização implícita dos países centrais nos danos globais ao meio ambiente realizados no passado que ainda produzem consequências presentes e, por fim, por conta (3) da impopularidade causada a quaisquer atores políticos de países periféricos que buscassem publicamente a defesa da tese de que políticas públicas de preservação ambiental opor-se-iam às políticas públicas voltadas à elevação dos padrões sociais e materiais, como no caso das políticas de combate à fome.

As críticas ao Relatório *Meadows* realizadas por membros do Clube de Roma enfatizou o caráter tecnocrático do modelo, a desconsideração de que novos estoques de matérias-primas poderiam ser descobertos e, posteriormente, explorados. Teria igualmente relegado a importância do progresso tecnológico e sido parcial em suas conclusões por conta da limitada quantidade de variáveis consideradas (HERCULANO, 2013, p.23).

Herculano aponta a publicação do Relatório sobre o Ambiente Humano em 1972 que, na verdade, constituiu-se de livro em que propunha uma espécie de contabilidade de custos ambientais, além de propostas para o controle de pesticidas, de tratamento de esgotos, de reutilização de detritos e de modernização da construção de habitações. Foram propostas também soluções de caráter moral para o enfrentamento dos problemas ambientais, tais como a responsabilidade coletiva, a participação popular nas decisões, o questionamento da soberania das nações em relação aos temas afeitos a mais de uma comunidade nacional etc.

Durante a Conferência de Estocolmo, em 1972, tanto o fundamentalismo ecológico neo-malthusiano quanto a miopia economicista dos *Cornucopians* foram substituídos pela necessidade do aproveitamento racional e sustentável da natureza em prol das populações locais. Deste entendimento nasceu a estratégia de conservação ambiental baseada nas reservas de biodiversidade da UNESCO. O fundamento desta estratégia estrutura-se pela ideia de que "a conservação da biodiversidade deve estar em harmonia com as necessidades dos povos do ecossistema" (SACHS, 2009, p.53). Ao manter o espírito de documentos anteriores, a

Declaração de Estocolmo apresenta preocupações amplas, tais como o combate ao racismo e ao colonialismo.

Já na Conferência de Nairóbi, também mencionada como Estocolmo +10, foi criada a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, presidida pela primeira-ministra norueguesa de então, Gro Harlem Brundtland e composta por personalidades de destaque oriundas de países de todos os continentes. É a partir deste relatório que reaparece a ideia de desenvolvimento sustentável. Proposto inicialmente em 1987 no âmbito da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, o relatório *Our Common Future*, liderado por Harlem Brundtland define o termo desenvolvimento sustentável como

processo de transformação no qual a exploração de recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas presentes e futuras (CMMAD, 1988, p.49).

Ao longo do relatório o conceito de desenvolvimento sustentável é ampliado para referir-se a “retomada do crescimento, alterando a qualidade do desenvolvimento” para torná-lo “menos intensivo de matéria-prima e mais equitativo em seu impacto” (HERCULANO, 1992, p.10). Em suma, desenvolvimento sustentável pressupõe a diminuição do nível de exploração da natureza, em prol das gerações futuras.

O mesmo relatório identifica três campos da crise ambiental: (1) o uso de tecnologias poluidoras, (2) o aumento demográfico e (3) a intensificação e expansão da miséria. De outro lado identifica três soluções para estes problemas: (1) reorientação tecnológica e maior fiscalização, (2) controle populacional do ‘Terceiro Mundo’ e (3) políticas de ajuste e auxílio financeiro aos países pobres. Esta caracterização da questão apresenta soluções nas quais as novas tecnologias teriam papel central tanto para a produção de regime econômico menos intensivo na exploração dos recursos naturais quanto para limitar o aumento populacional nos países periféricos. Além disso, se a pobreza é lembrada como um dos fatores primordiais da crise ambiental, por outro lado os dejetos tóxicos e a poluição exalada pelos países centrais são negligenciados. Por fim, a solução proposta – políticas de ajuste – tem trazido resultados devastadores nas últimas duas décadas nas regiões onde foi aplicada.

Herculano (2013; 1992) pontua, acertadamente, que o Relatório Brundtland caracteriza a pobreza como causadora da deterioração ambiental que, por sua vez, causa a pobreza. Este ciclo vicioso retroalimentado ignoraria algumas variáveis da degradação ambiental: o alto

padrão de consumo atual dos países centrais, o alto nível de recursos ambientais utilizados historicamente pelos países centrais para lograr atingir o nível de riqueza atual e, por fim, a hipótese de que a pobreza e a deterioração ambiental sejam consequências de modo de produção de riqueza vigente contemporaneamente, ao priorizar a multiplicação do capital em detrimento do atendimento das necessidades humanas mais prementes. Neste ponto restaria consolidada a contradição central do Relatório Brundtland: embora o documento identifique as relações coloniais a partir das quais os países “em desenvolvimento” foram submetidos, os ajustes para a mudança de panorama são apenas circunstanciais e não tocam no fulcro da estrutura.

Se a Conferência de Estocolmo representou o ponto inicial para a discussão global de problemas ambientais globais, a Conferência Rio-92, realizada no Rio de Janeiro, teve como resultado o compromisso da busca entre a preservação ambiental e o desenvolvimento. A Rio-92 apontou cinco pontos para a construção de economia baseada em princípios garantidores da sustentabilidade, de modo a articular a cultura local, os aspectos sociais marcantes de cada sociedade e a técnica de produção como proposições para a conformação de modelo de desenvolvimento:

(1) eficiência - novos padrões tecnológicos que projetem a racionalidade econômica para o conjunto dos recursos planetários de modo a torná-los duradouros, assegurando os meios materiais requeridos para a continuidade do desenvolvimento econômico e social; (2) equidade - consideram-se as relações intrínsecas entre desigualdade social e degradação ambiental — questões que não podem ser analisadas em separado [...]; (3) novos padrões de produção e consumo - níveis de crescimento econômico continuado voltados para a satisfação de demandas por bens de consumo não-essenciais são incompatíveis com um processo de desenvolvimento ecologicamente benigno [...]; (4) auto-suficiência - o conhecimento das populações locais tem papel destacado na construção de competências para uma gestão territorial compatível com a conservação da base material do desenvolvimento; aqui, aponta-se para os riscos de que a expansão generalizada das relações de mercado representa para a preservação da estabilidade cultural e da capacidade reprodutiva da base material das comunidades tradicionais; (5) ética - são ressaltados os valores, deveres e obrigações morais relativos à preservação das condições de existência da vida no planeta [...] (ACSELRAD, 1999, p.9).

Acselrad compreende a noção de sustentabilidade como um apelo ao pensamento de longo prazo, ao relacionar a dinâmica social de uma determinada sociedade (as relações de poder presentes, as desigualdades sociais e de gênero, a participação política dos seus membros etc) com a sua base material existente. Considerando-se a pluralidade de conhecimento produzida por universidades, pelo saber popular, por instituições de pesquisa, o resultado do

complexo intercâmbio de variáveis e de atores numa rede de políticas públicas prometeria fazer com que a sustentabilidade auxiliasse na produção de modelos alternativos de desenvolvimento.

É possível dizer que Acsehrad (1999) fortalece o termo sustentabilidade para muito além do desafio proposto inicialmente, porque avança da mera esfera ambiental para articular outras esferas da vida sob um viés holístico e integrador. Tanto a cultura, quanto o modo como se desenrolam as relações de poder e as instituições democráticas, ou mesmo os propósitos filosóficos da produção capitalista passam a ser parte integrante da mesma discussão, de modo que a construção mesma do próprio Estado de Bem-Estar Social e os projetos nacionais de cada país passam igualmente a orbitar o domínio das controvérsias da sustentabilidade.

Uma das compreensões filosóficas mais disseminadas sobre o desenvolvimento é a de um suposto movimento em direção ao melhor, - ainda que a noção de melhor também guarde suas subjetividades - crença no progresso como força vigorosa em favor de futuro mais razoável. Este mito argumentativo moderno estruturado pela noção de que "a História joga a favor da igualdade", como nos recorda Albert Hirschman (1995) em trabalho crítico sobre o tema, foi seriamente comprometido com as experiências aniquiladoras do nazismo e dos campos de concentração. Se o termo desenvolvimento sustentável parece coadunar-se com a crítica em relação às práticas ambientais predatórias do passado, bem como com preocupações sobre o futuro da humanidade, por outro lado também é claramente insuficiente para a construção de novas utopias, posto que sujeito às inúmeras interpretações e ressignificações.

Enfim, durante as últimas décadas foram realizados inúmeros encontros, inclusive de caráter internacional, nos quais a preocupação com o meio ambiente recrudescer. Desde os encontros com pauta exclusiva ambiental, até reuniões amplas, como o Fórum Social Mundial ou a participação de governos em ações como o Painel Internacional para as Mudanças Climáticas, são muitas as esferas de debate. Herculano (2013) reconhece, entretanto, que a constituição de órgãos, agências reguladoras e aprovação de legislação tem sido bem mais fácil do que colocá-los em operação.

Preliminarmente, consideramos que a união de dois conceitos em disputa e amplos como desenvolvimento e sustentabilidade é problemática especialmente por conta da sua tendência a abstração, como nos mostra os cinco pontos de uma economia sustentável. Assim, nos permitimos fazer alguns questionamentos diante deste debate: (1) A partir de que estágio de equidade é possível considerar uma sociedade sustentável? (2) Como definir se um bem de

consumo é não-essencial e, portanto, incompatível com o processo de desenvolvimento ecologicamente sustentável? Há poucas décadas o computador, a *internet* ou o celular eram tidos como luxos tecnológicos, ao passo que hoje são instrumentos essenciais na sociedade do conhecimento; (3) Em que medida as comunidades tradicionais estão preocupadas com a preservação de seus costumes arraigados e, por outro lado, em que medida estão interessadas em ingressar no mundo do consumo? (Não necessariamente no mundo do consumo supérfluo, mas de um padrão de consumo capaz de fazê-las superar um grau de carência prática de bens que as permita aumentar a sua qualidade de vida, mesmo que isso tenha como consequência a perda de alguns aspectos do seu modo de vida tradicional). Estes são apenas alguns dos questionamentos práticos que a análise conceitual do termo desenvolvimento sustentável parece não responder a contento, já que a sua resposta inevitavelmente resvala em uma moralidade calcada por juízos de valor não-universais e dificilmente universalizáveis. Herculano trata essa relação de modo equilibrado ao assinalar que

a ideia da construção de uma sociedade passada a limpo, igualitária e livre, justa e democrática, bonita e feliz, é algo muito mais amplo e não cabe dentro da expressão ‘desenvolvimento isso’ ou ‘desenvolvimento aquilo’, pois sai necessariamente do campo limitado da economia e entra no campo muito mais abrangente da filosofia. É sobretudo uma questão ética (HERCULANO, 1992, p.45).

Mais do que uma questão filosófica, o tema da democratização das sociedades diante do desenvolvimento sustentável é assunto interdisciplinar. Não deve ser tratada como mera utopia distante, mas como um passo adiante, possível, fruto da junção da imaginação com a capacidade de ação dentro das contingências existentes. Do ponto de vista das políticas públicas, é claramente um elemento que provoca ações interssetoriais, ou seja, exige a união de esforços mútuos entre diversas agências governamentais e inovações nos serviços públicos, estimulando a sua oferta sob um paradigma pós-fordista, não-padronizado.

Para Herculano (2013, p.108), Acsehrad diagnostica a oligarquização do controle dos recursos naturais, a homogeneização do território em monocultivos e a destruição das formas sociais não-mercantis de convivência – em geral, a natureza – como consequências fundamentais do capitalismo sobre o meio ambiente. Ao tentar produzir diagnóstico pretensamente universal dos efeitos de determinado modo de produção, o autor acaba por minimizar os efeitos das alternativas institucionais transformadoras em torno das relações entre

a ecologia e a economia de mercado. Veremos as razões teóricas desta postura logo abaixo, em que o ângulo de Unger sobre o tema está posto.

1.2. O movimento ambiental e as estruturas em Unger

Unger traz contribuição ao pensamento ambiental quando reformula ideias bastante difundidas na área. Parte do ambientalismo global possui verve fortemente anti-capitalista, com discurso de denúncia do *status quo* e das devastações ambientais mas, sem deter o controle de instrumentos e sem ter a clareza dos processos de mudança social, os encaminhamentos e propostas mudancistas tornam-se vagos ou estéreis, e adiam as grandes transformações para momento futuro no qual o desenvolvimento das forças produtivas e das contradições do capitalismo se acumulariam de maneira incontornável. Este tipo de interpretação é dotado da premissa do fetichismo institucional (UNGER, 1999). Sucintamente, é a ideia de que um sistema é um sistema, imutável e totalizante, como o capitalismo ou o socialismo.

Para Unger este tipo de abordagem política da sociedade é denominada revolucionária. Deriva-se das teorias de estrutura profunda, dentre as quais a mais conhecida, embora não a única, seja o marxismo. Tal teoria fundamenta-se essencialmente sobre um tripé argumentativo. O primeiro destes esforços está localizado na tentativa de analisar os conflitos práticos e de ideias no cotidiano e sua relação com as estruturas em cada momento histórico. Distingue, portanto, as disposições jurídicas definidoras da relação de cada classe com os recursos produtivos de cada sociedade - de caráter estrutural - das formas diárias de produção e troca - as práticas rotineiras e repetitivas de conflito e acomodação - mantidas no presente e que moldam o futuro. Delimita o que é estrutura e o que é rotina, portanto.

A segunda característica é o esforço para identificar o contexto formador²⁰ com tipos de organizações sociais indivisíveis e repetitivas, como é o caso do conceito de modo de produção no marxismo. Indivisíveis porque os elementos dos contextos formadores ou se mantêm todos

²⁰ Anderson (1992), em seu artigo "*Roberto Unger and the politics of empowerment*", observa que o conceito de contexto formador é uma noção alternativa ao conceito marxista de modo de produção, embora menos rígido e reproduzível do que a tradição marxista contempla. Os contextos formadores, elemento analítico fundamental na teoria social de Unger, marcam o modo pelo qual se reproduzem as regras em relação ao uso e alocação dos recursos culturais, econômicos e políticos nas sociedades por parte dos grupos de interesse e dos indivíduos. De modo geral, a noção de estrutura e a de contexto formador podem ser intercambiáveis em Unger.

juntos ou caem todos juntos. Se o caráter de indivisibilidade não estivesse presente, possivelmente a ideia de uma lista fechada de possibilidades existentes de organizações sociais cairia por terra. Além do caráter de indivisibilidade, a noção de repetição também se afirma. São repetíveis porque estão sujeitos a surgirem igualmente em períodos e sociedades distintas. Esta perspectiva distingue as reformas que mantém incólumes as relações de produção daquelas lutas revolucionárias precedentes ao modo de produção seguinte. Além disso, Unger (2001a, p.55) igualmente aponta o fato de que modos de produção compostos, mistos, são logo considerados instáveis, transitórios ou vertentes secundárias de modo de produção predominante.

A terceira característica toma forma a partir de apelo às leis de transformação estabelecidas, constrangimentos tidos como inevitáveis que se tornariam reais à medida que se desse o avanço da sequência de estágios de organização social, cuja consequência seria a realização dessas estruturas indivisíveis e repetíveis (UNGER, 2001a, p.12): o imperativo do desenvolvimento das contradições internas ao modo de produção levando ao modo de produção seguinte. Esta ponderação justifica-se tendo em vista que a teoria social de estrutura profunda consolidou-se como a mais importante ferramenta conceitual para a execução do projeto radical de emancipação humana e de rompimento dos grilhões das hierarquias sociais desde meados do século XIX até a atualidade.

Na produção intelectual de Marx o capitalismo é o paradigma de todos os modos de produção, ao passo que seu esforço ao desenvolver o materialismo dialético foi derivado da sua vontade de compreender as dinâmicas deste sistema. Unger argumenta que o conceito de capitalismo derivado de Marx é excessivamente universal e particular ao mesmo tempo. O nosso teórico social argumenta que sempre que é definido genericamente o capitalismo poderia fazer referência a situações históricas demasiadamente amplas. Para provar o seu ponto Unger testa várias definições para o conceito de capitalismo. Se muito genérica, sua definição acaba por englobar sociedades das quais as pessoas não têm em mente quando falam do tema. Por sua vez, se o esforço se desenrola no sentido de especificar as suas características com maior grau de detalhamento, acaba-se por descrever sociedades muito particulares:

A questão relativa a esse dilema de abstração e concretude pode ser colocada de outra forma. Aumenta-se a textura do conceito de capitalismo na esperança de que os traços mais concretos revelem o que há de mais significativo nos traços mais gerais e abstratos com que se iniciou. Também se espera que eles isolem os marcos da evolução capitalista

historicamente mais decisivos. Se existirem desvios, podem ser tratados como variações do tema central (UNGER, 2001a, p.64).

Para preencher de conteúdo a sua crítica, Unger aponta que definições abstratas do capitalismo devem combinar traços estruturais com orientações dinâmicas. A sua primeira tentativa é defini-lo a partir da predominância do trabalho assalariado (traço estrutural) em relação a qualquer outra forma de trabalho: a noção fundamental de que as pessoas precisam trabalhar e não possuem os meios de produção para o seu sustento, tendo de oferecer sua mão-de-obra. A luta pelo lucro, por sua vez, compõe a orientação dinâmica, organizada por meio da competição entre os donos dos meios de produção, que devem acumular capital para expandir sua produção.

Segundo Unger as sociedades do Atlântico Norte não foram as únicas a atenderem esta definição geral, já que esta combinação teria aparecido inúmeras vezes na história. A peculiaridade do Atlântico Norte se dá apenas pelo seu pioneirismo no processo de industrialização, mas impérios agrícolas e cidades-Estado republicanas também adotaram organização do trabalho em que a maior parte dos trabalhadores era legalmente livre e economicamente dependente, no qual havia a prática da venda da força de trabalho tanto no ambiente rural quanto no urbano, combinado às trocas monetárias em dinheiro:

Com frequência, o regime legal de trabalho livre diferia por detalhes institucionais dos dispositivos que surgiram na Europa no final da era medieval e início da moderna. Mas essa diferença não é importante, a menos que a estrutura legal específica do trabalho livre europeu seja incorporada na definição de capitalismo (UNGER, 2001a, p.64).

Unger rememora a sociedade chinesa sob a dinastia Sung, que governou aquele país entre os séculos X e XIII, como um exemplo a atender os traços estruturais e as orientações dinâmicas de capitalismo especificadas na hipótese. Obviamente, este exemplo não parece vir a mente quando se trata de pensar sociedades capitalistas. A fim de conter a excessiva abrangência do conceito é possível dizer que o exemplo não continha outros traços centrais de sociedades capitalistas. Este argumento, entretanto, segue no rumo do detalhamento excessivo, logo fazendo com que o conceito de capitalismo torne-se apenas a descrição de processo ocorrido localmente. Outro argumento – *dixit* Unger – acaba por compreender estes períodos como sementes do capitalismo posteriormente abortadas por contingências externas:

Mas, então, uma vez que todos esses casos de desenvolvimento interrompido estejam catalogados, descobre-se que o conceito de capitalismo foi minado. O caso de um

desenvolvimento capitalista de sucesso passa a ser uma aberração, erguendo-se contra o pano de fundo de uma lista muito mais longa de fracassos (UNGER, 2001a, p.65).

Unger testa, então, outra hipótese teórica para a definição do capitalismo. Novamente tenta defini-la com a generalidade suficiente para abranger uma situação histórica. Assim, nosso teórico traz outro conceito comumente utilizado para definir o capitalismo: sua existência está ligada ao processo de acumulação comercial e industrial em detrimento do excedente agrícola e da participação do trabalho camponês. Esta definição está ligada também ao processo de concentração econômica e do conhecimento por parte do meio urbano sobre o meio rural. Novamente esta definição traz problemas porque mesmo nos países supostamente pioneiros no capitalismo a agricultura continuou a impor “restrição independente sobre o ritmo e natureza da industrialização urbana” (UNGER, 2001a, p.66)²¹. Entretanto, ainda que esta definição fosse aceitável, seria preciso ponderar o quão pouco precisa ela é diante das infinitas combinações e variáveis sobre as quais o capital comercial-industrial logra aumentar a sua margem de independência sobre a economia agrícola: pode ocorrer com maior ou menor controle do aparelho estatal, com maior ou menor disparidade de classe e, eventualmente, pode ocorrer processo industrializador que apoie a produção rural. Pode ainda, ser formada por pequenos proprietários privados e comunitários ou por grandes iniciativas apoiadas pelo governo.

Uma vez mais o conceito de capitalismo traz problemas, pois é possível encontrar momentos históricos inusitados nos quais impérios agrícolas passaram por transformações nas quais as cidades tornaram-se centros irradiadores de comércio e manufatura, com grande importância do capital comercial, - como é, dentre outros casos, novamente o caso da China de Sung - sem que isso tenha levado ao processo de revolução industrial, pondera Unger.

Diante do impasse, Unger continua a estressar o conceito de capitalismo. Desta feita ele parte para definições com maior grau de concretude e incorpora elementos capazes de defini-lo ou sequências de ordens sociais e econômicas a partir das quais o capitalismo poderia representar um dos seus estágios. Na terceira tentativa Unger trata da definição de capitalismo segundo a qual “é o sistema que emerge de um processo que inclui a substituição de pequenas

²¹ Aqui poderíamos citar, por nossa conta, os casos de França e Holanda. Embora não seja um país tido pelos historiadores como pioneiro no capitalismo, nos parece tangível afirmar que o Brasil também insere-se neste exemplo no qual a agricultura, ao contrário de caminhar para a irrelevância econômica com o desenvolvimento das forças capitalistas e da hegemonia do urbano sobre o rural, torna-se ainda mais relevante, com todas as particularidades de modernização conservadora no caso nacional.

fazendas familiares, o triunfo da grande propriedade relativamente pouco intensiva em mão-de-obra e a conseqüente migração em massa da população para as cidades” (UNGER, 2001a, p.67). Aqui, a definição torna-se muito específica e evidencia casos que não se encaixam dentro do próprio contexto europeu, como a França, a Holanda e, agregamos, a Itália. Mas mais do que isso: Unger aponta também casos de superinclusão conceitual, aqueles em que impérios agrícolas nos quais a grande propriedade rural esmagou a pequena sem que tenha havido processo de revolução industrial. Ao contrário, com maior frequência teria havido regressão do comércio.

Para resolver o impasse o próprio autor sugere acrescentar maiores especificidades ao conceito: além da definição anterior, só há capitalismo se há proteção dos investidores contra a expropriação arbitrária por parte de governos. Neste caso, o capitalismo ocorreria com a garantia da liberdade privada dos investimentos. Uma vez mais, os fatos históricos impõem restrições: a industrialização alemã, por exemplo, ocorre apenas por meio de forte aliança entre o grande capital privado e o Estado. Agregamos que este também foi o caso da Coreia do Sul e mesmo do Brasil entre os anos 1930 e 1970.

Unger traz, então, outra das visões canônicas do capitalismo: “segundo esse ponto de vista, para que o capitalismo exista, grandes massas de assalariados têm de trabalhar lado a lado” (UNGER, 2001a, p.68). Evidências apresentadas pelo autor dão conta de que este é apenas estágio tardio do capitalismo Ocidental e, por outro lado, mesmo as grandes instalações industriais empregaram apenas parte reduzida da população ativa em qualquer das situações e sociedades normalmente rotuladas de capitalistas. E assim segue o autor a desmontar uma a uma as definições clássicas do conceito do capitalismo.

As dificuldades em definir o termo ocorrem porque, na teoria de Marx, deve descrever “a base institucional necessária (as relações de produção) para um certo nível de desenvolvimento das forças produtivas” (UNGER, 2001a, p.69). Entretanto, qualquer intento de definição para este conjunto de dispositivos é insuficiente diante das evidências históricas de experimentação, combinação e recombinação de instituições na tarefa de organizar a capacidade produtiva, as relações capital e trabalho e as relações econômico-sociais entre empresas, Estado e sociedade. Unger pontua a existência de outro papel para a explicação do capitalismo no “estilo marxista de explicação funcional” (UNGER, 2001a, p.69). Este papel caracterizaria a realidade das instituições e da vida social europeia na modernidade. Esta

realidade teria adquirido contornos pretensamente universais diante da relevância global das suas transformações, mas seria incapaz de definir outras sociedades e períodos.

A outra razão para as dificuldades com a definição do capitalismo relaciona-se com a teoria de estrutura profunda em Marx. Dessa forma o termo passa a ter de dar conta de descrever organização social indivisível e repetível: “indivisível no sentido de que seus elementos não podem ser desagregados e recombinaados com outros elementos; repetível no sentido de que ele não designa em retrospectiva apenas um estado de coisas capaz de se realizar uma única vez e num único lugar” (UNGER, 2001a, p.70). Este desafio faz com que o conceito, por um lado, jamais seja abstrato o suficiente. Por outro lado, também deve lograr explicar a estrutura de conjunto de processos econômicos e sociais, das rotinas com aspecto de leis. De acordo com Unger, esta segunda função faz com que o termo perca a sua generalidade, força e clareza e passe apenas a descrever uma série de eventos em horizonte temporal específico.

Diante das evidências, a conclusão trazida por Unger é ácida:

Conceitos como capitalismo continuam sendo usados na literatura histórica e de ciências sociais e em debates ideológicos por pessoas que afirmam não adotar premissas funcionais ou de estrutura profunda, mas cujo uso desses conceitos trai essa negativa. Sem ter encontrado um sucedâneo para a análise de estrutura profunda, elas insistem em falar como se conceitos como capitalismo pudessem ser usados para indicar outra coisa que não uma alusão a um estado de coisas historicamente único e unicamente localizado. Falam como se esses conceitos pudessem designar tipos repetíveis e indivisíveis de organização social, ao mesmo tempo abstratos e definidos com detalhe. Encenam na imaginação e no discurso uma forma de pensar que não querem ou não podem defender. Seu equívoco é um sintoma da relação turbulenta entre as ideias atuais de sociedade e história, e a tradição de lógica profunda. [...]

Dois fatores trouxeram à superfície essas fraquezas no uso das categorias centrais da teoria social descritiva e explicativa. Um é a ampliação do conhecimento disponível com relação ao passado; o outro, uma mudança nas lições aparentes da história contemporânea. Ignorância protege contra o primeiro. Somente a obtusidade e a indiferença podem esconder o segundo.

O nosso autor considera o relato das leis caracterizadoras do modo de produção capitalista como o fator nuclear do estudo do capitalismo em Marx. Tais leis ora desempenham o papel de explicar processos repetitivos, ora tratam de tendências de desenvolvimento. O modo de produção é a estrutura dentro da qual operam tais leis. Até aqui, contudo, é preciso notar que o debate se dá sob a perspectiva teórica. Não obstante suas limitações teóricas, a análise de estruturas profundas traz problemas para o debate contemporâneo das decisões cotidianas da política. Um reformista, por exemplo, ao negar as estruturas passadas e presentes das sociedades

e tratar as particularidades de cada sociedade particular distante de dinâmica histórica mudancista, acaba por esgarçar o ideário transformador, dificultando a identificação de crenças, valores e experiências comuns e transformando a institucionalidade existente em rotinas resultantes de restrições inevitáveis no âmbito social, econômico e organizacional.

Diversamente, um marxista defensor da revolução total como método transformador da sociedade teria dificuldades em envolver-se em debates sobre a reforma de dentro para fora em uma economia tida como capitalista em alguma democracia ocidental contemporânea. Isto ocorreria porque a inspiração do sistema teórico que o move o faria interpretar as reformas apenas como forma de adiamento das leis de movimento do modo de produção presente no materialismo histórico, movimentos defensivos que mitigam e controlam os conflitos sem transformação da realidade.

Contudo, ainda que eventualmente o objetivo de reformas fosse a alteração da estrutura institucional da democracia e da economia de mercado, com medidas como a imposição de controle político de fluxos de investimentos ou a reorganização constitucional da democracia em torno da promoção da mobilização das massas, a aposta na negação das reformas seguiria valendo a pena? Se Marx argumenta, segundo os imperativos da lógica profunda, que os papéis sociais, hierarquias e interesses são indivisíveis e, portanto, ficam mais claros conforme ocorre o aprofundamento dos conflitos sociais Unger, ao contrário, aponta que os conflitos tornam mais turvos os interesses envolvidos, o que provocaria o aumento da possibilidade de construção de novas alianças e identidades de grupo e partidos de opinião formados por atores de diversos grupos e classes sociais. Os antagonismos de classes não seriam fruto de inevitabilidade predeterminada, mas podem ser fluidos e sujeitos às recombinações: “as ilusões teóricas cobram seu preço na prática, cegando as pessoas para muitas oportunidades, fornecendo-lhes álibis para a omissão e fortalecendo as animosidades que proclamavam reconhecer completamente” (UNGER, 2001a, p.78).

Unger conclui a sua argumentação citando a decadência de partidos trabalhistas e socialistas nos países do Atlântico Norte que, mesmo notando o declínio da produção em massa nas fábricas e, conseqüentemente, do seu maior perfil de eleitorado – os operários – levaram muito tempo a se reorganizar. Após saírem de isolamento imposto pela miopia, acabaram por rebaixar suas ilusões transformadoras com programas políticos cada vez menos ambiciosos.

1.3. Considerações Finais

Como vimos, há fração importante do pensamento ecológico com viés discursivo fortemente anti-capitalista. Ao apontar as deficiências conceituais do termo capitalismo, Unger pontua, em suma, que sua suposta unicidade conceitual esconde possibilidades de combinação e recombinação institucionais praticamente infundáveis. Para distanciar sua própria análise da análise da lógica profunda, evita a expressão ‘capitalismo’ e utiliza ‘economia de mercado’. De todo modo, o que se quer neste capítulo é apontar que a negação do capitalismo por parte do movimento ambiental pode constituir-se apenas em aposta de cunho retoricamente revolucionário sem conteúdo institucional. A defesa do argumento de que as leis de movimento do modo de produção capitalista ainda não permitem a sua superação, ao mesmo tempo em que apontam a sua inviabilidade, pode constituir-se em equívoco por ter como consequência o possível adiamento de mudança que, se não é pela revolução total, poderia gerar outra perspectiva transformadora da qualidade das instituições presentes.

O pensamento ecológico, tanto nas correntes ecossocialistas quanto nas demais, parece seguir a debater a temática sob a linguagem de estrutura profunda ao tratar o capitalismo como algo indivisível e repetível. O ecossocialismo, por sua vez, ao defender pautas como a “promoção de transporte público coletivo” (LÖWY, 2006 *apud* HERCULANO, 2013) acaba por demonstrar, na prática, que o seu horizonte programático é reduzido, inclusive porque muitos países comumente identificados como capitalistas já oferecem tal política pública. Outras medidas, como a defesa da saúde pública, a redução da jornada de trabalho e a luta contra o sistema de dívidas nacionais são pautas relevantes. Entretanto, frequentemente têm sido tratadas também em países normalmente identificados como capitalistas, o que reforça a noção da importância de se pensar o aprofundamento da democracia a partir das possibilidades de combinação e recombinação das instituições, a fim de melhorar a qualidade do seu funcionamento, assim como o atendimento das demandas dos homens e mulheres comuns.

Ademais, consideramos fundamental pontuar que a redução do horizonte programático da transformação institucional temperada com discurso igualitário de superação das relações capitalistas, tão presentes no movimento ambiental e em organizações não-governamentais atuantes nesta temática, bem como sua associação com medidas que não raras vezes já são implementadas nos países do Atlântico Norte reforçam o colonialismo mental em países como

o Brasil. Têm como consequência prática uma postura amplamente compreendida pela população como contrária aos interesses do país e do povo brasileiro, na medida em que desvaloriza os esforços nacionais em prol do meio ambiente e supervaloriza o que é alheio ao país. A despeito da crítica ao capitalismo, ao buscar impor projetos ou políticas públicas que nos são externos, tais organizações são vislumbradas por parcela relevante dos brasileiros como agentes dos interesses econômicos do grande capital internacional e de potências estrangeiras em território nacional. Eis aqui o paradoxo: apesar da retórica em prol do igualitarismo ou até mesmo do modo de produção socialista, as ações destas organizações são vistas como reprodutoras das desigualdades tipicamente associadas ao modo de produção capitalista.

A crítica de Unger às teorias de estrutura profunda permite desnudar tais dilemas ao apontar, por exemplo, os limites do conceito de modo de produção marxista. Ao tornar límpidas estas limitações é possível realizar a sua transposição ao pensamento hegemônico do movimento ambiental, de modo a compreendermos com maior profundidade os limites e contradições do discurso ambientalista, bem como seus desdobramentos no caso brasileiro.

2. DISCUSSÃO DOS TRABALHOS SOBRE A AMAZÔNIA PUBLICADOS ENTRE 2011 E 2016

O presente Capítulo está estruturado de modo a apresentar sucintamente as discussões contemporâneas sobre a região Amazônica. Busca responder a questão sobre como a Academia enfrenta o desafio de refletir sobre a Amazônia e quais os assuntos debatidos de maneira mais recorrente. A hipótese assumida por este Capítulo é a de os estudos sobre a região cindiram-se basicamente entre aqueles que a tratam a partir da perspectiva ampla do seu desenvolvimento e aqueles que mergulham a fundo nos estudos de caso das chamadas comunidades tradicionais e os efeitos específicos nestas comunidades dos grandes programas de desenvolvimento. Com este objetivo foram selecionados artigos expostos durante o período 2011-2016. O recorte temporal mostra-se de absoluta importância por conta do grande número de estudos sobre a região, de modo que não seria possível retratar um recorte mais amplo no espaço de apenas um capítulo.

A seleção dos artigos deu-se a partir da consulta ao Scielo (*Scientific Electronic Library Online*), indexador *open access* de publicações em revistas acadêmicas brasileiras e estrangeiras, no mês de janeiro de 2017. Foram pesquisados artigos que contivessem concomitantemente os termos *Amazon* e *development*, bem como suas traduções nas línguas espanhola e portuguesa. Foram analisados apenas os artigos disponíveis em seu inteiro teor, dispensados aqueles que apresentavam apenas o resumo ou trechos incompletos.

A triagem de artigos utilizou alguns filtros com o objetivo de otimizar a análise, como a seleção das áreas temáticas apenas de Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas, publicações em revistas brasileiras, portuguesas e mexicanas. Na opção WoK (*Web of Knowledge*) de Áreas Temáticas foram selecionadas as opções *Anthropology*, *Sociology*, *Environmental Studies*, *Economics*, *Social Science*, *Geography*, *Agricultural economics*, *Business*, *Demography*, *History of Social Sciences*, *Humanities*, *Management*, *Political Science*, *Urban Studies*, *History*, *Cultural Studies*, *Law*.

Esta busca criteriosa resultou em 36 artigos²² encontrados. A partir deste número dispensaram-se, ainda, os trabalhos que versavam a respeito de questões vigentes fora do

²² Estes artigos foram publicados nas seguintes revistas: (1) Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciências Humanas, (2) Ambiente e Sociedade, (3) Revista Crítica de Ciências Sociais, (4) Sociedade e Natureza, (5) Economia e Sociedade, (6) Interações – Campo Grande, (7) Revista de Economia e Sociologia Rural, (8) Cadernos

território amazônico brasileiro, o que foi o caso de alguns artigos cujo objeto de estudo localizava-se no lado boliviano ou colombiano da Amazônia. Após análise de pertinência aos nossos propósitos também foram excluídos artigos que, embora estivessem dentro dos termos da pesquisa, abarcavam áreas de pesquisa claramente fora do escopo desejado por esta investigação. Descontados estes casos foram então encontrados 24 artigos cujo mote, de alguma maneira, insere-se no debate do desenvolvimento da Amazônia brasileira e estão dentro dos parâmetros de busca.

Após o processo de seleção de artigos no indexador, todas as mais de duas dezenas de publicações foram organizadas em cinco subtemas: (1) Problemas Fundiários e Desmatamento, (2) Desenvolvimento Local, (3) Inovações Tecnoambientais, (4) Pan-Amazônia, Colonização e Globalização, (5) Planejamento. Esta classificação não deve ser compreendida como algo rígido, afinal um artigo que trate, por exemplo, da colonização desordenada da região no período da ditadura militar tomando como objeto o desmatamento causado pela abertura de estradas poderia ser inserida em vários destes subtemas. É necessário enfatizar, portanto, a existência desta classificação apenas para fins de organização analítica do capítulo.

Os 24 artigos ficaram assim distribuídos: 6 deles pertencem ao subtema Problemas Fundiários e Desmatamento, 6 artigos conformam o grupo Desenvolvimento Local, 3 deles estão inseridos em Inovações Tecnoambientais, 5 artigos pertencem ao grupo de Pan-Amazônia, Colonização e Globalização e, por fim, 4 artigos fazem parte do grupo de Planejamento.

A análise sobre a instituição de origem dos autores dos artigos publicados apresenta as seguintes informações: 3 pesquisadores de instituições estrangeiras (2 da *Université Paris 3*, 1 da *London School of Economics*), 1 pesquisador de instituição do Sul do Brasil (Universidade Positivo-PR), 16 pesquisadores do Sudeste (8 da Universidade de São Paulo, 2 da Universidade de Campinas, 4 da Universidade do Vale do Paraíba, 1 da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1 da Fundação Oswaldo Cruz-RJ), 1 pesquisador do Centro-Oeste (Universidade Federal de Goiás), 5 pesquisadores oriundos de instituições do Nordeste (3 da Universidade Federal do Ceará e 2 da Universidade Federal do Maranhão) e 16 pesquisadores do Norte (8 da Universidade Federal do Pará, 1 do Instituto Vitória Régia para o Desenvolvimento da

Metrópole, (9) Estudos Avançados, (10) Revista Estudos Históricos – Rio de Janeiro, (11) Novos Estudos – CEBRAP, (12) Revista de Administração – RAUSP, (13) Revista de Economia Política, (14) Revista Brasileira de Ciências Sociais, (15) Revista Direito GV, (16) URBE – Revista Brasileira de Gestão Urbana.

Amazônia-Belém, 4 da Universidade Federal do Amazonas, 2 do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1 da Universidade Federal de Rondônia). São 43 pesquisadores vinculados a 16 instituições distintas, conforme é possível observar no gráfico de pizza abaixo e na tabela seguinte. Há mais autores do que o número de artigos pela simples razão de que há artigos publicados com mais de uma autoria. Além disso, há casos em que o pesquisador realiza a sua pós-graduação em uma universidade e trabalha em outra universidade. Neste caso levou-se em consideração a universidade na qual o pesquisador trabalha.

Gráfico 1 - Número de Pesquisadores por Origem Geográfica da Instituição de Pesquisa

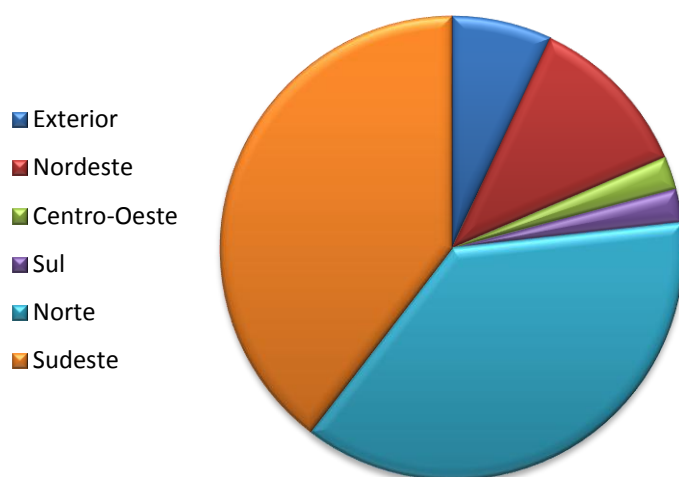


Tabela 1 - Origem Geográfica das Instituições de Pesquisa Envolvidas

EXTERIOR	FRANÇA	<i>Université Paris 3</i>
	REINO UNIDO	<i>London School of Economics (LSE)</i>
SUL	PARANÁ	Universidade Positivo (UP)
SUDESTE	RIO DE JANEIRO	Fundação Oswaldo Cruz-RJ (FIOCRUZ)
		Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
	SÃO PAULO	Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP)
		Universidade de Campinas (UNICAMP)
		Universidade de São Paulo (USP)
Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP)		
CENTRO-OESTE	GOIÁS	Universidade Federal de Goiás (UFG)
NORDESTE	CEARÁ	Universidade Federal do Ceará (UFC)
	MARANHÃO	Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
NORTE	AMAZONAS	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA)
		Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
	PARÁ	Instituto Vitória Régia
		Universidade Federal do Pará (UFPA)
	RONDÔNIA	Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Dentre os principais centros de produção dos artigos, os centros de pesquisa do Norte, em especial a UFPA e a UFAM, destacam-se. Esta conclusão é contra-intuitiva, já que o mito da fraca densidade de produção por parte de instituições da região disseminou-se. Estas pesquisas ficam majoritariamente concentradas nas cidades de Belém e Manaus. Apesar disso, nota-se também a força das instituições de pesquisa sediadas no Sudeste, especialmente da Universidade de São Paulo.

A partir de agora será possível tratar sobre os assuntos centrais desenvolvidos nos artigos selecionados em cada um dos subtemas.

2.1. Problemas Fundiários e Desmatamento

Neste primeiro subtema foram selecionados seis artigos, sendo que dois deles foram publicados pelo mesmo autor em revistas distintas, embora tratem da mesma pesquisa²³. Neste caso, portanto, foram esmiuçados conjuntamente.

Costa (2010), por meio de artigo portador de inovações teóricas importantes, defende a tese de que a grilagem de terras corresponde à parte essencial da explicação sobre a dinâmica do mercado de terras na Amazônia e sobre a lucratividade da atividade agropecuária na região.

Costa propõe abordagem sobre a economia rural da Amazônia não a partir das lentes do desmatamento e das suas consequências ambientais, mas sob a perspectiva da desigualdade no uso da terra. O autor utiliza-se dos conceitos de paradigmas e trajetórias tecnológicas²⁴. Estes conceitos o permitem circunscrever seis trajetórias tecnológicas na Amazônia: três de aspecto camponês e outras três de aspecto patronal. Já a noção de paradigmas, ligada às atitudes dos agentes com relação à base natural da região, podem ser medidas pelo grau de intervenção na natureza originária: em um extremo localiza-se o paradigma extrativista, no meio do caminho há o paradigma agroflorestal e, no outro extremo, o paradigma agropecuário. Na Amazônia, Costa identifica cinco exemplos de paradigma agropecuário e um exemplo de paradigma agroflorestal.

A descrição sintética de cada uma das trajetórias permite ao autor afirmar que a Trajetória Camponês T1 caracteriza-se pela predominância de culturas permanentes e pela produção leiteira. O solo é usado intensivamente, porém com baixo impacto na biodiversidade e baixo nível de dejetos e de poluição²⁵. A Trajetória Camponês T2 reúne sistemas de produção mais próximos ao paradigma agroflorestal – pressupõem, portanto, algum nível de preservação

²³ Os dois artigos são Costa (2010) e Costa (2012). Aqui, optou-se por considerar o artigo de 2010 apenas pelo fato de ser altamente complementares ao de 2012, ambos frutos de uma mesma pesquisa.

²⁴ O autor estabelece o paradigma tecnológico graças a “(a) perspectiva de definição de problemas relevantes à luz de uma noção de progresso e (b) de um conjunto de procedimentos – heurísticos – para resolver tais problemas. Por outro lado, um paradigma oferece a possibilidade, entre outras, de organização da reprodução social, sendo sua existência concreta, histórica, (c) resultado de mecanismos de seleção (c.1.) associados à dimensão econômica e (c.2.) a outras dimensões da vida em sociedade, em particular à cultura, à política e à ciência” (COSTA, 2010, p.27-28).

²⁵ A Trajetória Camponês T1 responde por 27% do VBPR (Valor Bruto da Produção Rural), 38% do emprego, 10% da área degradada.

da natureza originária - e forte presença de exploração não-madeireira²⁶. A Trajetória Camponês T3 apoia-se nos sistemas de produção camponeses voltados a pecuária de corte²⁷.

A Trajetória Patronal T4 passa a reunir modelos de produção patronais, especificamente voltados à pecuária de corte, uso extensivo do solo, alto impacto na biodiversidade (homogeneização da paisagem) e alto nível de dejetos e de poluição²⁸. A Trajetória Patronal T5 agrega os sistemas de produção patronais conhecidos como *plantations*. Normalmente utilizam o solo de maneira intensiva, com alto impacto na biodiversidade – ou seja, níveis elevados de desmatamento – e baixo impacto poluidor²⁹. A Trajetória Patronal T6 congrega os sistemas de produção patronais direcionados a silvicultura. Conservam as particularidades do uso intensivo do solo, alto impacto na biodiversidade e homogeneização da paisagem e baixo impacto poluidor³⁰.

A ambição de moldar um desenvolvimento menos desigual com criação de empregos e apoio às economias locais, bem como impacto ambiental reduzido fez o autor concluir pela relevância de fortalecer as Trajetórias Camponês T1 e Camponês T2, redirecionar as trajetórias Camponês T3, Patronal T5 e Patronal T6 e, por fim, conter ou transformar a trajetória Patronal T4. Entretanto é notável que justamente a trajetória T4 tenha obtido a maior taxa de crescimento da renda e detenha cerca de 60% das terras – embora concentre apenas 6% dos estabelecimentos rurais. Aqui está outra originalidade apresentada pelo autor: para além do aumento de preços reais de produtos como soja, carne e madeira, o funcionamento do mercado de terras de grandes dimensões seria outra variável fundamental para a compreensão desta dinâmica na região Amazônica:

O movimento indicado acima se assenta sobre uma estrutura fundiária – relações de apropriação, uso e alienação de um conjunto de ativos suportados pela terra – que apresenta quatro características relevantes: expressa alto grau de assimetria distributiva, permite a formação estratégica de estoques de ativos de existência finita, admite tratamento indistinto de ativos distintos e, por fim, suporta o uso de recursos públicos por critérios privados: admite a posse ilegítima de terras públicas (COSTA, 2010, p.33).

²⁶ A Trajetória Camponês T2 responde por 21% do VBPR, 26% do emprego, 3,5% da área degradada.

²⁷ A Trajetória Camponês T3 responde por 19% do VBPR, 28% do emprego, 14% da área degradada.

²⁸ A Trajetória Patronal T4 responde por 25% do VBPR, 11% do emprego, 70% da área degradada.

²⁹ A Trajetória Patronal T5 responde por 6% do VBPR, 2% do emprego, 2% da área degradada.

³⁰ A Trajetória Patronal T6 responde por 2% do VBPR, 0,2% do emprego, 0% da área degradada.

Costa identifica o processo de formação de preços das terras na Amazônia ao apontar a presença de três tipologias de mercadoria na Amazônia: as ‘terras com mata’, as ‘terras de pastagem’ e as ‘terras de lavouras’. O processo se constitui na transformação de florestas originárias – bens públicos não-mercantilizáveis – em ‘terras com mata’ – mercantilizáveis – por meio de mecanismos que podem envolver a posse ilegítima de terras públicas, especialmente grilagem³¹. As ‘terras com mata’, por sua vez, possuem o preço controlado, o que significa dizer que são negociadas por valores inferiores ao valor das ‘terras de pastagem’ que, por sua vez, são negociadas a valores inferiores aos das ‘terras de lavouras’. Esta dinâmica é condizente com o processo de ocupação do território de modo a viabilizar a ocupação de antigas ‘terras com mata’ primeiramente em pasto e, posteriormente, em área de produção agrícola³².

O paradigma extrativista diverge do paradigma agropecuário na medida em que o primeiro compromete-se com a manutenção dos processos produtivos e o segundo, diversamente, vincula-se à tarefa de transformar a natureza originária. Costa considera que o Estado brasileiro deve criar mecanismos para diferenciar o ativo bioma do ativo terra. Estes instrumentos poderiam difundir-se em dois momentos: no primeiro deles o Estado protegeria o bioma, agindo no instante da transformação da floresta primária em ‘terras com mata’, ou seja, no momento da mercantilização privada daquele bem público. O segundo momento exigiria a desagregação entre o direito fundiário e o direito ‘dos ativos ambientais originários’ (COSTA, 2010, p.39). Este desmembramento permitiria criar incentivos à preservação do bioma, pois valorizaria a sustentabilidade ambiental com a floresta em pé, bem como a equidade social.

Consideramos que, na verdade, este desmembramento já opera atualmente por meio da Lei Federal 11.284/2006 – Lei Geral das Florestas Públicas - ao possibilitar que a exploração madeireira possa ser realizada de acordo com modelo sustentável e não-predatório por meio da concessão de florestas públicas. Ao permitir a concessão de áreas para o aproveitamento exclusivo do bioma, e não de outras atividades produtivas, a legislação acaba por realizar a segregação proposta por Costa.

³¹ É por esta razão que o autor não considera a grilagem de terras apenas como “mero desvio de conduta”. Considera que a grilagem tornou-se “mecanismo de evolução de uma trajetória tecnológica de tremendo poder, com um *modus operandi*, pois, de agentes e organizações na configuração de uma economia com leis próprias de estruturação e movimento” (COSTA, 2010, p.38).

³² Em seu artigo Costa (2010, p.35) estima que as terras com mata são negociadas em média por 43% dos valores das terras de pastagem e apenas 23% dos valores das terras de lavouras.

O segundo dos artigos examinados nesta seção foi publicado por Prates e Bacha (2011) e almeja revisitar as políticas de ocupação da Amazônia, relacionando-as com o desmatamento em cada uma das atividades produtivas em todos os estados da Amazônia Legal. Com o intento de analisar as políticas de desenvolvimento e seu elo com o desmatamento, os autores analisam quatro processos que, segundo eles, propiciaram dar um sentido a esta ocupação. O primeiro deles refere-se à influência internacional, marcadamente a partir da exploração e exportação da borracha. O segundo processo identificado é a participação estatal nos períodos de crise e indefinição do modelo econômico regional. O terceiro processo é o momento em que o Estado brasileiro opta por fazer da Amazônia o centro das suas decisões sobre políticas desenvolvimentistas. Em seguida, o último processo se dá pelo avanço do papel do mercado interno e externo e pelo decréscimo do papel estatal, ainda que este continue sendo de grande valia.

O artigo subdivide-se em seis seções além da introdução. Inicia-se por meio da revisão, em linhas gerais, da literatura sobre o desenvolvimentismo na região, por meio dos estudos teóricos de militares e civis antes mesmo da consecução de políticas regionais e de integração nacional (MEIRA MATTOS, 1980; COUTO E SILVA, 1981). Inseridas no PIN (Programa de Integração Nacional), as políticas de integração territorial concatenadas por meio da construção de rodovias como a Belém-Brasília, a Cuiabá-Santarém, a Cuiabá-Porto Velho-Manaus, a Perimetral Norte e a Transamazônica foram priorizadas nas décadas de 60 e 70³³. De maneira complementar o governo utilizou-se também de outras ferramentas, como a concessão de incentivos fiscais generosos para a atração de capitais privados nacionais e estrangeiros.

Nesta seção o artigo é riquíssimo na citação de discussões de autores sobre os mais diversos temas, desde os fluxos migratórios e a dinâmica populacional, passando pelo desempenho do setor madeireiro e sua relação com o desmatamento, assim como o sistema agropecuário e agroindustrial e seus contrastes com a agricultura familiar. Os artigos cujo

³³ O PIN tinha três características fundamentais: a primeira delas referia-se à primeira tentativa dos militares no incentivo à colonização privada para pequenos produtores. Com este objetivo o INCRA passou a liberar créditos para financiar a pequena produção rural, bem como detinha o poder para mediar os conflitos fundiários, muito comuns na região. A segunda característica marcante estruturou a base sobre a qual o PIN foi executado: a federalização das terras devolutas nos 100km de cada margem das rodovias federais construídas, a construir ou planejadas nos estados da Amazônia Legal por meio do Decreto-Lei 1.164/71. Por fim, a terceira característica do PIN deu-se por meio da liberação de vultosas quantias de dinheiro para o investimento na Amazônia, as quais eram acessadas por meio do PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agro-Indústria do Norte e Nordeste). Se inicialmente esta linha de crédito fora voltada para os pequenos agricultores, ao longo do tempo tornou-se mais uma forma de financiamento de propriedades de latifundiários.

enfoque evidencia o paradoxo de que os estados da região Norte são mais integrados às outras regiões do país do que entre os próprios estados dentro da região também não são omitidos. Por fim trata dos estudos referentes à expansão das atividades produtivas relacionadas ao desmatamento, desde a construção e expansão de rodovias e obras de infra-estrutura, passando pela pecuária, pela soja e pelo crescimento populacional.

A segunda seção recai sobre os tantos ciclos econômicos, subdivididos em cinco fases. A primeira delas refere-se ao período colonial. Na região Norte a fundação da vila que posteriormente originou Belém é tida como marco do início da colonização. Naquele período os portugueses introduziram a pecuária e passaram a praticar a agricultura de subsistência e o extrativismo – as chamadas drogas do sertão – majoritariamente em áreas vizinhas às margens dos cursos fluviais.

A segunda fase refere-se ao período que se estende desde o Império brasileiro até o 1º Ciclo da Borracha, ocorrida durante meados do século XIX. Com a explosão da demanda mundial por borracha, a atividade, localizada em meio aos perigos da floresta, atraiu milhares de trabalhadores fugindo da seca no Nordeste, sedentos por empregos e novas oportunidades de vida. As dificuldades e peculiaridades da extração da matéria-prima faziam com que a quantidade explorada dependesse basicamente da quantidade de trabalhadores engajados no bruto esforço de coleta do látex. Esta atividade extrativa por si só não se relaciona diretamente com o recrudescimento do desmatamento, mas os autores concluem que a urbanização decorrente da atração populacional, essa sim, contribuiu para o avanço sobre as áreas florestais. Com o fim do primeiro ciclo da borracha a economia regional volta a viver momento de estagnação, apenas parcialmente superado com a Segunda Guerra Mundial.

A terceira fase contempla os quatro décadas, entre 1920 até os anos 60. Apenas nos anos 40, com o advento do Acordo de Washington, - tratado comercial entre o grupo de países integrantes dos Aliados na Guerra – a economia regional voltou a dinamizar-se no contexto do esforço de guerra brasileiro por parte dos chamados ‘soldados da borracha’. Este período, essencialmente breve, ficou conhecido sob a alcunha de Segundo Ciclo da Borracha. Uma série de órgãos governamentais – dentre eles o SEMTA³⁴ - voltaram-se a promover nova leva de migração com destino a Amazônia. Ao findar a guerra e o regime estado-novista o Brasil

³⁴ O Serviço de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará (SNAAP), a Superintendência para o Abastecimento do Vale da Amazônia (SAVA) e o Banco de Crédito da Borracha são outras instituições fundadas no mesmo período com o objetivo de promover o comércio e transporte da borracha.

promulga nova Constituição a estabelecer políticas de incentivos tributários e fiscais para os estados localizados na Amazônia, bem como a permissão para que posseiros de terras devolutas pudessem exercer direito de compra sobre as terras ocupadas, desde que não se tratasse de terrenos de tamanho superior a 25 hectares. Por fim, foi igualmente criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), bem como se delimitou a área da chamada Amazônia Legal. Todas estas políticas estruturaram o modelo econômico vigente e prepararam o novo modelo de desenvolvimento cujo objetivo era não deixar vasta região do país completamente à mercê de ciclos econômicos marcados pela instabilidade do mercado e da geopolítica internacional.

Já a quarta fase transcorreu do ano de 1966 até 1985, ou seja, praticamente toda a era da ditadura militar. Os militares compreendiam a importância da região amazônica sob a perspectiva de pilar sustentado por quatro razões. A primeira delas tinha a Amazônia como espaço para solucionar os conflitos sociais e de terra originários de outros confins do país. A segunda razão vigente era o fato de a região ser espaço de atuação de grupos de resistência – como a Guerrilha do Araguaia - ao governo autoritário comandado pelos militares. A terceira razão ganha vida por conta da insegurança e porosidade das fronteiras brasileiras localizadas em meio à floresta densa. A quarta razão se dava pelo expediente de preservação da soberania nacional.

Nesse sentido, houve transformações nas instituições – o Banco de Crédito da Borracha torna-se Banco da Amazônia (BASA) e a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) foi transformada em Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) – ou a criação de nova institucionalidade – como foi o caso da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA). A preocupação estratégica com a região motivou a expansão não só da rede rodoviária, mas também das redes de telecomunicação, da malha urbana e da rede energética, especialmente pela construção de hidrelétricas. Na segunda metade dos anos 70 e início da década de 80, mesmo com os cortes orçamentários derivados da crise econômica do Estado brasileiro, o governo central ainda assim manteve e fomentou projetos como o Polamazônia, a Polonoroeste, o Programa Calha Norte e o Grande Carajás, presentes no Plano de Desenvolvimento da Amazônia.

A quinta e última fase é instaurada a partir de 1986 até 2008. Do lado das boas medidas o governo Sarney foi marcado pela promulgação do Programa Nossa Natureza (1988) e pela

criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). A década de 90 trouxe o debate ambiental à tona em todo o mundo, com encontros como a Rio-92 e as reuniões que culminaram com a assinatura do Protocolo de Kyoto. Ao mesmo tempo o país, já no governo FHC, começa a transportar soja pelas hidrovias do Rio Araguaia e do Rio Madeira, seguindo políticas desenvolvimentistas cujo cerne localizava-se no incentivo à exportação, mobilizando fortemente os recursos naturais, especialmente a água utilizada nas atividades agroindustriais e na geração hidrelétrica de energia. Também durante o governo FHC é editada a medida provisória 1.511/96, a elevar de 50% para 80% o limite das áreas de reserva legal de imóveis rurais da Amazônia. Já em 2006³⁵ é lançado o Plano Amazônia Sustentável³⁶, como nova proposta de ação em termos de políticas públicas para a resolução dos problemas amazônicos, especialmente o desmatamento.

A terceira seção do artigo versa sobre as políticas de incentivos fiscais, tributários e abertura de linhas de crédito como forma de estímulo a ocupação geográfica e econômica do território já nos anos 60. O modelo presente na SUDAM, inspirado no modelo de desenvolvimento regional da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), contava com o apoio de autarquias vinculadas a diversos ministérios do governo federal, dos governos estaduais, bem como com o Banco da Amazônia. Os incentivos econômicos foram amplamente utilizados durante este período, dentre os quais o FINAM (Fundo de Investimento da Amazônia) tornou-se o mais distinto em matéria de legislação a respeito de descontos em imposto de renda como contrapartida aos investimentos na região³⁷.

A seção seguinte elege como tema de debate as variáveis causadoras do desmatamento mais comentadas pela literatura. Retoma aqui o debate sobre os temas relacionados ao desmatamento já apresentados inicialmente, - especialmente as variáveis de crescimento populacional, construção de rodovias e atividades econômicas nos setores agropecuário, industrial e de serviços - mas sofisticada a discussão na medida em que apresenta tabelas de fácil visualização.

³⁵ Embora o autor cite o ano de 2006, na verdade o plano foi lançado em 2008.

³⁶ O artigo de Madeira (2014) discute aspectos do Plano Amazônia Sustentável.

³⁷ Cabe registrar que os incentivos fiscais e creditícios do FINAM foram responsáveis diretos da fase recente do processo de fortalecimento da pecuarização amazônica e dos posteriores conflitos fundiários, particularmente na região do Bico do Papagaio (norte do Tocantins e divisa com o Maranhão) e Sudeste do Pará.

Reforçando as conclusões de outros artigos discutidos aqui mesmo neste capítulo, a pecuária, especialmente de natureza extensiva, é identificada como a principal atividade causadora do desmatamento, já que os ganhos da pecuária logram-se com a ampliação da área de pastagens, de acordo com a lógica de valorização fundiária apresentada nos comentários do artigo anterior, de autoria de Costa (2010). Além disso, o valor para recuperação de pastagens degradadas é superior ao valor para abrir novas clareiras e pastagens em meio à floresta, de acordo com estimativas de Feitosa (2003).

Cabe apontar que estas conclusões nos levam a um impasse: se a complexificação da infra-estrutura, o crescimento populacional e a expansão das atividades produtivas agrícolas, industriais e de serviços são variáveis causadoras do desmatamento, como garantir a melhoria da qualidade de vida dos moradores destas regiões? Seguramente a alternativa não deveria ser paralisar o desenvolvimento produtivo, mas apontar os limites deste modelo e incentivar a disseminação de práticas e tecnologias alinhadas às vantagens comparativas construídas localmente. Parece-nos, portanto, que o problema não seja, enfim, o crescimento populacional, a complexificação da infra-estrutura ou a expansão das atividades agrícolas, industriais e de serviços, mas o modo pelo qual cada uma destas atividades opera o uso dos recursos e insumos.

Posteriormente, na penúltima seção, os autores trazem dados empíricos atualizados sobre o avanço do desmatamento na região. Desde 1990 até 2005 – período considerado na tabela presente no artigo – o estado de Rondônia foi o que teve a maior porcentagem da área do estado desmatada (cerca de 18% do território), ao passo que os estados do Mato Grosso e Pará, em ordem decrescente, foram os estados com maior área absoluta desmatada. Na margem oposta encontra-se o estado do Amapá, com apenas 0,6% do território desmatado entre 1990 e 2005 e também com a menor área absoluta de desmatamento. Entretanto, mesmo em estados demarcados em áreas demasiadamente desmatadas ainda fora possível encontrar municípios com cobertura florestal bastante preservada.

Ao final, a última seção traz as considerações finais dos autores, dentre as quais é possível destacar o período entre 1960 e 1980 como uma era de grande dinamismo de projetos e programas voltados ao desenvolvimento, cujo impacto deu-se no crescimento econômico e populacional que, por sua vez, repercutiram no avanço do desmatamento regional. Atualmente o cenário institucional na Amazônia é diverso. Em contraste com as décadas anteriores em que o Estado definia o uso da terra, - e, assim, mostrava-se como o agente indutor do desmatamento

por excelência - concluem os autores, hoje é o mercado a defini-lo, especialmente por conta do crescimento de atividades como a exploração madeireira, a pecuária e a soja. Seriam estes os mais notáveis agentes indutores do desmatamento na atual época. Entretanto, o desmatamento não se apresenta de maneira regular e linear em todos os estados. Ao contrário, cada um deles possui suas dinâmicas próprias, de modo que estas influem nas taxas de desmatamento.

Aqui, novamente reforçamos a nossa observação anterior em desacordo com os autores: a desorganização da propriedade fundiária opera como incentivador do desmatamento, mas não consideramos as atividades produtivas, por si só, como causadoras do desmatamento. A Lei Geral de Florestas Públicas, por exemplo, busca dar diretrizes e organiza de modo sustentável o mercado de madeira, inclusive a desestimular o mercado ilegal. Mais do que destacar atividades supostamente de caráter destruidor da floresta, cabe compreender a lógica pela qual operam estas atividades e que fazem com que, nas atuais circunstâncias, elas reproduzam lógicas destrutivas. Entretanto, se reorganizadas, como faz a Lei Geral de Florestas Públicas no caso do ramo madeireiro, podem gerar benefícios sociais e ambientais.

O terceiro artigo, de autoria de Domingues e Bermann (2012) investiga as razões do avanço do desmatamento da floresta em São José do Xingu, localizada no Vale do Rio Xingu no estado do Mato Grosso, por meio da análise da dinâmica tanto da soja quanto da pecuária na região. Os autores utilizam imagens de satélite de período de 25 anos (1984-2009) para obter três mapas de uso do solo e séries históricas com três datas distintas para analisar os câmbios encontrados e o avanço da pecuária e da soja. Após uma breve introdução geral sobre os efeitos da agropecuária no Brasil, os autores advertem que as grandes propriedades de terra, o uso de fertilizantes e do melhoramento genético, a mecanização e a monocultura sojifera são agulhões para o deslocamento de contingentes populacionais das áreas de fronteira agrícola rumo aos grandes centros urbanos do país. Para agravar o imbróglio, a agricultura altamente capitalizada reduz o emprego no campo, ocupa os espaços antes direcionados para a agricultura familiar e reduz a segurança alimentar da população brasileira, já que o foco do agronegócio de monocultura é o mercado externo.

O artigo subdivide-se em três seções. A primeira delas trata da origem e expansão da produção sojifera em território brasileiro e sua importância para a economia nacional. Já em 2007 o estado do Mato Grosso respondia por cerca de 27% da produção sojifera nacional, de acordo com dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento citados pelos

autores. Os motores para a expansão da soja no Centro-Oeste do país seriam, de acordo com os autores, as melhorias na infra-estrutura regional, especialmente no setor de transportes; os incentivos fiscais; a fixação de agroindústrias na região; o reduzido valor da terra; topografia e condições favoráveis à mecanização; bom nível econômico e tecnológico dos produtores; regime de chuvas favorável; expansão dos mercados internacionais; substituição de gorduras animais por óleos vegetais e, por fim, a ascensão de apoios a produção, a industrialização e a comercialização das safras.

A segunda seção do artigo trata dos impactos socioambientais da produção sojifera. Ali constam aspectos fundamentais da mercantilização da agricultura nacional. Foi justamente a soja a estabelecer o paradigma da agricultura comercial no Brasil, o que significou, dentre outros processos, a mecanização das lavouras, a melhoria do sistema de transporte, a expansão da fronteira agrícola, o aumento das vendas para os mercados internacionais. Concomitantemente a estas transformações houve o crescente fortalecimento das multinacionais *Bunge, Dreyfus, Cargill e Archer Daniels Midland* no fornecimento de insumos da cadeia produtiva, desde sementes e agrotóxicos até a construção de portos e armazéns³⁸. Dentre os grupos nacionais destaca-se o Grupo Maggi, de propriedade do ex-governador do MT, Senador da República e atual Ministro da Agricultura, Blairo Maggi.

A terceira seção do artigo ocupa-se da produção sojifera na Amazônia, do avanço do desmatamento para conversão em pasto e, posteriormente, em lavoura e, como não poderia deixar de ser, dos conflitos originados por esta mudança acelerada. A tese do artigo identifica a pecuária como a principal responsável pelo avanço do arco de desmatamento. A diminuição do rebanho bovino nos principais municípios produtores de soja e seu aumento em áreas limítrofes leva os autores a concluir que a soja, por sua vez, relacionar-se-ia indiretamente com o desmatamento à medida que avança sobre pastagens degradadas e faz com que a pecuária ocupe áreas até então constituídas por florestas.

Arraes, Mariano e Simonassi (2012) são os autores do quarto artigo desta seção, cujo objetivo é revisar a literatura concernente às razões para o desmatamento visando a identificação das causas desses processos na Amazônia. O tema é recheado de polêmicas, mas é essencial esclarecer que o desmatamento em florestas tropicais resulta de um conjunto de

³⁸ No município de São José do Xingu os autores esclarecem que toda a produção sojifera vincula-se às empresas multinacionais.

fatores que interagem uns com os outros de formas diversas em cada local e momento: a expansão agrícola, o comércio de madeiras, o crescimento populacional, a construção de estradas, a governança pública são apenas alguns exemplos. O artigo divide-se em quatro seções: (1) as relações entre desmatamento e crescimento econômico apontadas pela literatura; (2) as causas do desmatamento; (3) a metodologia de pesquisa utilizada pelos autores e (4) os resultados logrados.

Na primeira seção os autores apresentam as controvérsias segundo as quais há estudiosos (HAZILLA ET KOPP, 1990; JORGENSON ET WILCOXEN, 1990) a defender a ideia de que o crescimento econômico é sempre melhor para a proteção do meio ambiente. Por outro lado, outros pesquisadores (MARGULIS, 1992; CLARK, 1996; EL SERAFY ET GOODLAND, 1996) sustentam que o crescimento da economia é prejudicial ao meio ambiente, de modo que o governo deveria intervir por meio de políticas tributárias relacionadas ao uso dos recursos naturais.

Na segunda seção o artigo debate alguns dos aspectos mais relacionados com o desmatamento, dentre eles a densidade populacional. Nesse caso alguns especialistas consideram que há relação positiva entre crescimento da população e desmatamento, na medida em que o crescimento da população expande a região da fronteira agrícola (SCRIECIU, 2007). Por outro lado, Pfaff (1997) em investigação sobre a Amazônia brasileira considera que a densidade rodoviária e a qualidade do solo associam-se com maiores taxas de desmatamento. Tiffen e Mortimore (1994), inversamente, advogam a ideia de que o aumento da densidade populacional reduz a erosão e induz ao aumento da cobertura florestal, bem como a escassez de madeira conduz ao crescimento das atividades florestais.

As ambiguidades entre a expansão da fronteira agrícola e o desmatamento também são discutidas, especialmente a partir de Margulis (2003) e Castro (2005). Ambos os pesquisadores relacionam a atividade pecuária – especialmente de média e grande escala - ao depauperamento da biodiversidade florestal. Apesar de representar importante fonte de divisas graças às exportações e à sua contribuição para a redução no preço da carne no mercado interno, Margulis (2003) pontua que os benefícios sociais são menores do que os ganhos, já que esta atividade contribuiria com mais de 70% do desmatamento.

Há apontamento meritório no artigo ao indicar que políticas públicas equivocadas fornecem mais incentivos ao desmatamento do que as chamadas falhas de mercado. Dentre as

mais comuns estão (1) subsídios diretos para a devastação florestal; (2) criação de proteção de indústria florestal doméstica ineficiente; (3) subsídios a pecuaristas para gerar saldos na balança comercial; (4) concessão de facilidades na política tributária; (5) crédito agrícola subsidiado; (6) regras sobre alocação de terras públicas direcionadas a favorecer o latifúndio; (7) políticas migratórias (ARRAES ET AL, 2012). Boa parte destas políticas públicas equivocadas foi experimentada na Amazônia brasileira. Entre 1970-1985 Andersen e Reis (1997) apontaram a construção de estradas como responsável por 72% do desmatamento na região, enquanto os créditos subsidiados teriam sido responsáveis pelos outros 28%.

Na terceira seção os autores elencam as técnicas econométricas empregadas em sua análise. Optou-se por empregar um modelo de escolha discreta policotômica ordenado. Com esta metodologia seria possível comparar as taxas de desmatamento acumuladas entre os anos de 1988 e 2002 em países desenvolvidos, em desenvolvimento e subdesenvolvidos, estabelecendo o Índice de Desenvolvimento Humano e dados da *Central Intelligence Agency* (CIA) como parâmetros. No Brasil a pesquisa realizou-se com dados de cerca de 750 municípios localizados no interior da Amazônia Legal.

Dentre os resultados encontrados destaca-se que as taxas de desmatamento possuem grande probabilidade de diminuir com a presença de órgãos fiscalizadores nos municípios, pois evita ou refreia os cortes de madeira fora do manto da legalidade. Ademais quanto maior o IDH dos municípios, maior a probabilidade de redução das taxas de desmatamento. O terceiro resultado obtido relaciona o aumento do PIB (Produto Interno Bruto) da agropecuária com maiores probabilidades de desmatamento, conforme já havia apontado Margulis (1992; 2003). Por fim, o aumento da densidade populacional foi marginalmente associado a probabilidades mais elevadas de desmatamento. Estas conclusões pronunciam a relevância do estabelecimento de secretarias e órgãos de fiscalização ambiental naqueles municípios onde ainda não os há, bem como o fortalecimento de políticas educacionais, de redução das desigualdades de renda – políticas ligadas ao aumento do IDH – e o cumprimento da legislação com vistas a evitar a expansão desordenada da fronteira agrícola.

O último artigo desta seção, de autoria de Costa, Mendes, Lima e Moreira (2014) refaz o percurso teórico da questão fundiária no Brasil, bem como descreve a situação da regularização fundiária na cidade de Ponta de Pedras, localidade ribeirinha localizada na ilha de Marajó, no estado do Pará. A Lei 11.952/2009, editada pelo governo federal, cria medidas

para a regularização fundiária em espaço urbano, especialmente voltada àqueles municípios fundados mediante as políticas de ocupação dos governos ditatoriais nos anos 60/70, malgrado não emane regras para os municípios localizados nas áreas de várzea do Rio Amazonas, caso de Ponta de Pedras, de modo que o problema fundiário nessas urbes permanece sem horizonte de resolução.

Este artigo é exitoso em evidenciar a importância das pequenas cidades amazônicas, as quais oferecem aos camponeses os empregos e serviços públicos praticamente inexistentes ou verdadeiramente precários nas áreas rurais, ainda que seu papel econômico seja restrito devido a forte dependência das transferências governamentais. A tese fundamental da publicação indica que Ponta de Pedras segrega-se em duas partes por conta das ações do poder público local: a cidade legal e a cidade ilegal. A cidade legal recebe a infra-estrutura e é valorizada pelo mercado imobiliário, ao passo que a cidade ilegal naufraga no abismo da ausência de regulação fundiária. Por fim, apontam que as regulações aprovadas pelo governo federal na ampliação do acesso a terra em geral são voltadas para as grandes cidades, mas não servem às pequenas, como é o caso da maioria daquelas situadas na região amazônica.

2.2. Desenvolvimento Local

O segundo subtema deste capítulo envolve seis artigos cujo mote gravita em torno da temática do desenvolvimento local. Como estes artigos normalmente refletem estudos de caso com consequências bastante pontuais e localizadas, optou-se por apresentar uma visão mais panorâmica do seu conjunto.

O primeiro destes artigos, publicado por Tourneau e Kohler (2011), aponta os equívocos e acertos de três projetos de desenvolvimento sustentável no Norte do Brasil – a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (AM), a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Iratapuru (AP) e o Projeto Agroextrativista Chico Mendes (AC). O artigo estrutura-se por meio da retomada da discussão sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação utilizado no Brasil, o qual regula os mecanismos para a conservação ambiental e sobre a possibilidade de presença humana ou não em cada uma das áreas. Posteriormente, descreve os elementos mais marcantes de cada um dos três locais, traçando pontos em comum. Dentre os pontos em comum destaca-se o fato de que os projetos realizados nas três áreas possuem rentabilidade econômica

abaixo de outras atividades típicas em suas regiões ou então dependem de aportes de agências externas para a sua manutenção. A principal conclusão trazida pelo artigo é a de que os ribeirinhos não se contentam com o modelo econômico calcado no pobrismo³⁹ proposto pelo movimento ambientalista⁴⁰, segundo o qual em vez de executarem tarefas ligadas à produção, os moradores deveriam tornar-se uma espécie de guardiões da paisagem, modelo bastante em voga no mundo rural europeu, especialmente francês.

No segundo artigo a versar sobre o tema do Desenvolvimento Local Cruz, Chagas e Botelho (2013) discutem os resultados de projeto de avicultura familiar desenvolvido em comunidades ribeirinhas em áreas de várzea, ou seja, em regiões sujeitas à inundação em períodos de cheia dos rios. Os autores apontam que este tipo de produção de aves é fonte segura de alimentação aos ribeirinhos, bem como contribui para o aumento da ingestão de proteínas. Ademais, pode ser considerada como alternativa para a geração de renda.

Medina (2012), por sua vez, investiga as consequências da associação das comunidades locais com grupos externos sobre a autonomia dos moradores locais. Medina identifica três desafios para a implantação dos sistemas de gestão local na região Amazônica. O primeiro deles é o estabelecimento de normas para a regulação do acesso e do uso dos recursos, seguido da organização comunitária para expressar politicamente as suas demandas e, por fim, a interação das comunidades com agências de governo e, de modo geral, instituições externas à comunidade. Os estudos de caso em quatro comunidades localizadas em *Vaca Diez* (Bolívia), Xapuri (Acre), Porto de Moz (Pará) e *Masisea* (Peru) apresentados pelo autor o fizeram concluir que as próprias comunidades locais buscam promover o desenvolvimento local, antes de serem instigadas por atores externos.

³⁹ Pobrismo não é expressão utilizada pelos autores no artigo, e sim por Roberto Mangabeira Unger em artigo intitulado “O desenvolvimento do Nordeste como projeto nacional” (BRASIL, 2009a). Em seu artigo Unger descreve justamente alguns dos impasses citados por Torneau e Kohler no estudo de caso analisado.

⁴⁰ Os autores identificam as contradições candentes entre a visão do ambientalismo e a dos moradores: “Querendo modernizar as relações sociais e libertar as populações da dependência social, elas fogem constantemente das relações pessoais que são esperadas pelos seus interlocutores. Mas, ao mesmo tempo, elas não oferecem alternativa para preencher as funções dessas relações sociais, especialmente a capacidade de enfrentar os imprevistos, mesmo que seja pagando caro. Assim, os projetos sustentáveis não configuram alternativas aos gargalos da produção extrativista. É que as redes antigas, apesar de comporem um sistema de opressão e exploração, eram também sistemas sociais que proporcionavam não só ferramentas, utensílios e alimentos, senão também uma razão de ser e uma posição social em um sistema de relacionamento” (TORNEAU ET.AL., 2011, p.194). Os projetos sustentáveis mostram-se, portanto, insuficientes para abrir novos horizontes para uma vida engrandecedora a estes ribeirinhos.

A publicação de Moura e Castro (2012) aborda o tema da ecologia e das experiências de desenvolvimento sustentável em Mamirauá, na região do Médio Solimões no interior do estado do Amazonas. Tais experiências são tratadas sob a denominação de inovações sociais apoiadas tanto por ONGs (organizações não-governamentais) quanto por órgãos de governo e referem-se a estudo de campo feito entre 1995 e 2005 em 49 localidades situadas dentro da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Os resultados desta pesquisa são interpretados pelas autoras como reforço “da importância da mediação conduzida por agentes do desenvolvimento sustentável” (2012, p.46) na relação entre desenvolvimento e natureza. Moura e Castro (2012) chamam a atenção para a necessidade de valorização dos saberes locais na produção de soluções dos problemas ambientais.

Calegare, Higuchi e Bruno (2014), por sua vez, discutem o avanço da discussão sobre as áreas protegidas sob a perspectiva do fortalecimento da visibilidade de políticas voltadas aos grupos sociais minoritários, como povos tradicionais, ribeirinhos, povos atingidos por barragens, índios e quilombolas. O artigo retoma a discussão sobre o ambientalismo internacional e a construção das áreas de preservação desde os primórdios nos EUA até as Conferências Internacionais patrocinadas pela Organização das Nações Unidas notadamente a partir dos anos 70 e algumas das primeiras políticas públicas voltadas para o meio ambiente, como o Programa Nossa Natureza, ainda no governo Sarney. Concluem que o avanço das discussões em nível mundial fez com que fosse possível a residência de pessoas em áreas de conservação ambiental por meio de gestão compartilhada dos recursos, de acordo com modelo no qual os moradores possam apresentar-se como protagonistas da preservação ambiental.

Para encerrar este subtema Herrera, Ramos e da Silva (2014) realizam um estudo de caso sobre o campesinato em três municípios localizados na região sudoeste do Pará: Pacajá, Anapu e Senador José Porfírio. Nesta pesquisa foi possível observar a dinâmica da agricultura familiar paraense e suas estratégias de produção. Ademais, constatou-se que, ao contrário do grande capital agropecuário presente na região, a pequena propriedade não conta com a mesma sorte de benefícios fiscais e tributários, mas tem sido capaz de adaptar-se sem desaparecer.

2.3. Inovações Tecnoambientais

O terceiro subtema, cujo mote está conectado às inovações no campo tecnológico e ambiental, possui consequências para o campo da regulação e da mudança institucional. São três os artigos classificados nesta seção.

No primeiro deles Carneiro (2011) discute o tema da certificação florestal (FSC) – cuja pertinência é também analisada no Capítulo 4 no sentido de discutir a sua contribuição para modelo de experimentalismo institucional sustentável na formulação de políticas de incentivo às florestas plantadas e concessões florestais no Acre e Rondônia - e avança para o quadro institucional das concessões florestais a partir da Lei Geral das Florestas Públicas (11.284/06). O objetivo do artigo é promover a discussão sobre o processo de construção da certificação florestal na Amazônia tomando o viés de análise institucional ligada ao setor madeireiro. O argumento central do artigo sustenta-se ao defender que a certificação florestal da FSC (*Forest Stewardship Council*) na Amazônia possibilitou uma aliança entre diversos atores sociais, dentre os quais algumas Organizações Não-Governamentais (Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia, – IMAZON – Greenpeace, *World Wildlife Fund* – WWF-Brasil – Amigos da Terra, Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola - IMAFLORA), integrantes da burocracia de órgãos estaduais e federais e um determinado grupo de empresários. O autor considera, ainda, que a certificação florestal mudou o paradigma de funcionamento de parte do setor madeireiro na Amazônia brasileira.

O artigo organiza-se em quatro seções. A primeira delas dedica-se à apresentação das ações de algumas ONGs na institucionalização da certificação florestal da Amazônia. O trabalho do Greenpeace, por exemplo, pôde ser identificado pelo autor tanto na crítica ao modelo predatório da economia madeireira e, em seguida, pela estruturação do mercado de madeira certificada, o que significou difundir a nova tecnologia, bem como criar compradores e fornecedores deste tipo de madeira, em especial do sistema de certificação FSC⁴¹. Posteriormente outras ONGs, como a IMAZON, a IMAFLORA e a Amigos da Terra reuniram-

⁴¹ Há críticas ao Greenpeace pelo fato de combater os sistemas de certificação concorrentes ao FSC, em especial o CERFLOR (Programa Brasileiro de Certificação Florestal). A ONG argumenta que o CERFLOR, criado em iniciativa conjunta entre o governo brasileiro e o que chamam de “segmentos do patronato florestal”, não seria suficientemente transparente e concederia reduzido espaço de participação aos movimentos sociais e ONGs em seus fóruns internos.

se no projeto, em especial para diagnosticar o mercado interno de madeiras e estimular eventos de promoção de produtos certificados, tal qual a Feira de Produtos Florestais Certificados.

Em seguida, a segunda seção é dedicada à mudança de comportamento da Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira do Estado do Pará (AIMEX), a principal associação de empresários do ramo florestal, que passou a apoiar a iniciativa, superando seu desacordo anterior. Este desacordo sustentava-se pela oposição da AIMEX à atuação conjunta de governos, da imprensa e, principalmente, dos ecologistas.

Na visão da AIMEX os ecologistas teriam logrado catalisar a imagem de que os empresários do setor madeireiro seriam predadores do meio ambiente e argumentavam que o modelo de certificação florestal como solução a este problema seria uma forma de ‘ecocolonialismo’ por parte das ONGs dos países do Atlântico Norte. Entretanto, ao mesmo tempo em que realizava tais críticas a AIMEX também optou por participar dos debates internos sobre a formação do FSC no Brasil. Concomitantemente a estes debates a AIMEX selou parceria com a ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, com a Sociedade Brasileira de Silvicultura, além de outras entidades patronais do setor florestal, para a criação do selo de certificação CERFLOR, que contou igualmente com o apoio da ITTO (Organização Internacional de Madeiras Tropicais).

A terceira seção enfoca o avanço das operações certificadas entre empresas e comunidades, associando-as com câmbios institucionais. Se as discussões sobre o estabelecimento de programa de certificação florestal no Brasil iniciaram-se durante os anos 90 - especialmente nas regiões Sudeste e Sul por conta das plantações comerciais de pinus e eucalipto das empresas de papel e celulose - é apenas em setembro de 2001 que o FSC-Brasil é oficialmente criado, embora já em 1997 tenha ocorrido a primeira certificação em áreas de florestas naturais na região Amazônica.

O artigo de Carneiro (2011) adiciona uma tabela sobre a certificação florestal em unidades de manejo na Amazônia contendo o nome de empresas, localização, dimensão da área certificada, data da primeira certificação e situação atual da certificação tendo como base o ano de 2010. É relevante observar que cerca de metade das áreas inicialmente certificadas haviam sido canceladas. Isto ocorreu, de acordo com o autor, por uma série de razões, dentre as quais o motivo mais frequente deveu-se às dúvidas sobre a propriedade das terras (o velho problema

fundiário da Amazônia) e a dificuldade na obtenção de licenças de exploração florestal junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). O autor cita a dificuldade de obter a licença do IBAMA – chamado de plano anual de exploração – especialmente no ano de 2005, motivo pelo qual a Feira Brasileira de Produtos Florestais Certificados enfraqueceu-se.

Outra das razões para o enfraquecimento da certificação foi a espera pela aprovação legislativa da Lei de Gestão de Florestas Públicas (11.284/06), ao possibilitar a concessão de florestas públicas para a exploração madeireira em modelo sustentável e não-predatório. A expectativa empresarial era a de que a Lei de Florestas Públicas pudesse permitir aos empresários-concessionários a exploração madeireira em áreas sem problemas fundiários, solucionando um dos principais obstáculos, senão o maior, da região amazônica.

Estas razões fazem com que a certificação ambiental na Amazônia brasileira ainda seja uma política reduzida a poucas e grandes empresas, ao passo que a maior parte das pequenas e médias madeireiras regionais segue excluída desta inovação. Por esta razão o autor externaliza seus temores de que a certificação possa favorecer a concentração econômica de empresas, bem como o domínio dos grupos florestais internacionais nas áreas licitadas a serem reguladas pela Lei de Gestão de Florestas Públicas⁴².

Ao final, a quarta seção do artigo aponta os avanços da certificação florestal na Amazônia⁴³, destacando especialmente o papel de algumas instituições, como o Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará (IDEFLOR) e a criação e funcionamento do SFB (Serviço Florestal Brasileiro). Além disso, a Lei de Gestão de Florestas Públicas foi bastante criticada sob o argumento de que poderia promover a privatização de terras públicas para o benefício de empresas internacionais.

Outra das críticas apresentadas referia-se à suposta inviabilidade ecológica da proposição legislativa e a dificuldade de fiscalização por parte dos agentes do Estado. Para rebater esta crítica, especialistas da ONG IMAZON alegavam que a criação de áreas públicas concessionadas seria o modo mais eficiente de produzir madeira sustentável face à demanda

⁴² Apesar dos temores o próprio autor reconhece que a Lei de Gestão de Florestas Públicas cria mecanismos com o intuito de evitar a concentração de poucas empresas na medida em que obriga o Estado a conceder lotes de tamanhos distintos com o objetivo de atender micro, pequenas e médias empresas. Também estabelece que um mesmo concessionário possa ter, no máximo, 10% da área total a ser licitada.

⁴³ Apesar disso há o reconhecimento de que, até então, apenas 3% da madeira produzida possui selo de certificação florestal.

existente no mercado. Ademais, Carneiro identifica elementos presentes na LGFP cuja inspiração se dá a partir do avanço dos debates sobre a certificação florestal: a chamada Auditoria Florestal e a concepção de caderno de indicadores voltado para julgar as propostas de exploração em cada concessão. Sob este aspecto a política de certificação teria servido também para amadurecer os debates sobre as práticas de manejo florestal de modo que, no futuro, a proveniência de madeiras de áreas de concessão poderia tornar-se a nova certificação de práticas sustentáveis, o que facilitaria o acesso a mercados estrangeiros.

O segundo artigo, de autoria de Souza (2013), apresenta o mecanismo REDD⁴⁴ (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação) e suas possibilidades para a formulação de novo modelo de desenvolvimento tanto para os biomas amazônicos quanto para outros biomas brasileiros. A estratégia REDD procura discutir novas estratégias para o uso do solo. Ao objetivar discutir as razões da priorização dada à Amazônia para a construção da estratégia brasileira de REDD a tese fundamental do artigo conclui ser este um equívoco, na medida em que todos os biomas brasileiros deveriam ser incluídos, cada um de acordo com as suas particularidades. Esta discussão sobre a REDD e sobre a importância dos serviços ambientais para os estados de Acre e Rondônia está posta paralelamente no Capítulo 4.

O artigo de Souza está estruturado em quatro seções. A primeira delas descreve a construção da estratégia brasileira para a REDD focada na Amazônia. Embora reconheça a importância da preservação da Amazônia, a autora cita o exemplo da Caatinga como um bioma de bom potencial para o exercício da REDD, pois ainda possuía mais de 50% da sua vegetação remanescente, muito embora apenas 6% da sua demanda anual por madeira seja proveniente de fontes sustentáveis, ao passo que o restante é oriunda de desmatamento ilegal. O manejo florestal sustentável, entretanto, é praticado especialmente em áreas de assentamentos rurais. Esta combinação de fatores (alto risco de desmatamento em extensas áreas preservadas com potencial para o manejo florestal) robustece o argumento para que a estratégia REDD possa ser

⁴⁴ A REDD consiste em mecanismo de pagamento pelo serviço ambiental de redução de gases do efeito estufa em solos direcionados à conservação ou à produção. Souza (2013, p.99-100) apresenta três abordagens REDD discutidas nos últimos anos. A primeira delas, chamada apenas de REDD, tem como escopo a proteção das florestas por meio da redução de emissões geradas pelo desmatamento e degradação ambiental. A segunda abordagem, denominada REDD+, cujas iniciativas reúnem aquelas presentes na REDD e inclui igualmente a redução de emissões provenientes do manejo florestal sustentável e o aumento dos estoques de carbono florestal (reflorestar e incrementar as áreas de floresta). A terceira abordagem, denominada REDD++, inclui todas as iniciativas da REDD+ e ainda abraça qualquer alteração da cobertura do solo capaz de afetar o estoque de carbono, o que implica em compromissos assumidos também para o setor da agricultura.

expandida para além da Amazônia. A estratégia atual ignoraria o papel das florestas secas na agregação do estoque de carbono de áreas degradadas, bem como desperdiçaria o potencial para o exercício de práticas de manejo sustentável neste bioma e, por fim, não se mostraria adequada na tarefa de conservar a biodiversidade.

A segunda seção do artigo destrincha os diversos enfoques da REDD, da REDD+ e da REDD++, oportunidade em que igualmente é apresentado um quadro explicativo (SOUZA, 2013, p.106-108) dos principais impactos positivos e negativos destes mecanismos para o desenvolvimento sustentável. Algumas condições devem ser observadas, sobretudo a garantia de direitos de propriedade sobre os recursos florestais aos grupos envolvidos na atividade de manejo e a presença de instituições públicas voltadas para a garantia da governança local. Não há enfoque particularmente ideal para todos os casos e, por esta razão, os resultados das estratégias alternativas adotadas carecem ser minuciosamente avaliadas de acordo com as particularidades de cada bioma.

A terceira seção discute a construção de estratégia REDD voltada para o desenvolvimento sustentável no Brasil para além da Amazônia. Souza identifica oportunidades para que a REDD atue em três frentes. A primeira frente relaciona-se com a conservação dos biomas brasileiros, na qual podem ser utilizadas medidas como a ampliação das UCs (Unidades de Conservação), de modo a preservar o patrimônio genético e evitar o desmatamento e a degradação florestal. A segunda frente, relacionada com a produção florestal e agrícola sustentáveis, pode ser construída por meio da consolidação de incentivos fiscais e de pagamentos realizados por conta de serviços ambientais, de modo a reduzir a devastação ambiental e dinamizar a economia regional. A terceira frente, relacionada com a recuperação de áreas degradadas, permite inferir que a REDD contribuiria na restauração da floresta ora para fins de conservação, ora para fins de produção sustentável.

Ao concluir, Souza (2013) considera que o Estado brasileiro não deve definir em quais biomas inserir ou não a estratégia REDD, mas deve atuar por meio da identificação das potencialidades de cada um dos biomas brasileiros⁴⁵, de modo a reduzir a emissão de gases do

⁴⁵ Do mesmo modo que a autora critica a ênfase excessiva dada à Amazônia na estratégia REDD e sugere incluir a Caatinga e os outros biomas brasileiros no planejamento público, cita especialmente o caso da Mata Atlântica que, ainda que atualmente possua uma taxa reduzida de desmatamento, possui menos de 10% da sua área original e sofre pressão constante e intensa por estar localizada em áreas com grande contingente populacional, vizinha à região litorânea, onde estão localizadas cidades bastante populosas.

efeito estufa. Isto poderia ser realizado com o objetivo de suprir a demanda nacional de madeira, substituindo a madeira ilegal por madeira legal, proveniente de manejo florestal e, por consequência gerar renda e evitar a devastação ambiental em cada um dos biomas brasileiros, não apenas na Amazônia.

O terceiro e último artigo deste subtema, de autoria de Marcovitch e Pinsky (2014), detalha o funcionamento do Fundo Amazônia⁴⁶, criado em 2008 e gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Para os autores, esta é uma estratégia de desenvolvimento com potencial para ser aperfeiçoada e difundida para outros países no intuito de preservar o meio ambiente. Os autores caracterizam a política brasileira para o meio ambiente como uma estrutura sustentada por mecanismos de controle e comando impostos pelo Estado e sujeitos à sanção. Alguns dos maiores desafios para a fiscalização são a distribuição de terras na Amazônia, a expansão do agronegócio, a pecuária extensiva e a manutenção do desmatamento. O Fundo Amazônia objetiva mitigar alguns desses problemas regionais, em especial as emissões do gás causador do efeito estufa derivado do desflorestamento da Amazônia.

Os autores defendem o uso do Fundo Amazônia para o apoio de políticas públicas e de iniciativas privadas voltadas ao desenvolvimento local, em especial aquelas direcionadas ao combate ao desmatamento por meio da geração de renda e da inclusão social pelo viés do desenvolvimento territorial. O Fundo Amazônia poderá ser utilizado como um modelo de comparação para a implementação de instrumentos de financiamento de combate ao desmatamento em outros países. Como uma estratégia de preservação de recursos naturais em países periféricos e semiperiféricos financiada pelos países centrais, o Fundo Amazônia também poderá ser interpretado como um mecanismo influente para a cooperação internacional e em parcerias multilaterais entre países interessados na preservação de diversos ecossistemas.

⁴⁶ Este fundo é financiado por doações dos governos da Noruega e da Alemanha, bem como por contribuições da Petrobras, as quais perfaziam pouco menos de 800 milhões de dólares no ano de 2014 (MARCOVITCH ET. PINSKY, 2014, p.281).

2.4. Pan-Amazônia, Colonização e Globalização

Dentro do último subtema investigado neste capítulo incluem-se quatro artigos. No primeiro deles Becker (2012) discute o tema da água e da energia elétrica a partir das perspectivas global, nacional e local, bem como sua importância para o desenvolvimento. A hipótese estruturadora do artigo advoga a noção de que a construção de hidrelétricas na Amazônia está ligada não à necessidade de consumo de energia, mas ao processo de desenvolvimento e a necessidade de escoamento de matérias-primas.

O artigo divide-se na análise do tema a partir de perspectivas geográficas diversas. Inicialmente a hidroeletricidade é tratada por meio do parâmetro da escala global, avaliando-a pela vertente da questão energética e da questão da água. Sob o ponto de vista da água, a autora pontua que os cenários de escassez a transformaram em recurso estratégico escasso, inclusive com a possibilidade de geração de conflitos bélicos. Outro discurso mundial quanto a este assunto expõe a urgência em moldar instituições multilaterais responsáveis pela governança da água, ainda inexistentes.

Sob a perspectiva da energia o tema das mudanças climáticas enseja a discussão sobre a economia verde, descarbonizada – ou de reduzida quantidade de emissão de carbonos. Nesse sentido, abre-se uma vereda para a discussão e uso de energias renováveis, como a solar, eólica, fotovoltaica, biomassa e, claro, a hidrelétrica. Por enquanto, ainda hoje a energia hidrelétrica é a mais barata dentre as renováveis, de modo que isso a torna central para o pensamento da economia verde.

No contexto nacional a autora considera que o desafio do país seja o gerenciamento da abundância da água, a despeito da realidade do restante do mundo e apesar da desigualdade do acesso ao recurso nas diferentes partes do país. A realidade nacional, talvez única no mundo, faz com que o Brasil tenha quase metade de toda a geração energética proveniente de recursos renováveis, de acordo com dados trazidos por Becker (2012, p.785), muito embora desperdice cerca de 25% de toda a energia produzida durante os processos de geração e distribuição de energia elétrica. Já quanto ao uso da água a autora insere dados capazes de apresentar um cenário panorâmico do tema, especialmente no que tange às limitações de infra-estrutura e às deficiências de saneamento básico.

Por último, na escala regional observa que a questão da água e da energia são, primordialmente, temas amazônicos, já que trata-se do local onde se concentra a maior parte dos novos empreendimentos hidrelétricos, bem como a maior parte da disponibilidade de água. Por esta mesma razão a Amazônia enfrenta as suas contradições não-resolvidas, como por exemplo o fato de que a água abundante da região seja utilizada para produção de energia a ser consumida em outras áreas do país (como é o caso do agronegócio) ou, adicionamos, a ser consumida em enormes empreendimentos voltados para a mineração e alumínio (como é o caso da usina hidrelétrica de Tucuruí/PA).

Quando se fala na escala regional amazônica do tema da água é vital falar da utilização dos rios como alternativa de transporte, as hidrovias. A tese defendida pela autora opera na lógica segundo a qual a construção de eclusas associa-se à expansão das hidrelétricas de acordo com a necessidade de escoar a produção agropecuária. A construção de hidrelétricas facilitaria a criação de uma série de eclusas, de modo a viabilizar a construção de hidrovias capazes de realizar o escoamento da produção agropecuária, especialmente de grãos. Deste modo as obras de eclusas nos rios da Amazônia serviriam como uma alternativa ao modal rodoviário com a consequente redução do preço do frete dos produtos agropecuários. Entretanto, sob esta perspectiva a decisão sobre a construção de eclusas ocorreria menos a partir de pressupostos estratégicos estruturados em plano de desenvolvimento regional e mais a partir de considerações de estudos de cálculos de engenharia em cada uma das obras de hidrelétricas. As consequências da ausência de visão sistêmica sobre a região potencializa um conjunto de problemas, como a migração desordenada, o desmatamento, a questão fundiária, apenas para citar alguns.

Neste sentido a reflexão de Becker é um chamado àqueles que pretendem refletir sobre a realidade regional: quais os propósitos envolvidos na construção de hidrelétricas na Amazônia? Há benefícios para a Amazônia neste modelo de desenvolvimento regional?

As considerações finais de seu artigo revelam que suas respostas a estas perguntas são eminentemente pessimistas, já que defende novo enfoque sobre o papel do Estado e da iniciativa privada na região, os quais deveriam consolidar um reordenamento das prioridades sociais, econômicas e ambientais. Para cumprir o intento de colaborar com a formulação de pensamento estratégico com vistas ao melhor encaminhamento do desenvolvimento amazônico renova as

suas antigas expectativas na fundação de instituição de pesquisa voltada aos temas regionais, denominada de Instituto do Coração Florestal.

O artigo seguinte, de Feitosa e Saes (2013), repercute as razões pelas quais falhou o Plano de Defesa da Borracha, criado no início do século XX e voltado para a recuperação econômica da Amazônia. Segundo os autores o Plano de Defesa da Borracha fez água não apenas pela hegemonia política do governo federal por parte da oligarquia cafeeira do Sudeste, mas porque o plano apresentado era grandioso demais para ser custeado pelas arcas do Tesouro Nacional da época. Ainda de acordo com os autores o plano poderia ser caracterizado tanto como um mecanismo de desenvolvimento regional quanto como uma engrenagem voltada para a salvação dos interesses das elites locais.

Os autores propuseram-se a estudar o Plano de Defesa da Borracha - criado em 1912 com o objetivo de sustentar a economia amazônica pouco antes do fim do primeiro ciclo da borracha - em comparação com o Plano de Valorização do Café⁴⁷, este aprovado poucos anos antes da elaboração daquele. Com a finalidade de conter os prejuízos oriundos da queda do preço da borracha - causado pela expansão de sua cultura no Sudeste Asiático - o Plano de Defesa da Borracha foi aprovado no governo Hermes da Fonseca, paralelamente ao criar a Superintendência da Borracha. Propunha medidas amplas e ia além da mera compra de estoques da matéria-prima: aconselhava incentivos para a melhoria dos transportes, para a industrialização, para a expansão da cultura da borracha fora da área de floresta amazônica, dentre tantas outras medidas. Contudo, poucas propostas foram levadas adiante, o que mergulhou a economia local em situação de severa decadência durante um par de décadas.

Durante o período áureo da borracha os autores trazem dados segundo os quais a economia amazônica tornara-se cada vez mais dependente do extrativismo, de modo que a atividade agropecuária experimentara forte recuo. Ao vislumbrar a queda das receitas vinculadas à exploração gomífera a questão da anexação do Acre ao território brasileiro ganha relevância na medida em que as autoridades do Amazonas passam a desejar a unificação de

⁴⁷ O Plano de Valorização do Café originou-se a partir do Convênio de Taubaté, que reuniu as lideranças políticas e econômicas do país, em especial de São Paulo, principal área produtora de café. Visando a superação de drástica crise que rebaixou os preços do café, o Convênio previa a compra com dinheiro público e a estocagem da produção como mecanismo para conter a queda dos preços. Com o êxito em sustentar a política econômica cafeeira o governo federal avalizou mais três planos de defesa do café até 1924, além de um Plano de Defesa Permanente. Consideramos que este plano capitalizou a burguesia cafeeira paulista para o início da industrialização brasileira na década de 30 no setor de bens de consumo não-durável.

ambos. Deste modo, o Amazonas poderia recuperar parte das receitas perdidas. Entretanto, o governo federal optou por mantê-lo como território federal, sem beneficiar qualquer estado (ainda que a maior parte do látex explorado no Acre seguisse para Manaus e, lá, era tributado e gerava receitas ao Amazonas).

Feitosa e Saes (2013) apresentam em seu artigo a intrincada lógica de funcionamento do negócio da borracha e iluminam o fato de que a maior parte do lucro da operação gomífera⁴⁸ era controlada por grupos sediados na Europa e nos EUA, principais locais de destinação do produto exportado, de modo que o excedente de capital era direcionado para fora da região amazônica e do Brasil.

Feitosa e Saes retomam Warren Dean (1971), historiador nascido nos EUA e pesquisador de temas da realidade brasileira, ao pontuar que o brasilianista marca o ano de 1911 como o fim da entrada de investimentos estrangeiros na economia da borracha na Amazônia brasileira. A partir daquele ano os investimentos migraram para o Sudeste Asiático, área na qual o potencial da exploração gomífera despontava. A saída dos investimentos externos não pôde ser substituída por nenhum agente local, já que a burguesia amazônica não possuía as condições de retomar o crescimento do período anterior. Outro dos fatores essenciais para explicar a crise econômica local teria sido a falta de apoio governamental para uma região que, embora fosse composta por 1/25 da população nacional, respondia por cerca de 1/6 da renda nacional até o início do século XX (DEAN, 1989, p.80). Feitosa e Saes retomam os argumentos de Pinto (1984) e Cano (1977) para a estagnação da economia local. Ambos diagnosticaram o baixo potencial de diversificação produtiva da economia da borracha, ademais de verificar sérias dificuldades de infra-estrutura local. A concentração de renda no comércio e nos serviços teria dificultado a difusão da riqueza gerada localmente pela exploração da borracha, o que teria impedido a complexificação da economia regional.

Os autores trazem o contraponto feito por Antonio Loureiro (1985) que, diversamente, considera que o colapso da economia da borracha deveu-se ao desinteresse do governo federal para com a região Amazônica, ao atuar de modo distinto daquele que atuara quando auxiliou a economia do café controlada pelos barões de São Paulo e Minas Gerais, detentores do poder

⁴⁸ Barbara Weinstein (1993, p.190-209) agrega algumas declarações de investidores estrangeiros a respeito da mão-de-obra utilizada na Amazônia para sustentar a economia da borracha. Um destes investidores a considerava “uma força de trabalho de macacos treinados”. Esta declaração ressalta também o evidente racismo fundado no darwinismo social desafortunadamente em voga no período.

político daquela República Velha. Além disso, as receitas provenientes da Amazônia recebidas pelo governo federal, afirma Loureiro, eram aplicadas no ‘Sul’, explicitando um claro conflito federativo derivado da desigualdade de poder político entre os barões da borracha e os barões do café, que dominavam a máquina do Estado brasileiro no período da República Velha, estruturado pela política do café com leite. Para além desta razão Loureiro identifica também fatores locais para a crise, como a grande dimensão do território, a insalubridade, a corrupção estadual e o oligopólio dos grupos internacionais na exportação da matéria-prima gomífera.

Feitosa e Saes (2013) possuem discordâncias com Loureiro na medida em que o autor persiste na defesa do argumento de que o governo federal agiu de maneira desleixada com os estados da Amazônia e concentrou os investimentos em São Paulo. A dupla de autores considera que a região tornou-se dependente da economia da borracha e não teria diversificado sua produção. No desdobramento desta hipótese os autores inferem que o Plano de Defesa da Borracha de 1912 era apenas uma tentativa tardia dos grupos políticos locais de reinserir a borracha na economia internacional em meio a uma “economia prenhe de contradições e que certamente permaneceria enfrentando as consequências de políticas públicas limitadas e de uma estrutura produtiva arcaica” (FEITOSA ET.AL., 2013, p.152).

Em seguida os autores destrincham os principais pontos do Plano da Borracha⁴⁹ - Lei 2.543-A/12 regulamentada pelo Decreto 9.521/12 - e suas características, as quais previam normas que iam bastante além de medidas concentradas apenas no Amazonas ou no Pará. Um dos artigos da lei que regulamenta o Plano previa a construção de estações experimentais para a plantação da seringueira nos estados do Amazonas, Pará, Mato Grosso, Maranhão, Piauí e Bahia, bem como no então Território Federal do Acre. Previa até mesmo a construção de três hospedarias de imigrantes, localizadas em Belém, Manaus e em algum ponto do Acre, tal como a que havia na cidade de São Paulo e servia de acolhida aos imigrantes europeus recém-desembarcados no Brasil. Esta última medida serviria para atrair migrantes e solucionar a escassez crônica de mão-de-obra na Amazônia.

Contudo, um plano que previa investimentos amplos e até bastante complexos como o de Defesa da Borracha deixou inicialmente em aberto a estimativa a respeito da quantia

⁴⁹ O artigo 2º desta lei previa não só o incentivo à expansão da cultura da seringueira, mas também do caucho, da maniçoba e da mangabeira. À expansão do plantio destas culturas caminhava *pari passu* a construção de estações experimentais em estados bastante longínquos da Amazônia, tais como Rio Grande do Norte, Paraná e até mesmo São Paulo e Minas Gerais.

necessária para a sua execução. Se o Plano de Defesa da Borracha incluía a defesa da borracha e uma tentativa de diversificação produtiva alinhada aos investimentos em infra-estrutura, o Convênio de Taubaté previa a reorganização de duas questões distintas, porém entrelaçadas: a valorização do café e a estabilização da taxa cambial. Feitosa e Saes (2013) reconhecem que a ampla presença de representantes paulistas no executivo federal facilitou a execução do plano que beneficiava a cultura cafeeira, ainda que o governo federal não tivesse aceitado assumir o custo derivado da compra dos estoques cafeeiros.

Posteriormente, os autores elencam uma série de discursos de políticos locais encarregados de criar Comissões para a realização dos investimentos na Amazônia no qual são apontadas razões para as dificuldades da economia gomífera, dentre as quais a escassez do de mão-de-obra, a incapacidade administrativa, as doenças nos seringais etc.

Parece evidente que a defesa da borracha precisava lidar de início com uma questão maior do que as variáveis controladas pelo governo federal. Com a participação decisiva dos comerciantes estrangeiros no setor, a especulação financeira das bolsas de Londres e Nova York, assim como a crescente concorrência de empresas londrinas nos seringais asiáticos, reduziam ao mínimo qualquer tentativa de sucesso do plano. Por isso mesmo que os recursos do Tesouro pareciam ser insuficientes (FEITOSA ET.AL., 2013, p.162).

A citação anterior antecipa uma das principais conclusões dos autores, segundo a qual as elites da borracha, ao notarem a queda irreversível da cotação do principal produto de exportação da região, forjaram um plano de desenvolvimento local que as sustentasse no poder sem mudar as estruturas sociais. A ausência de apoio econômico federal, a incapacidade de realizar mudanças inclusivas na estrutura social e a incompetência para concorrer no mercado internacional teriam sido variáveis decisivas para compreender a estagnação posterior da economia regional.

O terceiro artigo desta seção, de autoria de Rabello (2013), volta-se para a discussão teórica dos significados conceituais e sociopolíticos da fronteira na perspectiva da Amazônia. A tese primordial desta publicação está na noção de que as políticas de desenvolvimento e de sustentabilidade alteram o modo pelo qual a fronteira é definida. Procura, portanto, compreender a ocupação da Amazônia a partir da temática da fronteira. Ao desvendar a constituição da fronteira como um exercício de poder Rabello sintetiza a visão de um conjunto importante de teóricos cuja reflexão circulou ao redor desta questão.

Inicialmente reconstitui a tese de ocupação da Amazônia tratada pelo professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, em seu clássico “Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos” (1993). Oliveira busca entender o prosseguimento de políticas imperialistas no Brasil desde a República Velha até os governos militares a partir da avaliação das indústrias multinacionais do setor de mineração. O papel das multinacionais do Reino Unido e dos EUA e seu papel na ocupação da Amazônia sob os constrangimentos do regime militar e do “o que não entregar-se-á aos Estados Unidos entregar-se-á à União Soviética” (OLIVEIRA, 1993, p.23) é constituinte do entreguismo daquele regime e do uso do medo contra o bloco comunista para justificar o alinhamento aos EUA. Rabello considera que esta abordagem, ao enfatizar a expansão da fronteira amazônica a partir das lentes do capital internacional, - imperialista, de acordo com o conceito do autor – mantém em segundo plano outras dinâmicas igualmente essenciais, como a migração dos pequenos agricultores.

Prosseguindo na tarefa de passar em revista o tema da fronteira na Amazônia Rabello traz à tona Velho (1979), cuja análise dirige-se ao processo de ocupação de terras ao longo da Rodovia Transamazônica, apoiado pelo PIN (Programa de Integração Nacional). O direcionamento de sua análise abarca a comparação dos processos de expansão de fronteira de Brasil e EUA. Na medida em que autores dos EUA comparam o processo de expansão da fronteira naquele país com a expansão da democracia, Velho se vê enredado em uma armadilha, já que no Brasil ela ocorre justamente durante período de restrição das liberdades democráticas comandado pela ditadura militar.

Se a fronteira fechada era teoricamente compreendida como mecanismo de controle da classe trabalhadora, no Brasil não teríamos uma fronteira aberta, mas uma ‘fronteira aberta, porém controlada’, na qual o camponês brasileiro poderia enfraquecer-se e ter de subordinar-se aos poderes políticos e econômicos mais influentes. Mais do que um aspecto meramente físico-geográfico, as fronteiras poderiam ser compreendidas a partir de uma perspectiva político-geográfica: “[é] como se fosse criado um equivalente a uma fronteira: assim como uma fronteira física pode ser fechada por meios sociais, uma espécie de fronteira pode aparecer onde antes não havia nenhuma, devido a eventos sociais” (VELHO, 1979, p.101). A fronteira, portanto, não se explica por si só, mas deve conter algo – um evento político, por exemplo – caracterizador.

O terceiro autor analisado por Rabello (2013) é João Pacheco de Oliveira Filho (1979), em cuja obra a fronteira é teoricamente caracterizada a partir de oito teses. Um dos questionamentos teóricos se dá a partir do entendimento da fronteira como uma divisão entre o Brasil moderno e o Brasil arcaico, atrasado e lugar do “outro”: uma espécie de discurso de quem almeja colonizar. Rabello (2013) argumenta que durante a ditadura militar houve a difusão da ideia segundo a qual o país deveria integrar-se e, para isso, seria mister a construção de sistema de transporte eficiente, o que teve como consequência a implantação de rodovias importantes no interior do país – como a BR-364 que liga Cuiabá a Porto Velho, a Transamazônica, a BR-319 que liga Manaus a Porto Velho e o asfaltamento da Belém-Brasília. Nesta narrativa cabia à Amazônia ser ‘colonizada’ pelo ‘Brasil moderno’.

Outra das teses de Filho (1979) advoga a compreensão do fenômeno da fronteira não apenas pelo viés econômico, mas pela soma de aspectos distintos (o político, o geográfico, o demográfico, o ambiental, as particularidades sociais do objeto em questão etc). Sob este aspecto critica o governo militar que, ao sacralizar o viés econômico nas políticas públicas de ocupação da Amazônia deixou em segundo plano, por exemplo, a questão ambiental, cujos problemas na região amazônica vieram à tona notadamente a partir da década de 80. Becker et.al. (1990) e Martins (1997) são utilizados por Rabello para dialogar a respeito do lugar da Amazônia no Brasil do passado e as mudanças ocorridas desde então.

A expansão da soja no limite sul da Amazônia, a construção de rodovias na região para escoar a produção, bem como a implantação da hidrovía Madeira-Amazonas são características que trouxeram um câmbio à região capaz de alterar o lugar da fronteira. Se a fronteira é a representação simbólica dos limites entre o igual e o diferente, então estas mudanças trazem um novo recorte para a sua identificação na região amazônica.

As representações sobre a fronteira⁵⁰ também podem ser construídas de acordo com cada paradigma. O paradigma desenvolvimentista do governo militar teria construído, por

⁵⁰ Ainda sobre a temática da fronteira, a obra de Cardoso e Müller (1977) é, ainda hoje, seminal para a discussão do significado da expansão amazônica praticada pelo governo militar, particularmente por meio da construção da rodovia Transamazônica. Dois motivos são centrais para a construção da rodovia Transamazônica, para além das razões econômicas: (1) a preocupação em ocupar os 'vazios demográficos' e (2) a tentativa em diminuir as tensões no Nordeste. Ressaltam os autores a ausência da Transamazônica no Plano Nacional de Viação de 1967, pois sua construção teria sido decidida após visita do presidente Médici ao Nordeste, onde enxergou os efeitos de seca avassaladora. O então Ministro dos Transportes, Coronel Mario Andreazza, afirmara em visita ao Congresso Nacional, em julho de 1970, ter sido do presidente a decisão de construir as rodovias Cuiabá-Santarém e a Transamazônica. O ministro explicara que "a ideia original para a construção desta obra fundamentou-se no conceito de integração nacional, ligando o Nordeste à Amazônia". Consequentemente "a Transamazônica seria

exemplo, a representação de que a Amazônia era constituída por um “vazio demográfico, risco para a segurança nacional, o eldorado” (RABELLO, 2013, p.230) dentre outros, ao passo que o discurso ambientalista utiliza-se de outras caracterizações, como “pulmão do mundo, a biodiversidade, o sequestro de carbono, maior manancial de água potável” (RABELLO, 2013, p.230). A partir da legitimação de cada uma destas e de outras representações sobre a fronteira seria possível construir determinadas políticas públicas e reconstruir as ações e disputas políticas.

O artigo de Amin (2015) situa a Amazônia no contexto de conflitos e disputas pelos recursos naturais no século XXI. Advoga a tese de que a Amazônia é região de interesse crescente em meio a estas disputas e configura-se, no seio da geopolítica, como um novo ‘espaço vital’, tal qual a Ásia Central. Seu objetivo essencial dirige-se à discussão da posição geopolítica da Amazônia, especialmente sob os olhos da escassez de recursos naturais. Amin inicia o artigo de sua autoria retomando ideias de especialistas em geopolítica, dentre os quais Ratzel e seu conceito de espaço vital. Duas regiões do mundo apresentam-se como espaços vitais na disputa pelos recursos naturais: a Ásia Central e a Amazônia. Aqui não é relevante discutir os aspectos que tornam a Ásia Central um espaço vital, mas apenas a Amazônia.

Sua dimensão territorial, a riqueza de recursos naturais e a biodiversidade são potenciais para o fomento de inovações tecnológicas. Ademais, o subsolo amazônico e o potencial hídrico mostram-se atrativos para multinacionais de diversos setores econômicos, em especial da mineração. A biodiversidade, os recursos minerais e a água são temas mobilizados pelo autor com o objetivo de reforçar o quão estratégica é a região. Ao preocupar-se com a biopirataria, com o fácil acesso aos metais raros e com o uso incontrolado dos aquíferos amazônicos Amin chama a atenção para a centralidade da disponibilidade de recursos naturais a serem canalizados para estratégia de desenvolvimento que possa também significar o aumento da relevância política do país diante do exterior.

O último artigo desta seção, de autoria de Andrade (2015), retoma a participação da FAO (órgão da Organização das Nações Unidas voltada para a segurança alimentar) e da

uma ampla vereda oferecida ao nordestino para a conquista e colonização da Amazônia" (CARDOSO ET.AL., 1977; p.169-170). A obra de Cardoso e Müller dedica um capítulo inteiro para a reconstrução da polêmica em torno da construção da rodovia, trazendo argumentos de ministros, militares, empresários e industriais envolvidos no debate público do período. A relevância deste debate se dá porque, naquele período, a abertura desta rodovia representava nova e ampla fronteira de ocupação amazônica.

UNICEF (*United Children's Fund*) em convênios com o governo brasileiro para o desenvolvimento da Amazônia. O autor reconstrói historicamente os altos e baixos e os obstáculos desta parceria ao longo dos anos.

A Constituição brasileira de 1946⁵¹ estabeleceu mecanismos de desenvolvimento regional ao fundar a SPVEA. Este ideário do planejamento regional fora inspirado tanto na *Tennessee Valley Authority* (autarquia criada nos EUA para fomentar o desenvolvimento regional em uma das regiões mais afetadas pela crise de 29/30) quanto na antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Os primeiros relatórios da SPVEA sobre a região indicavam a fome e a exploração primitiva e predatória dos recursos naturais como os dois maiores desafios amazônicos. Inicialmente, representantes das agências de fomento – dentre as quais a FAO (*Food and Agriculture Organization of the United Nations*) e a UNICEF (*United Nations Children's Fund*) - viajaram para a região com a imagem de que o solo amazônico era rico, embora mal explorado pelos amazônidas. Sob esta perspectiva, bastava a eles ensinarem aos habitantes locais o correto cultivo para que a região se consolidasse como um ‘celeiro do mundo’. Ao desembarcar na Amazônia, a experiência das agências mostrou cenário diverso: o diagnóstico estivera equivocado e as dificuldades não seriam tão simples e de tão fácil superação.

Durante a década de 50 técnicos da FAO vasculharam o potencial florestal da Amazônia e notaram adversidades muito superiores àquelas inicialmente imaginadas. Um engenheiro florestal da FAO registra em relatório citado pelo autor (ANDRADE, 2015, p.296) que “a região possuía considerável riqueza potencial em material lenhoso, mas que só poderia ser alcançada se o material fosse bem utilizado pelas técnicas de transformação e de uso que poderiam permitir comercializar os produtos”. Neste mesmo relatório alguns dos obstáculos apontados eram: a ausência de técnicas de exploração florestal, o proibitivo custo de transporte, a presença de serrarias rudimentares e, por fim, as desfavoráveis políticas de financiamento voltadas à indústria e ao comércio de madeiras. Os convênios entre as agências internacionais e o governo brasileiro resultaram na inauguração do INP (Instituto Nacional do Pinho) e do INM (Instituto Nacional do Mate) justamente com o objetivo de ampliar os conhecimentos sobre a exploração dos recursos naturais.

⁵¹ O contexto de debates sobre a Amazônia resultou na criação do INPA (Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia), sediado em Manaus.

De maneira geral o autor tece duas conclusões fundamentais em seu artigo. A primeira delas indica que o contato com a floresta complexificou as noções prévias da tecnocracia das agências internacionais a respeito da vida e das particularidades da Amazônia. A segunda conclusão essencial direcionou-se no sentido de que, ao contrário do que se poderia esperar, a Amazônia não ocupava lugar periférico nos debates sobre a modernização, mas sim um lugar central.

2.5. Planejamento

O quinto subtema aborda quatro artigos, dentre os quais o mais antigo é o de Loureiro (2012) a rememorar os equívocos das políticas desenvolvimentistas da Amazônia, ao mesmo tempo em que propõe alternativas para um novo desenvolvimento a partir da formulação de potenciais ideias para a exploração da floresta em pé. A hipótese principal do artigo substancia-se pela reflexão de novas formas de desenvolvimento, já que as experiências de desenvolvimento propostas para a região até então se mostraram malogradas pois excludentes, apequenadoras da multiculturalidade presente na Amazônia, culturalmente homogeneizantes, concentradoras de renda, inaptas para granjear empregos o bastante e de qualidade, cujo legado são danos ambientais de grande escala e, ao final, deixa para trás as ruínas da miséria ao largo dos grandes empreendimentos.

Loureiro (2012, p.530) utiliza-se do termo “desenvolvimento degenerativo” para referir-se ao desenvolvimento amazônico ancorado em bens primários e recursos naturais destinados à exportação. O conceito é aplicado por conta dos efeitos devastadores gerados sobre a floresta e a população local, apesar de contar com benefícios tributários, creditícios e de políticas públicas dirigidas ao mundo empresarial instalado na Amazônia Legal. Na compreensão da autora, quanto mais se desenvolve a Amazônia, mais se a degenera.

O desenvolvimento degenerativo tem por consequência despistar formas alternativas de desenvolvimento para a região. Ao segregar-se o tema da biodiversidade apenas aos cientistas, enquanto, de outro lado, a exploração florestal fica a cargo de aventureiros ou de iniciativas sustentáveis, porém pontuais, a Amazônia corre o risco de perder o bonde da história do desenvolvimento inclusivo e sustentável, bem como legitimar estratégias discursivas verdadeiramente levianas, como a de que os índios e caboclos vivem em terras excessivamente

vastas, pouco rentáveis cuja ocupação deveria ser disponibilizada à atividade produtiva monocultora (leia-se soja e pecuária extensiva).

Como contraponto ao modelo de desenvolvimento degenerativo a autora identifica as contradições e alternativas possíveis, destacando (1) a integração entre Estado, universidades e órgãos de pesquisa para a exploração sustentável da biodiversidade local, (2) o fomento aos pequenos empreendimentos geradores de renda e emprego, inclusive para reversão das ações danosas já realizadas, para o aproveitamento dos bens naturais pelas empresas e comunidades locais e de apoio à modernização do extrativismo. Por fim, destaca também (3) a responsabilidade do Estado em nova estratégia de desenvolvimento, especificamente no desestímulo econômico por parte do Estado à monocultura, à postura de intolerância contra as ações abusivas e ilegais (dentre as quais os casos de morte no campo, trabalho escravo e grilagem de terras), à execução de programas específicos para a região, à importância de organizar os cadastros de terras da região e à reorientação dos investimentos derivados do FNO (Fundo Constitucional do Norte).

No artigo seguinte Madeira (2014) analisa o PAS (Plano Amazônia Sustentável), lançado pelo governo brasileiro em 2008 mas cujo processo de diálogo fora iniciado alguns anos antes. O autor compromete-se com a reflexão a respeito da capacidade do PAS em romper com modelos de desenvolvimento anteriores a partir de uma perspectiva sustentável.

Se até os anos 70 o Estado brasileiro recorreu a planos desenvolvimentistas extremamente agressivos voltados à região Amazônica, já nos anos 80 o direcionamento é alterado. Esta transformação ocorre tanto por conta da crise fiscal e da contundente restrição orçamentária da chamada década perdida quanto dos novos ventos da Constituição de 1988 e da crescente preocupação internacional com o meio ambiente – já no início dos anos 90 o Rio de Janeiro sediava a Rio-92, a mais importante Conferência internacional sobre meio ambiente até então realizada. Neste renovado contexto nasce o Programa Nossa Natureza, ainda no governo Sarney, o Programa de Defesa do Complexo de Ecossistemas da Amazônia Legal, o Programa de Zoneamento para a Amazônia Legal, o Programa Piloto para a Proteção de Florestas Tropicais no Brasil (PPG7), todos publicados até o início dos anos 90. Becker (2010) chama a atenção para o nascimento ora de projetos preservacionistas – associados à perspectiva da consciência ecológica – ora de projetos conservacionistas – mascarados pelo ideário da

sacralização da floresta e associados com a perspectiva de uso da terra como reserva de valor – a partir deste período.

Marcado por estas experiências e envolvimento nas questões presentes nos programas anteriores emerge o PAS (Plano Amazônia Sustentável). Sendo conformado por modelo de inserção competitiva como sua espinha dorsal, o PAS foi lançado já em 2008, pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva e governadores dos estados da Amazônia Legal. Associado ao PAS o governo federal criou o MacroZEE (Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal), cujo objetivo dava-se por meio da conciliação entre as políticas de preservação ambiental e as atividades produtivas. O MacroZEE pode ser utilizado como instrumento de orientação para formular políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional e para a ordenação territorial. Os seus três conceitos constitutivos são os territórios-rede⁵², os territórios-fronteira e os territórios-zona. Dos três territórios, apenas os territórios-zona estão diretamente voltados para a preservação ambiental. Já os outros dois representam, de uma ou outra forma, a continuidade de projetos iniciados na década de 80 ou ainda antes.

Madeira conclui que, por essa razão, o PAS e o MacroZEE não rompem com a lógica da concentração espacial dos empreendimentos em polos na Amazônia, bem como favorecem a mercantilização da natureza na medida em que legitimam um entendimento peculiar de desenvolvimento sustentável capaz de fortalecer antigas desigualdades, bem como cria outras novas. Sua excessiva conexão com os grandes projetos de infra-estrutura e com as atividades de mineração e agroindústria, ou seja, com produções voltadas para o mercado externo, assim como o pouco destaque dado aos amazônidas e às atividades menos intensivas em capital os vinculariam com versão repaginada dos velhos planos desenvolvimentistas.

Aragón (2015), em seu artigo, discute treze pontos para o debate sobre o desenvolvimento amazônico e indica sugestões para pesquisas posteriores. O argumento central do autor a perpassar todos os treze pontos é a valorização do conhecimento como pressuposto das intervenções na região. O artigo inicia-se pelo questionamento sobre qual é a Amazônia da qual se fala para, em seguida, citar a diversidade local, bem como a baixa capilaridade de

⁵² Os territórios-rede estão compostos pelas capitais costeiras da Amazônia Legal, pelo corredor de integração entre a Amazônia e o Caribe, pela atividade mineradora, pelo eixo entre os rios Araguaia e Tocantins, pelo entroncamento entre o Pará, o Tocantins e o Maranhão, pelo complexo agroindustrial e pelo polo logístico de integração com o Pacífico. Os territórios-fronteira estão compostos pelas frentes de expansão agrícola e pelas fronteiras agroflorestal e da pecuária. Por fim, os territórios-zona estão conformados pelo coração da floresta amazônica e pelas áreas do Pantanal do Mato Grosso.

iniciativas voltadas para a pesquisa científica e de coordenação estratégica em prol do desenvolvimento entre os estados amazônicos e os países fronteiriços também localizados em áreas amazônicas.

Os tópicos seguintes estão intimamente relacionados ao primeiro ponto, já que a diversidade e a desigualdade, nas suas mais diversas feições, são trazidas novamente à tona na segunda questão. Já no terceiro tópico o autor aborda o conhecimento sob a perspectiva estratégica de ferramentas de poder, dominação e de rentabilidade econômica. Por isso, apesar dos obstáculos enfrentados no financiamento educacional e de pesquisa, os países poderiam conformar redes de pesquisa nas áreas de educação, ciência e tecnologia, bem como conter a “fuga de cérebros” para países do Atlântico Norte. Apesar da importância da pesquisa científica e interdisciplinar realizada em universidades, a preservação dos elos com o conhecimento tradicional gerado pelos povos originários é componente igualmente significativo para que especialmente a biodiversidade florestal seja explorada.

Os cinco tópicos finais versam sobre temas culturais e institucionais, como é o caso da crítica à globalização como internacionalização da cultura colonizada do consumo em detrimento das identidades locais. Quanto aos tópicos institucionais o autor considera haver a necessidade de nova legislação apropriada ao combate da biopirataria e outra com foco na redução da burocracia – compreendida aqui no sentido de senso comum, não-weberiano do termo – entre os países amazônicos. Por fim, reflete sobre a valorização das ideias, dos programas políticos e da coragem política em agir em favor da preservação da floresta, do bem-estar dos seus moradores e da valorização cultural amazônica. Para isso a agenda política deveria incorrer no debate de duas pautas: (1) a eliminação da pobreza e o desenvolvimento da economia verde e (2) a criação de estrutura de governança internacional e integrada. Entretanto, reforça o alerta dado por Boaventura Santos, segundo o qual se deve cuidar para evitar que a economia verde não se converta no “Cavalo de Troia para o capital financeiro passar a gerir os bens globais e os serviços que a natureza nos presta gratuitamente” (SANTOS apud ARAGÓN, 2015, p.14).

No artigo seguinte Mello (2015) reforça o debate sobre a revisão histórica das estratégias de desenvolvimento regional e sugere novo paradigma baseado na economia verde. O autor decompõe o artigo em seis seções distintas. A primeira delas versa sinteticamente sobre as raízes históricas da dependência amazônica. Ao introduzir a discussão alerta para o

antagonismo segundo o qual a Amazônia tornou-se centro das atenções mundiais por conta das preocupações com o meio ambiente, mas segue sendo a periferia dos interesses brasileiros.

Ao identificar três ciclos econômicos na história da região – o ciclo das drogas do sertão durante o período colonial, o ciclo da borracha durante os séculos XIX e XX e, por fim, os dez anos do milagre econômico em que grandes projetos de infra-estrutura, mineração, agroindústria, madeireiras, bem como a Zona Franca de Manaus foram instalados ou consolidados – Mello caracteriza boa parte da história econômica da Amazônia como a economia do saque, especialmente quando trata dos dois primeiros ciclos. Tal modelo sustenta-se pela concentração da produção no setor primário, ausência de verticalização das cadeias produtivas locais, pouca preocupação com o investimento em conhecimento, baixa qualificação da mão-de-obra, ausência de inovação tecnológica e acumulação exógena do excedente (MELLO, 2015). De modo geral este diagnóstico da economia amazônica é compartilhado pelos outros autores aqui lembrados que publicaram artigos entre 2011 e 2016.

A segunda seção contextualiza as relações da Amazônia com o Brasil contemporâneo. Apesar de possuir a maior bacia hidrográfica do mundo, além de riquíssima biodiversidade, e de estar localizada sobre uma das maiores províncias minerais de que se tem notícia, a Amazônia ainda é tratada ora como um depósito para onde os problemas de outras regiões são transportados, ora como um almoxarifado para suprir as demandas por recursos naturais de outras regiões. De todo modo a Amazônia Legal é tratada de modo periférico em relação ao restante do país, muito embora contribua com dois dos mais importantes produtos de exportação do país: a soja e o minério de ferro. Enquanto isso o potencial de exploração da sua biodiversidade segue menosprezado.

A terceira seção objetiva posicionar a Amazônia no contexto internacional e a baixa densidade das iniciativas de políticas públicas entre os países unidos pela floresta amazônica é alvo de críticas do autor. Igualmente alerta para a baixa combatividade dos países amazônicos nos fóruns globais: argumenta que, embora os países centrais afirmem preocupar-se com a preservação da floresta, recusam-se a assumir o ônus e os investimentos necessários à sua preservação. O terceiro embaraço lembrado deve-se à tese da sacralização da floresta, cuja conservação se faria mediante o princípio da intocabilidade. Esta ideia, já desmascarada por outros autores aqui discutidos, na verdade pretende utilizar-se das terras da floresta como reserva de valor, ao mesmo tempo em que impõe um custo inestimável aos países periféricos.

A quarta e a quinta seção discutem os desafios da Amazônia e a inserem na discussão de nova estratégia de desenvolvimento regional. São discutidos os desafios para impulsionar o conhecimento sobre a biodiversidade e a inovação tecnológica, bem como para a formulação de políticas públicas voltadas para a economia verde a partir das particularidades amazônicas, ou seja, uma economia que floresça com a floresta em pé. O autor considera que este modelo poderia ter como carro-chefe o fomento de cadeias de produção bioindustriais (como fármacos, fitomedicamentos, cosméticos, alimentos, bebidas, nutrientes, óleos), associado às redes de pesquisa e novos padrões produtivos coordenados a partir do que denomina de ‘revolução científico-tecnológica’.

Por fim, nas considerações finais o argumento envolvido refere-se aos mecanismos legislativos capazes de realizar a transição para a economia verde, em especial o potencial do Zoneamento Ecológico-Econômico e a necessidade de alteração de lei reguladora de acesso ao patrimônio biogenético, de modo a fomentar pesquisas nesta área e, igualmente, diminuir os entraves burocráticos.

2.6. Considerações Finais

Nestas considerações finais é possível tratar de alguns aspectos em comum entre os temas desenvolvidos. O mote unificador da seção 2.1. *Problemas Fundiários e Desmatamento* é, obviamente, o reforço da centralidade da questão fundiária para a Amazônia. Além disso, carrega a preocupação com o modelo de ocupação territorial da Amazônia Legal, o que fica especialmente claro em Costa (2012) e Costa, Mendes, Lima e Moreira (2014), este último no âmbito das áreas urbanas. Costa (2012), aliás, sugere a desagregação entre o direito fundiário e o direito ‘dos ativos ambientais originários’ como forma de organizar a territorialização do campo brasileiro, tarefa que a Lei Geral de Florestas Públicas (11.284/06) tem contribuído para consolidar, à medida que cria incentivos para a exploração madeireira sustentável em espaços concedidos, ao mesmo tempo em que veda o aproveitamento destas áreas para a produção pecuária ou agrícola.

Na seção 2.1. parece-nos que as conclusões propostas para explicar as razões do desmatamento amazônico são frequentemente confusas e não respondem aos impasses existentes. Consideramos que a causa fundamental do desmatamento amazônico ainda localiza-

se na dificuldade do Estado brasileiro dizer o que pertence a quem: a tarefa de regularização fundiária é hercúlea e fundamental. Ademais, as atividades produtivas, a complexificação da infra-estrutura e o crescimento urbano, frequentemente citados como causadoras do desmatamento, na verdade são necessidades da ocupação humana e resultado do esforço pela melhoria da qualidade de vida das populações locais. A agressividade com que avançam sobre a floresta não é característica intrínseca destas atividades, mas fruto de determinada lógica operante que, não casualmente, é consequência da ausência de projeto transformador consistente para a Amazônia que atue em confluência com as suas vantagens comparativas locais, particularmente com a modernização de práticas e tecnologias. O problema não é o uso dos recursos florestais, mas a sua utilização ineficiente e predatória.

Por fim, os artigos carregam incômodo implícito: a ausência de projeto nacional e política de desenvolvimento regional incapaz de lidar com os desafios postos. Prates e Bacha (2011) trazem conclusão que reforça a impressão da falta de projeto e de pró-atividade para a Amazônia ao anotar que: “[o] Estado ainda detém o controle do território, no entanto, ao contrário das décadas anteriores, em que o governo definia o uso da terra, são as empresas que atualmente o determinam” (PRATES ET.AL., 630). Arraes, Mariano e Simonassi (2012), por sua vez, comentam os equívocos das políticas públicas voltadas ao curto prazo. Reorganizadas poderiam ser eixo para a reconstrução do desenvolvimento amazônico.

Em Domingues e Bermann (2012) o incômodo transparece na identificação de que toda a cadeia de produção sojifera no município analisado de São José do Xingu (MT) é dominada pelas multinacionais. Sem a dimensão da importância estratégica deste cultivo perde-se a oportunidade de reduzir a dependência estrangeira no campo.

Na seção 2.2. *Desenvolvimento Local* o mote unificador é a discussão a respeito da convivência entre a natureza e os povos da floresta. Relaciona-se também às variadas vertentes do movimento ambientalista e às possibilidades de semear condições de vida mais dignas aos povos da floresta, de acordo com os variados graus de intervenção humana na natureza. Medina (2012) nos provoca ao discutir o tema da regulação do uso dos recursos nas comunidades para o estabelecimento de sistemas de gestão local. Moura e Castro (2012) reforçam a importância de valorização dos saberes locais para a consecução de estratégias de desenvolvimento local. Calegari, Higuchi e Bruno (2014) têm o mérito de mediar o processo de construção das unidades

de conservação e do próprio ambientalismo presente no EUA até o Programa Nossa Natureza, lançado pelo governo Sarney.

Já Herrera, Ramos e Silva (2014) relatam as dificuldades no convívio da pequena e da grande propriedade no sudoeste do Pará. A pequena propriedade familiar também foi tema o artigo de Cruz, Chagas e Botelho (2013). Tourneau e Kohler (2011), no artigo mais crítico da seção, apresentam os constrangimentos práticos dos projetos sustentáveis em duas unidades de conservação amazônicas. O debate presente nesta seção ganha novos contornos no Capítulo 4 e pode ser lido em conjunto.

A seção 2.3. *Inovações Tecnoambientais* propõe inovações produtivas e institucionais para a exploração sustentável da floresta. Todos os artigos da seção têm, de maneiras diferenciadas, preocupação com a reorganização da indústria madeireira, de grande importância para a Amazônia. Os três artigos relacionam-se ao debate de políticas públicas na área dos serviços ambientais.

Os artigos da seção 2.4. *Pan-Amazônia, Colonização e Globalização* tratam da Amazônia em sua dimensão estratégica: remete ao tema da fronteira (RABELLO, 2013), faz conexões entre a produção de energia e o transporte (BECKER, 2012), discorre sobre o seu caráter geopolítico e a caracteriza como ‘espaço vital’ (AMIN, 2015), versa sobre a sua relação com o Brasil e o mundo (ANDRADE, 2015; FEITOSA ET.AL., 2013). O incômodo implícito presente na seção 2.1. aqui é explicitado, particularmente pelo fato de que os autores optam por abordagem diversa: ora explicam os fenômenos a partir de perspectiva histórica nacional, ora em termos da dinâmica territorial de todo o país, não apenas de uma pequena região da Amazônia.

Por fim, a seção 2.5. *Planejamento* apresenta artigos nos quais os autores propõem a reorientação de projeto para a Amazônia. Além disso, o tema da economia verde é destacado. A marca da seção é a proposição de ideias para a região, por meio da ênfase na diversificação produtiva baseada no uso de matérias-primas regionais e apoio da ciência e tecnologia. Madeira (2014) realiza críticas ao Plano Amazônia Sustentável lançado pelo Ministério do Meio Ambiente e ao Macro Zoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal. Muitos dos temas tratados nesta seção são discutidos no interior do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal, a ser esmiuçado no Capítulo 4.

Loureiro (2012) contrapõe o que chama de ‘desenvolvimento degenerativo’ a um conjunto de alterações institucionais: o fortalecimento do sistema de pesquisa e inovação tecnológica por meio da integração entre Estado, universidades e órgãos de pesquisa em prol do estudo da biodiversidade; a mudança nos critérios para a concessão de créditos oriundos do FNO; o incentivo ao pequeno e médio produtor, assim como o apoio às comunidades locais; a modernização das práticas extrativistas; o desestímulo do Estado à monocultura e aumento da fiscalização contra as práticas abusivas da legislação trabalhista e fundiária.

Aragón (2015), por sua vez, apresenta treze teses sobre a Amazônia, a maioria delas relacionadas com mudança de paradigma na forma de se refletir o desenvolvimento da região. Trata das relações de sujeição e dominação e sugere mecanismos para combatê-las; quer aprofundar as redes de pesquisa locais e com os países amazônicos; indica a necessidade de política de combate à ‘fuga de cérebros’; considera pertinente preservar o conhecimento tradicional dos povos originários e da biodiversidade; critica a globalização. As pautas centrais em sua conclusão são: o combate à pobreza; o desenvolvimento de economia verde e a criação de sistema de governança internacional. A importância do desenvolvimento de mecanismos para a economia verde e os serviços ambientais também é presente em Mello (2015).

Em suma, buscou-se caracterizar os temas de debate sobre a Amazônia atualmente em voga a fim de compreender como a Academia tem se portado diante deste desafio profundamente brasileiro. Para além de eventuais divergências críticas, é notável que frequentemente os autores esforcem-se por apontar caminhos para a Amazônia. Entretanto, as alternativas programáticas comumente apresentadas possuem forma excessivamente fragmentária, de modo que não são capazes de dar conta da necessidade de constituição de projeto regional transformador.

3. ROBERTO MANGABEIRA UNGER: SUPERAÇÃO DA DITADURA DA FALTA DE ALTERNATIVAS E DIREÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COM CONTEÚDO INSTITUCIONAL

O terceiro capítulo desta tese procura delinear características fundamentais do pensamento social de Roberto Mangabeira Unger e, a partir daí, relacioná-las com o ideário do experimentalismo democrático no contexto de análise entre os estados amazônicos do Acre e de Rondônia. A questão que se coloca é: por qual razão o ideário teórico e metodológico de Unger serve para analisar a Amazônia e, especialmente, os estados do Acre e Rondônia? A hipótese central aqui apresentada defende que o projeto teórico de Unger concede os instrumentos para organizar a vitalidade amazônica ao propor estratégia de rebelião contra a resignação do ideário da ‘ditadura da falta de alternativas’, além de esculpir metodologicamente o conceito de desenvolvimento sustentável, bem como dar-lhe direcionamento institucional. O desafio premente refere-se à possibilidade de constituição de alternativas institucionais a conformarem novo modelo de desenvolvimento na Amazônia e, especialmente, nos estados de Acre e de Rondônia. Dito de outro modo, a questão pode ser reformulada para responder em que medida a teoria social de Roberto Mangabeira Unger pode ser empregada para dar significado prático à expressão desenvolvimento sustentável para além da reprodução das estratégias do pobrismo e do são-paulismo⁵³ na Amazônia.

Roberto Mangabeira Unger é teórico social brasileiro e autor de mais de uma dezena de obras de grande impacto no cenário internacional⁵⁴. Professor da prestigiada *Harvard University*, sua agenda de pesquisa é ampla a ponto de abarcar temáticas nas áreas de filosofia, teoria social e política, pensamento jurídico e economia. O próprio Unger (2004a) define o seu projeto radical como fruto de inspiração em pensadores tão diversos quanto John Stuart Mill,

⁵³ O são-paulismo pode ser caracterizado ora pelo fascínio com grandes empreendimentos em regime de enclave que não transformam a vida social ao seu redor, ora pela tentativa de cópia do modelo de industrialização de São Paulo nos anos 40 e 50, com produção em massa de acordo com lógica fordista.

⁵⁴ Dentre os livros de Unger, destacam-se “Democracia realizada: a alternativa progressista” (1999), “Política: os textos centrais, a teoria contra o destino” (2001a), “False necessity: anti-necessitarian social theory in the service of radical democracy” (2004a), “O direito e o futuro da democracia” (2004b), “O que a esquerda deve propor” (2008a) e “A reinvenção do livre-comércio: A divisão do trabalho no mundo e o método da economia” (2010b).

Alexander Herzen, Karl Marx, Pierre-Joseph Proudhon, Ferdinand Lassalle, Martin Heidegger, Jean-Paul Sartre, Friedrich Hegel, Søren Kierkegaard, Marcel Proust, James Joyce, Virginia Woolf e Robert Musil.

O premiado historiador inglês Perry Anderson o identifica como “parte da constelação de intelectuais do Terceiro Mundo, ativo e eminente no Primeiro Mundo sem serem assimilados por ele, cujo número e influência estão destinados a crescer” (ANDERSON, 1992 – Tradução Nossa). Além disso, constata que a teoria social desenvolvida por ele, distante dos círculos hegemônicos, traz à baila elementos críticos ao pensamento social contemporâneo, na medida em que apela originalmente à imaginação humana como fio condutor da construção social e política.

Em entrevista ao jornal britânico Financial Times, em 2007, Unger descreveu a sua atuação política em contraposição à posição de pensador:

Olhando em retrospectiva eu vejo que cometi o clássico erro do filósofo em sua relação com a política, que consiste em tentar encontrar outro alguém para fazer o trabalho, e descobri que é mais fácil mudar um país do que mudar uma pessoa. Então decidi engajar-me mais diretamente e com menos reservas para fazer a minha voz ser ouvida” (WHEATLEY, 2007 – tradução nossa).

Em sua carreira, Unger esteve bastante próximo tanto de Leonel Brizola quanto de Ciro Gomes, políticos nos quais teria depositado a esperança de que executassem o seu projeto intelectual. Como militante da transformação social, exerceu forte influência intelectual no primeiro mandato do ex-governador de Rondônia, Confúcio Moura (2011-2014).

Na verdade, no momento da realização desta entrevista Unger já tratava de reparar o que chamou de “clássico equívoco do filósofo”, pois engajava-se diretamente no debate político nacional a partir da sua investidura no cargo de Ministro de Estado na Secretaria de Assuntos Estratégicos, já no segundo mandato do governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva. Demitiu-se cerca de dois anos depois e voltou ao governo federal no segundo mandato da Presidenta Dilma Rousseff para o mesmo cargo que ocupara antes. Estas duas experiências políticas como Ministro de Estado o permitiram rodar o país para, simultaneamente, debater temáticas fundamentais e propor mudanças: defesa nacional, meio ambiente, agricultura, gestão pública, educação, saúde, políticas sociais, relação capital e trabalho e políticas de desenvolvimento regional (especialmente para o Nordeste, Centro-Oeste e Norte). Durante o período em que fora ministro pôde conhecer profundamente o país e discutir o ideário

transformador, experiência que valoriza a força das suas propostas transformadoras, na medida em que busca dar concretude às ideias. Além disso, é igualmente possível discutir a sua contribuição teórica acadêmica, que há muito se destaca pela profusão de ideias inovadoras, o que fez com que Richard Rorty o descrevesse e à sua obra de maneira inspiradora, identificando a capacidade da produção de Unger em mobilizar os espíritos de grandeza e de transformação social⁵⁵:

Ele não faz movimentos em nenhum dos jogos que sabemos jogar. Provavelmente a sua audiência natural esteja no Terceiro Mundo – onde seu livro poderá tornar possível uma nova ideia de futuro nacional. Talvez algum dia permita aos cidadãos letrados de algum país ver perspectivas onde antes só viam perigo – enxergar um futuro nacional até então impensado, ao invés de ver seu país condenado a desempenhar o papel que algum teórico estrangeiro tenha escrito (RORTY, 1990, p.40 – Tradução Nossa).

A fim de expor os argumentos ungerianos o Capítulo constitui-se por quatro seções distintas que partem do plano mais geral para o mais particular. Assim, a primeira seção abordará os pressupostos teóricos do seu pensamento social, bem como as críticas ao pensamento social hegemônico. A partir dos seus pressupostos teóricos torna-se possível abordar o experimentalismo do ponto de vista das instituições: esta é a segunda seção deste capítulo. A terceira seção trata do experimentalismo no Brasil e no contexto amazônico. Por fim, a última seção relaciona os aspectos teórico e institucional da teoria de Roberto Mangabeira Unger ao pragmatismo contido no agente transformador, sujeito de seu projeto radical.

3.1. A Política e o Pensamento Social Ungeriano

A compreensão de certas ideias disseminadas cotidianamente no terreno da política pode ser facilitada pelo uso de alegorias utilizadas no seio do pensamento social. Dentre estas, nota-

⁵⁵ Se Rorty descreve Unger de maneira grandiloquente, o mesmo não se pode dizer de Burns (1990, p.134-135 – tradução nossa), que possui opinião diferente: “A teoria de Unger não tem uma retórica: ela é uma retórica. As teorias social e política modernas que mais claramente distinguem os contextos formadores das rotinas ou das práticas cotidianas são impensáveis sem um conceito moderno de ciência que contrasta fortemente o conhecimento teórico do conhecimento do senso comum. Contextos formadores são o que se pode chamar de ciência da sociedade, ou como o senso comum conhece normalmente como práticas ‘rotineiras’ cotidianas. [...] Unger rejeita todos os modos de pensamento nos quais partes simples são colocadas juntas (método lógico), verdades universais são aproximadas (método dialético), ou problemas são resolvidos (método dos problemas). Em vez disso ele adere ao auto-entendimento de método no qual formulações arbitrárias são interpretadas (método operacional)” (*grifos do autor*).

se a presença da Alegoria da Jaula de Aço (WEBER, 2004), presente em “Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”. A Jaula de Aço pode ser compreendida como a impossibilidade de transcender o presente estado de coisas, no qual os indivíduos encontram-se presos em seu interior. A rigidez das grades a impossibilitarem qualquer tentativa de fuga reforça a inevitabilidade da aceitação da prisão. Para além do tema da dominação, a Jaula de Aço representa a renúncia ao ideário transformador e a completa fatalização do mundo tal qual ele se apresenta:

Para as mentes colonizadas pela metáfora da Jaula de Aço, qualquer via de fuga é programaticamente impraticável: a renúncia desencantada supera a paixão transformadora e a sua irrequieta ontologia do ainda-não. A Jaula de Aço é o espaço metafórico no qual se condensa a convicção, atualmente convertida em pensamento único, da impossibilidade de afetar as estruturas sociais e políticas existentes ou, de modo convergente, da inevitável falência de qualquer projeto de matriz transformadora (FUSARO, 2015, p.17 – Tradução Nossa).

A renúncia à ação, fragilizadora do pensamento social, teve como consequência a aceitação do existente, no qual se julga que a política e a economia devem apenas sofrer pequenas correções de rotas, mas sem grandes mudanças.

Aos dominados é solicitado apenas que sejam realistas, aceitando as contradições e a miséria não porque sejam boas ou justas, mas porque são reais e, ademais, irreparáveis. [...] É inequívoco o fato de que a falência cada vez mais reluzente da utopia capitalista se consuma diante da impotência geral, sem suscitar nenhum retorno da chama vermelha por parte dos excluídos e muito menos dos intelectuais [...] alinhados com a ortodoxia niilista (FUSARO, 2015, p.559 – Tradução Nossa).

Consequência deste processo, o ideário de rebeldia enfraquece-se por meio de complementariedade mal-disfarçada: a inconsciência feliz e a renúncia depressiva. Entre o desconhecimento da insalubridade e das injustiças mundanas e a aceitação do mundo tal como ele é, marcado por postura desesperançada e proclamada como realismo, reforça-se o discurso do fenecimento espiritual das alternativas ao modo de organização atual da economia de mercado e da política. Neste cenário, quaisquer utopias sobre modos alternativos de construção de futuro são denunciadas pela sua suposta herança de caráter intrinsecamente totalitário das experiências pretéritas.

À medida que a energia transformadora é esvaziada a partir da disseminação da imagem de um mundo obscuro, mas impossível de ser modificado, então a adaptação e a aceitação da realidade tal como ela é passam a sustentar-se na sensação de impotência perante as estruturas.

Se o caminho de qualquer transformação profunda atualmente parece de difícil realização, isso se dá menos pelas tentativas de fatalização do mundo, da sua sacralização, e mais pela ausência de ideias sobre como se organizariam as instituições no período imediatamente posterior.

Uma das consequências desta resignação política perante os destinos de toda a sociedade é a manutenção de democracia desmobilizadora, tão bem retratada em “Ensaio sobre a Lucidez”, do escritor José Saramago (2004), no qual o escritor português apresenta uma crítica vívida sobre a desilusão da população, na qual cerca de dois terços dos eleitores da capital de um país inominado acorre às urnas para votar em branco, deslegitimando o governo eleito. Após uma série de discussões na mais alta cúpula do país, resolve-se que haverá nova eleição em seguida, com o objetivo de diminuir o número de votos em branco. A segunda eleição falha miseravelmente em cumprir seu intento, de modo que a partir daí desenvolve-se a trama do livro, quando a elite política do país passa a tomar medidas autoritárias cada vez mais distanciadas dos anseios populares.

Perry Anderson, ao tratar do tema das transformações nas sociedades, pontua acertadamente que “nenhuma classe operária ou bloco popular numa sociedade ocidental jamais dará um salto no escuro a essa altura da história” (2004, p.232) e, logo a seguir, enumera uma série de questões, tanto de instituições políticas quanto econômicas, nas quais o pensamento progressista deixou de debruçar-se e que forjam lacunas sérias para qualquer tentativa de produção de regimes políticos e econômicos diversos daqueles encontrados no mundo presente (2004, p.232-233)⁵⁶.

As preocupações da agenda de reinterpretação da sociedade e das ações do Estado sobre a sociedade, realizadas por Roberto Mangabeira Unger, estão conectadas à análise da tensão interna presente nas teorias sociais nos últimos dois séculos nos países do Atlântico Norte e espraiadas para os outros países do Ocidente, dentre os quais o Brasil. Ao tratar do tema da reconstrução das ideias que se tem sobre o mundo Unger comenta que

Os períodos de maestria no pensamento são aqueles em que os homens, sem de início atinar com a solução dos problemas específicos que se lhes defrontam nos diferentes

⁵⁶ Diante da reflexão sobre o terreno institucional em regimes socialistas, Anderson identifica quatro grandes áreas negligenciadas pelo pensamento social: a política, a economia, as relações internacionais e o que ele chama de “padrão sociocultural de nivelção libertária”, a envolver as relações de classe e de gênero. Para o nosso propósito não é necessário cair em minúcias sobre cada uma destas áreas, mas apenas pontuar claramente o equívoco em abandonar as considerações a respeito do pensamento programático, apesar de ser de extrema importância para a reflexão de novos modos de organização social. O nosso intento nesta tese é justamente jogar luzes sobre esta área ao trabalhar no campo das alternativas institucionais.

campos do conhecimento, acabam por se iniciar numa visão abrangente e reconstrutora. Descobrem então que estes problemas se ligam uns aos outros. E encontram a fonte de suas confusões em premissas que estão na base de todas as disciplinas em que vinham realizando o seu trabalho. Finalmente estabelecem um novo sistema de pensamento que varre as dificuldades encontradas (UNGER, 1978, p.1).

A partir de duas grandes correntes de pensamento, o marxismo e as ciências sociais positivas, originam-se duas correntes de pensamento que conformam duas formas de pensar o mundo e de se fazer política. É inadiável indicar alternativa a estas duas correntes.

3.1.1. A Política Revolucionária e a Política da Administração de Conflitos

O primeiro tipo de política, denominada revolucionária, foi tratada em maiores detalhes no Capítulo 1, inclusive quanto às suas imbricações com o marxismo, o que torna desnecessário reapresentá-la. Entretanto, o segundo tipo de política, da administração de conflitos, atualmente detém hegemonia intelectual e nas escolhas dos governantes, o que dá o tom da sua relevância mundial.

A política de administração de conflitos é a assunção da rotina sobre a transformação e seu *modus operandi* pode ser identificado por meio da presença dos ajustes redistributivos marginais negociados pelos grupos políticos com os interesses organizados (ou seja, uma minoria da população). Unger considera essa política incapaz de propor e entregar soluções para os problemas centrais das sociedades e gerar condições para o aprofundamento democrático. Ela é o principal desdobramento, na política, do que ele chama de ciência social empírica. Esta variante de política toma emprestado a segunda e a terceira característica da teoria de estruturas profundas. Identifica estruturas sociais indivisíveis e repetíveis que seriam ‘naturalmente’ universalizáveis na organização social dos países. Estas características aparecem na ‘tese da convergência’, segundo a qual o mundo deveria caminhar para a universalização de conjunto de instituições tidas como as melhores. Entretanto, estas duas variantes da estrutura profunda são justamente as mais despolutizadoras, pois desprezam a qualidade da distinção entre rotina e transformação e, trazidas para a política da administração de conflitos, estas transformações mudam de caráter: passam a ser naturais, necessárias, retirando do homem e da mulher comuns a possibilidade de ação transformadora do mundo.

É a radicalidade do primeiro tipo de política que faz com que esse segundo tipo seja entendido como necessário, no qual as maiores esperanças residem na “humanização do inevitável”, uma das três tendências do pensamento social contemporâneo (UNGER, 2007). Estas tendências frequentemente misturam-se e coincidem na crença de que as sociedades não podem ser transformadas.

A humanização está presente majoritariamente no Direito e nas políticas públicas. Essa corrente alega que a sociedade não pode ser profundamente modificada, pois seria demasiado perigoso, haja vista as aventuras existentes no século XX, como o comunismo ou o fascismo. Assim, o que restaria a fazer seria dar a melhor cara ao mundo existente, por meio da redistribuição marginal de bens e direitos (especialmente entre os grupos sociais organizados, ou seja, a minoria da população), sem a modificação das instituições existentes, de modo a atenuar as consequências da economia de mercado e moderar a exclusão de grupos desprivilegiados sem, contudo, atacar as fontes estruturais de tais problemas. Outra das estratégias dessa tendência é lançar mão de discurso generalizador e idealizador, permeado por princípios em defesa do interesse público, nos quais o Direito passa a orientar-se ao alcance de esquemas de dever moral e de bem-estar coletivo sob a forma de discurso finalístico. Assim, embora a possibilidade de transformação social por meio da ideia básica que fundamenta as políticas públicas não se cumpra e permaneça como um ideal regulatório, a resolução dos problemas é sempre pressuposta. A consequência do esvaziamento da imaginação institucional nesta tendência do pensamento transparece no discurso dicotômico entre humanização ou revolução. A humanização ganha espaço em oposição ao caos e à imprevisibilidade que mudanças revolucionárias trariam para as sociedades.

A segunda tendência do pensamento social contemporâneo é a racionalização. Muito presente nas ciências sociais positivas e na economia, argumenta que as práticas e instituições presentes no mundo venceram uma espécie de corrida na qual todas as outras alternativas teriam se mostrado falhas e derrotadas, de acordo com uma lógica segundo a qual o sucesso confirmaria a superioridade. Nesta tendência do pensamento os homens e mulheres estão presos aos arranjos de determinada estrutura em cada uma das circunstâncias históricas, visto que a sociedade é tida como algo natural, quase imutável – no qual os resultados dos conflitos e dos acordos presentes são cristalizados, reificados e eternizados no futuro. Isto ocorre porque são minimizadas as distinções entre as rotinas formadas e as estruturas da vida social, cuja consequência é a desinflação da experiência histórica da descontinuidade e dos conflitos. Ao

associar-se ao hegelianismo de direita⁵⁷, o racionalismo advoga a noção de que as instituições teriam atingido a sua culminância histórica, a partir da qual as mudanças se dariam apenas marginalmente (o argumento de Francis Fukuyama sobre o ‘fim da história’ é, quase na sua totalidade, influenciado por esta tendência do pensamento contemporâneo). A ausência de possibilidades transformadoras desinfla o aspecto da imaginação humana sobre as instituições, já que qualquer ideário que proponha alterar o mundo social estabelecido é mal visto por esta tendência.

Por fim, a terceira tendência do pensamento contemporâneo é o escapismo, identificada nas humanidades, em geral. Está ligada à subjetividade pós-moderna das disciplinas das humanidades: essa tendência articula a tese de que as instituições e práticas sociais são inimigas irreconciliáveis da transcendência do espírito. O seu negacionismo típico infla a subjetividade humana e distancia-se do mundo real, ignorando a discussão política a respeito das estruturas sociais e dos contextos formadores. Outro aspecto do escapismo é o aventureirismo espiritual dedicado ao exercício de formas de consciência que renegam os obstáculos sociais que os indivíduos sentem-se incapazes de superar na prática:

Todos os movimentos – desde a ideia de que um texto pode significar tudo até a visão de que cada argumento é tão bom quanto o seu oposto - serve como um convite para um aceno aventureiro para além dos muros. Este convite repete na linguagem de uma elite cultural o viés de uma cultura popular que oferece como fantasia o que a sociedade não fornece como experiência (UNGER, 2007, p.123 – Tradução Nossa).

O equívoco essencial do negativismo típico do escapismo é a aventura da qual a vontade de transgressão e transcendência dos indivíduos está desvinculada dos arranjos institucionais e

⁵⁷ Segundo Giovanni Reale e Dario Antiseri (2005), as escolas hegelianas de esquerda e de direita conformam termo cunhado por David Friedrich Strauss em 1837. Ao utilizar-se do significado dos termos ‘esquerda’ e ‘direita’ nascidos a partir das discussões travadas no Parlamento francês, Strauss chama a atenção para divergência aberta por seguidores de Hegel sobre a questão religiosa e a questão política. Para o nosso objetivo imediato, basta compreender as origens da discórdia quanto à política. A direita hegeliana, formada por Karl Friedrich Göschel, Kasimir Conradi, Georg Andreas Gabler, dentre outros, defendia a noção de que “o Estado prussiano, com suas instituições e suas realizações econômicas e sociais, devia ser visto como o ponto de chegada da dialética, como a realização máxima da racionalidade do espírito” (REALE e ANTISERI, 2005, p.151). Por outro lado, a esquerda hegeliana, representada pelo próprio David Strauss, além de Bruno Bauer, Max Stirner, Arnold Ruge, Ludwig Feuerbach e Karl Marx, advogava que, pela “teoria da dialética [...] não era possível deter-se em configuração política e que a dialética histórica deveria negá-la para superá-la e realizar uma racionalidade mais elevada” (REALE e ANTISERI, 2005, p.151). Em suma, se a direita hegeliana procurava justificar o *status quo* presente no Estado prussiano e a negação da transformação, a esquerda hegeliana, diversamente, negava o Estado existente, abrindo passo para a transformação a partir do método dialético.

dos conflitos práticos e imaginários direcionados para a mudança das instituições (UNGER, 2007, p.124).

A política da administração de conflitos ganhou terreno, entre outras razões, ao negar as relações entre os contextos formadores e as atividades rotineiras, ou seja, ao deixar de explorar a contento o conflito de ideias e de práticas presentes no cotidiano e a relação desses conflitos com os contextos formadores que moldam essas disputas em cada situação histórica, motivo pelo qual acaba por cristalizar as instituições estabelecidas e ceifar o potencial imaginativo das ideias (UNGER, 2001a).

3.1.2. A Política Transformadora

A limitação dos dois tipos de política torna imperiosa a ampliação do espaço de terceiro tipo de política: a política transformadora. Este terceiro tipo assume como válida a tese da importância da análise dos conflitos práticos e de ideias no cotidiano e sua relação com os contextos formadores em cada momento histórico. Em vez de assumir as três características da teoria social de estruturas profundas que fundamentam o edifício teórico da política revolucionária, a política transformadora, diversamente, preserva apenas a primeira delas – a segregação entre rotinas formadas e estruturas – e substitui os outros dois movimentos.

A recusa da resignação diante da rigidez das grades da jaula de aço significa dizer que a teoria social ungeriana advoga perspectiva de que a política e a vida não são destino, ao contrário, podem ser anti-destino. O plano da sua teoria social utiliza-se da noção “tudo é política” para sintetizar o seu direcionamento. Ao fazer tal afirmação Unger postula o argumento segundo o qual as formas de organização social estabelecidas não refletem forças impessoais e irresistíveis e, portanto, não devem ser compreendidas como se fossem necessidades impostas. Conformam o que o autor chama de ‘ilusões de falsas necessidades’, criadas a partir do momento em que se rendem às tentativas de mudar o mundo social. Explicitam o fato de que os arranjos estabelecidos compõem o resultado de uma sequência de conflitos práticos e imaginativos. As lutas ocorridas com o objetivo de conquista e manutenção do poder do Estado possuem caráter político, como igualmente são políticos os presentes conflitos pelo controle de recursos materiais e imateriais cujos resultados definirão os arranjos sociais futuros. A defesa deste argumento o leva a considerar os arranjos das instituições liberais

básicas, como a democracia e a economia de mercado, não como um resultado neutro diante das aspirações humanas, mas como o resultado das lutas sociais. Do ponto de vista metodológico, o marcador conceitual da mudança entre os arranjos sociais é chamado por Unger de contexto formador.

Conforme já apontamos, Anderson (1992) constata semelhanças entre o conceito de contexto formador o conceito marxista de modo de produção, embora menos rígido e reproduzível do que a tradição marxista contempla. Em realidade, o próprio Unger reconhece tal proximidade:

A noção de contexto formador no argumento deste livro joga um papel similar ao da teoria da evolução dos modos de produção no Marxismo. O correspondente marxista é mais aquele materialismo histórico da *Introdução Crítica à Economia Política* ou do *Manifesto Comunista* do que a análise específica do *Capital*. (2004a, p.631 – tradução nossa).

A atividade dos contextos formadores geram conflitos cotidianos e, se ampliadas e intensificadas, as lutas preservadoras dos contextos tornam-se lutas transformadoras dos contextos. Isto ocorre porque os conflitos favorecem o questionamento de partes do contexto formador e, posteriormente, a sua revisão⁵⁸ ou mudança.

A capacidade negativa⁵⁹ tem a ver com este grau de abertura à revisão e desentrançamento dos contextos formadores. O termo foi retirado de carta do poeta John Keats (1899) endereçada aos seus irmãos. Nesta carta o termo capacidade negativa refere-se à

⁵⁸Sunstein (1990, p.69 – tradução nossa) considera que “um sistema em que questões fundamentais estão constantemente abertas à luta política e ao conflito está suscetível de ser minada por grupos privados poderosos e bem organizados e por representantes auto-interessados. [...] A tarefa para o futuro não é assegurar que tudo esteja constantemente em disputa, mas desenhar mecanismos para limitar o poder faccioso e da representação auto-interessada, para facilitar abordagens deliberativas na esfera da democracia e promover participação no governo em uma era na qual os mecanismos constitucionais tradicionais perderam muito do seu apelo”. Rustin (2004) faz coro à Sunstein, ao afirmar que Unger não seria atento aos benefícios da continuidade e da necessidade de algum grau de entrançamento na vida social. A abertura à revisão dos contextos formadores proposta pela teoria de Unger – *dixit* Rustin - poderia dar margem a ciclos excessivamente conflituosos de caráter neo-jacobino no interior das instituições. Finaliza suas considerações notando que “o programa seria mais convincente se mostrasse uma maior compreensão da ansiedade social e do medo, bem como da confiança sobre as autoridades tradicionais e legítimas que acalmam estes estados da mente. Unger quer manter o dinamismo inovador de um modo de produção capitalista, privando-o de suas tendências a se concentrar e reificar o poder institucional. Ele reconhece de maneira insuficiente, no entanto, o grau em que o potencial de inovação está enraizado na continuidade, bem como na negação de formas de ordem já existentes” (RUSTIN, 2004, p.145 – Tradução Nossa).

⁵⁹ Se a ideia de contextos formadores procura ser uma noção alternativa e menos rígida ao conceito marxista do modo de produção, chama a atenção a proximidade do conceito de capacidade negativa como contraponto à noção de luta de classes.

capacidade de estar envolto em incertezas, dúvidas e mistérios. Para Unger, a capacidade negativa relaciona-se à vontade humana de transcender os contextos formadores, negando-os por meio da imaginação e dos atos, de modo a romper esquemas fixos de divisões hierárquicas e possibilitando a superação da ditadura da falta de alternativas. Mangabeira Unger exemplifica este conceito de diversas formas, mas uma é especialmente marcante:

Se, por exemplo, os inovadores desenvolvem novas formas de iniciativa econômica eles podem ver uma chance de colher mais recompensas pela recombinação mais flexível entre trabalho, *expertise* e capital do que meramente por esforços mais exitosos na extração coercitiva de mais-valia sobre papéis e hierarquias preexistentes. Eles podem imaginar um estilo de produção ou de troca que se distinga não apenas dos modos atuais de fazer negócios, mas também reúna as pessoas de acordo com formas distintas daquelas presentes na lógica da ordem social estabelecida (UNGER, 2004a, p.299 – Tradução Nossa).

Os esforços reformistas práticos, como o exemplificado acima, pedem uma capacidade de entendimento das relações sociais além da lógica estabelecida entre os grupos de interesses e as identidades coletivas. O aumento da capacidade negativa depende da capacidade da imaginação em atuar na recombinação das instituições, reformando os contextos formadores e desentrancheirando-os. Mais do que aceitar a lógica hierárquica como o modelo prevalecente na vida social, torna-se essencial imaginar e realizar formas de associação radicalmente distintas.

Dentro da estabilidade dos contextos formadores é possível identificar contradições, pressões e rivalidades nas quais diferentes grupos podem opor suas opiniões e interesses, possibilitando a abertura de brechas para a desestabilização do contexto e desentrancheiramento, de modo a buscar recombinações ou novas configurações para alguns componentes do contexto. Assim, cada passo adiante na aplicação da prática experimentalista denunciará novas ambiguidades entre as instituições estabelecidas e a prática social. Desse modo, quanto maior o grau de desentrancheiramento, maiores serão as possibilidades de revisão de partes daquele contexto formador, permitindo as recombinações entre si. Dito de outra forma, o grau de abertura e revisão de uma sociedade pode ser medido pela distância entre as atividades rotineiras e as atividades contestadoras, transformadoras da estrutura. Quanto menor a distância entre rotina e estrutura, maior a capacidade negativa e o grau de abertura à revisão

dos contextos formadores. Desse modo Unger procura superar a necessidade da crise⁶⁰ como condição fundamental para a realização de mudanças.

Ao recorrer à noção de que “tudo é política” os experimentalistas questionam os arranjos sociais como produto de necessidades práticas ou de algum tipo de racionalidade neutra produzida por meio de visões conflitantes. Os arranjos sociais são, portanto, fruto do resultado produzido pelos vencedores das lutas políticas preexistentes, não algo natural ou fruto de ilusões derivadas das necessidades falsas.

As ilusões das necessidades falsas surgem porque nos entregamos ao mundo social e então começamos a confundir a sociedade atual com a humanidade possível, cedendo às ideias e atitudes que tornam a ordem estabelecida parecer natural, necessária ou legítima. Ao querer e ao imaginar algo distinto, de uma maneira que nos permita ver como algo mais poderia surgir do aqui e agora, então dissipamos essa alucinação. [...] A dificuldade central da nossa compreensão de nós mesmos e da sociedade é que nós não podemos estabelecer os limites do possível. O possível, tanto na sociedade quanto na história não é um grupo bem-definido de transformações dentro da experiência histórica. O possível trata do que é possível fazer em seguida, do possível adjacente. Entretanto, enquanto fazemos esta conexão entre as nossas ideias sobre o que temos agora e nossas ideias sobre onde podemos chegar em seguida, não precisamos encarar o que existe e atribuir a este olhar uma concepção clara. Nós podemos imaginar o que existe como o ponto final do que é e como o ponto inicial do que pode ser (UNGER, 2004a, p.XX – Tradução Nossa).

O viés anti-necessitário da teoria social de Unger direciona-se para a resolução dos problemas decorrentes dos ciclos de reforma e entrincheiramento tão característicos das democracias ocidentais do Atlântico Norte. Esses ciclos de reforma e entrincheiramento fazem com que os governos dessas democracias optem ou pela redistribuição marginal de bens e direitos ou por tentativas de gerar crescimento econômico por meio de concessões aos grupos organizados na sociedade⁶¹. Mesmo os regimes social-democratas europeus atualmente

⁶⁰ Sobre o papel da crise como condição fundamental para as mudanças sociopolíticas e econômicas e a relação entre rotina e revolução nas sociedades contemporâneas, Unger (2004b, p.33) afirma que “um experimentalista democrático não vai ficar esperando pelo próximo momento mágico. Em vez de nos ver coroados pela história, ele vai insistir que nos coroemos a nós mesmos”.

⁶¹ Uma das críticas dirigidas à Unger por parte de Galston (1990) refere-se ao fato de que o autor brasileiro negaria a fluidez presente na sociedade, o que considera ser uma das características mais elementares das sociedades modernas. Além disso, sua crítica aos *checks and balances* da organização institucional da política ignoraria a capacidade desse mecanismo de permitir fortemente ações democratizantes, além de menosprezar sua possibilidade de proteção dos indivíduos contra atitudes coletivas tirânicas. Galston acrescenta que a análise de Unger dos ciclos de reforma e entrincheiramento desconsidera as transformações não-cíclicas das sociedades liberais no século XX. Por fim, Unger estaria cego aos perigos dos movimentos populistas contemporâneos: “a falsa universalidade da sua concepção de personalidade obscurece o conflito cultural dominante no nosso tempo. Ironicamente, uma filosofia social que toma como ponto de partida o desmascaramento da supressão

encontram-se limitados. Resignam-se em nome de suposto realismo, reféns da ideologia do livre-mercado, ao mesmo tempo em que renunciam à política exterior e de defesa próprias e submetem-se aos ditames do parceiro do outro lado do Atlântico por meio das ações da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). O máximo que logram é ‘dourar a pílula’ do neoliberalismo.

As sociedades invulneráveis à crença das necessidades falsas da vida social são mais propensas a romper o cerco aos mecanismos de dependência, submissão e domínio hierárquico. Isso se dá porque, conforme os conflitos se intensificam e perturbam os contextos formadores, multiplicam-se as possibilidades de recombinação de alianças sociais e de combinações capazes de reconstruir as instituições.

A política transformadora proposta por Unger estabelece uma direção, ao mesmo tempo em que quer distanciar a política do ideário das necessidades falsas e da ditadura da falta de alternativas, transformando as instituições passo a passo, reordenando as crenças rotineiras da vida prática (UNGER, 2004a, p.XXV), rompendo as hierarquias sociais e, por fim, preservando o aparelho do Estado da dominação por parte de grupos de interesses. Também busca combinar os interesses dos grupos organizados, minoritários nas democracias contemporâneas, com o engajamento político das massas desorganizadas numa democracia de alta energia, de modo a dispensar a crise como condição fundamental para a realização de mudanças.

[...] Se propusermos uma reforma que pareça distante das realidades e debates atuais, o povo há de dizer: interessante, mas utópico. Se propusermos uma reforma próxima da situação atual, o povo há de dizer: viável, mas trivial. Assim, todas as propostas parecem ou triviais ou utópicas. [...] Esse é um dilema falso resultante de um erro acerca da natureza das ideias programáticas.

Um programa como o nosso não é um projeto pormenorizado; ele é o início do mapeamento de um caminho. Os passos ao longo do caminho podem e devem ser descritos, tanto nos pontos próximos da situação atual quanto nos mais distantes. O importante é a direção – e seu efeito sobre a compreensão que as pessoas têm de seus interesses e identidades, bem como sobre os seus problemas práticos. Somente quando não conseguimos reter em nossas mentes uma visão crível de mudança social é que aceitamos um padrão, como substituto, falso de realismo político: o de que uma proposta é realista de acordo com sua proximidade do existente.

É fácil ser realista quando se aceita tudo. É fácil ser um visionário quando não se enfrenta nada. Aceitar pouco e enfrentar muito, e fazê-lo com base numa visão informada pelo traçado de uma mudança gradual e cumulativa, é o caminho e a solução (UNGER E WEST, 1999, p.39-40).

dos conflitos termina por sufocar conflitos genuínos em uma estrutura teórica que suprime algumas das mais fundamentais diferenças humanas” (GALSTON, 1990, p.23 – tradução nossa).

Se, de um lado, a teoria social de Unger é sustentada pelo viés da crítica anti-necessária, por outro lado, torna-se visível o seu esforço de atuação em torno do pensamento programático. O comentário anterior de Unger e West responde a identificação dos riscos embutidos nesta opção epistemológica: em um extremo, o anti-necessitarismo ungeriano acabar por dissolver tanto o imaginário alternativo quanto o caráter programático do seu pensamento na medida em que a crítica se sobrepuser a quaisquer sugestões de alternativa institucional. Neste caso, não haveria razão para apontar alternativa institucional, pois todas seriam compreendidas como fruto de necessitarismo falso. Assim, no limite, não haveria imaginário alternativo nem tampouco pensamento programático, mas apenas anti-necessitarismo. O outro risco envolvido tem a ver com a identificação das condições e características mais factíveis para o nascimento do imaginário alternativo e suas instituições. Se o imaginário hegemônico é criticado por conta de seu caráter de necessitarismo falso, o imaginário alternativo, por óbvio, não poderá obter êxito se seguir os mesmos passos. Como, então, caracterizar alternativas programáticas que não padeçam dos mesmos limites? As próximas seções visam apontar as direções para a democratização da democracia, de modo a sublinhar o caráter do imaginário alternativo ungeriano.

Estas premissas teóricas introdutórias a respeito do pensamento social ungeriano podem parecer demasiadamente abstratas, além de distantes do objeto principal mas, na verdade, mostram-se fundamentais para a compreensão da crítica de Unger às instituições existentes, bem como identificam as origens teórico-conceituais dos modelos institucionais criticados e de sua influência nas instituições estudadas nos estados amazônicos de Rondônia e do Acre.

3.2. A Construção Institucional

Esta segunda seção do Capítulo aborda o tema da construção institucional na teoria social ungeriana, com ênfase na reorganização das relações entre mercado, sociedade civil e Estado. No primeiro momento busca responder as razões pelas quais alguns países podem obter êxito tanto por meio de instituições dirigistas e com forte apelo estatal quanto por meio de instituições que reforçam o poder do mercado. Unger (2003; 2004a) responde a esta consideração ao argumentar que os países devem promover a habilidade de mover-se conforme

as circunstâncias do momento, assumindo o caráter adaptativo das instituições, sua habilidade para combinar-se, recombinar-se ou serem descartadas ao longo do tempo. Quando tais transformações institucionais são realizadas corretamente podem favorecer a democratização da sociedade, ao superar o dualismo entre as vanguardas e retaguardas produtivas presentes no interior das sociedades.

Mais importante do que a organização de instituições mais amigáveis ao mercado ou, diversamente, mais estatais, Unger pontua sobre a pertinência da superação da disputa ideológica presente na concepção hidráulica norteadora dos debates sobre a economia de mercado, no qual menos Estado é entendido como mais mercado ou vice-versa. O mercado necessita ser reorganizado, de modo a tornar-se incluyente e permitir empreender a igualdade de oportunidades entre os cidadãos, além de estimular a inovação e o incentivo às novas formas de produção⁶². Em suma, é preciso democratizar o mercado. Para o cumprimento desta tarefa é central a abertura à revisão e à recombinação institucional.

A ideia nuclear presente no experimentalismo institucional versa sobre a possibilidade de desenvolver certo conjunto de capacidades cruciais para a economia de mercado e para o aquecimento da política. Nesse sentido, as transformações incentivadoras de certas práticas cooperativas e descentralizadas podem reforçar as inovações, sejam elas tecnológicas, organizacionais, sociais ou culturais. O pressuposto por trás destas considerações reforça o ideário do anti-naturalismo da política, o que quer dizer que nenhuma sociedade está condenada a permanecer no seu nível presente de desenvolvimento. Por meio do experimentalismo é possível reorganizar as instituições de modo a reduzir as hierarquias sociais e democratizar a sociedade, bem como elevar o nível de riqueza nacional.

A descentralização e o experimentalismo guardam potencial para superar os contrastes entre empresa pública e privada e entre a regulação e a produção. Sob este regime, o Estado passa a atuar pela ênfase em três objetivos: ajudar a desenvolver a vanguarda produtiva, reduzir o dualismo entre a vanguarda e a retaguarda e promover as práticas de aprendizado coletivo. O

⁶² Unger (2004a, p.637 – Tradução Nossa), em suas notas bibliográficas da obra *False Necessity*, descreve sucintamente sua proposta de experimentalismo na economia como “um programa Lassalleano que tenta absorver a força das críticas oferecidas por Rodbertus e Marx. Seu argumento central é a defesa de sistema de alocação de capital transformado, além de amplo conjunto de arranjos econômicos e governamentais que se reforçam mutuamente. Estes arranjos reduzem o contraste do dilema existente entre a autogestão e os modelos estatistas da organização econômica”.

cumprimento deste tripé pode materializar-se por meio do entrelaçamento entre o governo e os empreendedores no fomento à produção, consolidando uma economia política antidualista.

Há pelo menos cinco variáveis gerais sobre modos de organização social a plasmar o modelo de produtivismo includente sob a perspectiva das vanguardas produtivas (UNGER, 2003). Dentro deste modelo é possível compreender as razões pelas quais alguns países obtêm mais êxito do que outros. Ademais, a razão pela qual este debate mostra-se importante nesta tese apresenta-se pelo fato de que estas considerações podem ser utilizadas para analisar os equívocos das políticas regionais de desenvolvimento na Amazônia, bem como as estratégias atuais presentes em Rondônia e no Acre.

A variável da Especialidade reside na noção de que as práticas cooperativas associadas às inovações assumem cinco atributos distintivos. Dentre os seus atributos, o primeiro é marcado pela atenuação do contraste entre as tarefas de supervisão e de execução, de modo que as tarefas possam ser redefinidas enquanto são executadas, a partir da exploração das descobertas de novas oportunidades e de suas limitações. O segundo atributo se manifesta pela ausência de papéis rígidos na divisão do trabalho. Ambos os atributos são dimensões internas às empresas, nas quais a produção pode estar também ligada ao aprendizado democrático e ao enfraquecimento das divisões entre quem decide as tarefas e quem produz. Aqui se trata de organizar a dimensão espiritual-organizativa da empresa de vanguarda. Ou seja, dentro das empresas o experimentalismo institucional pode unir-se ao aumento da participação de todos os funcionários nos destinos da empresa, e não só do alto comando interno, de modo a romper as hierarquias internas e tornar a todos responsáveis pelas decisões tomadas (UNGER, 2003). Esse modelo, seguido por companhias tais como *Google* e *Facebook*, permite o surgimento de sentimento de responsabilidade comum pelo seu destino, o que implica na diminuição da necessidade de supervisão constante, de modo a fazer com que a empresa se pareça cada vez mais com uma escola democrática.

A união da dimensão espiritual-organizativa da empresa - de modo a aproximá-la cada vez mais profundamente a uma escola democrática - com a dimensão físico-econômica - pela qual a empresa acessa tecnologias e conhecimento próximos ao limite do máximo já pesquisado, além de acessar mercados globais e fontes de capital e, principalmente, na qual os trabalhadores acedem a bom retorno financeiro – permite a sua aproximação com a vanguarda

econômica, cumprindo o compromisso de dar forma ao produtivismo includente⁶³. Mais do que pelas tecnologias, as vanguardas produtivas em cada país são identificadas pelas novas maneiras de organização do trabalho.

O terceiro atributo relaciona-se à tendência de mover o foco do uso humano do trabalho para tarefas não-repetíveis. A ideia geral deste atributo é impedir que o esforço humano realize tarefas que possam ser executadas por máquinas. A superação da rotina da repetição das ações laborais por uma ordem na qual as rotinas são incessantemente revisadas faz com que o fordismo produtivo possa ser superado pelo pós-fordismo, no qual a maquinaria e os processos rígidos, bem como a presença de mão-de-obra semi-especializada são substituídos por padrão produtivo inovador.

O quarto atributo invoca a noção de que a cooperação e a competição podem ser combinadas. Assim, o compartilhamento de conhecimentos, recursos financeiros, ideias, esforços e tecnologia em um ponto da produção poderá gerar economias de escala resultantes da cooperação⁶⁴. Ao mesmo tempo, as organizações poderão continuar a competir em outro ponto do mercado. Fundamentadas em competição cooperativa, as pequenas e médias empresas atuariam compartilhando recursos comerciais e tecnológicos, de maneira quase análoga com a tendência que se fortalece atualmente entre as empresas industriais do setor automotivo, em que há parceria entre as corporações na produção de determinados modelos de veículos e também compartilhamento de informações e estratégias conjuntas de pesquisa, ou com o movimento *maker* associado à cultura digital⁶⁵.

⁶³ Essa nova perspectiva aberta a partir do entendimento das vanguardas produtivas também permite criticar o projeto neoliberal para a reorganização das empresas. O diagnóstico neoliberal identifica conflito e rigidez excessivos como as principais questões a serem resolvidas. Sua resposta a esses problemas não propõe a reorganização na direção de mudanças no modelo de autoridade gerencial e a assimilação de relações horizontais e cooperativas, por exemplo. Prescreve, ao contrário, mais poder ao capital e diminuição dos direitos trabalhistas (UNGER, 1999, p.41), processo já visto a partir dos anos 70 do século XX, além de maior mobilidade internacional para o capital aliado ao aprisionamento do trabalho em blocos, como a União Europeia, ou mesmo no interior dos Estados-nação.

⁶⁴ Do ponto de vista das ideologias políticas o programa de Unger assume características típicas tanto do socialismo quanto do liberalismo. É reinvenção do socialismo caso se compreenda este regime como a resolução coletiva de problemas da coletividade. Entretanto, leva adiante este projeto ao mesmo tempo em que descarta o estatismo do controle estatal dos meios de produção. Tal projeto também reverencia o liberalismo na medida em que propõe medidas institucionais para o engrandecimento do indivíduo. A transformação institucional do projeto experimentalista dá asas e braços ao homem e à mulher comuns.

⁶⁵ Uma das características do movimento *maker* e da cultura *hacker* associada às tecnologias digitais foi o crescimento das inovações provenientes dos próprios usuários a partir do uso de uma gama de sítios na internet em que projetos, ideias e criações são compartilhadas e aperfeiçoadas livremente. De alguns anos para cá a facilidade em acessar informações antes restritas aos engenheiros das empresas, aliada ao desenvolvimento de

O quinto atributo refere-se à predisposição por parte dos grupos de interesse em reinterpretar seus papéis sociais - mais do que tomá-los como algo dado e permanente - conforme as capacidades negativas de um dado cenário modificam-se, fazendo com que as instituições e as relações de poder presentes na sociedade recombina-se. Unger (2001a) exemplifica duas estratégias distintas de defesa de interesses de grupos: na primeira delas há a defesa das prerrogativas atuais do grupo enquanto os grupos em situação inferior são tratados como inimigos. A segunda estratégia une estes dois grupos contra os grupos em situação superior. A primeira estratégia reafirma e conserva a ordem estabelecida, enquanto a segunda contesta a ordem em prol da construção de novas práticas e institucionalidades.

Ambas as estratégias reforçam o entendimento de que os interesses de grupo não são permanentes e imutáveis, mas variam de acordo com o contexto das disputas em jogo, o que tem como consequência a possibilidade de formação de distintas coalizões em cada situação. Por fim, retoma o primado da reforma revolucionária, de forma a evitar que as transformações institucionais sejam realizadas apenas em momento de crise. Do ponto de vista do sujeito, o ideário experimentalista e a retomada do aspecto imaginativo no tema da construção institucional tomam forma a partir do instante em que a virtude da coragem impulsiona os indivíduos a questionarem o destino férreo que os prende no interior da jaula de aço. Qualquer projeto político necessita de um agente para a sua realização.

A variável da Segmentação (UNGER, 2003) defende a noção segundo a qual as práticas experimentalistas cooperativas florescem com mais facilidade em ilhas de produção e de conhecimento avançado, como o Vale do Silício, já que não é possível saber com clareza como criar condições para que a cooperação associada à inovação se dissemine no restante da sociedade. Esta noção liga-se ao caráter da distribuição hierárquica da produção na economia mundial. Tanto a esquerda quanto a direita argumentam que a produção mais avançada ocorre nos países centrais, enquanto a produção de caráter mais primitivo ocorreria nos países periféricos. Nestas visões correntes as economias dos países centrais concentrariam a produção com sofisticação tecnológica, intensiva em capital, ao passo que as economias periféricas concentrariam atividades intensivas em mão-de-obra e de extração de matérias-primas. O sistema de restrições comerciais, militares e culturais ao desenvolvimento dos países

novas tecnologias de fácil manuseio e ao avanço de sítios de financiamento colaborativo na internet fez com que consumidores, alguns muito jovens, pudessem ter os meios suficientes para a produção de inovações personalizadas às suas próprias necessidades.

periféricos, presentes em teorias como a do sistema-mundo e a da dependência, explicaria a sua posição (UNGER, 1999; 2010b).

Entretanto há uma característica que desvanece estas interpretações hierárquicas sobre a produção no mundo: a realidade objetiva de que o abismo entre as vanguardas e retaguardas produtivas ocorre muito mais frequentemente dentro do interior de cada país do que entre países distintos. As práticas vanguardistas ganham espaço no interior de todos os países: desde a indústria cinematográfica de *Bollywood* e das empresas de tecnologia na Índia, passando pela produção aeroespacial e pela tecnologia de exploração petrolífera em águas profundas no Brasil, assim como outras vanguardas em países mais ricos ou mais pobres. Isto não esmaece o fato de que alguns países apresentam maior facilidade para desenvolver práticas de vanguarda produtiva, enquanto em outros há mais dificuldade para localizá-las, mas flexibiliza a suposta rigidez do conjunto de restrições ao desenvolvimento. Esta característica liga-se à variável seguinte.

A variável da Inadequação Institucional (UNGER, 2003) advoga a tese de que nem a auto-regulação do mercado nem a formulação centralizada de política industrial, tão típica dos países do Nordeste Asiático, adequam-se ao modelo de práticas cooperativas estimuladoras da inovação propostas por Unger. Seria conveniente estruturar novas instituições para a realização da produção e das trocas econômicas. Tais iniciativas dar-se-iam pela exploração de instrumentos legais e institucionais diversos, como: (1) acesso descentralizado aos recursos produtivos⁶⁶ e oportunidades; (2) combinação entre escala e escopo com descentralização e entre competição e cooperação em mais formas além das quais permite o atual regime de contratos e de propriedade; (3) formulação de iniciativas públicas de apoio voltadas para dar mais acesso para mais pessoas em mais tipos de mercados associado a mais possibilidades para

⁶⁶ O debate sobre as relações entre poupança, investimento e finanças e trabalho é analisado por Unger (1999): “a mobilidade global do capital, tão frequentemente descrita como fenômeno central da economia mundial contemporânea, permanece assunto secundário. Por um lado, suas dimensões quantitativas continuam a ser modestas: o estudo empírico mostra que os níveis de investimento nacional continuam se relacionando estreitamente a níveis de poupança nacional; a vasta maioria do capital de investimento fica, até hoje, em casa” (UNGER, 1999, p.33-34). Unger discute este tema com profundidade em “A reconstrução do livre-comércio” (2010b). Duas das lições mais pertinentes que ficam sobre este debate é a de que capital ainda se faz majoritariamente em casa, já que a maior parte da fonte de financiamento das próprias empresas é proveniente dos seus próprios lucros retidos. Neste sentido, as bolsas de valores não têm cumprido o papel de servir como mola-mestra para a mobilização da poupança em investimento produtivo. A segunda lição é a de que, apesar disso, a transformação destes mecanismos poderia possibilitar a suavização do dualismo entre as vanguardas e retaguardas produtivas, consolidando-se como alternativa democrática à lógica da especulação de curto prazo, do cassino financeiro.

que empreendedores, empresas e equipes de trabalhadores e técnicos possam associar-se em novos regimes legais para o desenvolvimento de atividades econômicas, de modo a reconfigurar as instituições estatais e de mercado; (4) o escopo do novo arranjo institucional entre Estado e mercado torna mais fácil para que os governos locais ou mesmo nacionais possam auxiliar as empresas a identificar e promover as práticas mais exitosas e generalizar tais realizações para outros setores da economia.

Estas quatro primeiras iniciativas poderiam ser exploradas pela via do incentivo de medidas como a união de várias empresas em torno das redes de competição e cooperação, pelo desenvolvimento de distintas formas de apoio tecnológico e financeiro ou mesmo pela multiplicação de direitos de propriedade alternativos à tradicional propriedade privada (UNGER, 1999) dos meios de produção - de forma contrária àquela avalizada por Karl Marx, que conjecturava a extinção da propriedade privada dos meios de produção, e não a sua multiplicação.

Essas medidas permitiriam rediscussão a respeito dos direitos de propriedade tradicionais, descentralizando-os e multiplicando suas formas, em vez de aboli-los (UNGER, 1999, p.160-161), como queria Marx. A consolidação de órgãos públicos aferrados à missão de incentivar o processo contínuo de inovação produtiva, como a EMBRAPA já o faz no campo agropecuário, tenderia a tornar-se prevalente.

A complexificação destas relações permite que não só o Estado e particulares sejam detentores dos direitos de propriedade, mas também organizações intermediárias (como centros de apoio e fundos sociais⁶⁷) e mesmo entidades cooperativas. Tal abrangência dos modelos de

⁶⁷ Unger (1999) propõe que tais fundos sejam de caráter público-privado e prestem contas tanto às empresas que os apoiam quanto ao governo. Devem, entretanto, ser dotados de poderes decisórios sobre os seus investimentos, que poderiam estar dispersos em vários setores da economia. Alguns desses fundos sociais ou os centros de apoio deveriam investir na retaguarda da economia, de forma a comandar a transformação dessas empresas. Tais fundos poderiam ser financiados por frações da poupança pública e da poupança de pensões privadas e, posteriormente, seus próprios lucros poderiam complementar seu financiamento. E um quinhão do total do financiamento dos centros de apoio e dos fundos sociais deveria obrigatoriamente ser destinado ao investimento de empresas da retaguarda produtiva, de modo a auxiliá-las na assimilação das práticas e tecnologias mais avançadas. Outros centros de apoio deveriam dedicar-se a investir em empresas da vanguarda econômica para que essas possam desenvolver materiais e máquinas das quais as empresas da retaguarda possam carecer. A descentralização da associação entre o poder público e a iniciativa privada seria capaz de minimizar os entraves burocráticos e os privilégios econômicos na mesma medida da promoção da inovação institucional.

propriedade potencializaria novas formas de coordenação entre todos os detentores de direitos de propriedade.

Mariana Mazzucato (2013) aponta exemplos frutíferos e experimentalistas de inovações tecnológicas financiadas por fundos públicos em áreas estratégicas da economia que, posteriormente, são aproveitadas pelo setor privado. A autora ítalo-britânica chama a atenção para o fato de que, além de as inovações tecnológicas serem de alto risco, elas também ganham força cumulativamente. Os resultados da sua pesquisa apontam que o Estado possui papel fundamental no financiamento dos primeiros estágios da inovação, assim como fora feito no caso da Internet, da biotecnologia, da tecnologia verde, da nanotecnologia. Após o impulso estatal inicial, o setor privado geralmente se apropria de tais tecnologias e empresas privadas dão prosseguimento ao seu aprimoramento. O caso das empresas de tecnologia instaladas no Vale do Silício (EUA), como o Google ou Apple, são exemplares no que se refere à comprovação da sua tese⁶⁸.

A quinta iniciativa presente na variável da Inadequação Institucional advoga a noção de que regiões específicas de um país podem experimentar maneiras alternativas de regulação dos negócios, do capital e do trabalho que se encontram excluídas ou são desencorajadas pelas formas atuais de federalismo. A reconstrução do federalismo brasileiro passa também por uma mudança de atitude por parte dos representantes das regiões não-resolvidas do Brasil: o Centro-Oeste, o Nordeste e o Norte. Juntos, os estados dessas regiões possuem a maior parte da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. É fundamental utilizar de maneira inteligente esta vantagem tática de forma a rebelar-se contra a ordem atual para pensar estratégias de desenvolvimento regional que se coadunem com os desafios particulares de cada região. A vontade de grandeza decorrente desta estratégia pode evitar que estas regiões não-resolvidas fiquem condenadas ao atraso e à periferia dos interesses nacionais.

Em vez de modelo federativo marcado pelo estabelecimento de divisão rígida de competências entre os três níveis da federação, a imaginação institucional dá margem ao modelo de federalismo cooperativo, de modo a associar todos os entes em ações e experimentos compartilhados. Dessa forma seria possível superar o movimento pendular que alterna

⁶⁸ Deste debate surge também a discussão fundamental, mas não central para nosso propósito, dos mecanismos passíveis de serem criados para recompensar o financiador inicial de todas essas tecnologias de sucesso, de modo a evitar a privatização dos lucros e a socialização das perdas com os investimentos em inovação tecnológica realizados pelo setor público ou mesmo por entidades semi-públicas.

momentos de centralização no governo central com momentos de descentralização aos estados e municípios por uma mudança na natureza do mecanismo. Unger propõe que o federalismo funcione como verdadeiro laboratório de inovações em matéria de políticas públicas⁶⁹, no qual as unidades da federação poderiam aprender com as experiências umas das outras e, a partir daí, as inovações seriam aperfeiçoadas. (SABEL e DORF, 1998).

A perspectiva de regime federalista operando como laboratório de políticas públicas viabilizaria tanto a constituição de novas institucionalidades quanto o aprofundamento de parceria entre os diversos entes da federação, como os Consórcios Públicos (BRASIL, 2005), elevando a eficiência da oferta de serviços públicos. A noção de laboratório de políticas públicas em federalismo cooperativo não deve confundir-se com paradigma de políticas públicas ligado às ciências positivas, despolitizado e impessoal. Ao contrário, deve promover a abertura para a realização de novas experiências de vida e de reconstrução institucional, segundo as contingências das lutas políticas, dos atores e das forças políticas e sociais que operam localmente.

A variável das Condições Especiais e das Consequências Gerais (UNGER, 2003) propõe o entendimento de que certas práticas cooperativas tendem a florescer em sociedades com determinadas características. O primeiro dos traços destas sociedades é a ausência de extrema desigualdade de oportunidades. Outro aspecto marcante é o fato de que o impulso experimentalista dissemina-se mais facilmente em culturas que valorizam certos aspectos na formação educacional, tais como o viés analítico com ênfase na resolução de problemas em detrimento do modelo baseado no acúmulo de informações, mais cooperação do que competição ou autoritarismo e mais dialética (educação baseada em contrastes) do que canônica. O terceiro aspecto característico destas sociedades é a presença de arranjos sociais e políticos abertos à experimentação em políticas públicas.

A concatenação deste objetivo necessita que o regime federalista seja reinventado e ganhe ferramentas flexíveis. A quarta característica é a busca por mecanismos capazes de assegurar dotações mínimas aos indivíduos - tais como benefícios sociais, bom nível

⁶⁹ Atualmente a legislação constitucional brasileira prevê que os Estados federados estejam presos a um conjunto de competências repartidas rigidamente. Esta ideia dissocia-se da origem do ideário federalista, proposto nos EUA, cuja noção central açambarcava a existência de uma espécie de laboratórios de experimentação. Por meio deste ideário seria possível levar a cabo o cumprimento das *policies* de maneiras distintas. Entretanto, mesmo nos EUA, este ideário original foi perdido ao longo do tempo.

educacional etc – para que não dependam completamente dos seus empregos. A existência destas condições abre espaço para a democratização da sociedade, ainda que seja pouco provável a um mesmo país produzir todas estas condições ao mesmo tempo. O objetivo destes apontamentos não é especificar um esquema a ser copiado a ferro e fogo por distintas sociedades, mas sim apontar direção para a democratização da vida social.

A variável da Ausência de Modelo Nacional Exemplar de experimentalismo institucional (UNGER, 2003) advoga a noção de que nenhum país encarna completamente o ideário que favorece a constituição de práticas e instituições cooperativas que, ao mesmo tempo, possam promover a inovação. O Brasil, por exemplo, possui experiências em associações voluntárias fora dos meios de produção tradicionais bastante ricas em termos de experimentalismo, como é o caso das escolas de samba.

O amadurecimento das práticas experimentalistas no sistema de produção fora de circunstâncias especiais como as guerras podem esbarrar nos obstáculos impostos pelas desigualdades educacionais e de dotações econômicas. Entretanto, os países populosos e continentais, notadamente aqueles com potencial de influência geopolítica, possuem mais capacidade em buscar suas próprias alternativas institucionais a partir do exercício da imaginação institucional associada à análise contingencial. Por sua vez o Brasil - por meio da articulação regional na América do Sul, nos BRICS e da sua capacidade de organizar e apresentar as demandas dos países em desenvolvimento em foros multilaterais – parece apresentar grande potencial de recusar as velhas instituições recomendadas pelo pensamento dominante no Atlântico Norte e se colocar no caminho da imaginação institucional para enfrentar os desafios estruturais que possui. Para isso, deve rever a sua posição de submissão frente aos EUA aprofundada especialmente após a deposição do governo Dilma Rousseff. A contribuição de pensamento inovador, contrário à ortodoxia presente nas organizações internacionais e mesmo no pensamento jurídico e econômico, é a de abrir espaço para que os países possam articular suas próprias agendas de desenvolvimento nacional.

3.2.1. A Descentralização Produtiva Experimentalista

O acesso descentralizado aos recursos produtivos e oportunidades é atributo essencial da superação da variável da Inadequação Institucional tratada acima. O seu desenvolvimento

guarda íntima relação com a organização do trabalho e da propriedade no Ocidente, cuja marca distintiva é a presença de funções rígidas realizadas por conjuntos de trabalhadores nos setores econômicos mais importantes e, ao mesmo tempo, por formas flexíveis nos setores de vanguarda.

A rígida organização do trabalho reforça os contrastes entre as tarefas de supervisão e de execução enquanto o modelo presente nas empresas de vanguarda suaviza esta relação. O modelo de organização rígida ocorre por diversos fatores, dentre os quais a produção em massa, a industrialização padronizada de produtos sob a influência de processos produtivos rígidos, grande quantidade de capital e trabalho investido, bem como pela presença de condições institucionais particulares reforçadas pela divisão internacional do trabalho.

Karl Marx descreve o processo de desenvolvimento das grandes indústrias, bem como da rigidez do trabalho, logo no início do Manifesto Comunista: “A própria manufatura já não bastava. Foi quando o vapor e as máquinas revolucionaram a produção industrial. O lugar da manufatura foi ocupado pela grande indústria moderna; o do estamento médio industrial, pelos milionários da indústria [...]” (MARX ET.AL., 2012, p.45). Pouco mais à frente o mesmo Marx trata da rotina de trabalho na grande indústria:

Em virtude da expansão da maquinaria e da divisão do trabalho, o trabalho dos proletários perdeu todo caráter autônomo e, com isso, toda atratividade para os próprios trabalhadores. O trabalhador torna-se mero acessório da máquina, do qual se exige apenas o mais simples e monótono movimento da mão, de aprendizado fácil (MARX ET.AL., 2012, p.51).

Entretanto, ao contrário da narrativa mais prevalente da transformação da pequena propriedade em grande indústria, a organização da pequena produção também exerce papel preponderante sem ser condenada à auto-destruição ou à ineficiência, conforme acentuam tão gravemente os seus críticos. Veremos brevemente como se estruturam estes argumentos. Antes disso é importante tratar de modelo paralelo à pequena propriedade industrial: a pequena propriedade familiar na agricultura e as propriedades organizadas de forma cooperativa entre pequenos empreendedores.

Uma das teses sobre o processo de industrialização das economias do Atlântico Norte é a de que o processo de industrialização e o conseqüente desenvolvimento das capacidades produtivas tiveram como uma de suas marcas a destruição da pequena propriedade familiar rural e do direito de posse em prol da concentração do capital nas grandes propriedades rurais,

bem como a migração de vasta mão-de-obra do campo para as cidades (MENDELS, 1972; MARX ET. AL., 2012).

Contudo, a história da descentralização produtiva na agricultura comporta conclusões divergentes da tese anterior (BRENNER, 1976). A primeira destas conclusões indica que a propriedade familiar rural desempenhou papel mais preponderante do que a grande propriedade rural em vários países, como na Holanda, no Norte da Itália ou mesmo nos EUA (MENDELS, 1971; VRIES, 1974). O modelo de propriedade descentralizado mostrou-se mais produtivo do que nas grandes propriedades. Seu enfraquecimento ocorreu muito mais por conta de aliança entre os latifundiários e o Estado, cuja consequência resultou na aprovação de uma série de leis e regulamentações que os favoreciam – ou mesmo pela omissão estatal aos desmandos da grande propriedade – do que propriamente pela ineficiência de sua atividade produtiva.

Mesmo nas situações em que a pequena propriedade pôde aflorar o seu potencial nos estágios mais avançados de mecanização e industrialização da agricultura, a aliança entre o Estado e a pequena propriedade mostrou-se efêmera e instável, o que corrobora a importância da experimentação de aparato institucional que propicie formas diversas de coordenação entre Estado e mercado, sem privilegiar apenas as grandes propriedades.

Unger aponta a experiência europeia na agricultura desde o século XVI em diante, ao mostrar que boa parte das áreas mais prósperas do continente estava tomada pela pequena propriedade, ao passo que a concentração da propriedade era marca das áreas mais atrasadas. É o caso do Norte da Itália, especialmente da chamada Planície Padana, até hoje local onde se concentram pequenas propriedades, em oposição à Sicília e a Nápoles, marcadas por grandes propriedades rurais. É também o caso de Flandres e do restante da Holanda – no qual as pequenas propriedades intensivas em trabalho e altamente especializadas ganharam traços de industrialização precocemente - em oposição às regiões da Alemanha à direita da margem do Rio Elba⁷⁰.

⁷⁰ Jossa (2015, p.11), pensador italiano marxista, aponta que “um sistema de empresas democrático, isto é, um sistema de cooperativas de produção, é um novo modo de produção que realiza a revolução socialista em harmonia com o pensamento de Marx. E a ideia sobre a qual se baseia é a mesma que Lewis Mumford colocou como fundamento da sua célebre ‘Técnica e Cultura’, a ideia de que ‘para salvar a ciência e a técnica, ambos preciosos instrumentos do progresso, devemos primeiramente salvar o homem [...]’. A ideia de que as empresas devem ser geridas pelos trabalhadores [...] é compartilhada pelo filósofo social John Dewey, para o qual ‘todos aqueles que trabalham nos moinhos devem possuí-los’, mas é também a ideia de um grande número de marxistas como Anton Pannekoek, Karl Korsch, Angelo Tasca, Antonio Gramsci, Richard Wolff e Ernesto Screpanti

Há alguns argumentos que tradicionalmente reaparecem para reforçar a suposta inexequibilidade da pequena propriedade e de formas cooperativas de produção associadas à reorganização institucional. O primeiro destes argumentos evoca a impossibilidade do seu crescimento continuado com inovação. Os pequenos empreendedores e cooperativados teriam dificuldades para obter a escala necessária para a produção e, em vez de realizarem os investimentos essenciais, teriam tendências a gastar com consumo supérfluo. Nesse sentido o consumo imediato representaria uma barreira para a acumulação de capital, fundamental para o futuro da empresa. De acordo com esse argumento os pequenos empreendimentos sofreriam, de um lado, por serem administrados por uma classe de indivíduos incapazes de aprenderem noções de administração de empresas, e de outro lado, pelo fato de supostamente terem tendências ao gasto imediato.

O segundo argumento evocado para enfraquecer o ideário da pequena propriedade refere-se ao caráter auto-desestabilizador da iniciativa. A ideia central apoia-se na ênfase de que a pequena produção, ao operar em sistema de economia de mercado e livre de constrangimentos impostos por agentes estatais, logo resulta em concentração econômica, pois os produtores independentes teriam mais êxito enquanto outros fracassariam. O êxito de poucos e o fracasso de muitos levaria à concentração econômica. Além disso, a regulamentação governamental que tivesse por objetivo evitar este processo acabaria por minar a eficiência e a independência dos agentes econômicos, de modo que o regime de pequena propriedade fracassaria por um misto de competição e intervenção governamental.

O terceiro argumento, por sua vez, enfoca a suposta instabilidade institucional do Estado na defesa da pequena propriedade. Uma ordem econômica estruturada dessa forma faria com que o Estado se assentasse em bases frágeis diante de ameaças internas e externas. Sob este entendimento o Estado estaria sempre muito frágil ou muito poderoso para preservar a economia já que, diante de uma população economicamente independente e absorvida na produção, o Estado teria dificuldades para lograr recursos econômicos e mão-de-obra necessários para os investimentos de longo prazo em infra-estrutura ou mesmo para proteger o país diante de ameaças externas. Por outro lado, ao lograr ultrapassar tais obstáculos, a burocracia pública e os políticos poderiam minar o poder político dos pequenos produtores, na medida em que estes últimos estariam concentrados majoritariamente na produção de

e de socialistas como Pierre Proudhon, Stuart Mill, Karl Polanyi, apenas para citar alguns nomes” (Tradução nossa).

mercadorias e serviços. Outro argumento ora apresentado refere-se à incapacidade de acomodar as economias de escala necessárias ao crescimento do empreendimento.

Unger argumenta que historicamente a pequena produção deixou de obter êxito mais profundo não por conta de sua suposta ineficiência e tendência a auto-desestabilização, mas por conta da presença de arranjos institucionais voltados para a preservação de modelo de propriedade específico de um determinado tipo de economia de mercado cujo beneficiário era a grande propriedade. Por fim, argumenta que a caracterização vulgar da pequena propriedade apenas como uma utopia radical condenada a se auto-destruir e, portanto, incapaz de elevar a riqueza nacional tem como consequência o reforço da tese de que haveria poucas formas de organização social exitosas, especialmente na economia de mercado e no exercício da democracia.

Portanto, a virtual eliminação da pequena propriedade por parte das grandes propriedades industrial e rural não podem ser compreendidas como frutos de ‘seleção natural’ no processo de competição de mercado ao longo do tempo, mas sim como um processo de escolhas deliberadas que produziram instituições mais afins ao segundo modelo produtivo. Na verdade, como se viu, a pequena propriedade exerceu um papel muito mais preponderante no processo de industrialização e mercantilização econômica do Ocidente do que se imagina normalmente. O dualismo institucional entre o grande e o pequeno teria impedido que o pequeno obtivesse as mesmas condições para competir nos mercados. Trata-se, portanto, mais de instituições construídas politicamente e geradas por disputas no seio das sociedades do que de qualquer imperativo.

Sinteticamente, a organização institucional de economia experimentalista de vanguarda guarda potencial para conciliar objetivos aparentemente inconciliáveis no atual modelo de economia de mercado, pois possibilitaria reunir três aspectos: (1) as vantagens da escala e da concentração, (2) a garantia das oportunidades para empreender e, por fim, (3) a emergência de grupos de trabalhadores e empreendedores capazes de quebrar o domínio e a concentração de grandes empresas na produção e nas trocas. Este último objetivo poderia dar-se pela multiplicação dos modelos de propriedade de modo a permitir a disponibilização de capital para estes grupos de trabalhadores e empreendedores.

Mas como conciliar o primeiro com o terceiro objetivo? Unger considera a formulação de mecanismo financeiro que garanta a rotação do acesso ao capital, de modo que os indivíduos,

cooperativas ou pequenas empresas possam acessar fatias deste capital sob termos e taxas de juros pré-fixados a serem concedidos por fundos públicos de capital. Poderia haver limites para evitar que os grupos com acesso a este capital pudessem utilizá-lo para o enriquecimento pessoal ou para ganhar controle sobre a concorrência e sobre novas atividades produtivas. Neste sentido, os bancos de fomento – tal como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - existentes no Brasil poderiam ser utilizados, muito embora os termos dos empréstimos tivessem de ser radicalmente revistos. Entretanto, as experiências a respeito da descentralização não repousam somente no passado ou em termos especulativos. Há, no mundo contemporâneo, uma ampla gama de experimentos vanguardistas. Dentre os experimentos em grande escala a China destaca-se por incorporar mecanismos diversos em seu mundo rural, de modo que vale a pena atentar-se para os movimentos tectônicos do Grande Dragão e dos frutos da imaginação institucional que porventura possam ser, não importados, mas recombinaados ao contexto amazônico.

3.2.2. O Experimentalismo Chinês

Cui Zhiyuan (2005), ao tratar da pequena burguesia sob a perspectiva chinesa, traz à tona um conjunto de autores a encarnar o ideário de transformação institucional da China em prol da valorização deste agente. Cabe tratar deste assunto não sob o ponto de vista dos interesses da nova potência global, a China, mas sob o ponto de vista da consolidação de ideias cujo horizonte baseia-se na democratização das oportunidades sociais em detrimento da conservação do poder sob o domínio de minoria influente a manusear o poder econômico nacional. O fulcro central desta iniciativa é a compreensão dos efeitos proporcionados por iniciativas de reconstrução institucional. No início do século XXI a China, apesar de todas as limitações em termos de exercício da liberdade política, é um dos países cuja vitalidade da imaginação institucional em torno do pensamento programático mostra-se mais presente.

Dentre os autores a influenciar o que Cui chama de Socialismo Pequeno Burguês está Roberto Mangabeira Unger, ao lado de Proudhon, Ferdinand Lassalle, Stuart Mill, Fernand Braudel, Charles Sabel, entre outros. O pressuposto argumentativo central do teórico social chinês estabelece-se pela crescente desilusão com o neoliberalismo, paralelamente ao esgotamento político e intelectual tanto do Marxismo quanto da Social-Democracia. Neste

cipal de confusões, desilusões e falta de rumo, o Socialismo Pequeno Burguês compõe peça central do projeto social, político e econômico. Estrutura-se pelo estabelecimento de economia de mercado socialista e pela promoção da democracia econômica e política ao fortalecer o método da reforma e da transformação das instituições atuais, bem como dos mercados financeiros.

A herança proudhoniana do modelo chinês apresenta-se na assertiva de que a terra não se torna propriedade privada, de modo que todos teriam direitos iguais de ocupá-la. Naquele país a propriedade rural não pertence nem ao Estado e nem aos indivíduos, mas à coletividade rural organizada em associações sob a forma do chamado *Household Contract Responsibility System for Rural Land Lease*. Nos anos 80 este contrato tinha de ser renovado a cada 5 anos. Posteriormente a sua renovação passou a ocorrer a cada década e meia e, atualmente, possui validade de 3 décadas. Por conta da mudança no tamanho das famílias as organizações rurais fazem pequenas alterações na divisão de uso das terras a cada três anos e ajustes mais amplos a cada cinco anos (HO, 2005). Cui pondera que, apesar de muitos progressistas ocidentais considerarem que este modelo teria restaurado as relações produtivas mercantis no campo por conta da descentralização proposta pelo estado chinês, a transformação teria, na verdade, permitido a organização de versão proudhoniana de Socialismo Pequeno Burguês, imerso em suas contradições. Esta versão proudhoniana acopla-se a sistema de cooperação societária realizado por empresas urbanas, cujas ações são divididas parte entre seus trabalhadores, parte para um fundo de desenvolvimento empresarial, parte para um fundo de bem-estar dos trabalhadores. Por fim, parte das ações é designada como coletiva e são negociadas com agências governamentais, instituições de pesquisa científica, bancos ou outras empresas (CUI, 2005, p.163).

Os camponeses chineses também inovam por meio da flexibilidade produtiva, na medida em que sua organização da produção teria características pós-fordistas, segundo Cui. A instabilidade dos mercados durante a comercialização dos produtos, causada por choques econômicos e administrativos na China, obrigaram os camponeses e suas associações a desenvolverem novos arranjos organizacionais e tecnológicos com vistas à flexibilização produtiva. Assim, tornou-se comum a produção de uma multiplicidade de produtos, bem como a sua mudança a cada biênio (CUI, 1993). O modo pelo qual a flexibilização produtiva no meio rural da China desenvolveu-se está intimamente relacionada com as críticas de Unger à organização da propriedade no Ocidente e de suas relações com o trabalho. Neste sentido, o

aspecto visionário do caminho proposto deixa de ser algo especulativo e passa a poder ser, em alguma medida, avaliado empiricamente.

A China, ao lograr êxito na concepção de instituições capazes de superar os limites da organização da propriedade típicas do Ocidente, de imediato forjou os seus agentes transformadores de uma sociedade desejosa pela democratização das oportunidades. Ao refutar tanto os dogmas do socialismo quanto os do neoliberalismo, esta experiência de imaginação e recombinação das instituições tem se mostrado um dos seus maiores trunfos, ao mesmo tempo em que seus eixos impulsionam o avanço em direção a profundas mudanças geopolíticas globais.

A difusão de dois conjuntos de pressupostos presentes na experiência chinesa pode ser utilizada na tarefa de realizar um projeto para a Amazônia a partir do que se tem atualmente. O primeiro destes pressupostos é a preponderância da imaginação sobre a desilusão fatalista nas instituições, da ação esperançada sobre o ressentimento. A capacidade de recombinação institucional fez triunfar as nações em detrimento daquelas que se recusam a mudar conforme mudam os ventos da história. O segundo pressuposto dá a direção destes câmbios: o impulso reformista de aprofundamento da democratização das instituições dá azo à mobilização da pequena burguesia e reforça a sua posição de agente transformador das sociedades. Este impulso abre espaço para que, no caso brasileiro, seja possível identificar o agente transformador estratégico para a realização da tarefa de construção de projeto nacional a ser iniciado na Amazônia. Por essa razão a próxima seção do Capítulo trata justamente do Brasil e da Amazônia.

3.3. O Brasil e a Amazônia

A hegemonia da política de administração do mundo reforça o que Unger chama de fetichismo institucional, ou seja, “a identificação de concepções institucionais abstratas, como a economia de mercado ou a democracia representativa, com um repertório específico de estruturas contingentes” (UNGER, 2004b, p.159). Sua crítica é dirigida notadamente à conhecida tese da convergência, - embora não se possa resumi-la somente a isso - que ganhou notoriedade na década de 90, após a crise do socialismo. De acordo com essa tese, as sociedades deveriam fatalmente caminhar para um mesmo conjunto ideal de melhores práticas

institucionais, as quais teriam sido as únicas estruturas políticas e econômicas que poderiam conciliar certo progresso material com garantia de liberdades.

A importação e implantação acrítica das instituições e práticas estrangeiras no Brasil, fruto do colonialismo mental, repercutiu historicamente na presença de dois partidos de opinião reunidos sob bandeiras políticas aparentemente contrapostas: o partido da onda e o partido da mensagem (UNGER, 2001b). O partido da onda aceita as práticas e a correlação de forças ditadas pelas potências hegemônicas da época. A sua tese reside na aceitação do fatalismo, pelo qual o Brasil deve aceitar seu atraso e conformar-se a ele, de modo a assumir posições submissas na geopolítica e na economia política mundial. A insistência em seguir o discurso hegemônico das grandes potências significa justamente renunciar à possibilidade de construir um processo de desenvolvimento rebelde e engrandecedor ao seu povo. Um país repleto de desigualdades e de impasses entre classes sociais e raciais não lograria êxito em trilhar caminho autônomo no cenário mundial, sugere a tese do partido da onda. O paradoxo do partido da onda é o reconhecimento de que se deve surfar o receituário da onda, mas apenas seguindo o que os países poderosos dizem que deva ser feito, deixando de lado as experiências que os tornaram o que são. O saldo entre o esquecimento proposital dos conflitos experimentados por estes países até se tornaram o que são e as ordens dadas por eles para o prosseguimento da ‘lição de casa’ resulta na substituição da rebeldia pela manutenção do *status quo* desejado por estas potências. Embrulham o seu fatalismo histórico em mensagem de prudência.

Em oposição ao discurso do partido da onda está o partido da mensagem. Sua tese é a recusa em submeter-se à correlação de forças estabelecida pelos países ricos, mas quer imitar no Brasil as mesmas práticas dos países ricos. Os adeptos do partido da mensagem compreendem que o problema central que faz com que o Brasil ainda não tenha “chegado lá” é a conjunção de interesses contrários a este projeto civilizacional. Frequentemente esta conjunção de interesses é apontada como uma espécie de “mal de origem” brasileiro (normalmente identificado pelo conceito de patrimonialismo e da corrupção) pela impossibilidade de realizar mudanças e transformar o país à imagem e semelhança das potências da época. A disposição em copiar as instituições estrangeiras, notadamente aquelas presentes nos países do Atlântico Norte, e trazê-las ao Brasil é a marca do partido da mensagem. O equívoco do partido da mensagem é justamente a mensagem: a cópia institucional - tanto no domínio do direito quanto no domínio da economia – é desacompanhada dos conflitos e das

transformações nos seus locais de origem. É como ler apenas o epílogo de um romance e desconsiderar todo o desenrolar anterior da narrativa.

Logo, o que falta a ambos os partidos de opinião brasileiros é justamente a capacidade de discutir o pensamento programático ajustado às particularidades do Brasil e da sua sociedade: falta-lhes a capacidade de apresentar e executar um projeto nacional. Neste sentido, ainda que sejam hábeis em seus intentos de permanência no poder, as elites brasileiras são estéreis na criação de ideias, além de intelectualmente colonizadas pelo ideário institucional presente no Atlântico Norte. Teixeira (2017) ainda identifica outra característica: a desidentificação das elites com o Brasil e com seu povo.

Richard Morse (1988) pontua que, a partir da independência dos países latino-americanos e a consequente busca pela afirmação da nacionalidade, e de modo geral até os tempos atuais, tornou-se hegemônica na elite da América Ibérica a tese de que os Estados Unidos eram o grande norte em termos institucionais e deveriam ser copiados. Isso significava também combater a barbárie do povo mestiço por meio do domínio do urbano sobre o campo (o que fez com que cidades como Rio de Janeiro e Buenos Aires copiassem a arquitetura francesa da época, de modo a emular versões tropicais de Paris) e, sobretudo, de uma política demográfica de cunho claramente racista e favorável à imigração de populações brancas. Morse chama a atenção também para a inversão do conceito de bárbaro. Se, originalmente, os gregos chamavam bárbaros todos aqueles que não falavam o seu idioma, - ou seja, os povos estrangeiros - para as elites da América Latina os bárbaros eram aqueles que habitavam a sua própria terra. Eram, em última instância, o seu próprio povo.

O novelista mexicano Carlos Fuentes faz eco a este diagnóstico ao apresentar um quadro ao mesmo tempo bastante apaixonado e realista do problema:

O continente americano viveu entre o sonho e a realidade, viveu entre o divórcio da boa sociedade que desejamos e a sociedade imperfeita na qual realmente vivemos. Persistimos na esperança utópica porque fomos fundados por esta utopia, porque a memória da sociedade feliz está na própria origem da América, assim como no final do caminho, como meta e realização de nossas esperanças. [...] Poucas culturas do mundo possuem uma riqueza e continuidade comparáveis. Nela nós podemos nos identificar e identificar nossos irmãos e irmãs neste continente. Por isso resulta tão dramática a nossa incapacidade política e econômica. Suspeito que isto tenha sido assim porque, com muita frequência, buscamos o impusemos modelos de desenvolvimento sem muita relação com a nossa realidade cultural. Mas é por isto, também, que o redescobrimiento dos valores culturais possa nos dar, com esforço e um pouco de sorte, a visão necessária das coincidências entre a cultura, a economia e a política (FUENTES, 2012, p.10 – tradução nossa).

Morse, Fuentes e Unger, cada um à sua maneira, tratam do mesmo problema: o deslumbramento das elites locais com as instituições presentes nos países do Atlântico Norte e a vontade de emulá-las. Ora com contornos racistas, ora de maneira sincera e bem-intencionada, tanto a direita quanto a esquerda suprimem a vitalidade anárquica do povo brasileiro ao importar instituições estranhas e sem serventia para a realidade nacional. O interesse nas instituições dos países do Atlântico Norte só é comparável ao seu desinteresse na concepção de projeto nacional para o Brasil. Este fator apequena o exercício da democracia brasileira, não apenas em termos formais, mas também em termos materiais. Deste apequenamento resulta o fato de que, no Brasil, os políticos de todos os partidos querem o social. Na direita, o social-liberalismo, e na esquerda, a social-democracia.

Por social-democracia compreende-se o esforço com a democracia representativa, com a regulação da economia de mercado e com as políticas sociais voltadas para a moderação das desigualdades. Entretanto, com ênfases distintas, este repertório também faz parte do ideário liberal ou neoliberal (UNGER, 2001b). Dentre os liberais mais intransigentes há aqueles que buscam reduzir fortemente os gastos sociais, ao propor direcioná-los. Deste modo conseguem diminuir o peso dos tributos voltados à produção. Assim, argumentam que o mercado poderá criar riquezas e oportunidades mais ampliadas às pessoas. Para o povo, entretanto, as desigualdades e o domínio de relações hierarquizadas são tão marcantes que dificultam a sua capacidade de participar do mercado, de forma que o social torna-se parte fundamental para complementar e corrigir o mercado.

Embora não seja possível negar as contingências presentes nas sociedades, Unger argumenta que é possível torná-las razoavelmente abertas às contestações e revisões. O experimentalismo institucional fortalece o projeto político da democracia sem estabelecer estruturas pré-definidas idealizadas, mas reorienta as práticas a partir das possibilidades de transformação mais imediatas, o que significa analisar as contradições capazes de permitir a transformação de um determinado contexto formador.

Por isso, metodologicamente, o experimentalismo institucional segue direção reformista, embora seus resultados possam ser revolucionários na medida em que semeia o fortalecimento da cidadania e da realização das expectativas de vida dos indivíduos. Aqui, mais

uma vez, a reforma revolucionária no campo das decisões políticas paralelamente exige a reforma revolucionária no campo do pensamento, e pede a coragem da ação:

No pensamento, como na política, nós podemos reduzir o fosso entre os atos extraordinários pelos quais mudamos nossa configuração institucional ou discursiva e os atos rotineiros pelos quais pressupomos e reproduzimos essa configuração. Podemos reorientar nossas práticas para que possamos passar mais prontamente das nossas atividades preservadoras do contexto para nossas atividades revisoras de contexto. Essa reorientação é desejável como um meio para fins práticos: serve aos nossos interesses práticos para a inovação técnica e para o crescimento econômico, bem como ao nosso interesse moral na emancipação do indivíduo diante das rígidas divisões de classe. (UNGER, 2004a, p.XXI – tradução nossa).

Diante de tais pressupostos Unger afirmara, em entrevista para o jornal O Estado de São Paulo:

Em diferentes lugares tenho dito o seguinte: a Amazônia não é só a maior coleção de árvores do mundo, é também um grupo de pessoas. Sem alternativas econômicas, essas pessoas serão impelidas, inexoravelmente, a atividades que resultarão na devastação da floresta. E, aí, a questão ambiental se transformará no que foi a questão social para o presidente Washington Luís – caso de polícia. As tarefas do desenvolvimento e da preservação estão irremediavelmente entrelaçadas (UNGER apud GREENHALGH, 2008).

Esta afirmação de Unger dá pistas para romper o impasse histórico do Brasil em sua relação desafiadora com a Amazônia: a superação da antítese entre a visão militar consolidada durante as décadas de 60 e 80 e o romantismo-preservacionista.

Para os militares, a Amazônia era vazio demográfico a ser conquistado a todo custo tanto por razões de segurança nacional quanto por ser celeiro de recursos naturais com potencial de utilização tanto para o processo de industrialização nacional, para a produção de energia e para as atividades agropecuárias, inclusive predatórias. A contraparte desta visão militar com consequências atuais é a narrativa preservacionista que enxerga a Amazônia quase como um santuário vazio de gente e de ações econômicas. Com dificuldades para promover o desenvolvimento e melhorar a vida dos amazônidas, o discurso preservacionista frequentemente é rejeitado pela população e, não raro, impulsiona eleitoralmente os candidatos das oligarquias locais com as visões mais retrógradas possíveis sobre a região. Unger almeja a superação do impasse entre o desenvolvimentismo e o preservacionismo. Para o teórico social brasileiro, trata-se de falso conflito: haveria consenso suficiente na sociedade brasileira em

favor de políticas de desenvolvimento para a Amazônia. Políticas de desenvolvimento não-predatórias, essencial pontuar:

Já perdemos muito tempo com essa guerra entre desenvolvimentistas e ambientalistas. Uma falsa guerra, aliás. Pela primeira vez a Amazônia ocupa o centro da atenção nacional. Porque o Brasil está descobrindo, até intuitivamente, que esta não é uma causa regional. A Amazônia é a nossa grande fronteira, não só em termos geográficos, mas imaginários. São poucos os brasileiros que ainda se batem pela ideia de que a região tem de ser um santuário vazio de gente e ação econômica. Como também poucos aceitam a ideia de que o preço do desenvolvimento inclui todas as formas de produção, até as predatórias. A grande maioria dos brasileiros rejeita as duas posições, insistindo na tese do desenvolvimento sustentado (UNGER apud GREENHALG, 2008).

Malgrado a boa aceitação da tese do desenvolvimento sustentável, ainda trata-se de abstração, de tese sem conteúdo. O Brasil carece da articulação de imaginação institucional a entrelaçar o desenvolvimento e a preservação ambiental. Entretanto, não deve ser proposta que antagonize os interesses dos agricultores e dos ambientalistas.

O experimentalismo institucional ungeriano propõe a superação, de um lado, do projeto de ‘pobrismo’ para a Amazônia, já identificado nesta tese e evidenciado como conjunto de iniciativas artesanais e precárias que aliviam a situação de vulnerabilidade dos mais pobres, geram um pouco de renda, ocupam as pessoas, mas não resolvem o problema. De outro lado, também quer superar a ilusão do ‘são-paulismo’, igualmente caracterizado no início deste capítulo.

A fim de superar a dualidade entre o pobrismo e o são-paulismo e promover proposta com conteúdo institucional denso capaz de evitar o antagonismo entre os interesses do agronegócio e dos ambientalistas a SAE (Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República) publica documento em 2009 intitulado “Plano Amazônia Sustentável: Ações Prioritárias”, no qual formula propostas e traça alguns eixos prioritários de ação para a Amazônia. Não obstante o documento não ter sido assinado pelo então Ministro Roberto Mangabeira Unger – foi assinado pelo Ministro Interino Daniel Barcelos Vargas – foi elaborado durante a sua gestão, pela mesma equipe ministerial e possui as premissas experimentalistas voltadas ao tema das alternativas institucionais. Saliente-se que este documento não se confunde com o “Plano Amazônia Sustentável” lançado em maio de 2008 sob a batuta do Ministério do Meio Ambiente. Embora sejam documentos com nomes semelhantes e publicados pelo mesmo governo, possuem pressupostos teóricos divergentes. O PAS liderado

pelo MMA responde aos interesses das alas preservacionistas. O PAS⁷¹ liderado pela SAE almeja superar o impasse entre desenvolvimento e preservação, como já sugeria Roberto Mangabeira Unger.

No PAS Saelino é possível perceber o modo pelo qual os pressupostos teóricos ganham corpo em propostas de ação do Estado brasileiro. Organizado em três seções – projetos concluídos, em elaboração e em discussão – subdivide-se em 11 projetos. O primeiro destes projetos volta-se ao tema da regularização fundiária na região. Diagnostica o problema:

a Amazônia Legal corresponde a cerca de 59% do território brasileiro segundo dados do IBGE. Estima-se que somente 4% dos estabelecimentos rurais na região estejam plenamente regularizados. A ilegalidade também se estende ao meio urbano. Centenas de municípios estão situados parcial ou integralmente em terras da União originariamente destinadas à colonização e, destes, 136 ocupam integralmente terras do INCRA (SAE, 2009, p.21).

Para atacar o problema o documento propôs três medidas: (1) simplificação das regras e dos procedimentos para a regularização com a possibilidade de titulação de terras prioritariamente aos pequenos e médios produtores rurais na Amazônia e transferência das áreas de atuais posses urbanas constituídas em terras do INCRA aos municípios, para que possam regularizá-las com celeridade; (2) criação da AERFA (Agência Executiva de Regularização Fundiária da Amazônia), órgão governamental voltado para facilitar a cooperação federativa no tema da regularização fundiária e com competência para traçar diretrizes de regularização fundiária, apoiar, controlar e monitorar o processo, “legando aos institutos estaduais de terra a execução das ações de campo e permitindo que o INCRA se dedicasse integralmente à reforma agrária” (SAE, 2009, p.23); (3) inovar nos instrumentos de cooperação federativa como consórcios, convênios e acordos de cooperação técnica, de modo a fazer com que União, estados e municípios pudessem realizar parcerias para a regularização com possível transferência dessa competência aos institutos estaduais de terra.

Saliente-se que a última medida está ganhando corpo na Amazônia e no Centro-Oeste não apenas para fins de regularização fundiária, mas para a discussão de toda uma gama de políticas públicas e ações estatais integradas. O Consórcio Brasil Central - composto pelos estados de Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal e Tocantins

⁷¹ Daqui em diante, para dirimir qualquer confusão que se possa fazer entre os dois documentos, faremos referência ao PAS elaborado pela SAE como ‘PAS Saelino’.

como membros fundadores, além do Maranhão, que passou a integrá-lo posteriormente - e o Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal - composto por Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Tocantins, Mato Grosso e Maranhão - são exemplos de inovações na disposição do arranjo federativo. Em suma, representa tanto uma inflexão no modo como estas unidades federativas pretendem se fazer ouvir diante da União quanto uma inflexão no modo de formular e gerenciar políticas públicas. Os Consórcios dos estados buscam ressignificar a política regional que, historicamente, baseou-se na mera compensação do atraso relativo por meio de subsídios e transferências. Assim, coadunou-se em política pública na qual boa parte dos órgãos vinculam-se ao poder central e seguem as suas diretrizes. Os Consórcios, diversamente, têm por objetivo alterar esta lógica por carregar a ambição de pautar a União em vez de ser pautada por ela.

De modo geral, das medidas propostas para a resolução do caos fundiário na Amazônia esperava-se a redução do desmate, a intensificação dos investimentos produtivos, a redução da concentração fundiária, a geração de excedentes de terras e, por fim, ganhos fiscais para a União.

Já o segundo, o terceiro e o quinto projeto formam trilogia de ações movidas pela ânsia de dar respostas ao tema da infra-estrutura logística da Amazônia. O primeiro deles versa sobre a revitalização da aviação, o segundo, sobre a racionalização das estradas vicinais na Amazônia e o terceiro, sobre a construção de eclusas e organização das hidrovias. O tripé de projetos na área de infra-estrutura logística responde ao reduzido grau de integração de modais, às dificuldades de ligação de áreas distantes dos grandes centros e à necessidade de escoamento da produção.

O quarto projeto para a Amazônia contido no PAS Saelino volta-se ao soerguimento do extrativismo na Amazônia. O documento enfatiza a situação das comunidades extrativistas:

a economia das regiões extrativistas padece de limites ao crescimento sustentado da renda e do emprego, o que acarreta um fosso crescente entre a rentabilidade dessa atividade em relação às atividades de alto impacto ambiental. De um lado, o volume extraído não pode ser elevado para que não se comprometa sua sustentabilidade. Por outro, o aumento da renda por elevação de preços é limitado pela elasticidade-preço da demanda, pela ameaça de substituição por sintéticos ou por produção organizada (domesticada). Além disso, a produtividade do trabalho no extrativismo é constringida pelas características da base de recursos naturais, em especial, sua dispersão geográfica (SAE, 2009, p.40-41).

Estas características fazem com que a renda das famílias dependentes do extrativismo siga em patamares excessivamente reduzidos. Como alternativa de renda algumas famílias optam por migrar suas atividades para a pecuária, o que tem como consequência a elevação das áreas desmatadas. A fim de atacar estes obstáculos a SAE propôs conjunto de medidas exemplares: (1) regularização fundiária das unidades de conservação federais de uso sustentável por meio da Concessão do Direito Real de Uso, de forma a encerrar a indefinição jurídica e promover facilidades no acesso ao crédito e tecnologias para a extração dos recursos naturais e de aproveitamento da biodiversidade; (2) concepção de Zonas de Desenvolvimento Extrativista Sustentável (ZDES). Esta segunda medida movia-se com o intento de criar incentivos semelhantes aos das Zonas de Processamento de Exportações (ZPE), regulado pela lei 11.732/08. O objetivo destes incentivos direcionava-se na edificação de rede de pequenos polos industriais de beneficiamento de atividades derivadas do extrativismo nas próprias regiões extrativistas. Além disso, previa também a reserva de 2% dos recursos do Fundo de Participação dos Estados para serem distribuídos entre os estados possuidores de áreas protegidas.

Dentre as medidas exemplares destaca-se também a proposta de (3) inovar na criação de Escolas Técnicas Federais voltadas para a qualificação da mão-de-obra e ao apoio técnico da produção extrativista; em seguida é proposta (4) a intensificação das ilhas de alta produtividade (IAPs). Costa et.al. (2011), definem esta concepção como “inovações técnicas características do neoextrativismo, tendo como cultura dominante a seringueira, procurando contribuir na viabilização do extrativismo da borracha” (p.10). Acrescentam que “a proposta das ilhas surgiu então com o objetivo de aumentar a densidade de árvores sem perder a estrutura da floresta. É uma das formas das RESEX aumentar a produtividade sem perder de vista seu conteúdo preservacionista” (COSTA ET.AL., 2011, p.10).

Estas medidas exemplares conectadas ao intento de soerguer as atividades extrativas tinham como objetivo elevar a renda e o emprego nestas regiões, consolidando-se como práticas de produtivismo incluyente, bem como reduzir o desmatamento dentro das RESEX e RDS e, por fim, agregar valor aos produtos extraídos no interior das reservas.

O sexto projeto do PAS Saelino versa sobre a recuperação de áreas degradadas e sua produção. Identifica três problemas (1) amplo estoque de áreas degradadas e elevado custo para torná-las novamente produtivas; (2) relativa inadequação do modelo de reforma agrária praticado na Amazônia, especialmente por conta da extensão dos lotes e de sua localização em

áreas isoladas e destituídas de infra-estrutura; (3) situação de ilegalidade administrativa e penal das posses e propriedades da Amazônia diante das exigências do Código Florestal. Propõe recuperar áreas degradadas em pequenos lotes próximos às margens das rodovias e das cidades com mecanismos de compensações ambientais financiados pelo agronegócio como alternativa para cobrir o custo de recuperação das áreas em degradação. Completa o documento ao pontuar que

via de regra, as áreas degradadas se enquadram em duas categorias: ou são terras públicas que foram ocupadas e depois abandonadas, e, por isso, não são suscetíveis de regularização; ou são privadas, não geram retorno econômico e provavelmente não pagam impostos, sendo passíveis de desapropriação. Portanto, seria relativamente fácil e barato direcionar essas terras à reforma agrária (SAE, 2009, p.49).

Do sétimo projeto elaborado pelo PAS Saelino em diante todos são apresentados com ares ainda introdutórios. O sétimo enfoca a temática do desenvolvimento da bioenergia sob a tríade regional, nacional e internacional. Diante da perspectiva regional prevê a adoção de políticas de zoneamento agroecológico para as diversas matérias-primas produtoras de bioenergia, bem como a desconcentração do seu cultivo pelo território nacional e produção durante o ano todo, de forma a reduzir a variação de preços dos biocombustíveis nos períodos de safra e entressafra. Sob a perspectiva nacional há duas medidas institucionais centrais. A primeira delas é a articulação entre a EMBRAPA, as universidades e as instituições de pesquisa em prol do desenvolvimento de novas tecnologias e da ampliação do mercado de agroenergia. A segunda medida correlaciona-se ao desafio de instituir agente institucional a coordenar nacionalmente a formulação das políticas públicas para o setor. Por fim, sob a perspectiva internacional exigiria a atuação da diplomacia nacional no sentido de estabelecer, nos fóruns competentes, padrões de produção e comercialização, assim como criar incentivos a permitir a entrada de novos produtores.

O oitavo projeto relaciona-se ao tema dos créditos de carbono. O PAS Saelino crava as dificuldades históricas do Brasil no debate sobre o financiamento externo das suas iniciativas de desenvolvimento sustentável.

A razão básica para essa dificuldade foi que nunca houve um projeto forte de desenvolvimento sustentável incluído na Amazônia. Na ausência de uma proposta concreta, qualquer discussão com o estrangeiro parecia uma busca de coautores e coautorias. A discussão de formas de financiamento precisa ser

compatível com a afirmação inequívoca da soberania nacional (SAE, 2009, p.54).

Uma das alternativas de recompensa pelos serviços ambientais citados pela SAE é o modelo do Fundo Amazônia, discutido no capítulo anterior em artigo de Marcovitch e Pinsky (2014), no qual debatem os fundamentos e possibilidades de uso de tais recursos. Em resumo, no modelo do Fundo Amazônia o dinheiro é doado e investido em iniciativas para o desenvolvimento sustentável, de acordo com critérios pré-estabelecidos.

Outra institucionalidade voltada ao pagamento de serviços ambientais é a negociação de certificados de redução das emissões de gases do efeito estufa (GEE). A Bolsa do Clima de Chicago (CCX) tornou-se a primeira a transacionar créditos de carbono no chamado mercado voluntário. Também no capítulo anterior Souza (2013) apresenta o potencial da estratégia REDD para os diferentes biomas brasileiros. A REDD é mecanismo de remuneração baseado no cálculo de CO não-emitado para a atmosfera por conta da preservação florestal. Em tese, a sua institucionalização permitiria ao país vender os créditos de carbono no mercado e utilizar o dinheiro recebido para políticas de desenvolvimento sustentável na floresta.

O licenciamento ambiental é o tema do nono projeto do PAS Saelino. Entretanto, neste período os termos da discussão ainda estavam em seu preâmbulo. Posteriormente a SAE, ainda no período de Unger, publicou versão preliminar de documento sobre o tema⁷² com propostas de maior clareza e menor espaço para a discricionariedade no processo do licenciamento ambiental. Trata-se de tema que não é central para os nossos propósitos da tese.

A mineração, fruto do décimo projeto, apenas introduz o problema ao tratar da dualidade entre, por um lado, as grandes mineradoras com alta tecnologia e elevada produtividade que, por sua vez, não raramente tornam-se economia de enclave, bem como trazem reduzidos benefícios à população local paralelamente à geração de passivos ambientais. Por outro lado, há os garimpeiros com atuação individual ou coletiva, porém sem organização do regime de trabalho e cuja ocupação se dá em garimpos sem regras de ordenamento claras.

Por fim, o último projeto sobre a Amazônia, envolve o tema da biodiversidade e o acesso ao patrimônio genético em país de mega biodiversidade. De modo geral o documento apenas

⁷² Tal documento encontra-se disponível no sítio de Roberto Mangabeira Unger: <<http://www.robertyunger.com/pt/wp-content/uploads/2017/01/licenciamento-ambiental.pdf>>.

cita as dificuldades regulatórias desestimuladoras da pesquisa científica neste campo, cuja consequência tem sido colocar os pesquisadores em situação de irregularidade. Por fim, propõe ainda mecanismos institucionais para que as comunidades locais preocupadas com a preservação da biodiversidade com conhecimento do patrimônio genético possam ser materialmente compensadas por este serviço.

Em suma, Roberto Mangabeira Unger preconiza um conjunto de medidas exemplares de reconstrução institucional experimentalista direcionado para a Amazônia. Para o autor os amazônidas não devem precisar escolher entre alimentar os seus filhos e idolatrar a floresta. Projeto de desenvolvimento sustentável para a Amazônia e, em especial, para Rondônia e para o Acre, tem de dar corpo à geração de oportunidades. Os países centrais, já industrializados, enxergam a proteção ao meio ambiente como política pós-estrutural e pós-ideológica. Tratam a natureza como se fosse um jardim, com propósitos estéticos. Ensaio publicado por Unger (2007) assim define as características da ligação humana sob a perspectiva da natureza como um grande jardim:

Tratamos a natureza como um cenário para escapar das lutas, no âmbito das batalhas pela liberdade estética. O fato de que o objeto desta liberdade possa ser algo que encontramos em vez de ser algo produzido apenas eleva o seu encanto. Porque não convertemos todas as áreas da Terra em parques globais para o alívio das pessoas exasperadas pelas desilusões da sociedade? Preocupamo-nos o quanto podemos subtrair da produção por motivos recreativos, ansiosamente calculando os termos de troca da tundra por poços de petróleo ou de floresta por papel. A verdade, contudo, é que quanto mais evoluímos em termos de riqueza e habilidade, acompanhado de redução do crescimento populacional, mais capazes nos tornamos de transformar mais lugares em jardins. Não é o Japão, ao contrário de todas as expectativas, o país com a maior porção do seu território nacional coberta por floresta virgem? (UNGER, 2007, p.239-240 – Tradução Nossa).

Diversamente dos países centrais, para o Brasil e a Amazônia, entretanto, a preservação ambiental não deve obedecer somente às injunções românticas da liberdade estética, já que guarda potencial para conciliar-se com formas de desenvolvimento sustentáveis que não sejam apenas fórmulas vazias, mas organizadas em instituições e estruturas capazes de transformar as experiências, os sentimentos, as práticas e os hábitos das pessoas. O aproveitamento inteligente da floresta necessita ser sobreposto tanto ao romantismo idílico quanto ao seu uso indiscriminado e predatório.

Outro dos aspectos da relação humana com a natureza se dá pela perspectiva do que Unger chama de ‘responsabilidade do fiscal’. Uma primeira leitura desatenta e apressada deste

fragmento da nossa relação com a natureza pode concluir que o teórico social dá de ombros à preservação ambiental. Ao contrário, sua crença reside na capacidade humana de reconhecer a importância da natureza e de, a partir desta descoberta, render culto à imaginação e criatividade humanas para produzir inovações vanguardistas capazes de solucionar os problemas práticos.

Enxergamo-nos como administradores, em benefício das futuras gerações, de fundo de amortização de recursos não-renováveis. Equilibramos o chamado do consumo contra o dever da parcimônia. Trata-se de ansiedade fundada em ilusão. Na história moderna a necessidade, mãe da invenção, jamais falhou em obter respostas científicas e tecnológicas diante da escassez de recursos deixando-nos mais ricos do que éramos. Se a própria Terra tivesse de ser abandonada encontraríamos um modo de fugir dela e de atingir novos confins do Universo. Posteriormente voltaríamos a nosso planeta abandonado e pouco atraente para torná-lo novamente fértil e habitável antes de seu fim incandescente. As águas secarão? O petróleo acabará? A preocupação é útil e prudente. É tolice negar que nenhum destes eventos tenha representado uma combinação para a inventividade (UNGER, 2007, p.240 – Tradução Nossa).

Se, ainda assim, a impressão de indiferença sobre a pertinência da preservação ambiental se mantém, o fragmento da relação humana com a natureza chamada de ‘ambivalência do titã’ pode esclarecer os pruridos éticos desta relação:

Agora que necessitamos menos da natureza enfrentamos conflito do qual nossos antepassados foram poupados. Somos capazes de questionar os efeitos de nossas ações sobre a natureza animada e inanimada a nos cercar. Imaginamos se não deveríamos sacrificar nossos desejos auto-interessados em favor de sentimento colaborativo mais inclusivo. Ainda não somos deuses, apenas semideuses, muito fortes para sermos indiferentes, muito fracos para renunciarmos ao exercício das prerrogativas de nosso poder sobre as formas de vida, ou mesmo de seres sem vida, com os quais compartilhamos o mundo. Este, por fim, é um conflito do qual não podemos ter esperança de solucionar, apenas suportar, entender e controlar [...] Entretanto temos motivo para deter nossas mãos de vez em quando e gradualmente estender as áreas do planeta e as partes de cada vida humana que reservamos para atividades livres da tirania da vontade e dos imperativos da sociedade. Ao dividir nosso tempo entre a imparável conquista da natureza e o inocente reencontro com ela, em vez de tentar subordinar o prometeísmo à piedade, podemos nos proteger contra a brutalização de nós mesmos. (UNGER, 2007, p.240-241 – Tradução Nossa).

Conflituosa, porque eticamente fluida, a relação humana com a natureza nos impõe uma série de obstáculos: quais constrangimentos devem ser respeitados enquanto se avança no domínio humano sobre a natureza? Em que direção este avanço pode ocorrer? Como e onde lograr orientação em meio a estes questionamentos? Para Unger as raízes do ser humano estão mais no futuro do que no passado. O aspecto da futuridade do agente ungeriano clarifica este

posicionamento. Logo, enquanto o domínio sobre a natureza respeitar formas de abertura ao futuro, e não de domínio do futuro pela auto-imagem do presente, então é possível avançar.

Este aparente desvio na representação do Brasil e da Amazônia sob a perspectiva ungeriana para a definição das relações humanas com a natureza na verdade serve de complementação, pois elucidada, no plano do pensamento, os conflitos práticos cotidianos enfrentados pela burocracia pública, pelas autoridades locais e nacionais, por empresários, pelos ativistas e pelos próprios amazônidas a respeito de como conciliar formas de desenvolvimento com a preservação da floresta. Ao reinventar a forma como explora a floresta amazônica o Brasil pode reinventar a si mesmo.

Se boa parte da discussão até aqui enfatizou a apresentação dos pressupostos teóricos e institucionais, a seção seguinte trata da perspectiva da agenda do ideário do experimentalismo sob o prisma dos pressupostos filosóficos e do agente transformador.

3.4. O Agente: Pragmatismo e Transformação Prometeica

A crítica ao modelo de desenvolvimento atualmente presente na Amazônia e às suas instituições, bem como os apontamentos de possibilidades futuras, dá a passagem para mudanças com conteúdo certamente transcendente à mera mudança das instituições. A esta transformação seguem alterações no modo como as pessoas costumam enxergar o que as cerca. O que se advoga é a ideia de que alterações na institucionalidade estatal e nas formas de organização econômica relacionam-se com alterações dentro da sociedade civil. O mundo público e o mundo das relações privadas renovam as suas formas de interação. Nesse sentido, a crítica exige também a coragem de imaginar e buscar o novo.

Um dos sentidos da coragem associa-se com a virtude de começar algo a despeito das adversidades. É, portanto, uma virtude opositora ao presente estado de coisas, cuja ação se dá de maneira espontânea e desinteressada, e objetiva atingir mudanças que justificam a luta contra os perigos e obstáculos presentes durante o processo. Embora a ação corajosa se desenvolva no tempo presente, ela se direciona objetivamente visando alterar o futuro: é anti-destino, tal como a imagem da política transformadora aqui defendida.

Diferentemente da alegoria da Jaula de Aço, o pensamento social de Roberto Mangabeira Unger pode ser compreendido a partir do mito de Prometeu. Zeus, poderosa divindade mitológica, após criar os seres vivos, teria encarregado os irmãos Prometeu e Epimeteu de distribuir as capacidades que distinguíssem os animais entre si. Quando chegara a vez dos homens receberem as suas capacidades Epimeteu percebera que já havia gasto todas elas distribuindo-as anteriormente aos seres irracionais. O homem, então, havia ficado ‘nu, descalço, sem abrigo e sem defesa, incapaz de sobreviver num mundo hostil’ (PLATÃO, 1999). Assim, Epimeteu pede auxílio a Prometeu que, por sua vez, teria ido ao Monte Olimpo e tomado de Zeus um poder que era até então exclusivo das divindades: o fogo.

A tomada do fogo divino em favor da humanidade, consumada por Prometeu, é a base da ideia de divinização do homem e da mulher comuns estabelecida por Unger. Com o domínio simbólico do fogo, também ligado ao domínio da razão, o homem e a mulher comuns passam a ser agentes de seu destino, engrandecendo-se a si mesmo e à sua sociedade. Ao contrário de Prometeu, os homens e mulheres comuns não buscam salvar o mundo, mas apenas a si mesmos. Contudo, ao divinizar-se também passam a salvar o mundo, graças à sua vitalidade direcionada para mudar as instituições e quebrar as correntes que os conservam presos, permitindo matar as águias do fatalismo que os consome e os mantém sem ação.

Esta metáfora conecta-se aos pressupostos filosóficos do pensamento ungeriano, ao apontar para o despertar dos sujeitos em um mundo particular e específico, marcado não apenas pelos aspectos naturais, mas também pelas instituições e práticas, inclusive discursivas, que os cercam. Diante desta caracterização a questão central colocada por Unger refere-se à atitude adotada pelos sujeitos ao relacionar-se com as estruturas estabelecidas de organização e de crenças comuns. O caminho para a resolução do impasse deve ser render-se e tentar realizar o melhor delas, explorando, como possível pela luz que fornecem, suas possibilidades ocultas de transformação? A resposta a este questionamento ocupa boa parte do seu esforço filosófico e de sua associação ao pragmatismo (UNGER, 2007). Surge como uma resposta às duas fontes da tristeza humana: a perda de vitalidade e o distanciamento entre a vitalidade e as formas de expressão da vitalidade.

A perda de vitalidade lida permanentemente com o questionamento da morte. Não apenas a morte física, do corpo humano, mas também a morte espiritual, ligada à inação submissa diante da aceitação do mundo tal qual ele se apresenta. Unger trata da renúncia à ação

e da aceitação do estado de coisas como uma das razões da ‘mumificação’ da personalidade humana, cuja consequência é o exercício de uma vida menor, que mata o espírito pouco a pouco, na medida em que o apresa às rotinas.

Os dois aspectos da mumificação – nossa adaptação à sociedade e nossa rendição ao caráter – deixam-se coexistir e até convergir. Sua convergência nos diminui. Nega-nos o poder completo de possuir a vida no presente e nos condena a um simulacro sonolento de existência. Ela nos prepara para a morte matando-nos passo-a-passo. [...] Em grande parte da experiência histórica da humanidade a força da mumificação permanece velada. A opressão econômica e cultural ofusca todas as outras restrições, acorrentando a vasta maioria dos homens e mulheres comuns à roda da produção e condenando-os a trabalhos repetitivos e humilhantes em prol do seu sustento. Ao mesmo tempo, associa a autoridade da religião e da filosofia na aceitação da subjugação (UNGER, 2014a, p.407-408 – Tradução Nossa).

A segunda fonte da tristeza humana se dá pelo contraste entre a vitalidade dos desejos experimentados pelos sujeitos e o apequenamento dos modos pelos quais eles são expressos. Não é difícil notar o quanto as paixões são demonstradas de maneira intensa em episódios triviais de cruzadas coletivas, como um jogo de futebol, ao passo que nas situações comuns poucas ocasiões fora das relações íntimas merecem a mesma intensidade. O trabalho, comprometido com uma missão transformadora e vinculada à imaginação e à contestação e reconstrução de ideias e ações, oferece esta possibilidade apenas para uma minoria privilegiada (UNGER, 1999; 2001a).

Diante do impasse derivado da relação entre a vida pessoal e as instituições Unger ambiciona reconstruir o ideário do pragmatismo filosófico ao tratar do espírito de revolução cultural a reverberar desde o amplo terreno das instituições até a intimidade do âmbito pessoal do sujeito experimentalista. Apesar das limitações domesticadoras, considera que a filosofia pragmática reúne as ambições primordiais da contemporaneidade. Em primeiro lugar por aproximar o fortalecimento do indivíduo ao aprofundamento da democracia. Em segundo lugar por considerar o pragmatismo “a filosofia mais viva de hoje, o que Unger percebe com o sucesso do século XX do pensamento de Dewey na América e de Wittgenstein e Heidegger na Europa (também por ele, como para Richard Rorty, postos como pragmatistas)” (ARAUJO, 2016, p.8). Em terceiro lugar porque o pragmatismo carrega em si a preocupação não de descrever o real, mas de apontar as possibilidades de mudança: projeta-se para o futuro. Entretanto, Unger quer radicalizar o ideário da filosofia pragmática.

Argumenta que cada um de nós nasce em mundo onde os contextos formadores já estão presentes, mas estes contextos - e suas instituições e ideologias presentes - são construções e, quando fixados, representam apenas política congelada e conflitos interrompidos. Quando Unger desfaz-se da caracterização da política como destino e a associa à invenção e à imaginação, também acentua a posição do sujeito em oposição ao mundo real existente. Em seu primeiro livro Unger (1978) declara sua profissão de fé na centralidade da imaginação e do pensamento para a realização da tarefa da transformação social:

Nas ideias que ela tem de si mesma e da sociedade humana, como em todas as suas outras experiências, a mente oscila entre o domínio e a escravidão. Através de um impulso irresistível, semelhante à atração que a morte exerce sobre a vida, o pensamento repetidamente utiliza os instrumentos de sua própria liberdade para acorrentar-se. Mas quando a inteligência quebra essas correntes, a liberdade que conquista é maior que a que perdeu e o esplendor de seu triunfo supera sempre a miséria da sujeição anterior. Fortifica-se através das próprias derrotas. Assim, na história do pensamento, tudo acontece como para nos lembrar de que a morte, ainda que permanente, é sempre a mesma, enquanto a vida, embora passageira, pode sempre elevar-se a novas alturas (UNGER, 1978, p.1).

O pragmatismo radicalizado que concebe o *self* é marcado pela noção de agência, de contingência, de futuridade e de experimentalismo. Sob esta concepção trata-se de ser voltado para a ação, diante das contingências presentes no mundo, orientado para o futuro e inspirado pelo experimentalismo: o tempo é real, a história é aberta e o novo é possível.

Unger questiona a noção de que as pessoas são meros organismos naturais efêmeros: realça a sua capacidade transformadora e criadora. A ação e o pensamento não são cindidos, pois aquela dá corpo a este. Ao agir podemos ter esperança de produzir transformações, e não o seu contrário. Sob este ponto de vista a agência humana organiza a mudança, porque é a partir dela que os elementos dos contextos formadores serão reconstruídos e poderão ser transformados.

Já a noção de contingência é conformada por quatro aspectos combinados. O primeiro deles é o fato de que o universo e a história simplesmente existem, compondo e permeando todas as relações. O segundo aspecto reside na incapacidade humana em saber, conclusivamente, as teorias corretas para a investigação de partes da natureza. A limitação deste conhecimento tem como consequência a impossibilidade de realizar esforços para estabelecer teses imutáveis. O terceiro aspecto tem a ver com a penetração do tempo histórico no tempo biográfico de cada um de nós: trata da “nossa luta histórica sobre a forma da sociedade e da

cultura” (UNGER, 2007, p.39 – tradução nossa). Mesmo os aspectos mais simples da experiência humana são mediados pelos valores culturais e pelas instituições, de modo que as experiências individual e coletiva confundem-se. Mas nós não desejamos uma vida melhor em um futuro distante e idealizado. Ao contrário, desejamos viver bem imediatamente, já que o correr do tempo biográfico é muito mais apressado do que o correr do tempo histórico. O risco é o de que os custos de perspectiva transformadora mostrem-se inequívocos no tempo biográfico, embora os seus benefícios sejam mais visíveis diante do tempo histórico, transcendentemente às gerações.

O quarto aspecto da contingência é o papel da sorte e da graça na vida humana e a “fortuna cega que preside o nosso nascimento e nos persegue tanto nas grandes coisas quanto nas pequenas” (UNGER, 2007, p.40 - Tradução Nossa). A passagem do tempo diante da nossa existência é contingência inapelável, portanto. Contudo,

nós não somos exauridos pelos mundos social e cultural que habitamos e construímos. Eles são finitos. Nós, em comparação a eles, somos infinitos. Nós podemos ver, pensar, sentir, construir e conectar em mais maneiras do que aquelas que eles podem permitir (UNGER, 2007, p.40 –Tradução Nossa).

A infinitude humana é a justificativa para a rebeldia em prol da superação dos mundos social e cultural, de modo a fazer prevalecer os ideais e interesses conforme a agência humana os definir.

A noção de futuridade conecta-se justamente à rebeldia direcionada à construção de futuros alternativos. O sujeito típico do pensamento social experimentalista olha mais para o futuro do que para os constrangimentos do passado:

a futuridade não deve mais ser um risco para passar a ser um programa: nós devemos radicalizá-la e fortalecer a nós mesmos. Esta é a razão para tomar em consideração maneiras de organizar o pensamento e a sociedade que diminuam a influência do que aconteceu antes sobre o que poderá acontecer em seguida (UNGER, 2007, p.41 – Tradução Nossa).

Unger patrocina a concepção do novo não como ideia segundo a qual as possibilidades são predefinidas e apenas esperam para materializar-se. Trata-se de algo realmente novo, possibilitado a partir da imaginação que avança sobre o que já existe - a partir dos contextos formadores presentes - em direção às possibilidades adjacentes, mais imediatas: os próximos passos. Essa interpretação chama a atenção para a análise do que a realidade pode vir a ser na

presença de determinadas intervenções de acordo com as contingências (TEIXEIRA, 2009). O aumento da capacidade negativa dos contextos formadores depende da capacidade de mobilização social na sociedade civil e dentro do aparelho estatal, de modo a permitir a reconstrução das alianças políticas nas arenas institucionais. Por essa razão a teoria social de Unger valoriza a noção da história aberta, pronta a ser construída por meio da agência humana.

Por fim, o aspecto experimentalista é combinação dos três anteriores e caracteriza-se pela concepção do novo e da sua criação pensados pelo sujeito diante da noção de futuridade com respeito às contingências. Uma maneira de produzir o “novo é permitir que as pessoas trabalhem juntas na incorporação social da imaginação” (UNGER, 2007, p.42 – Tradução Nossa). Para a consecução deste objetivo é vital poupar tempo e energia, o que pode ser feito alterando o foco do esforço humano das tarefas repetitivas e estafantes para as tarefas não-repetitivas, propiciadoras da imaginação para o seu contínuo funcionamento. O experimentalismo na política tem o potencial de alterar diversos domínios da vida, de modo que a sua medida de sucesso é possibilitar a realização de mudanças e produzir o novo com menor dependência da crise. Aqui, novamente transparece a preocupação de Unger com a superação da crise como requisito da transformação.

O pragmatismo radicalizado de Unger recusa o que chama de ‘ideia negativa ruim’, segundo a qual nós não podemos ver, pensar e criar para além do que as estruturas estabelecidas da sociedade permitam, e adota uma ‘ideia negativa boa’, segundo a qual não há pontos fixos na história do conhecimento e da experiência, o que reforça a transcendência marcada pela nossa infinitude diante da finitude das instituições (UNGER, 2007, p.45). Estas características do pragmatismo ungeriano compõem um sujeito aberto ao novo e ao outro. A infinitude da personalidade humana compõe a virtude da divinização, (2007, p.229) por meio da qual o homem e a mulher comuns abrem-se às novas experiências e a outrem, tomando emprestados os atributos com os quais descreve Deus. Faz como Prometeu: toma o fogo divino em prol da construção de sociedade mais solidária.

O aspecto anti-destino da coragem presente no sujeito do experimentalismo ungeriano desdobra-se em dizer não, o que significa valorizar o ato de questionar a autenticidade das verdades apresentadas como irrefutáveis e legitimadoras do que Mangabeira Unger chama de ‘ditadura da falta de alternativas’, reforçadas pelas três tendências do pensamento social contemporâneo: o escapismo, a racionalização e a humanização. Não se trata de mera veleidade

diletante em realizar a crítica apenas pela necessidade de criticar. Ao contrário, conecta-se ao questionamento dos limites do existente como sinônimo dos limites do possível, ou seja, critica as necessidades falsas em direção à desfatalização do mundo e à ampliação das expectativas de transfiguração das estruturas a partir do exercício da imaginação institucional.

O poder das ideias em transformar os contextos reside justamente em sua habilidade para desmascarar a suposta doutrina da imutabilidade do mundo e encarar o niilismo fatalista da falta de alternativas legitimado pelas mentes da maior parte da academia e dos governos mundo afora. Esta tese compartilha desta esperança sobre o poder das ideias e busca contribuir com o esforço hercúleo de pensar a sociedade sob o viés programático inspirado pelo ideário das alternativas institucionais.

A desnaturalização da vida e o reconhecimento do potencial anti-destino da política a partir da conversão da imaginação em ato têm algumas implicações para o exercício da política transformadora, como a recuperação do pensamento programático, em oposição tanto aos pressupostos da existência de sequência compulsória de estruturas, típica da política revolucionária, quanto da fatalização rendida da política de administração do mundo. Outra implicação deste entendimento é a busca de formas institucionais alternativas de organização social, o que inclui a economia de mercado, a democracia e a oferta de serviços públicos. É o reconhecimento de que o interior de cada contexto formador forma oportunidades de desestabilização destes contextos e, conseqüentemente, de transformações.

3.5. Considerações finais

O modelo de inovação institucional proposto por Roberto Mangabeira Unger requer a coragem de dizer não aos modelos de desenvolvimento anteriores impostos à Amazônia e aos amazônidas, mas requer, acima de tudo, a superação do medo com a ideia de grandeza. Apesar de ser uma das três regiões não-resolvidas do Brasil, juntamente com o Nordeste e o Centro-Oeste, a Amazônia guarda o potencial importante para a exploração sustentável de seus recursos naturais em diversas áreas como farmacologia, biogenética, recursos florestais, energia renovável e exploração madeireira, especialmente ao associar este potencial às tecnologias vanguardistas e inovadoras. Em suma, o questionamento do ideário da colonização da política

pela economia permite tratar do tema sem os mitos inerentes à impossibilidade de mudar profundamente as instituições.

O que se apresenta primeiramente neste capítulo e toma contornos mais claros no próximo é a rejeição ao modelo de desenvolvimento de caráter antropofágico tão típico da história amazônica. Em vez de modelo pautado na derrubada da floresta, na visão da floresta como problema, associado aos horrores causados por formas de trabalho inimagináveis e degradantes, propõe-se a identificação e o aproveitamento de seu potencial local. Ao contrário do apoio aos grandes projetos ou aos grandes proprietários rurais e oligarquias, como foi uma das práticas correntes na Amazônia por parte do Estado brasileiro, a proposta atual tem como um dos seus eixos centrais o respaldo ao pequeno e médio empreendedor e ao pequeno e médio proprietário de terras. Não deve haver duas agriculturas na Amazônia, mas somente uma. E as políticas públicas devem conceder os mesmos instrumentos que os grandes já possuem também aos pequenos e médios. A articulação dos poderes do Estado aos pequenos e médios visa democratizar o mercado e as oportunidades, bem como evitar a concentração econômica nas mãos de poucos grupos. Ao desnaturalizar a rigidez das grades da Jaula de Aço, o fundamental em seguida é discernir os próximos passos. Em termos institucionais isto pressupõe localizar os acertos e equívocos centrais existentes no Acre e Rondônia e apontar suas maiores potencialidades.

A questão inicial do Capítulo pretendia enfrentar o desafio de dar significado prático à expressão do desenvolvimento sustentável sob as lentes da teoria social experimentalista de Mangabeira Unger: como, então, caracterizá-la? Sob esta perspectiva é possível dizer que o desenvolvimento sustentável definir-se-ia por meio de disposição permanente para o experimentalismo, à medida que se mostrar aberto à revisão e à recombinação institucional, de acordo com as novas contingências. Isto porque as práticas que atualmente possam parecer mais sustentáveis do que aquelas do passado brevemente podem ser novamente consideradas antiquadas. Instituições e práticas calcadas no desenvolvimento sustentável são inerentemente transformadoras dos contextos em vez de preservadoras da rotina.

Para comprovar esta assertiva, fiquemos em um exemplo: por muitos anos a indústria automobilística esteve na mira dos ambientalistas por conta do uso de combustíveis fósseis (gasolina ou diesel) nos motores dos automóveis. A extração do petróleo (matéria-prima da gasolina e do diesel) traz efeitos deletérios ao meio ambiente, assim como as emissões de

poluentes derivadas da combustão da gasolina e do diesel nos motores. A indústria automobilística, respondendo a estas críticas, pesquisou alternativas menos poluidoras, passou a produzir motores mais eficientes e, concomitantemente, buscou novas fontes de energia para o funcionamento dos motores. Uma das inovações foi o motor elétrico, ao reduzir as emissões de poluentes no ar.

Inicialmente considerado símbolo da luta pela preservação ambiental e contra o aquecimento global, os motores elétricos atualmente atraem um conjunto pertinente de críticas de especialistas. A principal crítica é a de que a produção em larga escala das baterias elétricas necessárias aos automóveis produz elevada emissão de poluentes, além de utilizar-se de uma quantidade de minerais, especialmente lítio e terras raras, cuja exploração causa danos ambientais atualmente inestimados (FISCHER, 2016). Deste modo o aspecto ambiental do desenvolvimento sustentável liga-se ao seu aspecto econômico: trata da produção de técnicas inovadoras mais sustentáveis. A produção do novo e os investimentos em ciência e tecnologia possuem papel central.

Mas a preocupação com o aspecto ambiental e econômico não são suficientes para caracterizar práticas de desenvolvimento sustentável. No caso da Amazônia não pode ser negligenciado o papel da economia política a apresentar-se por meio de políticas públicas que rompam a dualidade entre a grande e a pequena e média propriedade rural. Não é possível conceber o desenvolvimento sustentável na presença de políticas públicas distintas para as grandes propriedades e para as pequenas e médias propriedades. Os pequenos e médios proprietários necessitam acessar os instrumentos já assegurados aos grandes: sistema de extensionismo agrícola eficiente e disseminado e sistema de seguro capaz de resguardá-los contra a volatilidade do clima e dos preços seriam os passos iniciais. A garantia da sustentabilidade do ponto de vista da economia política permitiria o aprofundamento da democratização do acesso à propriedade e a diminuição da desigualdade fundiária. Em seguida, o aspecto social do desenvolvimento sustentável deve prever a capacitação das pessoas na direção da geração de oportunidades aos concidadãos.

Ainda não basta: Unger também propõe dar conteúdo institucional ao lema do desenvolvimento sustentável. Seu trabalho teórico febril em paralelo com os documentos ministeriais oferecem projeto infinitamente mais ambicioso à Amazônia do que a resignação do pobrismo e a ilusão do são-paulismo. Aqui, a concepção prometeica da filosofia ungeriana

tem como consequência institucional a produção de pensamento programático que dissolve todo o ideário decorrente da ditadura da falta de alternativas em prol do ideário da reconstrução institucional em torno da multiplicação das possibilidades institucionais, com consequências para a micropolítica das relações sociais.

A perspectiva da sustentabilidade ambiental, econômica, social, institucional e de sua vertente de economia política reforçam-se, contudo, quando a cultura e a política estão contempladas no modelo de desenvolvimento. O aspecto cultural do desenvolvimento sustentável experimentalista requer o reconhecimento da imaginação humana em toda a sua vitalidade engrandecedora, da desconfiança dos dogmas que enrijecem a experiência humana, da militância em prol da produção do novo e da esperança no futuro a partir da ação. Todos estes aspectos do desenvolvimento sustentável – ambiental, econômico, econômico-político, institucional, social, moral e cultural - implicam, enfim, em deixar de lado as práticas rotineiras em nome do apelo à transformação institucional pela via da política, ao estabelecer uma direção e os próximos passos adjacentes da transformação.

Por fim, o aspecto moral: Unger ambiciona construir projeto de grandeza para Amazônia por meio da aliança entre a rebeldia e a imaginação. O Brasil ainda sente-se incômodo com a noção de que pode legar ao mundo, a partir da Amazônia, novas bases para a edificação dos laços sociais e das relações das pessoas entre si e de sua relação com a política. Organizar a vitalidade e dar novo sentido à vida dos amazônidas e das amazônidas comuns é projeto de grandeza ávido por nascer.

4. DA MARGEM DA HISTÓRIA AO CENTRO DO DEBATE NACIONAL

O quarto Capítulo dedica-se a aprofundar o ideário do experimentalismo institucional ao diagnosticar os problemas e desafios do desenvolvimento dos estados amazônicos do Acre e de Rondônia, ambos localizados na chamada Amazônia Ocidental. Acre e Rondônia constituem exemplos de experimentalismo institucional na Amazônia?, é a pergunta fulcral deste Capítulo. A hipótese é a de que, embora as suas estratégias passadas de desenvolvimento fossem divergentes, a noção de transformação institucional sempre esteve presente em ambos, embora não houvesse sido levada às últimas consequências. Estes elementos experimentalistas seguem presentes e, por conta da crise ambiental e da crise brasileira, transparecem e aprofundam-se com maior clareza no método e no conteúdo. A distância destes estados do Poder Central, em Brasília, e as carências físicas e sociais absolutas com as quais tiveram de lidar inicialmente serviram como amortecedor para a chegada e consolidação do colonialismo mental. Diante destes desafios, Acre e Rondônia muito frequentemente tiveram de buscar, sem preconceitos ideológicos, soluções próprias para a superação do estado de coisas então vigente. O Capítulo organiza-se da seguinte forma: em primeiro lugar, apresenta as dinâmicas gerais de projeto radical experimentalista identificadas. Em seguida, contempla a tarefa transformadora e o método comum ao Acre e a Rondônia para a nova política de desenvolvimento. Em terceiro lugar, oferece interpretação sobre a estratégia para o Acre a partir do histórico do seu movimento transformador⁷³. Em quarto lugar faz o mesmo em relação ao estado de Rondônia.

4.1. Dinâmicas gerais de projeto radical experimentalista

A reprodução do plano geral dos contextos formadores presentes no desenvolvimentismo, que concebe a Amazônia como fonte de matéria-prima barata para as atividades produtivas, foi fonte de inúmeros problemas causados na região nas últimas décadas. Além disso, a política dualista da propriedade exercida pelos governos militares na região teve

⁷³ Para os propósitos da tese os termos 'movimento transformador', 'agentes transformadores' ou 'movimento radical' são conceitualmente intercambiáveis.

como consequência geral o aumento da desigualdade fundiária, extravasado para o restante das relações coletivas na forma de outras desigualdades: educacionais, de acesso aos serviços públicos, de renda etc. Entretanto, - e esta é a hipótese aqui defendida - é no Acre e em Rondônia que a transformação dos contextos formadores obteve mais espaço em relação às tentativas de sua reprodução. Nesses estados a rotina cedeu lugar à transformação. A perspectiva de que o novo é possível e de que a história é aberta contaram com forte recepção em ambos. Entretanto, em nenhum dos dois esta perspectiva foi levada às últimas consequências, causa do impasse atual. O aspecto transformador das mobilizações realizadas no Acre e em Rondônia será aclarado abaixo para que, em seguida, seja possível avaliar a natureza do impasse e as possibilidades que ora se apresentam.

A concepção de estratégia de desenvolvimento experimentalista depende de três orientações gerais: a primeira delas é a ampliação das oportunidades produtivas. Esta orientação, por sua vez, compõe-se de cinco aspectos: (1) regularização fundiária; (2) regularização ambiental, no qual o Zoneamento Ecológico-Econômico exerce centralidade; (3) choque de ciência e tecnologia; (4) fomento ao empreendedorismo de vanguarda e (5) fortalecimento dos vínculos entre o complexo urbano e o complexo verde. Loureiro (2012), discutido no Capítulo 2, já apontava para a centralidade de alguns destes temas na reorientação de projeto para a Amazônia.

O caos fundiário é uma das maiores vulnerabilidades amazônicas contemporâneas. Sua regularização é necessidade premente, de forma a debelar a barafunda vigente na região, do qual o Acre e Rondônia não escapam, embora as suas situações não sejam tão limites quanto em outros estados da Amazônia Legal. Esta medida torna-se essencial para que a exploração sustentável da floresta seja mais atraente do que a mera ação predatória. A regularização fundiária certamente trará consigo a diminuição das taxas de desmatamento, na medida em que se configura em desincentivo às invasões irregulares de terra.

A superação do nó-górdio do desmatamento impõe, portanto, um horizonte de resolução para o aflitivo tema do caos fundiário, de modo que seja fundamental saber quem detém quais pedaços de terra, quais áreas são privadas e quais são públicas, quais documentos são legítimos e quais são produtos da indústria da falsificação. O Programa Terra Legal, anunciado em 2009 pelo governo federal, não logrou o êxito esperado na titulação de terras na Amazônia Legal.

Diante deste diagnóstico o governo estadual de Rondônia espera a transferência das terras da União localizadas fora da faixa de fronteira para dar prosseguimento à regularização fundiária.

O Acre, por sua vez, criou o ITERACRE (Instituto Estadual de Terras do Acre) em 2001 com o objetivo de avançar na sua complexa situação fundiária pela via da regularização, ordenamento e reordenamento das terras. Por conta das particularidades históricas no território acreano há títulos expedidos pelo governo do Amazonas, pelo governo da Bolívia, do Peru e da extinta República do Acre (ACRE, 2006, p.98). O progresso na regularização depende também da cooperação com o governo federal junto ao Programa Terra Legal.

O tema do direito à propriedade é dos mais sensíveis nos debates teóricos do mundo do Direito e suas consequências influem sobremaneira na vida dos homens e mulheres comuns. Ao lado da Economia, são as disciplinas mais conectadas ao exercício do poder. Durante os anos 70 e início dos 80 Unger deteve destacada posição no movimento denominado *Critical Legal Studies*. Tal agenda de pesquisa resultou na identificação de três ideias influentes no pensamento jurídico que, longe de excluírem-se, acabaram por sobrepor-se umas às outras, por meio de recombinações entre seus inúmeros pontos de contato.

A primeira delas, cuja maior influência esteve restrita ao século XIX, prescreve um “regime estabelecido de regras e direitos com vistas a definir uma ordem política e econômica livres” (UNGER, 2004b, p.42). Também conhecida como *lochnerismo*, abarca um direito rígido e distributivamente neutro que supervaloriza a propriedade privada e, por isso mesmo, compõe-se de regime de direitos contratuais e de propriedade integrado a direito público protetor do domínio privado. O passar do tempo pouco a pouco minou tal regime por conta dos conflitos sociais que acabou por gerar. Contra os modelos de sociedade agasalhados pela ciência jurídica defensora de esquema neutro de coordenação insurgiram-se tanto os interesses práticos quanto as ideologias. Não só os conflitos sociais externos ao Direito o enfraqueceram, mas também conflitos internos a essa doutrina.

Já a doutrina conhecida como *sic utere*, permeada pela noção de que o proprietário pudesse dispor de sua propriedade da maneira como melhor lhe aprouvesse segundo pressupostos discricionários, mostrou-se inaplicável por motivos práticos. Assim ocorreu porque qualquer titular destes direitos, possuidor de propriedades, poderia causar dano aos outros ou a toda a sociedade sem o objetivo deliberado de prejudicar, mesmo se atuasse de acordo com as práticas regulares desse direito. A esta prática os economistas denominam

“externalidades”. Se, por um lado, fazer com que o titular de direitos pague pelas externalidades geradas pela sua propriedade poderia se tornar um impeditivo à livre iniciativa, por outro lado, o Direito também não poderia permitir o uso de direitos para a violação de direitos. Assim, o caminho seguido por essa ciência jurídica foi reconhecer os conflitos entre direitos de propriedade e exigir compromissos para sua resolução (UNGER, 2004b, p.61). Isso se materializa, por exemplo, na exigência de filtros capazes de diminuir a emissão de poluentes de fábricas ou automóveis ou ainda na obrigação de preservar parte da mata nativa em propriedades agrárias com fins de preservação da biodiversidade e na garantia da qualidade do ar.

A alternativa trilhada pela doutrina não é natural ou necessária, mas fruto de escolha política que fez com que o regime de direitos escondesse a dominação sob a máscara da coordenação. Tal escolha levou ao segundo momento da ciência jurídica contemporânea: a análise jurídica racionalizadora, cuja ideia prescreve um conjunto de regras e direitos que busca a “reorganização de um ramo do Direito e da doutrina jurídica atrás do outro, como um sistema binário de direitos de escolha e de possibilidades retiradas do alcance da escolha para melhor tornar o exercício da escolha real e efetivo” (UNGER, 2004b, p.42).

O domínio da liberdade de escolha política e econômica e o domínio do que é retirado da escolha pelo bem da escolha encontra-se em maior escala na relação entre a regulação estatal e o direito privado. Contudo, aparente progresso esconde restrições ao pensamento experimental democrático pois, pouco a pouco, a análise jurídica tradicional engessou as possibilidades de autodeterminação ao submeter a materialidade do Direito a uma série de condições práticas para seu exercício, as quais nem sempre são passíveis de serem cumpridas. A análise jurídica tradicional ignora, ou quer ignorar que, a cada passo que se dá, abrem-se inúmeras condições para explorar o experimentalismo. A possibilidade de realização efetiva de direitos está presente em cada escolha por meio de distintas alternativas institucionais.

As três noções históricas relativas ao direito à propriedade possuem centralidade na Amazônia na medida em que se esclarece a sua dimensão de construção política fruto de exercício de poder, não de qualquer tipo de medida de neutralidade. Relacionam-se com a possibilidade de criação de novos regimes de contrato e de propriedade divergentes do regime hegemônico, mas com atuação complementar. Costa (2012; 2010), em artigo discutido no Capítulo 2 desta tese, sugere o desmembramento do direito fundiário e do direito ‘dos ativos

ambientais originários' como uma alternativa para a proteção da floresta primária e da biodiversidade amazônica: seria um modo de diferenciar o bioma preservado e a terra utilizada pela pecuária ou pela agricultura.

Santos et.al. (2008) mensuram a singularidade da relação de propriedade na Amazônia, diversa do instituto de propriedade privada. Na Amazônia os autores lembram que são comuns “formas de dominação” estruturadas “menos com base na propriedade fundiária *stricto sensu*”, de modo que o mais relevante é o controle do acesso ao mercado por parte de padrões-comerciantes:

[c]om algumas notáveis exceções, a apropriação fundiária prescindia de tratamento jurídico pelas populações regionais, podendo, no entanto, constituir ocasionalmente objeto de arranjos diversos permitindo o uso alternado de áreas de capoeira, bem como de outros espaços de exploração de recursos naturais (zonas de pesca caça etc.) por vários indivíduos (SANTOS ET.AL., 2008, 232).

No Capítulo 3 foi possível tratar, pela via da abordagem histórica, em que medida a pequena e média propriedade desempenharam papel mais preponderante do que a grande propriedade no processo de complexificação da economia de mercado, muito embora a sua importância tenha sido minimizada por autores à direita e à esquerda do espectro político-ideológico. Entretanto, para além da sua importância histórica, a centralidade da pequena e da média propriedade como modelo institucional contemporâneo para a ascensão chinesa é indiscutível, assim como o foi também para a estruturação da economia política do estado de Rondônia, como brevemente veremos em mais detalhes. Cabe, portanto, aos formuladores de políticas públicas superar a visão anacrônica e dual segundo a qual haveria duas formas de atividade agropecuária: aquelas localizadas nas grandes propriedades e as localizadas nas pequenas e médias. Há uma só agropecuária, e ambas devem usufruir, em igualdade de condições, das políticas públicas voltadas à dinamização do setor: acesso à extensão rural, crédito, investimentos, seguro contra imprevistos etc.

O segundo aspecto direcionado à ampliação das oportunidades produtivas relaciona-se com a valorização da potencialidade de uso de toda a variedade de solos existentes, tanto aqueles ainda preservados quanto aqueles já desmatados. Neste sentido, o eixo sustentador de qualquer projeto amazônico se dá pela efetivação do Zoneamento Ecológico-Econômico, ou seja, a tradução das potencialidades econômicas de cada uma das regiões amazônicas, ao permitir traçar as estratégias institucionais para o aproveitamento socioeconômico de cada

recanto amazônico. Respeitar-se-ia, assim, a heterogeneidade existente na região com suas distintas particularidades e evitar-se-ia a proposição de ideias que fazem tábula-rasa desta característica objetiva. O ZEE não é mero exercício de cartografia, contudo. É a tradução, no espaço geográfico, de estratégia de país mediado pelas potencialidades econômicas, pela vitalidade de seu povo e, no caso brasileiro, por intensa articulação federativa. Tanto assim o é que Costa (2008) compreende a tarefa de ordenação territorial, do qual o ZEE é o instrumento *par excellence*, como a capacidade de

reconhecer e agir nas escalas das sub-regiões e dos lugares em estreita sintonia com os entes federativos subnacionais; adensar as redes de controle e coordenação nos largos espaços do ecúmeno nacional onde é escassa e dispersa a presença do Estado em qualquer dos seus níveis; estabelecer (ou restabelecer) as conexões entre os focos dinâmicos da economia e da vida nacional e aquelas regiões e lugares postos à margem desse processo de rearticulação do território nacional (COSTA, 2008, p.245-246).

Paralelamente ao conjunto de estratégias econômicas constrói-se o arcabouço institucional a dar vida ao ideário, o que significa pontuar também a necessidade de levar a cabo o Cadastro Ambiental Rural (CAR)⁷⁴ e o Programa de Regularização Ambiental (PRA), quando for o caso.

O terceiro aspecto da orientação geral de ampliação das oportunidades produtivas é o choque de ciência e tecnologia. Característica das últimas décadas tem sido a revolução tecnológica e a assombrosa rapidez na inovação de aparatos no setor da economia do conhecimento. A Amazônia não pode dar-se ao luxo de deixar passar esta oportunidade. Desafio imposto à região é a disseminação de novas tecnologias que respondam às peculiaridades e demandas da região e superem a escala artesanal. Para o cumprimento deste objetivo torna-se central a participação de instituições voltadas para a ciência e tecnologia, como a Fundação de Amparo à Pesquisa de Rondônia (FAPERRO) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Acre (FAPAC) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

A difusão de estruturas como os FabLabs em ambos os estados seria de enorme interesse para os pequenos e médios empreendedores do estado, como também contribuiria para

⁷⁴ O CAR é “registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e controle”. Visa comprovar a regularidade dos imóveis rurais em relação às exigências da legislação ambiental, é condição para acesso ao crédito rural e programas de incentivo à produção e sua regularização enseja a suspensão de multas ambientais cometidas até 22 de julho de 2008.

estimular o interesse de estudantes em temas que vão desde a biotecnologia, passam pela eletrônica e podem chegar até à química ou à engenharia de materiais. Mas, afinal, o que é o FabLab? Estreitamente vinculado à cultura digital, o *fabrication laboratory* é oficina de fabricação digital composta por várias máquinas-ferramentas, dentre as quais impressoras 3D⁷⁵, scanners 3D, cortadoras de vinil, cortadoras à laser, fresadoras, plataformas de prototipagem eletrônica, ferramentas de programação etc. Estas ferramentas flexíveis estão vinculadas aos computadores e permitem a produção de aparatos tecnológicos normalmente associados à produção fabril, em massa. Este modelo permite fabricar uma infinidade de objetos e protótipos⁷⁶: peças de arte, games, vestuário, *drones*, próteses médicas, veículos, robôs, computadores, baterias e até moradias. A materialização de ideias aparentemente distantes em objetos que se pode tocar e utilizar é um dos principais atrativos imediatos destes locais. O conhecimento sobre a produção e a possibilidade de ver a criação ser materializada a olho nu são aspectos que contribuem para a sua popularidade.

A infinidade de possibilidades criadoras com graus de complexidade variados e uso de enorme variedade de materiais faz com que atraia desde artistas, educadores e estudantes até engenheiros e empreendedores interessados em desenvolver conhecimentos em áreas tão diversas quanto CAD/CAM⁷⁷, eletrônica, design, química e matemática.

A expansão desta iniciativa traz um resultado bastante inquietante: o consumidor passa a ter condições de produzir objetos personalizados, em vez de comprar produtos manufaturados padronizados. Há, portanto, a retomada do aspecto artesanal da produção, ao mesmo tempo em que o usuário também se vê envolto em uma espécie de fábrica miniaturizada. Adrian Bower, criador da impressora autorreplicante *RepRap*, apresenta o modo pelo qual enxerga o uso deste tipo de tecnologia no futuro:

Eu posso imaginar, numa cidade pequena, um coletivo de dez famílias utilizando juntas sua impressora 3D doméstica para imprimir durante uma semana os desenhos de um carro que pertence a uma das famílias, baixados em um sítio *open source*. De repente, adeus indústria automobilística (BLANC, 2011).

⁷⁵ Há no mercado impressoras 3D autorreplicantes, ou seja, elas são capazes de imprimir as suas próprias peças. Neste nicho é possível citar o modelo *RepRap*.

⁷⁶ Algumas empresas do setor de tecnologia já apresentaram impressoras 3D capazes de 'imprimir' alimentos, como pizza, chocolate ou massa de macarrão. Estas impressoras utilizam os insumos do alimento, tais como açúcar, sal, trigo etc e produzem-no de acordo com as especificações do projeto construído no computador.

⁷⁷ CAD é a abreviação em inglês para Computer Aided Design, - software utilizado com frequência nas áreas engenharias, na geologia, na arquitetura e no design - ao passo que CAM é a abreviação para Computer Aided Manufacturing.

A disseminação deste ambiente de produção típico da vanguarda produtiva guarda potencial para a resolução de impasses ainda pendentes, por contribuir para elevar a arcaica produção típica da retaguarda. A premência colocada aqui é a possibilidade de generalização de práticas e equipamentos, como máquinas e insumos, produzidos pelas indústrias de ponta de maneira não-padronizada, assim como a sua disseminação aos empreendimentos menores e tecnologicamente primitivos. O alargamento dos horizontes de projeto experimentalista institucional para a Amazônia depende de coordenação estratégica, descentralizada, pluralista, experimental e participativa entre o Estado, as organizações sociais associativas e cooperativas e o mercado. A mera disponibilidade da rica biodiversidade amazônica não é garantia de sucesso caso a pesquisa científica a ela não se associe: inventário biológico, testes laboratoriais, coleta seletiva dos produtos madeireiros e não-madeireiros, patenteamento e licenciamento dos produtos. Estas são etapas essenciais até a comercialização da produção. Além disso, o estabelecimento de planejamento e metas de longo prazo em planos de trabalho com a presença e comprometimento dos mais diversos atores – governos, empresas, ONGs, centros de pesquisa, cooperativas, universidades, sociedade civil. A atuação de diversos atores em regime de cooperação pode ser estratégia frutífera para romper o domínio de grandes empresas transnacionais na área da exploração sustentável da biodiversidade. A crescente popularização e barateamento de novas tecnologias torna possível a construção de soluções locais com impactos amplos.

É justamente nesta seara da aproximação entre vanguardas e retaguardas que repousa o quarto aspecto da ampliação das oportunidades produtivas: o fomento ao empreendedorismo de vanguarda. As vanguardas produtivas paralelamente respondem a questão importante relativa ao futuro de Rondônia e Acre. Argumento frequentemente reproduzido dá conta de que haveria uma espécie de trilha rumo ao desenvolvimento da qual todos os países e territórios deveriam tomar. Tal noção traz duas consequências, ambas equivocadas, a respeito do processo que busca compreender. A primeira delas é a de que as vanguardas produtivas estariam concentradas nos países centrais, ao passo que os países periféricos guardariam as atividades típicas das retaguardas. Embora as vanguardas sejam mais facilmente encontradas nos países centrais, sua presença também é marcante nos países periféricos. Se o Vale do Silício, na Califórnia, e a *Route 128*, em Massachusetts, são exemplos mundialmente lembrados de

vanguardas nos EUA, países como a China tem estimulado a inovação em áreas centrais, especialmente aquelas ligadas à preservação ambiental.

A Índia, por sua vez, igualmente destaca-se tanto na área de informática de alta tecnologia quanto nos aspectos vanguardistas ligados à economia criativa por conta da sua pujante indústria cinematográfica. O Brasil também possui áreas de vanguarda não apenas em termos tecnológicos, como o caso das pesquisas que fomentaram a indústria do etanol e do biodiesel, mas também em áreas altamente criativas e sujeitas à cooperação, como é o caso da Festa do Boi de Parintins ou do Carnaval do Rio de Janeiro. Em suma, significa dizer que em grande parte dos países, mesmo dentre os periféricos, é possível encontrar nichos de economia de vanguarda em oposição à retaguarda econômica, normalmente dominante e desprovida dos atributos para sua superação. Nesse sentido, as desigualdades dentro dos países tornam-se mais importantes do que aquelas existentes entre os países. Esta ideia poderia ser analogamente aplicada se tratássemos de avaliar as diferentes unidades da federação. Em cada unidade da federação também seria possível identificar vanguardas experimentalistas.

O federalismo cooperativo é método que carrega objetivo duplo: o primeiro deles é reconstituir política regional por meio do incentivo às variações regionais em termos de instituições. No Brasil, as instituições atuantes na seara de política regional estão todas vinculadas à União: SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus), DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), Banco do Nordeste e Banco da Amazônia (cuja maioria das ações pertencem ao Tesouro Nacional), apenas para citar algumas.

O pressuposto de política regional contemporânea é a provisão de compensações para o atraso relativo, ao passo que o federalismo cooperativo como laboratório de políticas públicas aponta para a construção de novas vantagens comparativas a partir daquelas já existentes. A formação dos Consórcios Brasil Central e Amazônia Legal apontam para esta nova perspectiva, na medida em que os estados consorciados vão tomando a frente no processo de definição das políticas públicas prioritárias para a sua região em detrimento de decisões centralizadas por parte do governo federal. Se o primeiro objetivo do federalismo cooperativo culmina no incentivo à diversidade, o segundo objetivo aponta para a criação de padrões mínimos de qualidade para as políticas públicas: quer evitar que as pessoas tornem-se reféns do seu local

de nascimento. Uma criança que nasça na Ilha do Marajó, - uma das regiões mais pobres do país, no Pará - por exemplo, deve ter acesso aos mesmos conteúdos escolares mínimos de uma criança que nasça nos estados mais bem aquinhoados do país, além de poder frequentar uma unidade escolar minimamente estruturada e que dê condições de aprendizado.

A segunda consequência equivocada do caminho único rumo ao desenvolvimento é a noção de que todos os países, para o atingimento de padrões pós-fordistas de organização, teriam obrigatoriamente de passar por padrões fordistas de produção – ou seja, pelo desenrolar de organização produtiva baseada em bens e produtos padronizados em linha de produção rígida e utilização de mão-de-obra semi-qualificada. Do ponto de vista da história da economia política brasileira, assumir esta ideia implicaria dizer que Rondônia, ao sair do estágio pré-fordista, necessitaria antes percorrer o modelo de industrialização sediada em São Paulo em meados dos anos 40 e 50 do século passado para, então, integrar-se ao pós-fordismo.

Por esta razão as inovações institucionais apresentadas no Capítulo 3 ganham preponderância. É fundamental utilizar os elementos inovadores tanto na agricultura, quanto na indústria ou nos serviços com o objetivo de fomentar o modelo de desenvolvimento pautado pela sustentabilidade e pela preservação florestal, de acordo com o potencial encontrado na Amazônia. Em vias de concretizar o objetivo, a coordenação estratégica entre o setor público e a iniciativa privada, especialmente dos pequenos e médios produtores, emerge como uma alternativa. Os elementos presentes na economia do conhecimento ou, se preferir, do modelo pós-fordista podem ser articulados sem pagar pedágio ao fordismo. Entretanto, diante deste desafio as vanguardas inclusivas são marcadas não apenas pelo avanço tecnológico no limite da inovação máxima produzida até então, mas guarda também pressupostos morais, como a ideia de que ninguém precise fazer o trabalho que possa ser feito por uma máquina. As máquinas estão aptas a realizar atividades cujo foco esteja na reprodução manual e das rotinas, ao passo que os indivíduos devem, cada vez mais intensamente, migrar o seu próprio esforço para atividades focadas na imaginação, relacionadas à contestação das rotinas estabelecidas.

A integração do potencial florestal às novas potencialidades da economia do conhecimento, ou do que Unger chama de vanguardas produtivas inclusivas, carrega em si características morais bastante próprias nas quais a cooperação assume centralidade. O primeiro dos pressupostos típicos das atividades ligadas à economia do conhecimento é a marcada redução do contraste entre as tarefas de supervisão e de execução. O resultado é a descoberta

constante de novas oportunidades e redefinição frequente das tarefas. O segundo pressuposto é a redução da rigidez das funções na divisão do trabalho, em que a produção conecta-se ao aprendizado democrático e ao enfraquecimento entre quem decide as tarefas e quem as produz. O rompimento de hierarquias internas rígidas e o fomento à horizontalidade organizacional com ampliação da participação dos funcionários nos destinos organizacionais fazem com que este tipo de pressuposto espiritual-organizativo aproxime empresas com estas características cada vez mais das escolas democráticas.

O terceiro pressuposto é a modificação do uso do trabalho humano para as tarefas não-repetíveis, de modo a incentivar o trabalho humano não a partir do esforço repetitivo, mas da criatividade inovadora tão típica ao pós-fordismo. Diante de nova lógica moral, a combinação entre práticas cooperativas e competitivas ganha prioridade como alternativas para a realização de ganhos de escala.

Apoiados em tecnologia digital, há aplicativos que buscam, por exemplo, aproximar as pontas da demanda e da oferta ao fazer com que produtos oriundos da economia florestal no interior da Amazônia possam encontrar-se com compradores em outras regiões do país e do exterior: é o caso do FloraUp. As dificuldades típicas da economia extrativa fazem com que a cooperação seja ponto capital para a sua viabilidade ao longo do tempo.

Rio Branco e Porto Velho, respectivas capitais do Acre e de Rondônia, localizam-se em áreas estratégicas da Amazônia Ocidental e apresentam-se como polos de atração ideais para a instalação de laboratórios voltados à investigação do potencial da biodiversidade florestal amazônica. A vinculação tecnológica entre o complexo verde e a complexo urbano poderia, assim, ser fortalecida.

A segunda orientação geral é a melhoria das capacidades educacionais. O tema é amplo, mas cabe realizar apontamentos diante da pertinência do tema. O aperfeiçoamento do ensino depende também da reconstrução do federalismo. Em vez de modelo federalista que estabeleça rígida divisão entre os três níveis da federação seria possível defender federalismo cooperativo, de modo a associar todos os entes em ações e experimentos compartilhados, conforme apresentado na quinta iniciativa da Hipótese da Inadequação Institucional, no capítulo anterior.

A partir da perspectiva do federalismo como laboratório de políticas públicas seria necessário fortalecer instrumentos legais para viabilizar a associação dos entes federados em órgãos transfederais. Sob essa associação a União deveria criar determinados mecanismos de

gestão estruturados sobre um tripé. A primeira base do tripé é a manutenção de Sistema Nacional de Avaliação de educação, na qual o governo federal seja capaz de estabelecer metas e padrões nacionais de investimentos por meio dos mais diversos métodos (TEIXEIRA, 2012), inclusive por meio do uso *benchmarking*, no qual seria possível comparar o desempenho de cada unidade da federação, de forma a buscar as melhores práticas (SABEL e DORF, 1998, p.301-302). No Brasil, o Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) é um dos mais importantes mecanismos de avaliação. A possibilidade de conciliação da centralização administrativa com a gestão local, a partir do fortalecimento de mecanismos de participação popular no formato de órgãos decisórios, e não apenas consultivos, também poderia constituir-se em rica alternativa para as unidades federadas. As unidades da federação estariam livres para perseguir as metas estabelecidas da maneira que melhor lhes convier.

A segunda base do tripé é a manutenção de Sistema Nacional de Financiamento, que deve conter um mecanismo de redistribuição de recursos entre os entes da federação. No Brasil, o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) é a iniciativa existente no campo do financiamento educacional. Atado aos mecanismos detalhados das duas primeiras bases - de avaliação e financiamento – localiza-se a terceira base do tripé, que trata da criação de Sistema Nacional de Correção, acionado em caso de não cumprimento dos objetivos estabelecidos. O objetivo deste mecanismo está ligado à possibilidade de intervenção por parte do Estado em políticas públicas que fracassaram no cumprimento das metas por seguidas vezes. Esta última base do tripé ainda está por ser construída.

A segunda prioridade voltada ao aperfeiçoamento das capacidades educacionais está no terreno das descobertas de formas inovadoras de ensino e aprendizado. Uma escola fiel à causa do experimentalismo tem de ser, ela própria, experimental e aberta à mudança. A escola pode contribuir para resgatar as crianças de seu meio, ou seja, de sua família, de sua classe, de seu período histórico, e prepará-las para o mundo. Para isso, necessita trabalhar a compensação das desigualdades por meio da ênfase em método de aprendizado de capacidades genéricas e conceituais abrangentes, e não de práticas de trabalho ou de conhecimento enciclopédico. Em vez da mistura de autoritarismo e individualismo tão presente no ambiente escolar, a ideia proposta prevê o fortalecimento dos laços colaborativos. Os conhecimentos carecem ser ensinados de maneira analítica e focados na resolução de problemas, e não no armazenamento excessivo de informações. Em vez de excesso de informações, a melhor alternativa seria dedicar

foco ao aprofundamento dessas informações (UNGER, 2008a). Tal modelo escolar daria ao indivíduo a capacidade de buscar a experimentação frequente, ao ensiná-lo a tarefa do investigar e do refletir⁷⁸, em vias de transformar “o espontaneísmo inculto em flexibilidade preparada” (BRASIL, 2015, p.21).

Entretanto, projeto alternativo algum vingará sem o apoio de agentes sociais dispostos a defendê-lo. Para fazê-lo os grupos precisam reinterpretar os seus interesses e papéis sociais de acordo com as contingências existentes. É a capacidade de agência humana tratada no capítulo anterior. Nesse sentido, os movimentos transformadores em ambos os estados necessitarão reinventar-se e sair do imobilismo defensivo e vazio de alguns modelos de projetos em disputa atualmente. Ver a Amazônia não apenas como uma coleção de árvores, mas também como uma área na qual milhões de brasileiros levam as suas vidas e querem progredir é o ponto de partida.

Por fim, a terceira orientação geral é a necessidade de que tal estratégia identifique e vá ao encontro de sua base social, de seu movimento transformador, em postura de compreensão de seus anseios. Nos movimentos radicais tanto no Acre quanto em Rondônia a presença de aspectos religiosos na explicação da posição dos indivíduos em suas relações pessoais e de sua personalidade em relação à política e ao mundo é notoriamente marcante. Esta observação é relevante na medida em que se permite compreender a relação entre o mundo micro das relações pessoais e o mundo macro das instituições e da política. Unger reputa que esta ligação entre o micro e o macro, embora reconhecidamente indispensável, não ocorre com frequência:

Onde uma dessas formas de política se torna mais forte, a outra muitas vezes permanece a mais fraca. Em consequência, programas de mudança institucional têm geralmente seus efeitos pervertidos ou revertidos pelo estilo de associação pessoal que não conseguiram mudar. Dissociada de esperanças de reconstrução social, a política cultural-revolucionária de relações pessoais volta-se para dentro na direção do experimentalismo e narcisismo privados (UNGER, 2001a, p.425).

⁷⁸Nesse sentido, algumas das formulações de Unger a respeito da educação o aproximam da concepção de escola integral de Darcy Ribeiro e da Summerhill School, também conhecida como a escola da democracia que influenciou a famosa Escola da Ponte, em Portugal. Nessas concepções de formação educacional são rompidas as relações de hierarquia entre os adultos e as crianças que, por sua vez, são estimuladas a aprenderem a negociar e se sentirem responsáveis pelos seus atos num ambiente de cooperação mútua. O que Unger quer é fazer com que esse modo de ensinar e aprender não esteja restrito apenas para a elite intelectual e econômica, mas a todos os indivíduos. A educação é tema apaixonante cuja discussão poderia estender-se indefinidamente. Embora a sua valorização seja fundamental para o programa ungeriano, as minúcias do seu projeto não conformam o foco deste estudo. Com este fim, *cf.* Brasil, 2015.

No Acre, o movimento de seringueiros contou com apoio de setores da Igreja Católica ligados à Teologia da Libertação. A experiência da visão religiosa da Igreja Católica em relação à política ocorre pela “promessa do progresso diante da resistência e do confronto proféticos” (UNGER, 2001a, p.423), bem como pela oposição aos grandes poderes presentes na sociedade, especialmente à televisão, ao capital e ao poder do Estado. A teologia política deste setor da Igreja, associada historicamente ao PT, tem por característica a renúncia ao conservadorismo tradicional da Igreja Católica e aos poderes existentes. Entretanto, a sua militância de base não é suficiente para substituir a ausência de visão reconstrutiva de alternativas institucionais na organização do Estado, da sociedade civil ou da economia. Unger considera que “[d]ecorre dessa deficiência uma divergência crescente entre a intenção transformadora ou profética e o conteúdo redistributivo ou aperfeiçoador das campanhas sociais em que se engaja a Igreja radical” (UNGER, 2001a, p.425). Assim, a combinação da resistência com o engajamento sucumbe à falta de ideias sobre como mudar e desafiar o mundo macro e micro. Embora este seja o ideário dominante no Acre, o local onde melhor é possível identificar as consequências deste projeto é justamente na atual RESEX Chico Mendes, no qual todo este movimento nasceu e consolidou-se, até lograr êxito e chegar ao poder do Estado.

Em Rondônia, por sua vez, os movimentos neopentecostais crescem fortemente (IBGE, 2010) e já posicionam o estado como o mais evangélico do país em termos proporcionais. Este ideário já domina Rondônia. Unger os caracteriza por

oferecer um liberalismo prático – comunidades de eleitos, marcadas pelas qualidades de autoconfiança, confiabilidade, autoformação, e respeito mútuo que faltam num mundo de patrões e clientes onde se confundem o poder, a permuta e o sentimento (UNGER, 2001a, p.423).

O grande ponto de apoio e preocupação deste grupo é a própria família e sua principal fonte de informação ainda é a televisão. É por essas razões que, espiritualmente, esta classe acredita no auto-salvamento econômico, além de se mostrar descrente do papel da política e das estruturas econômicas que favoreçam a mobilidade social. A sua teologia política é sublinhada pela tentativa de isolamento em um mundo purificado pelo respeito mútuo e aperfeiçoamento pessoal. Exige do Estado concessões apenas ocasionais sem desafiar a estrutura concreta.

Embora o crescimento do neopentecostalismo seja fenômeno relativamente recente em Rondônia e não tenha contribuído decisivamente no período inicial de *rush* migratório e de

formação das pequenas e médias propriedades camponesas no estado, seu caráter fortalece a noção de solidariedade social interna a este grupo.

A ausência do tema das alternativas institucionais do radar da política nestes dois grupos majoritários a influenciarem a política local nos dois estados fez com que o ideário da humanização do inevitável camponês. Este impasse faz com que a vitalidade do homem e da mulher comum em ambos se mantenha desorganizada, anárquica.

No Acre, a moderação das desigualdades daquela sociedade, bem como o capital social que garante forte senso de associativismo e importante presença de associações comunitárias representa vantagem importante para execução de projeto experimentalista. Em Rondônia, entretanto, a sua maior vantagem é o legado de sociedade construída por multidão de pequenos e médios produtores associados ao poder do estado, algo inédito na história nacional⁷⁹. Em comum, ambos caracterizam-se pela precedência da produção e do trabalho sobre a especulação e o rentismo, bem como já compreenderam que a política regional não pode exercer a função de compensação ao atraso relativo.

Ademais, a moderação das desigualdades representa ponto de contato com o primeiro atributo da variável das Condições Especiais e das Consequências Gerais - apresentada no capítulo anterior – que, por sua vez, oferece maior horizonte para o fomento de produtivismo incluyente. Já a presença de associações comunitárias e dos pequenos e médios produtores apontam para o terceiro atributo da mesma variável: indica a presença de arranjos sociais e políticos aberto à experimentação em políticas públicas. A descentralização do acesso às oportunidades e aos recursos produtivos, por sua vez, liga-se a uma das iniciativas presentes na superação dos limites da variável da Inadequação Institucional. Entretanto, ainda nos resta analisar mais minuciosamente a natureza do impasse em cada um dos dois estados.

⁷⁹ No Acre a cultura amazônica restou melhor preservada do que em Rondônia e uma das razões deve-se ao fato de que Rondônia foi constituída pelo amálgama de novas populações e culturas oriundas de outras partes do país, ao passo que no Acre as populações locais e suas tradições não sofreram com *land rush* tão intenso quanto no estado vizinho.

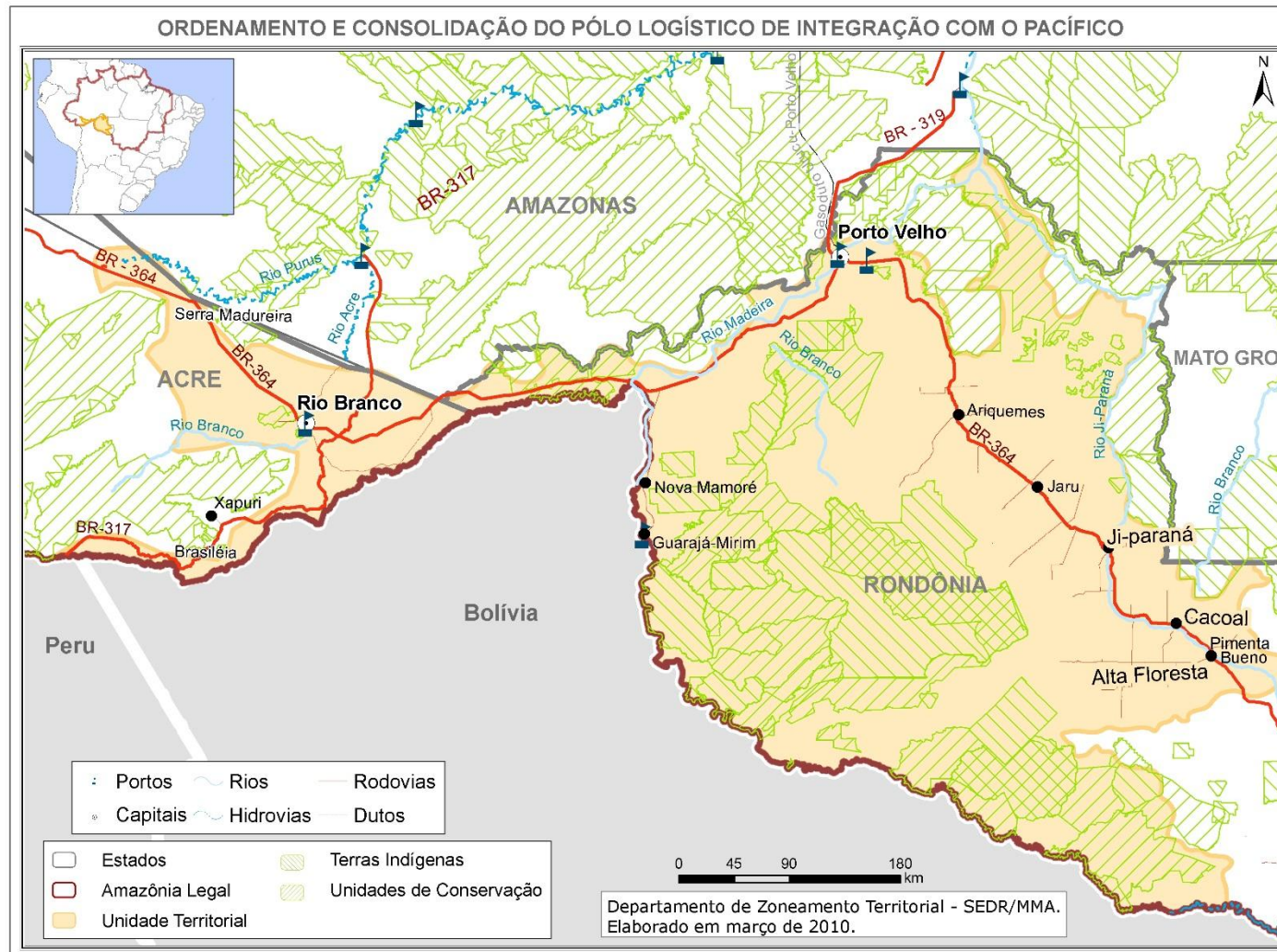
4.2. Método comum ao Acre e a Rondônia

Se o primeiro passo apresenta as orientações gerais de projeto radical experimentalista, o segundo contempla a tarefa transformadora e método comum ao Acre e a Rondônia para a nova política de desenvolvimento. Esta concepção pressupõe que política de desenvolvimento para o Acre e para Rondônia deve superar a noção de compensações para o atraso relativo da região amazônica. Ao contrário, o método deste projeto joga luz na tarefa de viabilizar a disseminação das vanguardas produtivas de acordo com projeto de produtivismo incluyente.

O Macro Zoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal, coloca quase todo o território de Rondônia na Área de “Ordenamento e Consolidação do Polo Logístico de Integração com o Pacífico”, conforme é possível visualizar na Figura 4, em seguida. Nesta região os grandes projetos (especialmente as grandes hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau) ganham clara preponderância sobre as potencialidades locais. Estes grandes empreendimentos respondem ao imperativo dos mega investimentos. Em entrevista de 2009, embora trate da realidade nordestina, Mangabeira Unger postula os limites deste modelo para as regiões brasileiras não-resolvidas:

A última vertente [de projeto de desenvolvimento econômico] é uma nova maneira de abordar os grandes projetos industriais que habitam os sonhos de todos os nordestinos. [...] Da forma como estão colocados os mega investimentos tendem a dar ao Nordeste, de forma tardia, um modelo de desenvolvimento industrial que foi implantado no Sudeste do país no século passado. A este tipo de cópia de modelo, o ministro dá o nome de ‘são-paulismo’. Os mega investimentos não precisam servir ao ‘são-paulismo’. Eles podem ser indispensáveis, desde que atendam a dois requisitos básicos: o primeiro é que sejam concebidos de maneira a transformar a vida social e econômica em sua volta. O segundo é que sejam escolhidos pelo critério de uma vantagem comparativa que não seja apenas a disponibilidade de trabalho barato, como geralmente é o que acontece, quando há o pensamento de implantar grandes empreendimentos industriais na região (AGUIAR, 2009).

Figura 4 – Macrozoneamento Ecológico-Econômico – Área de Ordenamento e Consolidação do Polo Logístico de Integração com o Pacífico



Fonte: Ministério do Meio Ambiente (2010).

Unger considera equivocada a reprodução de modelo de desenvolvimento econômico intitulado de ‘são-paulismo’ para a Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste. Os cinco aspectos da orientação geral da ampliação das oportunidades produtivas apresentadas na seção anterior dão a direção para a superação da ilusão do ‘são-paulismo’ de modelo fordista diretamente para o pós-fordismo no Acre e em Rondônia.

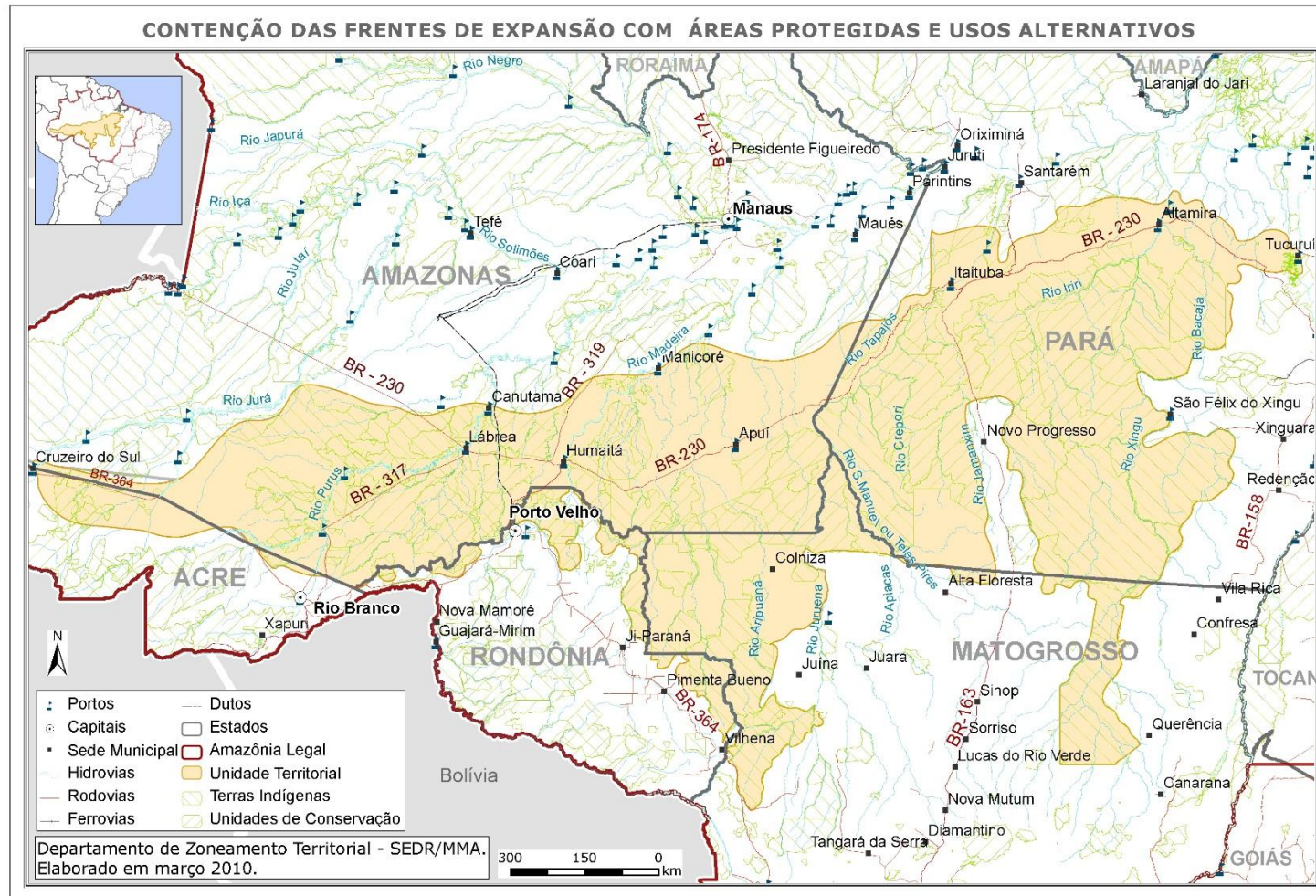
Feita a breve digressão, afora os grandes empreendimentos, a Área de “Ordenamento e Consolidação...” do MacroZEE da Amazônia Legal prevê, para os locais já desmatados, políticas de fomento à agricultura familiar associadas à política de concessão de crédito e manejo madeireiro e não-madeireiro⁸⁰ e, de outro modo, políticas de recuperação ambiental voltadas prioritariamente para áreas degradadas.

No caso do Acre o MacroZEE da Amazônia Legal prevê Áreas de “Ordenamento e Consolidação do Polo Logístico de Integração com o Pacífico”, especialmente na região próxima à Rio Branco e ocupada pela pecuária desde a década de 70.

No eixo da BR-364 entre Rio Branco e Cruzeiro do Sul boa parte foi definida como Área de “Contenção das Frentes de Expansão com Áreas Protegidas e Usos Alternativos”. Para áreas com estas características o MacroZEE, conforme a Figura 5, prevê a ampliação de unidades de conservação e de terras indígenas como forma de conter o avanço da fronteira agrícola, assim como a aceleração de pesquisas sobre a biodiversidade. Ao lado destas medidas toca ao Acre igualmente a assunção de iniciativas como a verticalização da produção com a instalação de pequenas e médias unidades industriais e agroindustriais, política especial de crédito, ordenamento da expansão agrícola no sul do Amazonas, região de influência do Acre e de Rondônia, fomento às formas alternativas de produção para as comunidades tradicionais. Aos produtores familiares o plano recomenda fortalecer sistema de crédito especial, fortalecimento de sistemas agroflorestais e recompensa por serviços ambientais.

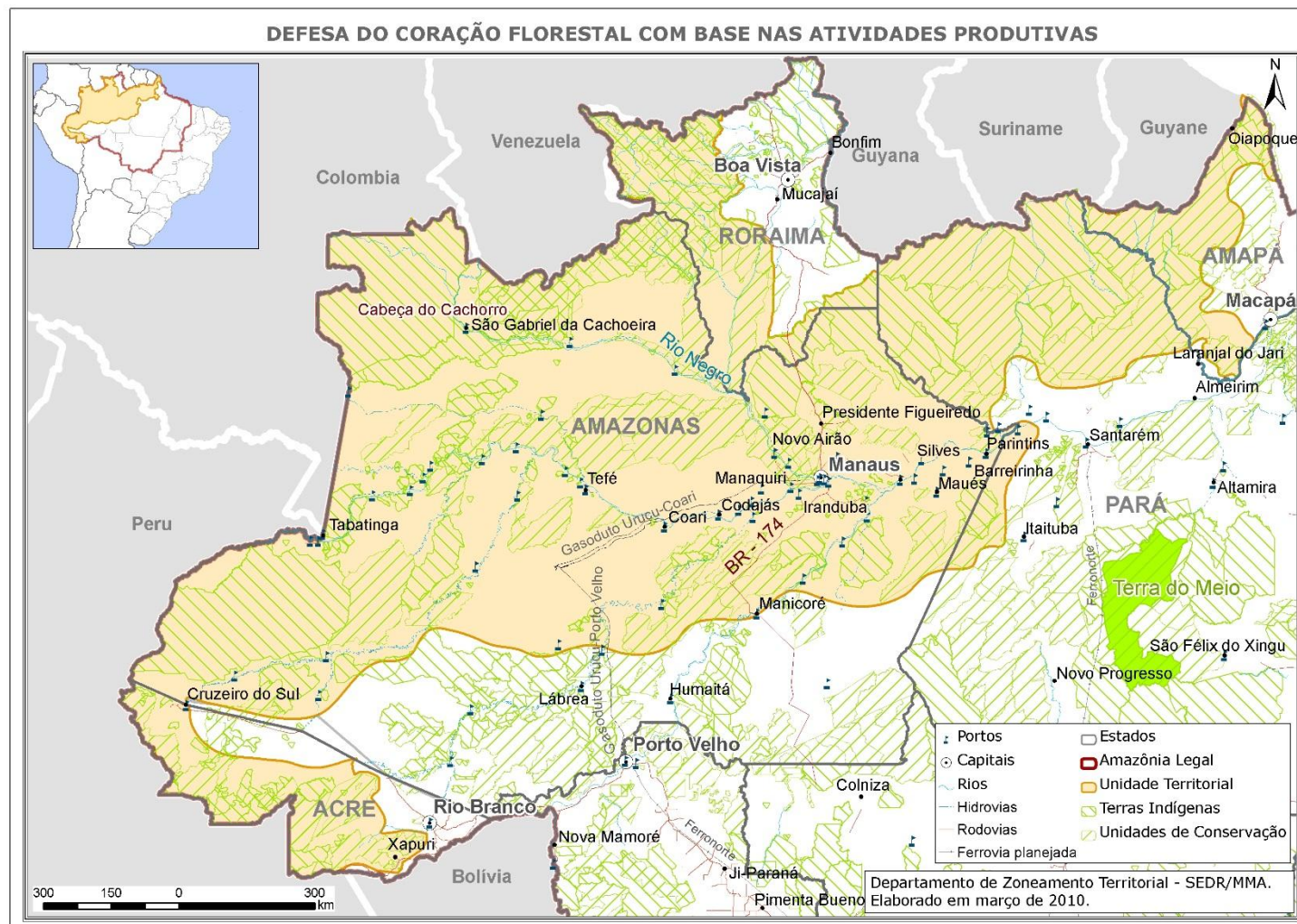
⁸⁰ O principal foco dos produtos florestais não-madeireiros, biodiversos, são aqueles nativos, regionais, adaptados e com finalidades comerciais para os mercados nacional e internacional, tais como os cosméticos e fitomedicamentos (COSTA, 2007).

Figura 5 – Contenção das Frentes de Expansão com Áreas Protegidas e Usos Alternativos



Fonte: Ministério do Meio Ambiente (2010).

Figura 6 – Defesa do Coração Florestal com Base nas Atividades Produtivas



Fonte: Ministério do Meio Ambiente (2010).

O restante do Acre está em Área de “Defesa do Coração Florestal com Base em Atividades Produtivas”, conforme a Figura 6, na página anterior. O MacroZEE postula que

A estratégia de desenvolvimento do coração florestal – e ao desenvolvê-lo, será defendido – não será, portanto, alcançada por seu isolamento produtivo, mas, sim, pela utilização de seus recursos a partir de técnicas e práticas do século XXI que não destruam a natureza e incorporem e atualizem o saber milenar da população local. Trata-se de inovar em múltiplas dimensões, o que requer políticas públicas novas, capazes de promover mudanças (BRASIL, 2010, p.121).

Para a consecução desta estratégia prevê cordão de “blindagem flexível” do Coração Florestal por meio da criação de vínculos entre redes de cidades inovadoras em tecnologias para o aproveitamento sustentável da floresta, certificação de produtos da floresta, remuneração de serviços ambientais⁸¹, desenvolvimento de rede de cidades biotecnológicas, produção local em larga escala de fármacos e cosméticos, investimento em instituições de ensino e pesquisa, benefícios fiscais das Zonas de Processamento de Exportação, uso de tecnologias adequadas para os produtos madeireiros e não-madeireiros, assim como o fortalecimento da gestão comunitária e da organização e comercialização da produção, dentre outras propostas. De modo geral, há proximidade entre parte das ideias do MacroZEE e o projeto radical de Unger para a Amazônia. Uma das razões para esta proximidade é o fato de que ambos os projetos, em sua vertente amazônica, contaram com a influência de Bertha Becker durante a formulação.

Conforme já foi anotado, o ZEE é tradução das possibilidades produtivas em cada região do território e o método de sua afirmação é duplo: em primeiro lugar, ir ao encontro da sua base social, já identificada nos casos do Acre e de Rondônia. Diante das suas dimensões, quaisquer que sejam as estratégias postuladas, há que seccioná-las em ao menos duas: uma para a Amazônia com floresta e outra para a Amazônia sem floresta⁸².

Em segundo lugar, a direção para a consecução de qualquer iniciativa experimentalista de fôlego depende de movimento baseado na integração federativa sob a perspectiva da cooperação, o que significa engajar os municípios e envolver os outros estados da região em projeto de desenvolvimento regional. A reorganização da federação é parte da quinta iniciativa

⁸¹ No Capítulo 2 Souza (2013) discute o mecanismo REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação), uma das alternativas de remuneração para os serviços ambientais. Abramovay (2010) pontua que os serviços ambientais guardam potencial de exploração diversificado e de modo algum se reduz apenas ao sequestro de carbono remunerável previsto pelo REDD. Outras formas de serviços ambientais são a exploração e pesquisa da biodiversidade, a proteção das bacias hidrográficas e a exploração das belezas naturais.

⁸² Curiosamente, este método de segregação entre a Amazônia com floresta e a Amazônia sem floresta também foi sugerido por Ignacy Sachs (2009, p.37) em seus estudos propositivos para a construção da “moderna civilização baseada em biomassa”.

da variável da Inadequação Institucional tratada no capítulo anterior, segundo a noção de que regiões específicas do país carecem construir diferentes modos de organizar as instituições, culminando com uma federação que possa funcionar como laboratório de políticas públicas.

Oriundo da influência intelectual de Unger sobre os governadores do Centro-Oeste, o Consórcio Brasil Central - do qual fazem parte os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Maranhão e Rondônia, além do Distrito Federal - constitui-se em consórcio interestadual formado em 2015 para discutir, sob viés cooperativo, um leque de temas de políticas públicas em áreas sensíveis como saúde, educação, segurança pública e produção. Esta arena de debate tornou-se uma das formas encontradas para o fortalecimento político de estados considerados periféricos. É uma das maneiras possíveis de iniciar a reconstrução do federalismo brasileiro.

O sucesso inicial do Consórcio Brasil Central estimulou articulações para o Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal, a envolver Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Tocantins, Mato Grosso e Maranhão. Em 26 de outubro de 2017 realizou-se, na cidade de Rio Branco (AC), o 16º Fórum de Governadores da Amazônia Legal, cujo tema versou sobre os detalhes da elaboração do Estatuto do Consórcio da Amazônia Legal, juridicamente organizado como autarquia. A Carta de Rio Branco, produto do encontro, sintetizou os debates vigentes nas cinco câmaras setoriais (segurança pública, turismo, meio ambiente, comunicação e consórcio) e nos discursos dos governadores presentes. A celebração oficial de sua criação está para ocorrer ainda no ano de 2018, já que todas as Assembleias Legislativas dos estados consorciados aprovaram o ingresso e a disponibilidade orçamentária. O Consórcio, embora inicialmente seja esforço dos Poderes Executivos, possui potencial para reconfigurar as relações de poder no país: os estados integrantes possuem, somados, 27 senadores de um total de 81. Um terço do total de senadores é proporção de impacto político nacional considerável, se bem articulado.

Caso consolidem-se, os dois consórcios promoverão inflexão profunda no modelo de coordenação federativa nacional, com consequências grandiosas e inovadoras para a oferta de serviços públicos aos seus cidadãos. Em realidade, alguns temas discutidos na seção Planejamento do Capítulo 2 estão presentes nos debates e nas preocupações dos estados membros do consórcio, (ARAGÓN, 2015; LOUREIRO, 2012) o que demonstra convergência entre as preocupações apontadas pela Academia e as prioridades dos governadores.

Paralelamente ao processo de integração regional no âmbito da Amazônia Legal, a estratégia de aprofundar a integração internacional deve ocorrer também no âmbito do compartilhamento de ideias para a Amazônia sul-americana, não apenas em processo de integração meramente física. Rondônia e Acre não podem aguardar as iniciativas do governo federal para reconstruir o federalismo. Em parceria com os estados vizinhos, devem integrar-se em torno de ideias e políticas públicas e somente em momento posterior conseguirão instar o governo federal a participar das iniciativas. Esta tarefa depende prioritariamente da ação cooperativa dos governadores e, quiçá, dos prefeitos.

Em relação ao Acre o avanço em torno de alternativas institucionais experimentalistas guarda potencial para direcionar-se igualmente pela consideração da pertinência em reconstruir as suas relações federativas e a sua integração com as regiões vizinhas de *Madre de Dios*, no Peru, e de *Pando*, na Bolívia.

Assim, as iniciativas derivadas do MAP (*Madre de Dios, Acre y Pando*) como estratégia de integração internacional por parte de membros da sociedade civil e de autoridades públicas podem avançar para além de fórum de discussão sobre a construção de infra-estrutura física, ao abarcar também o debate sobre estratégias comuns transfronteiriças de preservação florestal, de melhoria na oferta de serviços públicos e geração de oportunidades aos seus moradores. Iniciativas coordenadas do outro lado da fronteira, como o *Consejo Interregional Amazónico* (CIAM), a reunir as regiões amazônicas no Peru devem ser acompanhadas, especialmente aquelas voltadas a pensar o desenvolvimento da região, dentre as quais é possível citar a *Amazonía Vale Un Perú*. O aprofundamento de estratégia de integração transfronteiriça poderia contar com a integração de Rondônia e do departamento boliviano de Beni nas discussões do MAP e do CIAM.

A aproximação política da Amazônia realizada no plano do federalismo e da paradiplomacia pode caminhar paralelamente à aproximação física: a integração dos diferentes modais de transporte – rodoviário, hidroviário, aeroviário e, até mesmo, ferroviário – para que a região possa desfrutar de paradigma multimodal eficiente, com redução dos custos de transporte e que reforce a sua integração ao restante do país e mesmo no interior da Amazônia. Nos últimos anos obras importantes têm sido realizadas ou planejadas para integrar o território como, por exemplo, a hidrovia do Rio Madeira, as audiências públicas em torno da necessidade de duplicação da BR-364 em Rondônia, o asfaltamento da BR-319 no trecho entre Porto Velho

e Manaus, os entendimentos em torno da construção de ferrovia Interoceânica a passar por Rondônia e Acre com destino aos portos do Oceano Pacífico no Peru, os projetos de melhoria da qualidade da *internet* e das telecomunicações e, por fim, as tentativas de reabilitar a aviação regional. Algumas propostas de integração física têm se mostrado mais exitosas do que outras, embora todas carreguem em si forte conteúdo moral direcionado à melhoria das condições de vida dos amazônidas comuns, à redução da pobreza regional e à garantia de melhores oportunidades aos seus habitantes. Em suma, implica a construção de projeto de desenvolvimento que permite aos amazônidas permanecerem de pé.

4.3. ACRE: o Contexto

Esta terceira seção almeja oferecer interpretação sobre a estratégia para o Acre a partir do histórico do seu movimento transformador interno. Trata dos desdobramentos da sua autonomização como unidade da federação até o processo que culmina com a Aliança dos Povos da Floresta e os limites daquela estratégia. A partir daí será possível analisar o impasse atual e as opções presentes para a sua superação.

O período entre o término da Segunda Guerra Mundial e a ditadura militar trouxe novamente a estagnação econômica para o Acre. Com o encerramento da convocação nacional do governo federal aos soldados da borracha para a exploração gomífera no Acre, a migração para a região volta a diminuir. O fim do Acordo de Washington, que fomentou o segundo ciclo da borracha, encerra um curto período de prosperidade no Acre. Tal era não deixou de emular as mesmas dificuldades e frustrações presentes no primeiro ciclo da borracha por parte dos seringueiros, o que quer dizer que as condições arriscadas e de exploração do trabalho em meio à floresta não eram apenas lembranças, mas faziam parte da experiência humana cotidiana.

Finda a Segunda Guerra Mundial, o Acre mergulha em questões internas ideológicas relativas ao grau de autonomia no contexto do regime federativo. Até a década de 60 os grupos políticos locais discutiam sobre a elevação do Território do Acre a Estado, mas apenas em junho de 1962 o presidente João Goulart sanciona legislação⁸³ criadora do Estado do Acre. Pouco

⁸³ A lei responsável por elevar o Acre de Território Federal para Estado é a 4.070/62, sancionada pelo presidente João Goulart.

depois o Acre realiza eleições estaduais cujo resultado surpreendente leva ao poder um filósofo e jovem político de apenas 34 anos, José Augusto (PTB). Entretanto, por conta dos desdobramentos do golpe militar de 1964, foi deposto antes de completar um ano no cargo (DANTAS, 2007).

Após a elevação do Acre a Estado o processo de urbanização acelera-se, já que há a transferência de competências antes concentradas na capital federal diretamente para Rio Branco. Esta dinâmica faz com que o setor público passasse a criar empregos no funcionalismo estadual – o que ocorre tanto por meio dos concursos públicos quanto por meio de estratégias de apadrinhamento político - e reforça a dinâmica de migração do campo e do interior do estado para a capital. O resultado deste processo fez com que o crescimento econômico do estado passasse a depender fortemente da administração pública.

Já na década de 70 os incentivos dados pelos governantes militares fizeram com que o estado do Acre começasse a ter seu território, particularmente o Vale do Rio Acre, ocupado na pata do gado, por conta da expansão da pecuária. Entretanto, como em outras áreas da Amazônia, a noção de vazio demográfico e de território a ser colonizado ignorava os povos indígenas, ribeirinhos, seringueiros e caboclos, habitantes antigos da região. Por conta disso o Acre assistiu a conflitos fundiários entre os grupos de pecuaristas e madeireiros contra os grupos de seringueiros e indígenas. Até aqui se mantém o domínio da rotina sobre a transformação institucional. É a lógica da preservação dos contextos formadores em detrimento da mudança.

Durante as décadas de 70 e 80 o estado do Acre protagonizou intenso processo de luta trabalhadora liderado pelos seringueiros na defesa da preservação dos recursos naturais e da posse da terra. O líder máximo deste movimento, Chico Mendes, foi assassinado por latifundiários próximo ao Natal de 1988. Sua morte causou comoção internacional diante da repercussão que a luta dos seringueiros havia tomado, para além dos fóruns locais e amazônicos. Antes de Chico Mendes o Sindicato dos Seringueiros havia tido outro presidente assassinado: era Wilson Pinheiro.

Durante a presidência de Pinheiro no sindicato, o movimento dos seringueiros associou-se à Teologia da Libertação - ala da Igreja Católica extremamente influente na América Latina daquele período e definida pelo viés da defesa dos mais pobres e vulneráveis - incorpora o método dos empates na sua luta (PIZARRO, 2014). Neste método os seringueiros faziam uma corrente humana sustentada pelos seus braços e mãos, no meio da floresta e impediam os peões

e suas motosserras de desmatarem para abrir caminho para a chegada do gado. Mulheres e crianças também participavam dos empates. As mulheres ficavam na linha de frente enquanto as crianças exerciam uma função de caráter psicológico em relação aos peões: arrefecer seus ânimos para que não disparassem suas armas. Durante os empates o movimento de seringueiros cantava o hino nacional e, em seguida, levava uma mensagem aos peões cujo conteúdo relacionava-se com a necessidade de preservação florestal e dos povos que nela habitam.

O produto do avanço do modelo baseado na pecuária, vigente até meados dos anos 80 no Acre, gerou deslocamento ou morte de populações, desmatamento e fez com que muitas famílias cuja vida estava ligada ao extrativismo se vissem na iminência de tornarem-se peões de gado nas novas fazendas, fugirem para a vizinha Bolívia ou migrarem para a periferia da capital Rio Branco (BROSE, 2014).

Ainda na primeira metade dos anos 80 os governos local e federal tentaram mediar o conflito por meio do uso de políticas de Reforma Agrária, ao prover assentamentos em pequenos lotes desenhados pelo INCRA. O problema estava no fato de que as atividades extrativas tradicionais têm por característica fundamental a sua dispersão territorial, de modo que a saída apresentada no primeiro momento não seria capaz de manter o modo de vida dos seringueiros.

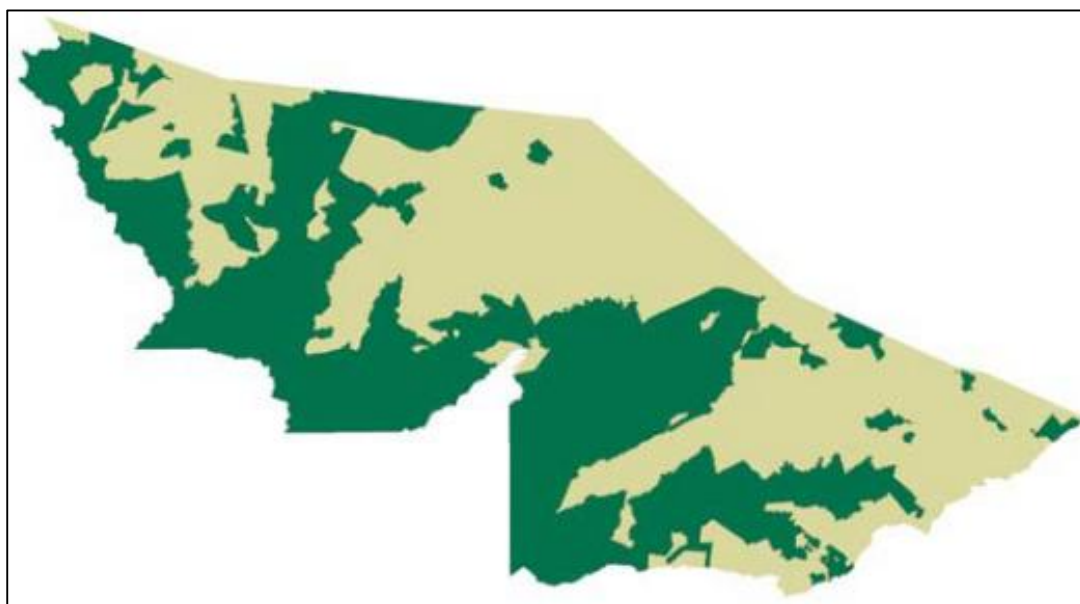
Estes empecilhos conjunturais dramáticos permitiram que o movimento dos seringueiros visualizasse oportunidades de transformação mais profundas, como o fortalecimento da sua organização tanto no Conselho Nacional de Seringueiros quanto na Aliança dos Povos da Floresta. Como resultado desta articulação política foi possível construir o modelo das Reservas Extrativistas (Resex) o que logo em seguida permitiu a implantação da Resex Chico Mendes, em Xapuri (AC) em 1990. Dessa estratégia de marcar posição contrária ao avanço da pecuária e do desmatamento no estado do Acre, logo o movimento social dos seringueiros abriu-se para a entrada de intelectuais, técnicos, políticos e pesquisadores. Em um ápice a mobilização de base havia transbordado a sua atuação também para a política partidária, na forma da Frente Popular (FPA) liderada pelo PT (Partido dos Trabalhadores). O movimento transformador local, agentes da mudança, logra manter a ligação entre a mobilização de base ao mesmo tempo em que conquistam o poder: em 1993 o engenheiro florestal Jorge Viana, ligado à Frente Popular, é eleito prefeito de Rio Branco e, com alta popularidade, sai vitorioso na campanha de 1998 para o governo do estado.

Figura 7 – Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre – Zona 1: Consolidação de Sistemas de Produção Sustentáveis



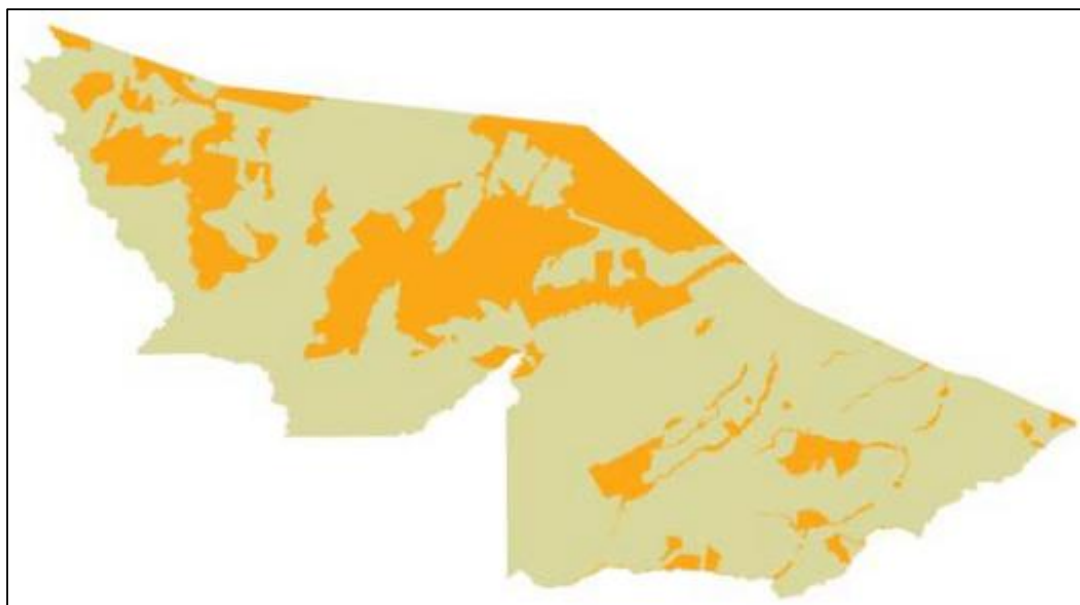
Fonte: ACRE (2006).

Figura 8 – Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre – Zona 2: Uso Sustentável dos Recursos Naturais e Proteção Ambiental



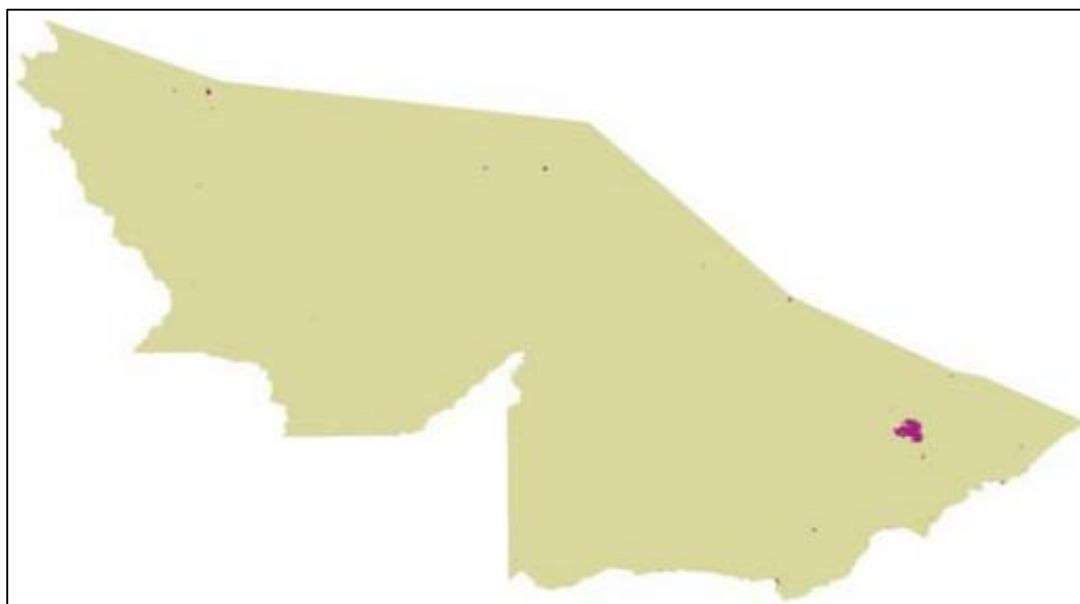
Fonte: ACRE (2006).

Figura 9 - Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre – Zona 3: Áreas Prioritárias para o Ordenamento Territorial



Fonte: ACRE (2006).

Figura 10 - Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre – Zona 4 – Cidades do Acre



Fonte: ACRE (2006).

Com o triunfo eleitoral de 1998 o governo eleito propõe instaurar programa de desenvolvimento sustentável com inclusão social, em oposição à ênfase do processo anterior, cujo cerne localizava-se na ‘ocupação’ de áreas florestais pela pata do gado com subsídio de fundos estatais, os quais granjearam consequências nefastas. De forte cunho estatal, o programa de governo de Viana propunha relevante destaque ao aparelho estatal nas atividades econômicas, com políticas de subsídios – como aqueles dados aos produtos extrativistas, cujos maiores exemplos são a castanha e o látex – e criação de indústrias pertencentes ao poder público, como a Natex, que produz preservativos no município de Xapuri. Denominado Florestania, aglutinação das palavras floresta e cidadania, seu governo iniciou-se com a realização de Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), relativamente bem integrado ao MacroZEE da Amazônia Legal. O ZEE do Acre (Figuras 7, 8, 9 e 10, nas páginas anteriores), atualmente em processo de revisão, definiu quatro zonas de intervenção no estado: Zona 1, marcada por áreas onde a floresta primária já havia sido desbastada (atualmente ocupada pela pecuária, agricultura ou em processo de reflorestamento) e que correspondia a cerca de 25% do território estadual; Zona 2, marcada pelo uso sustentável dos recursos naturais e por unidades de conservação, correspondente a 46% do território; Zona 3, marcada por áreas remotas ou de posse conflituosa, correspondente a 25% do território; Zona 4, marcada por áreas urbanas (BROSE, 2014, p.283). Entre outras medidas, destaca-se a criação do Instituto de Terras do Acre (ITERACRE) que, integrado ao INCRA e ao Instituto de Meio Ambiente do Acre (Imac), avançou na regularização fundiária no estado.

Entretanto, se o movimento transformador acreano inicialmente diagnosticou corretamente as oportunidades de transformação, posteriormente legou alternativas fracas em termos de organização da vitalidade local, já que carecia de visão estratégica que englobasse, no mínimo, a mudança institucional em todo o estado. Desse modo, a necessidade de transformação acabou sendo capturada pela rotina por meio de políticas públicas de redistribuição marginal de bens e direitos, particularmente pela defesa de expansão das reservas extrativistas sem munir os seus habitantes dos instrumentos para a mudança de paradigma.

4.3.1. Limitações do Extrativismo Tradicional

Márcio Souza, conhecido romancista amazônico, aponta suas críticas ao modelo de desenvolvimento na Amazônia, com especial ênfase à realidade acreana em ensaio publicado. Souza enxerga as incongruências da tecnocracia lotada em Brasília que, à distância, teria comungado com a proposta de estimular a pecuária extensiva na Amazônia em regiões sem tradição neste tipo de atividade produtiva, como o Acre, em vez de utilizar as áreas de pastos naturais em Roraima e no Baixo Rio Amazonas. Por outro lado, igualmente considera equivocada a proposta de extrativismo em reservas sugerida pelos seringueiros do Acre, sob a liderança de Chico Mendes, como alternativa para o desenvolvimento amazônico:

Chico Mendes era de Xapuri, quase na fronteira com a Bolívia. Em Cruzeiro do Sul, alguns quilômetros para o norte, não serviam mais. Era, portanto, absurdo focalizar-se nelas e apresentá-las como soluções de uso geral na região, como fizeram alguns ecologistas e certos movimentos de defesa da região. Nos parâmetros políticos de 1985, quando a ideia foi gerada, a luta por tais reservas extrativistas estava perfeitamente explicada. No entanto, este foi um conceito que muito foi alargado desde então, a ponto de se tornar uma das mais usadas medidas ‘de preservação’ do governo Sarney e, em termos políticos amplos, como espécie de proposta geral para a região, pois o ‘futuro’ da Amazônia estaria em sua total regressão à economia extrativista (SOUZA, 2005, p.94).

Souza compreende a opção de Chico Mendes pelas reservas extrativistas como uma “brilhante solução tática” para limitar os poderes do agronegócio, diante da incapacidade dos velhos proprietários extrativistas em lográ-la. Já que a oligarquia extrativista não estava em condições de defender o seu modelo, vencida pelas novidades tecnológicas e pelo suporte estatal à agropecuária e à especulação fundiária, Chico Mendes tenta e consegue mobilizar os seringueiros contra este câmbio radical do modelo de desenvolvimento, de seu modo de vida e em defesa da floresta em pé.

Souza defende a tese de que o líder seringueiro sabia das limitações de sua demanda de transformação dos seringais em reservas extrativistas e de como esta solução correspondia a problema local⁸⁴. Nem mesmo o restante do estado do Acre e muito menos o restante da

⁸⁴ Santos et.al. (2008) apontam o papel fundamental das unidades de conservação na contenção do desmatamento e na defesa dos direitos fundiários das populações ‘tradicionais’ da Amazônia. Entretanto, fazem coro à Souza quanto às possibilidades de transformação: “[n]ão obstante, as economias extrativas locais (de produtos não-madeireiros) permanecem incapazes de oferecer a curto prazo aumento de renda a vastos setores da população. Dominado pelo aviamento e seus avatares, ameaçado em certos casos pelo rápido esgotamento

Amazônia teriam condições de tornar-se uma gigantesca reserva extrativista, ao menos não nos moldes do extrativismo tradicional. Entretanto, alerta para o fato de que, embora este não tenha sido o objetivo de Chico Mendes, haveria grupos econômicos poderosos, dentre os quais as empresas transnacionais da área farmacêutica, interessados na cristalização das relações de poder atuais. Souza (2005) finaliza suas críticas ao extrativismo ao assinalar a certeza de que

se o extrativismo na Amazônia não está morto, deve ser definitivamente erradicado por qualquer plano que respeite o processo histórico e a vontade regional. Mesmo porque a Amazônia não deve ser reserva de nada, nem celeiro, nem estoque genético ou espaço do rústico para deleite dos turistas pós-industriais (SOUZA, 2005, p.95).

Homma (2012) propõe pergunta sobre a adequação do modelo de extrativismo não-madeireiro para a Amazônia. Este questionamento tem grande valor para a região, mas se põe de maneira ainda mais eloquente para o estado do Acre, o qual tem apostado nesta alternativa. ‘Em que medida a extração de produtos florestais não-madeireiros se coloca como projeto prioritário para a Amazônia?’ é a pergunta lançada. Na verdade, adverte que o fomento ao extrativismo deve ser visto com cautela e avança na tese de que considerar todo produto não-madeireiro como sustentável é falsa, pois sustenta a possibilidade de que poderia haver o descasamento entre a sua sustentabilidade biológica e sua sustentabilidade econômica. Em alguma medida, políticas agrícolas bem implementadas (como a domesticação e plantio de espécies originalmente extraídas na natureza) tendem a ser mais eficientes do que as políticas ambientais para o propósito de redução do desmatamento. Entretanto, Homma igualmente indica que os produtos extrativos com grandes estoques naturais, baixa importância econômica, com substitutos fáceis, com dificuldades técnicas para o plantio e de longo tempo para maturação dificilmente serão domesticados e cultivados.

Para melhor compreender tal assertiva, é essencial conhecer como se desenrola o ciclo extrativista, normalmente composto por três fases. A primeira delas ocorre quando os recursos naturais são mercantilizados e há crescimento da sua demanda. Nesta fase há sensível crescimento na extração. Na segunda fase os estoques disponíveis na natureza e o aumento dos

sazonal dos recursos, sem contar com melhoramentos tecnológicos e com cadeias produtivas modernas, o extrativismo não-madeireiro só representa melhorias de vida – mais ou menos relativas – no âmbito de projetos e/ou financiamentos específicos e restritos, tanto públicos (Mamirauá) quanto privados (Natura), ou ainda do chamado terceiro setor. Os serviços de saúde, segurança e educação, por sua vez – mormente considerando os problemas resultantes da grande dispersão geográfica e das dificuldades de acesso a certas áreas – não vêm somar-se às políticas de criação de reservas, na maior parte dos casos” (SANTOS ET.AL., 2008, p.237).

custos de extração fazem com que a capacidade de oferta se estabilize. Na terceira fase a quantidade de produtos extraídos declina devido ao esgotamento das reservas, ao passo que o aumento da demanda induz à domesticação e ao plantio, nos casos em que seja economicamente viável. Outro fator preponderante para a sustentabilidade do extrativismo é o mercado de trabalho rural/florestal, afetado pela tendência migratória campo-cidade. Esta variável, bem como a baixa produtividade da mão-de-obra e da terra devido à dispersão dos produtos na floresta, são fatores a dificultar a manutenção de políticas extrativas de traços tradicionais no longo prazo. Estes impasses fazem com que a atividade extrativa tradicional se viabilize apenas enquanto não houver outras opções, seja por meio de plantios domesticados, seja pela substituição por produtos sintéticos.

Do ponto de vista histórico, em geral, a sequência dos produtos extrativos segue o percurso marcado pela descoberta do recurso natural, seguido da fase do extrativismo, do manejo, da domesticação e, em alguns casos, da descoberta de sua versão sintética⁸⁵. As tentativas de domesticação de produtos da flora amazônica tiveram enorme sucesso também fora da Amazônia, como nos casos das plantações de cacau, de guaraná e de seringueiras nos estados da Bahia, Mato Grosso, São Paulo e Rio de Janeiro.

A manutenção do extrativismo tradicional em unidades de conservação de uso sustentável na Amazônia exige o respeito a uma série de condicionantes, como a conservação florestal, o impedimento ao surgimento de atividades competitivas, a melhoria ou abertura de rodovias, a manutenção de baixa densidade populacional, o estrangulamento das pesquisas sobre domesticação. Sem estes fatores as práticas extrativistas tendem ao declínio. A defesa do extrativismo tradicional na Amazônia como alternativa produtiva tende a dificultar a domesticação e posterior plantio controlado de certas espécies, o que pode contribuir para prejudicar os interesses das comunidades locais. Por fim, o autor trata de uma lista de plantas amazônicas nas quais a ênfase extrativa acaba por ocasionar em perda de oportunidades, já que a demanda pelos produtos é mais elevada do que a capacidade de oferta em regimes extrativistas tradicionais. São os casos do cacau, do açaí, do bacuri, da castanha-do-Brasil, da seringueira, do cupuaçu, do jaborandi, do uxi, da pupunha, do timbó, do pau-rosa, da andiroba, da copaíba,

⁸⁵ Homma (2012, p.169) expõe o percurso de uma série de produtos extrativos: o pau-rosa passou da fase do extrativismo para a descoberta do sintético. O pau-brasil, espécie sob a qual se baseou o primeiro ciclo econômico do Brasil, teve ciclo diverso, na medida em que o seu esgotamento coincidiu com a descoberta da anilina, um produto sintético. A substituição por sintéticos também ocorre em outros casos, como o da borracha e o da cera de carnaúba.

do guaraná, dentre outros. Além disso, sugere também que o potencial de produção de peixes em criadouros pode ser bem-sucedida – o que, aliás, devemos dizer que já ocorre tanto no Acre quanto em Rondônia com políticas deliberadas de incentivo à piscicultura⁸⁶.

Sua conclusão advoga que as políticas de combate ao desmatamento devem enfatizar as áreas já desmatadas, por meio de práticas de reflorestamento de florestas com apelo mercantil. Isto deve ocorrer em detrimento das políticas em áreas de extrativismo tradicional por conta do baixo contingente populacional disponível e das suas limitações.

Por fim, Homma - sempre a tratar do extrativismo tradicional, disperso na floresta - alerta que

o culto ao atraso de muitas propostas ambientais, tanto nacionais como estrangeiras, em favor do extrativismo na Amazônia, esconde resultados que podem ser avessos aos interesses dos consumidores, das indústrias e dos próprios extratores. De forma idêntica, para a manutenção do extrativismo, é importante que não se criem alternativas de renda e emprego, a melhoria da infra-estrutura, em face da baixa produtividade da terra e da mão-de-obra da economia extrativa, daí o obscurantismo de muitas propostas ambientais defendidas pelos países desenvolvidos para a Amazônia. Ao contrário do propalado, a criação de reservas extrativistas nem sempre se constitui em garantia da conservação e preservação dos recursos naturais. Apesar da ênfase no manejo, a exploração de muitos recursos extrativos tende a levar à sua exaustão, na destruição da floresta [...]. A extração madeireira, a criação bovina e atividades de roça poderão levar a uma reserva extrativista sem extrativismo no decorrer do tempo (HOMMA, 2012, p.183).

De maneira geral considera que “justifica-se a manutenção do extrativismo como uma maneira de comprar tempo, enquanto não surgirem alternativas para evitar o êxodo rural ou quando existirem grandes estoques” (HOMMA, 2012, p.183). Quando não for este o caso, então a via mais promissora é a da formação de parque produtivo com domesticação de plantas extrativas conhecidas, tanto como estratégia para evitar a biopirataria quanto para gerar emprego e renda. Deste modo, as políticas agrícolas tornam-se mais importantes do que a própria política ambiental para o cumprimento da tarefa de preservação florestal.

⁸⁶ Dados da EMATER-RO (Entidade Autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia) de 2015 para a criação de peixes em regime semi-intensivo de cativeiro estimam a produção do estado em mais de 35 mil toneladas, com benefícios para mais de 3.800 famílias, especialmente na região do município de Ariquemes, no Vale do Jamari. A perspectiva é de aumento da produção para os próximos anos. Para além do mercado local o estado exporta peixes para o Amazonas, o Sul e Sudeste do país e para o exterior, especialmente o Peru.

4.3.2. Natureza do Impasse no Acre e Caminhos para a sua Resolução: Presente e Futuro

A luta dos seringueiros e dos povos da floresta trouxe repercussões internacionais, de modo que inúmeras ONGs (Organizações Não-Governamentais) mobilizaram sua atuação no estado do Acre em prol da conservação do meio ambiente. A política ambiental defendida por muitas destas ONGs foi alvo de agudas críticas por parte de especialistas (DIEGUES, 2008; DOWIE, 2006; CHAPIN, 2004; KOLK, 1996). Proteger a biodiversidade de acordo com os interesses das potências hegemônicas (KOLK, 1996), excluir a participação das populações tradicionais na tomada de decisões das áreas protegidas e influenciar demasiadamente as políticas ambientais dos governos por meio de campanhas de mídia e de laços com políticos e com a burocracia estatal (DIEGUES, 2008): estas são algumas das críticas.

Chapin (2004), ao analisar relatórios críticos à baixa qualidade no relacionamento de três grandes ONGs (WWF, CI, TNC) com a população local envolvida em projetos de conservação mostrou que essas organizações enfatizavam a sua atuação na conservação ambiental, em detrimento da redução da pobreza. Na mesma pesquisa Chapin (2004), a partir de entrevistas e de análise de relatório feito pela Fundação Ford, acrescenta duas outras razões pelas quais as ONGs acabaram por afastar-se dos povos tradicionais: a visão de que a ciência biológica seria integralmente capaz de cuidar da conservação da biodiversidade nas áreas protegidas, no que é possível considerar o enfoque da natureza como prioritário em relação ao enfoque social. A segunda razão do distanciamento relacionar-se-ia com o fato de que seus doadores, grandes empresas transnacionais, não veriam com bons olhos a sua aproximação com pautas conflituosas, rebeldes e questionadoras do *status quo*.

Entretanto, o ponto nevrálgico está menos centrado na ação das ONGs e mais localizado nas consequências das ações deste modelo de desenvolvimento para os grupos afetados. Tem mais a ver com as próprias premissas estruturadoras dos objetivos de cada uma das estratégias: nesta abordagem o conservacionismo fundamentalista tem como consequência deixar em segundo plano as vidas dos moradores. Sua consequência moral é condená-los a viver vidas pequenas: mantém famílias em condições materiais extremamente difíceis, pressiona as instituições a manter restrições inaceitáveis aos moradores locais, de acordo com rígida política de proteção ambiental. Camely (2009), em estudo de caso no Parque Nacional da Serra do Divisor, também no Acre, identificou situações nas quais os moradores sobreviviam em

condições precárias e sofriam com a repressão por parte do IBAMA, por conta de restrições à caça e à agricultura de subsistência, de tal forma que ameaçava as formas de vida dos camponeses, de povos originários e ribeirinhos.

Há que atentar-se para os efeitos deletérios das políticas ambientais de cunho conservacionista com foco apenas no meio ambiente em detrimento dos moradores locais, já que pode redundar tanto na manutenção de ciclos de pobreza quanto no reforço do que Dowie (2006) chama de refugiados da conservação.

Esta discussão é contemporânea e, ao longo do tempo, o Acre tem logrado superar o fundamentalismo ambiental em prol da melhoria das condições de vida de sua população. Atualmente o estado encontra-se em impasse entre três caminhos: o primeiro deles é insistir no extrativismo tradicional com a utilização de práticas primitivas de exploração por meio das reservas extrativistas. A RESEX Chico Mendes, por conta da sua ligação com os agentes transformadores do projeto de ‘florestania’ é o local onde os limites do modelo tornam-se mais transparentes.

Criada em março de 1990 a RESEX Chico Mendes espalha-se por sete municípios acreanos – Assis Brasil, Brasiléia, Capixaba, Etipaciolândia, Rio Branco, Sena Madureira e Xapuri – e granjeia 931.542 hectares, lar de 2.135 famílias⁸⁷. Diante da sua extensão há vários núcleos de habitação em seu território e 48 seringais. Em visita de campo em 2017 foi possível observar alguns dos desafios da RESEX. As atividades produtivas em seu interior são variadas: a agricultura de subsistência é plantada ora em roçados, ora às margens dos rios – especialmente culturas como melancia, arroz e feijão. Além disso, por volta de 70 famílias vivem da exploração tradicional da seringa, ao passo que cerca de outras 50 famílias complementam a renda com a exploração do açaí em meio à floresta, também por meio de práticas extrativistas tradicionais.

A exploração extrativa tradicional da castanha do Brasil e da copaíba representa igualmente outra fonte de renda para as famílias. Entretanto, o açaí e a copaíba sofrem com a ausência de cadeia produtiva, ou seja, as famílias não possuem nenhum tipo de auxílio para armazenar a produção e sofrem com a incerteza em lograr comprador para estes produtos, bem como com dificuldades em transportar os produtos.

⁸⁷ Os dados podem ser buscados no Painel Dinâmico de Informações do ICMBIO, no sítio <qv.icmbio.gov.br/>. Há informações bastante completas sobre todas as unidades de conservação federais.

Quanto à exploração da castanha destaca-se artigo de Brose (2016) a tratar de estudo de caso sobre as cadeias produtivas de castanha-do-Brasil no Brasil e na Bolívia. Sua tese fundamental é a de que a modernização da cadeia produtiva deste produto não foi capaz de soterrar as relações de exploração existentes na Amazônia, tais como a servidão por dívida, o trabalho infantil etc. O trabalho é fruto de estudo de caso realizado entre 2011 e 2014 em cidades da Amazônia boliviana e do Acre.

Atividade tradicional na Amazônia, o extrativismo da castanha deu origem a cidades como *Puerto Maldonado*, no Peru, e Santarém (PA). Brose (2016) argumenta que a castanha detém característica única, já que a sua dependência de insetos polinizadores nativos faz com que o seu cultivo seja inviabilizado em larga escala, de modo que a sua exploração dependa do extrativismo⁸⁸. As flutuações da oferta de castanha, típicas de atividades extrativas, mantêm as famílias em elevado nível de incerteza econômica o que, não raramente, degenera em pobreza.

Por volta de 1990 o Brasil – e o Acre, especialmente, na posição do maior produtor de castanhas do país - viu-se às voltas com uma mudança de paradigma no mercado internacional de castanhas, quando a União Europeia elevou as normas de qualidade para importação do produto. Esta medida fez com que os produtores acreanos se voltassem para o mercado interno brasileiro e renunciassem às exportações, por conta da dificuldade de cumprir as exigências fitossanitárias internacionais.

Entretanto, na Bolívia as consequências foram diferentes. Por antecipar as medidas a serem tomadas pela União Europeia o governo boliviano, em parceria com o governo holandês e o Banco Mundial, criou uma fundação especialmente voltada para cuidar da produção de castanhas. Esta parceria incluiu também a criação de um laboratório de controle de qualidade e sanidade e um espaço para capacitação nas cidades da selva amazônica boliviana. Com estas medidas, as exportações de castanha da Bolívia para a Europa chegaram a representar cerca de 20% do total das exportações do país andino. Contudo, apesar do processo modernizante da produção, a castanha seguia a dar emprego para cerca de 15 mil famílias do norte do país que trabalhavam em condições semelhantes aos ‘boias-frias’, o que significa que a proteção trabalhista era escassa. Este fator vinha conjugado à necessidade de embrenhar-se no meio da selva no período de chuvas, de modo a enfrentar por conta e risco a insalubridade daí decorrente.

⁸⁸ Homma (2012) fala de plantios de castanha-do-Brasil em Marabá (PA), na estrada entre Manaus e Itacoatiara (AM) e em Tomé-Açu (PA) cujos resultados mostraram-se similares às castanheiras nativas. Deste modo é possível dizer que os obstáculos produtivos relativos à polinização já podem ser considerados superados.

Brose recorda que a maior parte dos lucros seguia para as indústrias processadoras de castanha, ao passo que os salários seguiam baixos e a servidão por dívida era aspecto presente naquele contexto, bem como o trabalho infantil.

Já no Acre os trabalhadores da castanha viram sua renda reduzir-se por conta do avanço da castanha boliviana e da redução da produção acreana. Com a chegada do PT ao governo do Acre foi estabelecida política de preços mínimos ao produto e os trabalhadores, com apoio dos movimentos sociais florestais do Acre, - em especial a Aliança dos Povos da Floresta - lograram êxito na montagem da Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre (CooperAcre). Posteriormente o governo do Acre apoiou a iniciativa com uma série de incentivos e investimentos públicos. Vê avanços no modelo acreano: mobilização social para combater a exclusão social, acesso às políticas públicas, Estado comprometido com a erradicação da servidão por dívida, do trabalho infantil e do analfabetismo (BROSE, 2016). Malgrado a ocorrência destes avanços, Brose (2016) mostra-se cético ao pontuar a insustentabilidade da produção extrativa de castanha sem inclusão social: nota que mesmo a Resex Chico Mendes vê a expansão da pecuária dentro do seu território, atividade vista como alternativa à castanha.

Prado e Ribeiro (2011) também chamam a atenção para a expansão da pecuária dentro da Resex Chico Mendes. Atribuem este processo à redução dos preços da castanha⁸⁹ e do látex, dois dos principais produtos extrativos da reserva e ambos subsidiados pelo governo local. A alternativa aos baixos preços de venda dos produtos extrativos coletados pelos assentados tem sido a criação bovina, o que eleva as áreas desmatadas. De fato, durante a visita de campo na RESEX Chico Mendes foi possível observar que o atual plano de manejo prevê que cada dono de colocação com mais de 300 hectares poderá desmatar até 30 hectares de floresta para roçado ou pecuária. O resultado disso não poderia ser mais evidente: 20 mil cabeças de gado atualmente existentes na reserva. A razão é simples: o gado é muito mais rentável e de mais fácil manejo do que as outras atividades estimuladas dentro da RESEX.

⁸⁹ Notícia publicada no Valor Econômico em maio de 2017 e reconhecida por pesquisadores da EMBRAPA em pesquisa de campo realizada em outubro dão conta de quebra de safra da castanha-do-Brasil da ordem de 70%, o que fez com que os preços disparassem. Entretanto, os extrativistas não foram beneficiados pela dinâmica inflacionária dos preços, justamente porque têm maior dificuldade em coletar a mesma quantidade de castanhas que em anos anteriores (BARROS, 2017).

Enfim, ao longo do tempo corre-se o risco de se ter reservas extrativistas sem extrativismo devido à conversão da atividade produtiva para a criação bovina, para a agricultura ou mesmo para a exploração madeireira. É estratégia amplamente insuficiente para a geração de oportunidades aos seus cidadãos. O próprio “Zoneamento da Produção Familiar”, publicado pelo governo do Acre, reconhece as limitações históricas do modelo logo no primeiro parágrafo de sua introdução:

O primeiro modelo de desenvolvimento econômico do Acre era totalmente dependente do extrativismo vegetal de produtos florestais. Embora tenha sustentabilidade ambiental, este modelo apresenta sérios problemas de limitações quanto aos baixos preços dos produtos e dificuldades de um manejo competitivo, impedindo que o sistema seja social e economicamente sustentável (ACRE, 2008, p.2).

O segundo caminho é o avanço da pecuária extensiva, tão presente na Amazônia e no eixo da BR-317 entre Assis Brasil e Rio Branco e da BR-364 de Rio Branco até a divisa estadual com Rondônia, em coexistência com a agricultura típica da monocultura, cuja discussão já foi amplamente realizada ao longo de toda esta pesquisa. Com algumas distinções, este é basicamente o modelo que Chico Mendes e os seringueiros buscaram combater nos anos 80. Há um paradoxo entre os dois caminhos: a insistência em distanciar-se do avanço da pecuária extensiva, ao substituí-la por modelo de extrativismo tradicional atado ao pobrismo, pode fazer com que o segundo caminho reapareça no interior das áreas que teoricamente foram criadas para evitar este modelo. Esta possibilidade bastante presente reforça a relevância da proposição de alternativas experimentalistas emancipadoras, capazes de dar oportunidades ao amazônida comum com a tarefa de organizar a vitalidade ali presente.

O terceiro caminho é prática experimentalista. Sua função é marcar a direção e tornar-se projeto de Estado. Esta terceira alternativa encarna projeto de rebeldia ao destino fatalista imposto pelos caminhos anteriores. O ponto de partida para o terceiro caminho é o abandono das ilusões presentes nos dois anteriores.

Qualquer estratégia experimentalista para o Acre deve levar em consideração dois fatores: o primeiro deles é a diferenciação entre os locais florestados e aqueles não-florestados. O segundo fator é o cotejamento – e redefinição, quando necessário - dos pressupostos fixados no Zoneamento Ecológico-Econômico, o instrumento para traçar a direção da alternativa, constituído por rasgos experimentalistas.

Contemplado este primeiro movimento é importante distinguir estratégias para as regiões de Amazônia sem floresta e para as áreas ainda florestadas. Por conta do seu histórico de preocupação com a preservação florestal, o foco do debate sobre o Acre nesta tese é justamente a sua estratégia para as áreas de floresta. Este debate se organizará em torno de temas centrais aos interesses do movimento transformador local.

4.3.2.1. Acre como exemplo máximo da estratégia para a Amazônia com floresta

O modelo de desenvolvimento do Acre, profundamente preocupado com a preservação florestal, faz com que o estado torne-se candidato a exemplificar o desdobramento da estratégia experimentalista nas condições da Amazônia com floresta. Para a execução dessa tarefa o primeiro passo é identificar as vantagens comparativas relativas existentes.

No caso do Acre o conjunto de medidas experimentalistas exemplares poderia voltar seu enfoque para o soerguimento do extrativismo madeireiro e não-madeireiro⁹⁰, com ênfase no manejo florestal, para a indústria madeireira e para a remuneração pelos serviços ambientais. A centralidade destas medidas pode ser mensurada a partir da sua relação no próprio potencial do mercado brasileiro de biotecnologia. Costa (2007) aponta que, na área de biotecnologia, apenas o mercado de cosméticos e medicamentos movimentou US\$ 18 bi em 2000, onde 25% dos remédios eram provenientes de produtos naturais e com perspectiva de expansão contínua: “[e]studos recentes têm demonstrado que o maior potencial econômico da biodiversidade está associado à descoberta de novos biomateriais e novas drogas derivadas diretamente ou sintetizadas a partir de recursos biológicos (as biomoléculas)” (COSTA, 2007, p.96-97). Além

⁹⁰ Costa (2010) aponta duas tendências divergentes quanto à organização do trabalho e à estrutura de produção na Amazônia: a primeira delas é o extrativismo tradicional, baseado no trabalho familiar e comunitário e marca das populações amazônicas tradicionais. A segunda tendência é denominada pelo autor como Sistemas Produtivos Emergentes e estrutura-se pela modernização das atividades tradicionais e formação de cadeias produtivas lideradas especialmente por produtos e empresas bioindustriais. Tal distinção é marcada pela crescente inovação tecnológica da segunda tendência, bem como pela ampliação do mercado de consumo de produtos da biodiversidade amazônica e por inovação na produção e na logística de empresas agroindustriais “que compõem atualmente os setores produtivos ‘não-convencionais’ e que têm impulsionado a rápida modernização do extrativismo (e do agro-extrativismo) florestal, da produção familiar e da organização comunitária (cooperativas de pequenos produtores), com destaque para os sistemas bioindustriais relacionados à fruticultura em geral, à produção do guaraná, do dendê (não-florestal e florestal) e, especialmente, às matérias-primas e aos insumos semi-processados e processados para as indústrias de fitocosméticos e de fitofármacos da região e de fora dela” (COSTA, 2010, p.42).

disso, salienta a possibilidade de florestas úmidas serem habitadas por microorganismos com potencial para produção de drogas com ação antibiótica e imunodepressora a ser utilizada em diversas áreas da medicina, como os transplantes de órgãos. Por fim, igualmente frisa a possibilidade de exploração de toxinas encontradas em animais peçonhentos – especialmente porque estima-se que o Brasil possua a maior fauna de animais peçonhentos do planeta, e a maior parte deles está na Amazônia. Tais drogas provenientes de toxinas animais poderiam ser utilizadas, por exemplo, como bioinseticidas, neurobloqueadores, terapias para doenças cardíacas e para controle da pressão arterial.

Malgrado o potencial a ser explorado, o soerguimento do extrativismo madeireiro e não-madeireiro no Acre depende da solução de três constrangimentos em searas distintas. O primeiro constrangimento possui caráter tecnológico: refere-se ao fato de que o aparato tecnológico disponível no mercado é mais adequado para trabalhar em florestas mais homogêneas, de áreas temperadas e típicas de países do Atlântico Norte, do que de áreas equatoriais como a Amazônia. É tarefa brasileira inovar na pesquisa e produção de aparatos tecnológicos característicos da Amazônia. Não se pode aguardar em berço esplêndido até que esta tecnologia possa ser inventada e importada para o Brasil. O governo brasileiro, por meio da cooperação entre as suas instituições federais de fomento e de inovação tecnológica (BNDES, FINEP, EMBRAPA etc) poderia desde já envidar esforços, seja por ação direta e governamental, seja em parceria com o setor privado nacional e com as instituições estaduais, - no caso do Acre a FAPAC, Fundação de Amparo à Pesquisa do Acre - para dar a resposta a esta necessidade tecnológica premente.

O segundo constrangimento possui caráter técnico: sua resolução ocorre não apenas pela organização da prestação dos serviços ambientais e à fiscalização dentro e fora das reservas ecológicas e das unidades de conservação, mas especialmente pela disseminação de serviço de extensionismo tecnológico florestal, que começa a ser realizado de modo mais sistemático pelo SFB (Serviço Florestal Brasileiro) e também pela EMBRAPA nas áreas de cultivos agroflorestais.

Os Planos de Desenvolvimento Comunitário, realizados pelo governo do Acre em parceria com as organizações comunitárias fornece diagnósticos precisos para projetar modos de intervir e transformar tais realidades. Apenas a título de exemplo, o Plano de

Desenvolvimento Comunitário da Comunidade Polo Amapá Margem⁹¹, localizada no município de Sena Madureira e dentro da área da Resex Chico Mendes, mostra que, apesar dos esforços realizados até então no fomento à produção extrativista, cerca de 56% da renda da comunidade advém do Programa Bolsa-Família, ao passo que 11% da renda é oriunda da agricultura, 20% do extrativismo e 13% da criação de animais. O PDC da Comunidade de Alagoas⁹², em Tarauacá, apresenta dados semelhantes, claramente a apontar o pobrismo criticado por Unger, devido à insuficiência das iniciativas produtivas locais. Já o PDC da Comunidade Amapá Centro, nos limites da Resex no município de Brasileia, apontam para realidade diversa, na qual o extrativismo garante 42% da renda total, 22% é proveniente da agricultura, 16% da criação animal, 10% de aposentadorias, 6% do funcionalismo público e apenas 4% do Bolsa-Família. Entretanto, a renda média mensal por pessoa gira em torno de apenas R\$ 750 ao mês⁹³.

Esta tarefa prescreve o aperfeiçoamento da orientação das atividades realizadas na floresta, desde o extrativismo até a exploração econômica sustentável da biodiversidade, sem deixar de lado os diversos serviços ambientais. Tal trabalho pode ser inicialmente desenvolvido por meio de parcerias dentro do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal e compartilhado com os outros entes da federação, os governos estaduais e os municípios. Outro dos desafios que se apresentam neste tema é atrair profissionais com elevada qualificação para o interior da floresta, por meio da criação de incentivos para que possam disponibilizar-se a morar fora dos grandes centros urbanos do país.

O terceiro impasse, de caráter institucional, tem a ver com a organização alternativa aos regimes jurídicos tradicionais, para além da forma de contrato de propriedade privada. A construção de institucionalidade jurídica alternativa com o objetivo de permitir novas formas de exploração sustentável do seu potencial florestal tem a ver com a difusão de regimes jurídicos de propriedade distintos daqueles recorrentemente manuseados atualmente. A gestão

⁹¹ Documento pode ser visualizado aqui:
<<http://www.sema.ac.gov.br/wps/wcm/connect/420749804b820b13ac49bea3da4641c3/PDC+AMAPA+MARGEM.pdf?MOD=AJPERES>>. Acesso em 02 de novembro de 2017.

⁹² Documento pode ser visualizado aqui:
<<http://www.sema.ac.gov.br/wps/wcm/connect/0175b0004b82130baca3bea3da4641c3/PDC+COMUNIDADE+ALAGOAS.pdf?MOD=AJPERES>>. Acesso em 02 de novembro de 2017.

⁹³ Documento pode ser visualizado aqui:
<<http://www.sema.ac.gov.br/wps/wcm/connect/95591c004b820f99ac84bea3da4641c3/PDC+COMUNIDADE+AMAP%C3%81+CENTRO.pdf?MOD=AJPERES>>. Acesso em 02 de novembro de 2017.

comunitária de territórios florestais já se mostra uma realidade internacional, ao passo que a legislação brasileira possui a figura da concessão de direito real de uso, geridos pela Lei 9.636/98 e pelo artigo 7º do Decreto-Lei 271/67. A Concessão de Direito Real de Uso, é alternativa na qual a titularidade se mantém em nome do Estado, mas o usufruto e a posse são descentralizadas para aqueles que ali residem por tempo indeterminado. Tal regime de contrato é característico da gestão comunitária em áreas florestais e pode ser ampliado, na medida em que o regime de contrato tradicional mostrar-se insuficiente para responder às novas demandas.

Tal diversidade em termos de regime de propriedade tem o condão de reforçar a cooperação entre Estado e a ação privada, promover a competição cooperativa entre os pequenos produtores, ao mesmo tempo em que vincula as vanguardas das retaguardas produtivas e resgata estas do abismo do primitivismo produtivo. A Concessão de Direito Real de Uso é regime jurídico de propriedade utilizado para contemplar tanto os caboclos amazônidas habitantes de unidades de conservação, como as Resex ou as RDS, quanto os povos originários nas Terras Indígenas. A utilização deste modelo nas Resex ou RDS auxiliaria o enfrentamento ao pobrismo, desde que articuladas a outras medidas de reconstrução institucional. É resposta às limitações observadas por Unger na identificação da concepção hidráulica dos regimes legais na variável da Inadequação Institucional: nem o regime de propriedade privada nem tampouco a concentração da propriedade nas mãos do Estado serão respostas para o pobrismo. A cooperação entre Estado e ação privada requerem inovações e novos regimes legais: a Concessão de Direito Real de Uso é uma das possibilidades de superação desta lacuna.

A fim de direcionar oportunidades organizadoras da vitalidade nestes locais, de modo a fazer com que os seus moradores possam resistir à tentação de criar gado na floresta com consequências deletérias para a cobertura florestal, no capítulo anterior foi possível apresentar propostas de reconstrução institucional. Medidas como o fomento de Zonas de Desenvolvimento Extrativista Sustentável, institucionalmente análogas às Zonas de Processamento de Exportações, reguladas pela lei 11.732/08, voltadas ao benefício do extrativismo dentro das regiões extrativistas e a distribuição de parte do Fundo de Participação dos Estados vinculados à existência de áreas protegidas podem ser de grande valia para a consecução de estratégia de preservação florestal do Acre e, especialmente, da mais célebre de suas Resex: a Chico Mendes. Cabe observar que a Lei Estadual 1.530/04 destina 5% do ICMS (Imposto Estadual Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) aos municípios com áreas de

conservação ambiental. Do ponto de vista do governo do estado, portanto, a iniciativa de vincular repasse de verbas à preservação ambiental já existe. Resta reforçar o pleito para que esta medida torne-se realidade também no âmbito do governo federal em sua relação com os entes federados⁹⁴.

A CooperIaco (Cooperativa Agroextrativista do Vale do Iaco), a AMOPREBE (Associação de Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes) e a CooperAcre (Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre) – esta última mais conhecida, estruturada e com presença em quase todos os municípios do Acre - são exemplos de associação comunitária que, inicialmente apoiados e equipados pelo Estado, podem auxiliar os produtores no fomento às novas e melhores oportunidades produtivas e com ganhos reais de renda. Uma das principais questões a serem resolvidas na Amazônia é justamente recompensar as populações locais baseadas na floresta nos resultados econômicos da exploração sustentável da floresta.

Paralelamente ao estímulo legal e financeiro, inovações técnicas como as tais ilhas de produtividade típicas do neoextrativismo e manejo florestal reforçariam o projeto original de preservação da floresta ao mesmo tempo em que dariam melhores condições econômicas aos amazônidas para superar o ciclo de pobreza, além de atrair a instalação de empresas médias vanguardistas. Contribuiriam, ademais, para a redução do desmatamento dentro das Resex e para agregar valor aos produtos extraídos, ao integrar, cada vez mais intensamente, a produção agrícola e florestal em sistemas agroflorestais.

Tais medidas de caráter transformador das instituições dão condições para que os moradores das Resex possam receber investimentos públicos e privados, além de facilitar o seu acesso ao crédito, às tecnologias mais apropriadas para a exploração sustentável dos recursos florestais e, porventura, às empresas interessadas em trabalhar com produtos extrativos e florestais em contexto renovado de construção de infra-estrutura sustentável. Associado à estas inovações o Acre poderá incrementar o seu programa de Certificação de Unidades Produtivas

⁹⁴ O PL 375/17, proposto pelo senador Acir Gurgacz (PDT/RO) em setembro de 2017, almeja alterar os critérios para a distribuição do FPE (Fundo de Participação dos Estados). De acordo com a proposta, 2% dos recursos totais do FPE seriam destinados aos estados da Amazônia Legal de acordo com a porcentagem dos seus territórios cobertos por terras indígenas demarcadas e unidades de conservação. Os outros 98% seriam divididos entre todos os estados e o Distrito Federal. No dia 08 de fevereiro o projeto obteve parecer positivo na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado com proposta de inclusão dos estados do Nordeste na distribuição dos 2% dos recursos de acordo com o coeficiente total dos seus territórios cobertos por Unidades de Conservação e Terras Indígenas.

Familiares (Lei Estadual 2.025/08) o qual, dentre outras medidas, concede aos produtores que aderirem bônus financeiro como pagamento anual por serviços ambientais e práticas produtivas sustentáveis, assim como serviços e programas voltados à produção sustentável e acesso à crédito e linhas de financiamento.

Outro exemplo de concessão, um pouco diverso, mas útil ao ambiente florestal, e ligado à nova abordagem para a indústria madeireira⁹⁵ ocorre nas concessões florestais, nas quais empresas madeireiras, associações de comunidades locais ou pequenas empresas podem explorar lotes georreferenciados de florestas públicas por um período de tempo pré-determinado, caso cumpram os requisitos do edital de licitação. A titularidade é mantida com o Estado brasileiro e as empresas dirigem a sua atuação ao cumprimento dos critérios pré-estabelecidos no Plano de Anual de Outorga Florestal, ao mesmo tempo em que têm possibilidades de atuação em parceria com a gestão comunitária.

Para além da legislação federal de florestas públicas, o Acre aprovava a versão estadual da legislação dessa área: a Lei Estadual de Florestas 1.426/01, a disciplinar os produtos florestais não-madeireiros (borracha, castanha, copaíba, açaí etc) e madeireiros. A criação de Fundo de Investimento em Participações Florestais (FIP), aprovado em 2013 pela Assembleia Legislativa do Acre e previsto na segunda fase do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre (VEROCAI ET.AL., 2012) como estímulo para a viabilização do plantio de 15 mil hectares de florestas plantadas com fins comerciais pode revigorar o setor no estado. O governo do Acre identificou potencial de exploração de 480 mil hectares de florestas em áreas passíveis de concessão nas florestas públicas estaduais de Antimary, do Mogno, da Liberdade e do Rio Gregório, além de 6 milhões de hectares aptos para a algum tipo de atividade florestal⁹⁶. Se em 2017 cerca de 70% da madeira amazônica ainda possui origem ilegal, no Acre 90% desta matéria-prima é oriunda de planos de manejo florestal sustentáveis⁹⁷. O passo seguinte parece ser o adensamento da cadeia produtiva da madeira no estado, por meio do fortalecimento da

⁹⁵ Becker (2007) ressalta que “o grande debate [para constituição de alternativa efetiva de desenvolvimento sustentável na Amazônia] tem como foco a exploração madeireira, o desmatamento, a luta pelo manejo florestal ambientalmente sustentável, talvez o tema amazônico que tenha merecido maior atenção em toda a história da produção científica sobre a região. Este é unanimemente defendido como alternativa para exploração madeireira. [...] Fatores poderosos, contudo, ainda inviabilizam a adoção de novas tecnologias de manejo, sobretudo a abundância de matéria-prima obtida a baixo custo e os altos custos da tecnologia de manejo” (p.25).

⁹⁶ Os dados constam no Boletim Informativo sobre Agroextrativismo e Produção Familiar, publicado pelo Instituto de Meio Ambiente do Acre (IMAC) em 2016: <<http://imc.ac.gov.br/wp/wp-content/uploads/2016/09/Manejo-Florestal.pdf>>.

⁹⁷ Boletim Informativo sobre Agroextrativismo e Produção Familiar.

industrialização dentro do estado nas áreas de certificação florestal, pesquisa em *design* de móveis em madeira e novas tecnologias⁹⁸.

Da forma que Carneiro (2011) já apresentava no Capítulo 2, a exploração dos recursos florestais madeireiros, seja nos limites das Florestas Nacionais, seja por empresas portadoras de selos de certificação florestal em florestas plantadas, são iniciativas centrais para a redução dos desmatamentos florestais ilegais. A ampliação de regimes jurídicos para a exploração sustentável do potencial da Amazônia deve permitir a descoberta e pesquisa da sua biodiversidade, em articulação com centros de pesquisa avançados localizados em cidades como Rio Branco e Porto Velho, de forma a articular o complexo verde e o complexo urbano.

Consolidar o experimentalismo democrático requer tratar de inovações legais em torno de alternativas institucionais em que a coordenação estratégica entre o setor público e o mercado possam ser descentralizadas. Sob esta perspectiva será possível estimular a solução dos impasses e fomentar proposta de produtivismo incluyente com preservação florestal.

Ainda no tema das potenciais inovações em produtos madeireiros há que se referenciar o Laboratório de Produtos Florestais, vinculado ao SFB, com vasta agenda de pesquisa em produtos florestais, com ênfase na engenharia da madeira e biomassa, tal como a EMBRAPA AgroEnergia. As pesquisas em biomassa envolvem materiais compostos por lignocelulose. Biomassa produzida pelos rejeitos das colheitas e do processamento de vegetais, o estado de São Paulo inaugurou em 2015 a primeira usina produtora de etanol de celulose, que utiliza o bagaço e a palha da cana-de-açúcar, e não apenas o caldo de cana, para produzir energia. O uso deste material tem potencial de redução das emissões de poluentes na atmosfera. A generalização desta tecnologia associada à redução de custos permitiria gerar energia com o uso de novas matérias-primas para a produção do etanol de celulose, também chamado de etanol de segunda geração.

⁹⁸ Documento anexo ao PROACRE (Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do Acre) reconhece os principais gargalos do setor no Acre: “A indústria florestal acreana ainda enfrenta uma série de dificuldades para competir internacionalmente, e até mesmo no mercado doméstico. Entre tais dificuldades, pode-se mencionar: tecnologia defasada e equipamentos obsoletos; baixo grau de mecanização e automação; mão-de-obra pouco qualificada; falta de logística para escoamento da produção. Embora a indústria de transformação da madeira no Acre ainda apresente deficiências, certas medidas através de programas/projetos implantados pela SEDENS/SEF estão alterando progressivamente tal cenário, seja pela atração de novos investimentos (floresta plantada) ou pela organização da produção de maneira para tornar a indústria florestal local mais competitiva” (ACRE, 2012, p.3).

Alternativas institucionais estimuladoras da inovação na indústria madeireira trará mudança profunda em seu paradigma, invariavelmente por afastar a exploração florestal irregular e as arcaicas práticas de desmatamento desmesurado da floresta, seja com motosserras, seja com a prática do ‘correntão’. O fomento à cadeia produtiva do bambu e a elaboração do Plano Estadual de Desenvolvimento do Bambu (2016), no Acre, apontam para a exploração sustentável de produto abundante nas florestas do estado. O crescimento de boa parte das espécies de bambu existentes no Acre ocorre de maneira mais rápida do que as madeiras tradicionalmente exploradas. Seu uso, embora ainda restrito no Brasil, detém potencial de difusão para os setores da construção civil, biorrefinaria, energia renovável, madeireiro e bionanotecnologia.

Por fim, o terceiro setor no qual o Acre se destaca são os serviços ambientais, de forma a integrar políticas voltadas para o fomento da bioenergia, da biodiversidade amazônica e das negociações internacionais de crédito de carbono. Com o ZEE já realizado o Acre poderia fomentar a produção de bioenergia e a exploração da biodiversidade nas reservas de uso sustentável em articulação com os centros de pesquisa locais, regionais e internacionais. O avanço na área dos serviços ambientais guarda potencial para tornar-se boa fonte de recursos, desde que não comprometa a soberania da Amazônia e não sirva como mecanismo de manutenção do *status quo* no quadro da geopolítica internacional permeada pelo debate a respeito do meio ambiente e da posição da Amazônia no quadro global. A Lei Estadual 2.308/10, que deu vida ao SISA (Sistema Estadual de Incentivos e Serviços Ambientais) e ao ISA (Programa de Incentivos por Serviços Ambientais) inspirou profundamente a Lei de Governança Climática e Serviços Ambientais de Rondônia (RONDÔNIA, 2017). Ambas buscam criar mecanismos de regulação para o mercado de serviços ambientais, especialmente por meio da redução da emissão dos gases do efeito estufa e balizam os investimentos no setor de serviços ambientais.

Entretanto, caberia ao município de Rio Branco o papel de articular este intercâmbio de ideias entre o complexo verde e o urbano. Já em relação à biodiversidade há potencial amplo em iniciativas que passam pela cadeia de fármacos, fitoterápicos, química, engenharia de materiais, indústria de alimentos, genética, cosméticos, de modo que o Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), instalado em Manaus, teria papel determinante nesta função. Diretriz voltada para a atração de empresas nacionais de porte médio e de caráter vanguardista é fundamental para a execução dessa tarefa. Isto porque as multinacionais, como tantas presentes

na Zona Franca de Manaus no estado vizinho, dificilmente mudarão os seus laboratórios de inovação para fora da sua sede no país de origem.

A vinculação do complexo urbano ao complexo verde na Amazônia está intimamente relacionada ao papel das suas cidades: este é *locus* potencial para abrigar rede de polos industriais voltados à pesquisa, preservação e exploração sustentável da biodiversidade local⁹⁹. Para cumprir o objetivo, o primeiro componente deve prever o aprofundamento de ambiente de integração entre o meio acadêmico local e regional, assim como de empresas de porte regional e nacional. Nesse sentido, alternativas para que as comunidades locais sejam recompensadas pelos seus conhecimentos é requisito para incentivo à pesquisa em biodiversidade. Paralelamente às políticas de valorização da biodiversidade amazônica é imperioso fortalecer a fiscalização contra a biopirataria na região, para que histórias como a do contrabando da *Hevea brasiliensis* rumo ao Sudeste Asiático não se repitam. O terceiro componente para a expansão dos serviços ambientais no Acre é, de um lado, a consolidação de fundo para o financiamento da Amazônia, papel exercido pelo Fundo Amazônia, por exemplo. De outro lado, mercado de créditos de carbono, embora ainda incipiente, pode representar auxílio financeiro importante às comunidades da floresta caso se desenvolva nos próximos anos. Em alguma medida todos os três componentes estão previstos na lei 2.308/10, muito embora suas consequências ainda careçam de desdobramentos mais eloquentes na sociedade local.

Cabe, por fim, tratar de relevante câmbio no modelo acreano nos anos recentes. Se nos primeiros anos de governo da Aliança dos Povos da Floresta – nos dois mandatos de Jorge Viana e no mandato de Binho Marques - havia clara crença do potencial transformador da presença estatal na atividade econômica, com políticas de subsídios e construção de indústrias pertencentes ao setor público, é relevante notar a mudança de direção durante o governo Tião Viana (2011-2018). Durante seu mandato Tião Viana buscou redefinir a relação do Estado com as atividades econômicas.

Ao fomentar o frigorífico Dom Porquito, o estado do Acre passou a ser acionista minoritário, não único proprietário, e realizou esforços para a integração dos médios e pequenos produtores. Proposta semelhante deu-se na instalação da fábrica da Peixes da Amazônia. Por

⁹⁹ Becker (2008, p.280) aponta que as cidades amazônicas sustentaram as mudanças sociais e econômicas oriundas de forças externas. Neste momento cabe novamente a elas antecipar novo padrão de desenvolvimento ao combinar a exploração não-predatória do capital natural paralelamente aos serviços e redes de informações mais avançados.

fim, o governo Tião Viana concedeu à iniciativa privada a fábrica de preservativos Natex, em Xapuri.

Limitações práticas do projeto anterior, divergências ideológicas, limitações orçamentário-financeiras derivadas da crise fiscal do país com consequências para os estados: todos estes fatores podem ter exercido algum papel nesta mudança, entretanto, o fato mais importante a ser destacado é o reconhecimento da impossibilidade de Estado ou mercado, sozinhos, organizarem alternativas institucionais transformadoras. A velha concepção hidráulica entre Estado e mercado mostrou seus limites no Acre uma vez mais, o que chamamos de variável da Inadequação Institucional. A partir deste reconhecimento houve a busca por novos regimes legais para a execução das atividades econômicas e para a integração de importantes cadeias de produção no estado, o que acabou por fortalecer a descentralização do acesso aos recursos e oportunidades e as formas de cooperação produtiva e social. Estas ações parecem apontar para a direção mais promissora ao futuro do Acre, pois reforça norte experimentalista.

4.4. RONDÔNIA: o Contexto

Esta quarta seção oferece interpretação sobre a estratégia para Rondônia a partir do histórico do seu movimento transformador interno. Trata brevemente da sua ligação com a economia da borracha e, de maneira mais detalhada, dos desdobramentos dos programas de colonização do seu território durante a ditadura militar e do papel do INCRA em sua urbanização, assim como os limites do modelo. A partir daí será possível analisar o impasse atual e as opções presentes para a sua superação.

A ocupação do atual território do estado de Rondônia começa a efetivar-se no final do século XIX a partir da junção de três contingentes humanos: o primeiro deles era composto pelos nativos e antigos coletores de drogas do sertão instalados há muito na várzea dos Rios Madeira e Mamoré; o segundo contingente é o de seringueiros, indígenas e bolivianos provenientes de seringais localizados nas margens dos rios Beni, Mamoré e Guaporé que seguiram rio Madeira abaixo e, por fim, o terceiro contingente é o de nordestinos, especialmente cearenses fugidos das periódicas secas nordestinas que, em meio aos perigos e à solidão da vida na floresta, tentavam ali construir um futuro alvissareiro (PINTO, 1993). Embora já no século

XVIII o Real Forte Príncipe da Beira (localizado no município de Costa Marques) tivesse sido erguido pelos portugueses nas fronteiras com o domínio espanhol e, antes disso, já houvesse grupos de jesuítas a catequizar a ‘indiada’ local e grupos de bandeirantes que ora embrenhavam-se pela floresta em busca de ouro, a região ainda não possuía um contingente populacional fixo e considerável, o que só ocorre a partir do *boom* do ciclo da borracha.

Durante a segunda metade do século XIX e o início do século XX a economia local esteve extremamente vinculada à dinâmica da exploração gomífera e, com a assinatura do Tratado de Petrópolis, em 1903, a anexar definitivamente o Acre ao território brasileiro, avançaram as tratativas para a construção da ferrovia Madeira-Mamoré¹⁰⁰. Pelo acordo fixado no Tratado de Petrópolis o Brasil seria responsável pela construção de ferrovia que faria o elo entre a cidade de Guajará-Mirim, na fronteira de Rondônia com a Bolívia, com Porto Velho, de modo que dali os produtos bolivianos poderiam acessar o Rio Madeira até Manaus e depois até o Oceano Atlântico via Rio Amazonas. Diante de uma obra com sérias dificuldades de execução em meio à floresta densa e com incontáveis perdas humanas por conta das doenças tropicais, - a estimativa mais aceita trata de 20 a 30 mil mortes - a construção da ferrovia foi, ao final, repassada para a iniciativa privada e finalizada graças aos investimentos do norte-americano Percival Farquhar. Contudo, poucos anos depois da inauguração da ferrovia sobreveio o estouro da bolha do ciclo da borracha no Brasil, o que resultou em prejuízos e estagnação para a região.

É também entre o final do século XIX e o início do século XX que o Marechal Rondon, homenageado pelo nome do estado, estende as linhas telegráficas de Cuiabá até Porto Velho, por onde atualmente coincide o trajeto da BR-364 ou Cuiabá-Porto Velho. No estado de Rondônia a Comissão Rondon instala cinco estações telegráficas onde hoje se localizam alguns dos principais municípios do interior de Rondônia: Vilhena, Pimenta Bueno, Ji-Paraná, Jaru, Ariquemes. Posteriormente a Comissão Rondon estendeu a instalação de linhas telegráficas de Porto Velho até Guajará-Mirim.

¹⁰⁰ Ricupero sugere proximidades entre os processos de anexação do Acre ao Brasil e do Texas aos Estados Unidos: “O Acre constitui caso único e excepcional na experiência histórica brasileira. Foi comparado ao Texas em analogia a um episódio na América do Norte em que há semelhança entre alguns dos elementos essenciais da narrativa: terras povoadas por colonos de nação contígua, revolta armada contra a distante soberania central, autonomia e, em seguida, anexação ao país de origem dos revoltosos. A diferença é o desenlace: em um exemplo, guerra e início do processo de perda de um terço do território mexicano; no outro, afirmação da negociação e da diplomacia” (RICUPERO, 2012, p.119).

Apesar da crise da borracha, o projeto de ocupação do território brasileiro rumo ao oeste, distante do litoral, continuava a ser preconizado por parte dos dirigentes nacionais. Posteriormente, tanto Getúlio Vargas, com a Marcha para o Oeste, quanto os governos militares, seguirão com essa postura, ainda que sob diferentes prismas e por diferentes razões.

Em 1943 os municípios de Porto Velho e Guajará-Mirim são desmembrados respectivamente dos estados do Amazonas e do Mato Grosso e, juntos, conformam os dois únicos municípios do então Território Federal do Guaporé. Embora todo o asfaltamento da Cuiabá-Porto Velho tenha sido finalizado apenas durante a década de 80, o início da sua construção ocorre no mesmo ano da criação do Território, em 1943. Em 1956 o Território Federal do Guaporé muda de nome e passa a chamar-se Rondônia, mas ainda não muda seu *status* na federação, o que só ocorre na década de 80¹⁰¹.

Após o *coup d'état* de 1964, uma das primeiras ações para a Amazônia consistiu na reunião ocorrida no cruzeiro Rosa da Fonseca, na qual empresários, banqueiros, governadores e ministros, em meio a viagem entre Manaus e Belém pelo Rio Amazonas, debateram os incentivos financeiros para a ocupação da região sob a premissa da política de Segurança Nacional. O fruto dos entendimentos daquela viagem deu origem à chamada Operação Amazônia.

O Plano de Integração Nacional (PIN), concretizado pela ditadura militar como parte dos esforços decorrentes dos entendimentos da Operação Amazônia, instituiu política de desenvolvimento regional para o estado de Rondônia cujo mote localizou-se na colonização agrícola, sob a responsabilidade do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). O PIN encaixava-se em meio às preocupações do regime militar com relação às fronteiras e da doutrina da segurança nacional vigente na Amazônia, característica conjuntural que contribuiu para que a região fosse utilizada para aliviar a pressão social do campo presente no Nordeste brasileiro. O PIN tinha três aspectos marcantes: o primeiro deles refere-se aos projetos de abertura de rodovias na Amazônia (Transamazônica, Belém-Brasília, Cuiabá-Santarém), cujo objetivo era integrar a Amazônia ao restante do território nacional.

¹⁰¹ No contexto da Segunda Guerra Mundial e dos Acordos de Washington foi criado o então Território Federal do Guaporé, em 1943, desmembrado de terras do Mato Grosso e do Amazonas. Em 1956, pouco mais de um mês após a posse do presidente Juscelino Kubitschek, há a mudança de nome para Território Federal de Rondônia em homenagem ao Marechal Rondon, desbravador da região no início do século XX. Apenas em 1982 Rondônia ganha o *status* de Estado da federação.

O segundo aspecto era a implantação de programa de colonização e reforma agrária em faixa de terra às margens das rodovias federais, definido pelo Decreto-Lei 1.164/71, a federalizar uma faixa de terra de 100 km em cada uma das margens das rodovias federais já construídas, em construção ou projetadas na Amazônia Legal. Com esta medida o governo federal federalizou cerca de 42% do território nacional, ou cerca de 3,5 milhões de km², cuja consequência resultou no repentino fortalecimento político do recém-fundado INCRA. O terceiro aspecto fundamental do PIN ocorre pela liberação de incentivos fiscais para abatimento do imposto de renda por meio de programa chamado PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste). O PROTERRA havia sido pensado inicialmente como um estímulo para os pequenos proprietários, muito embora ao longo do tempo tenha sido capturado por parte dos grandes latifundiários e pelo grande capital instalado na região. Para promover a fixação dos colonos na terra, cooperativas agrícolas e empresas situadas ao longo de rodovias no norte do Mato Grosso e em Rondônia – dentre as quais a BR-364 - teriam linhas de créditos liberadas para projetos de colonização. Contudo, os maiores beneficiados pelo programa foram produtores do sul do país que venderam suas terras em busca de lotes bem maiores em projetos privados na Amazônia Legal.

Desse modo, o governo cunhou a expressão “uma terra sem homens para homens sem terra” e incentivou a migração como forma de estimular o crescimento demográfico da região. Ao contrário de boa parte da Amazônia, no qual a grande propriedade fora beneficiada por uma série de políticas governamentais, o estado de Rondônia acabou por constituir-se por uma sociedade de pequenos e médios proprietários rurais.

Becker (1990) caracteriza a colonização do estado de Rondônia a partir dos conflitos iniciais existentes entre a pequena propriedade familiar e as empresas de mineração, os garimpeiros, os seringalistas, os povos originários, os funcionários públicos e os migrantes sem-terra. Todos estes grupos sociais formam parte importante da história do estado e seus conflitos representaram os interesses em disputa, de modo que as formas da institucionalidade presente são resultantes destes conflitos. Logo nos momentos iniciais da colonização oficial do estado as atividades agrícolas estavam basicamente concentradas na exportação de café e cacau, na exploração da madeira e da borracha e, por fim, na mineração da cassiterita. Posteriormente a pecuária torna-se outra atividade produtiva fundamental para a economia rondoniense.

É fundamental pontuar a relação entre as criações dos projetos de assentamento do INCRA e a urbanização e criação de cidades no Estado. Dos 52 municípios do estado, apenas Porto Velho e Guajará-Mirim não foram criados a partir dos projetos de assentamento do INCRA. Ariquemes, Jaru, Ji-Paraná (antiga Vila de Rondônia), Cacoal, Pimenta Bueno e Vilhena foram fundadas no contexto de instalação das linhas telegráficas pela expedição do Marechal Cândido Rondon no início do século XX. Entretanto, é apenas a partir da criação da BR-364 e, depois, do seu asfaltamento, da elevação do contingente migratório e da disseminação dos projetos de assentamento que estes locais crescem, ganham importância e são elevados à categoria de municípios. Todos os outros municípios do estado surgiram diretamente dos projetos do INCRA e alguns, como Urupá, fizeram do local do assentamento inicial promovido pelo INCRA o seu centro urbano atual.

O Decreto 63.104/68 delimita quatro áreas prioritárias para as ações do governo federal na Amazônia, duas delas na região estudada. A Área Prioritária I abrange uma faixa de seis quilômetros de cada lado da rodovia BR-364 no trecho entre Ariquemes e Vila de Rondônia (atual Ji-Paraná). Já a Área Prioritária II abrange a faixa localizada na divisa entre Acre, Amazonas e Rondônia, a perfazer as cidades de Rio Branco (AC), Boca do Acre (AM), Humaitá (AM), Lábrea (AM), Porto Velho (RO) e o distrito de Abunã. Além disso, a cidade fronteiriça de Guajará-Mirim teria prioridade para a concessão de estímulos à ocupação e ao desenvolvimento econômico. Em suma, este decreto do governo militar buscava criar estímulos à colonização urbana e rural da Amazônia.

Um dos efeitos deste decreto ensejou a criação dos Projetos Integrados de Colonização em Rondônia (PICs), um dos primeiros mecanismos de colonização de Rondônia executado pelo INCRA. Em terras de 100 hectares os PICs foram pensados para assentar pequenos agricultores, especialmente minifundistas ou trabalhadores rurais sem-terra. Nos PICs o INCRA responsabilizava-se por 12 projetos: (1) a distribuição de terras, (2) a organização territorial de acordo com o perímetro do projeto, (3) a administração do projeto, (4) as atividades relativas ao assentamento, (5) a definição das unidades agrícolas e assessoria técnica, (6) a construção de infra-estrutura física (estradas, pontes etc), (7) a construção de escolas (e, em alguns casos, a contratação de professores), (8) a construção de infra-estrutura de saúde e previdência social, (9) a habitação rural, (10) fomento à criação de empresa cooperativa após a emancipação/consolidação do projeto, (11) concessão de crédito e, por fim, (12) a comercialização da produção. O INCRA fica responsável, ainda, por outorgar o título definitivo

de propriedade aos beneficiários, competências que, somadas, conferem forte poder político ao órgão.

Os Projetos de Assentamentos Dirigidos (PADs) similarmente foram consequência deste movimento de colonização amazônica, mas detinham algumas diferenças em relação aos PICs. Os PADs eram maiores, glebas planejadas entre 125 e 250 hectares. Neste modelo o INCRA buscava colonos mais especializados, com experiência anterior na agricultura, algum recurso financeiro e, por fim, com o conhecimento sobre as linhas de crédito. Nos PADs a função do INCRA restringia-se a distribuição de terras, organização do território, administração do território, assentamento, unidades agrícolas e infra-estrutura física (como a construção de estradas). Os PADs foram fruto de momento posterior aos PICs, consubstanciaram-se por conta do massivo número de migrantes que tentavam uma nova vida em Rondônia e foram marcados pelo seu foco na produção de cacau (OLIVEIRA, 2010; SOUZA ET.AL., 2009). Os PICs e PADs situavam-se em terras desapropriadas pelo INCRA, algumas delas de antigos seringais.

A tabela abaixo apresenta apenas os projetos de colonização agrária em Rondônia até 1975. Entretanto, após 1975 a mesma política se manteve, com algumas mudanças, como a redução do tamanho de cada lote por conta de alterações na modalidade dos projetos de assentamento. Os dados atuais do INCRA apontam para a existência de 39.060 famílias assentadas em programas de colonização oficial, muito embora apenas 4.905 tenham obtido a titulação definitiva até 2016.

O grande afluxo de colonos para a região de Rondônia e as diferenças marcantes entre o que era feito ali em comparação com a colonização agrária vigente às margens da Transamazônica e no restante da Amazônia fez com que o INCRA tivesse de pensar novas formas de colonização agrária. Desse processo resultou o Projeto de Assentamento Rápido (PAR), no qual o INCRA tinha de disponibilizar a terra, demarcá-la, promover a seleção e, por fim, assentar e titular as famílias. Ao governo do então Território de Rondônia (apenas em 1982 Rondônia se torna um estado da federação) cabia realizar as tarefas de infra-estrutura básica, bem como ofertar os serviços públicos de saúde, educação e assistência técnica.

Tabela 2 – Projetos pioneiros de colonização em Rondônia em meados dos anos 70

PROJETO	ANO DE CRIAÇÃO	ÁREA (ha.)	PARCELA MÉDIA (ha.)	FAMÍLIAS ASSENTADAS	MUNICÍPIOS
PIC Ouro Preto	1970	512.585	100	5.162	Ji-Paraná e Ouro Preto D'Oeste
PIC Sidney Girão	1971	60.000	100	638	Guajará-Mirim
PIC Ji-Paraná	1972	486.137	100	4.756	Cacoal, Rolim de Moura, Presidente Médici, Pimenta Bueno e Espigão D'Oeste
PIC Paulo Assis Ribeiro	1973	293.580	100	3.353	Colorado D'Oeste
PIC Padre Adolph Rohl	1975	407.219	100	3.786	Jaru
PAD Marechal Dutra	1975	497.661	100	4.767	Marechal Dutra
PAD Burareiro	1975	304.935	100 a 250	1.640	Ariquemes

Fonte: Adaptado de Perdigão e Bassegio (1992, p.78)

Estas terras, arrecadados pelo INCRA em nome da União, foram seccionadas em lotes de cerca de 50 hectares e direcionados aos pequenos produtores. Diferentemente dos PICs, os PARs não tinham estradas de acesso, mas apenas trilhas, as picadas. Toda a infra-estrutura costumava ser construída após o início da fase de produção.

Paralelamente aos projetos de colonização o INCRA também ficou encarregado de promover a regularização fundiária do território. Para cumprir tal intento, absorveu as terras desocupadas ou ocupadas irregularmente ao patrimônio público. E, de outro lado, concedia a titulação definitiva das propriedades portadoras de documentação regular.

Ao mesmo tempo em que o INCRA realizava esta série de projetos de assentamentos, também preparava parte das terras incorporadas ao patrimônio público para serem privatizadas. De acordo com modelo de Concorrência Pública, o INCRA licitava terras públicas de 500 a 3.000 hectares para a implantação de médias e grandes empresas rurais, modelo em que os grandes grupos econômicos foram claramente dominantes (PERDIGÃO ET.AL., 1992). Este foi o caso das glebas Licitação Burareiro (com lotes entre 500 e 1.000 ha. voltadas para a criação de cacau), ao lado do PAD homônimo; da Gleba Corumbiara, com terrenos de cerca de 2.000 ha. no sul do estado; da Gleba Garças, próxima ao trecho da BR-364 entre Porto Velho e Rio Branco e da Gleba Baixo Candeias, vizinha a Porto Velho. O objetivo destas licitações era, além de trazer fonte de investimento privado ao estado, também reforçar os cofres públicos para os investimentos necessários à instalação de infra-estrutura. É importante destacar que, além da colonização estatal induzida pelo INCRA, em Rondônia igualmente notava-se a presença de empresas privadas de colonização, como a Calama, instalada em Ji-Paraná, ou a Itaporanga, cuja sede localizou-se em Pimenta Bueno.

Por fim, em meados da década de 80 o INCRA passa a criar nova modalidade de assentamento: os PAs (Projetos de Assentamento). Por conta da ocupação anterior das terras, estes lotes já foram subdivididos em fatias menores, de no máximo 50 ha. Os três primeiros PAs (Urupá, Machadinho e Cujubim) foram financiados com recursos do Banco Mundial derivados do PoloNordeste. Além destes, o PA Bom Princípio também foi lançado antes de 1985, data a partir da qual os novos PAs submeteram-se aos Programas de Reforma Agrária do governo federal. Oliveira (2010) afirma que entre 1986 e 2007 foram criados 129 PAs, já submetidos ao Programa de Reforma Agrária.

No restante da Amazônia brasileira é possível encontrar outras experiências relativamente exitosas de estabelecimento da pequena e da média propriedade campestre. A diferença para Rondônia, contudo, é a escala. Nenhuma outra experiência amazônica deste tipo de política foi capaz de reunir a mesma multidão de brasileiros e, concomitantemente, obter o mesmo êxito.

4.4.1. Limitações do projeto de colonização

Binsztok et al. (2009) defendem a ideia de que os projetos de colonização do INCRA na década de 70 obedecem à lógica de uma contra-reforma agrária¹⁰². O argumento sustenta-se na noção de que a colonização de Rondônia deveu-se ao processo de suavizar os efeitos de modernização conservadora em locais de produção cafeeira no norte do Espírito Santo e norte e oeste do Paraná¹⁰³. As medidas tomadas pelo IBC/GERCA (Instituto Brasileiro do Café/Grupo Executivo de Recuperação Econômica da Cafeicultura), como a erradicação de milhares de pés de café considerados improdutivos, ao mesmo tempo em que objetivavam modernizar a produção cafeeira, também propiciaram a expulsão de número considerável de pequenos proprietários e trabalhadores agrícolas nestes dois estados do país. Em contrapartida, esta força de trabalho expulsa das lavouras teria encontrado em Rondônia um local onde poderia voltar a trabalhar. A liderança do INCRA nos projetos agrários, especialmente nos PICs, teria sido fundamental para atenuar este foco de tensão ao proporcionar novas terras para que as famílias pudessem cultivar.

A Operação Amazônia não resultou apenas no PIN, mas também em uma série de outras políticas. Os Planos Nacionais de Desenvolvimento, especialmente o II PND, merecem destaque especial porque previram iniciativas voltadas para Rondônia. Os polos de desenvolvimento estabeleceram marco no II PND, do qual o Polamazônia, o PoloCentro e o PoloNordeste foram os mais notórios. O Polamazônia – Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia – estabelecia quinze territórios prioritários para o desenvolvimento. O Polamazônia¹⁰⁴ concebia em Rondônia o desenvolvimento de polo agromineral voltado para

¹⁰² Souza e Pessôa (2009) e Ianni (1979) também sustentam o argumento da contra-reforma agrária executada pela ditadura militar, embora pela utilização de argumentos diversos. Souza e Pessôa (2009) enfatizam a desterritorialização de populações indígenas e seringueiros, bem como grupos sociais estabelecidos no território antes do processo de robustecimento das políticas de ocupação. Ianni (1979), por sua vez, trata do processo de contra-reforma agrária ocorrido como um todo na Amazônia, sem tratar da especificidade do caso de Rondônia. Nesse sentido, chama a atenção para a prioridade dada pelo governo militar para a instrumentalização da dominação econômica por parte do grande capital aportado tanto por grandes latifundiários quanto por grandes empresas, como a Volkswagen, Mitsubishi e Bradesco.

¹⁰³ Souza e Pessôa (2009) pontuam que, de fato, a maior parte dos migrantes que se aventuraram a colonizar o território rondoniense a partir da década de 70 tinham laços no Sul do país, em especial no Paraná. Ademais, os autores fazem um recorte espacial do processo migratório ao explicar que a migração nordestina neste período não se deu de maneira intensa em Rondônia, já que esteve concentrada na Amazônia Oriental, em especial às margens do trecho paraense da Transamazônica.

¹⁰⁴ O Polamazônia fora instituído pelo Decreto 74.607/74.

a exploração especialmente de estanho (cassiterita), por meio da atração de capital privado nacional ou estrangeiro com o apoio da SUDAM e do BASA.

O PoloCentro, por sua vez, não era composto por ações que incidiam diretamente no território de Rondônia, já que estava voltado ao Cerrado brasileiro, especialmente ao Centro-Oeste. Entretanto, um dos seus principais objetivos era viabilizar o plantio de soja e arroz por meio de projeto de cooperação entre o governo brasileiro e japonês através do programa PRODECER (Programa Nipo-Brasileiro de Cooperação para o Desenvolvimento Agrícola da Região do Cerrado). Os japoneses almejavam viabilizar esta área para a produção de soja voltada à exportação e comprometiam-se a comprar a produção brasileira. Ao final, a produção de soja no Cerrado obteve êxito e, atualmente, sua área de produção está em expansão já no estado de Rondônia e no sul do Amazonas.

Por fim, o PoloNoroeste¹⁰⁵ era compreendido como um conjunto de ações regionais integradas no perímetro da BR-364 (Cuiabá-Porto Velho). Financiado pelo governo federal e pelo Banco Mundial, objetivou reconstruir e pavimentar a rodovia, construir uma rede de estradas vicinais, promover programas de colonização agrária e assentamento, bem como regularizar a questão fundiária. Concomitantemente, também pretendeu apoiar as atividades produtivas, expandir os serviços públicos de educação e saúde, melhorar a infra-estrutura das comunidades rurais e preservar a floresta e as comunidades indígenas. A pavimentação da principal rodovia federal de Rondônia possibilitou a criação de rota para o escoamento da produção sojifera do Mato Grosso estimulada pelo PoloCentro. Desse modo, a produção poderia ser levada até Porto Velho e, de lá, poderia ser escoada pelo Rio Madeira-Amazonas-Oceano Atlântico.

Oliveira (1988) destaca o entendimento de que as políticas de ocupação da Amazônia lideradas pelo governo militar ocorrem de acordo com a lógica de benefício para o grande capital. As políticas de apoio às pequenas e médias propriedades rurais, por essa lógica, seriam uma maneira de atrair mão-de-obra para os grandes empreendimentos. Por essa razão o autor qualificou o apoio aos colonos como escasso e precário, o que teria feito com que parte dos colonos desistisse da nova empreitada, abandonasse suas terras e se visse compelido a vender sua mão-de-obra especialmente para o grande capital privado, seja nacional ou estrangeiro. Souza et.al. (2009) indicam que os projetos de colonização, o Polamazônia e o PoloNoroeste

¹⁰⁵ O PoloNoroeste fora instituído pelo Decreto 86.029/81.

acabaram por intensificar o processo de exclusão de posseiros, povos originários e camponeses, mitigado apenas pelo PAR.

Comentado logo na introdução desta tese Wade (2016a, 2016b) destaca as consequências deletérias do modo como o governo militar induziu a ocupação do estado, cuja resultante fez explodir os casos de impaludismo, singularmente no município de Ariquemes, - embora a doença estivesse disseminada por todo o estado. Neste período o processo de colonização de Rondônia se faz em meio aos inúmeros desafios e impasses: explosão migratória, descontrole das epidemias, ausência quase total de saneamento básico, veloz processo de destribalização indígena, derrubada acelerada da floresta. E neste caleidoscópio de aventuras Rondônia se fez. É justamente com o projeto PoloNordeste, contudo, que o mundo desperta para o processo de derrubada da floresta. Isto ocorre quando ONGs dos EUA e congressistas norte-americanos, em grande medida impactados com as cenas da dimensão do avanço humano sobre a floresta gravadas para a série documental “A década da destruição” (1980-1990), passam a contestar o Banco Mundial sobre o uso do dinheiro do contribuinte norte-americano¹⁰⁶ para aquele tipo de atividade. Em 1985, em meio ao processo de redemocratização, o Banco Mundial chega a suspender os repasses ao projeto até que o governo brasileiro cumprisse as ações anteriormente estabelecidas. A elevação deste tema na agenda política resulta, posteriormente, na apresentação do “Programa Nossa Natureza”, do governo Sarney em 1988 e, no ano seguinte, na fundação do IBAMA. Resulta também na elaboração do primeiro Zoneamento Ecológico-Econômico de Rondônia, aprovado em 1991, bem como o PlanaFloro, política posterior voltada a mitigar os efeitos do desmatamento da década anterior.

Coy (1995), por sua vez, destaca o quanto a expansão da fronteira agrícola e a criação de novas cidades e novas ocupações na Amazônia prejudicou a floresta e facilitou a sua derrubada. Não é complicado notar que isto ocorreu pelo fato de que as instituições estavam constituídas de modo a incentivar a destruição florestal, em vez de preservá-la. Dito de outro modo: entre os anos 70 e início dos 80 ainda não havia ideias suficientemente bem constituídas que apostassem na direção de projeto de desenvolvimento voltado para o uso sustentável dos recursos naturais de modo a manter em pé a floresta. Exemplos para corroborar esta tese não faltam: o caos fundiário da Amazônia facilitava a mera destruição da floresta no curto prazo; os títulos de terra eram reconhecidos apenas quando o dono provasse ter feito uso do território,

¹⁰⁶ Embora o Banco Mundial seja considerado instituição multilateral, os EUA mantêm forte ingerência sobre o banco: indicam seus presidentes e detêm domínio sobre o seu financiamento.

de modo que o uso quase sempre era comprovado ao desmatar o território; a valorização das madeiras amazônicas num mercado em que as certificações florestais e o selo de origem eram práticas ainda inexistentes etc. Como resultado desta política, colonos, pecuaristas e madeireiros avançaram o desmate para o interior do estado pela via das estradas vicinais constituídas pelos PICs e fizeram com que alguns municípios de Rondônia perdessem quase toda a sua cobertura florestal¹⁰⁷.

Pereira (2007, p.133) considera que a debilidade institucional do governo de Rondônia fez com que o INCRA fosse considerado um território federal dentro do Território Federal, cenário que só sofre um câmbio a partir do momento em que Rondônia torna-se um Estado da Federação, no ano de 1982. Até então o INCRA executava praticamente todas as tarefas relacionadas à colonização. Após a mudança de Território Federal para Estado houve crescente transferência de atribuições para o governo estadual, cuja consequência foi o enfraquecimento político relativo do INCRA.

Enquanto Rondônia ainda era Território Federal e a indicação do governador era feita pelo presidente, a classe média local era composta por funcionários do INCRA e do governo que, na sua maioria, tinham suas origens nos estados do Sul e, em menor medida, do Nordeste, bem como por colonos, proprietários e funcionários de serrarias e comerciantes. No processo de formação dos grupos sociais dominantes o Estado passa a cooptar este perfil de empreendedores em oposição aos antigos grupos ligados ao negócio da exploração gomífera (BECKER, 1990). Antigos seringalistas tiveram suas terras expropriadas pelo governo militar por falta de meios de comprovar a posse de suas terras (BINSZTOK ET.AL., 2009). Diante destes fatos o poder político que antes tiveram se desvanecia em um átimo. Se a colonização de Rondônia pode ser considerada uma contra-reforma agrária sob o ponto de vista nacional, por outro lado a atuação do INCRA representou uma descentralização fundiária dentro do estado, ao enfraquecer os antigos seringalistas.

¹⁰⁷ Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE, 2015) mostram que alguns municípios de Rondônia já perderam mais de 90% da sua cobertura florestal, como é o caso de Teixeiraópolis, Presidente Médici e Rolim de Moura. De maneira geral os municípios localizados no Leste Rondoniense estão com a sua cobertura florestal mais devastada, enquanto os municípios da mesorregião do Madeira-Guaporé estão mais preservados. Um dos fatores fundamentais é o fato de que a BR-364, a principal ligação rodoviária de Rondônia com o Centro-Oeste e com o Sudeste, além de eixo econômico do estado e *lócus* da maior parte da colonização agrária de Rondônia, corta justamente o Leste Rondoniense, enquanto o Madeira-Guaporé, na fronteira com a Bolívia, não possui rodovias importantes.

As formas de cooptação dos novos atores basearam-se especialmente na institucionalização urbana do estado e na formação dos municípios. Nesse sentido Rondônia induziu a migração, embora tenha oferecido poucos recursos para a instalação dos migrantes e possibilidades mais reduzidas de defender os seus investimentos. Marcado pelas contradições entre os grupos sociais presentes no território e pela fragilidade inicial do aparelho estatal, as instituições federais e os pequenos produtores organizaram sua atuação em um local relativamente livre de hierarquias sociais anteriores.

A ação dos pequenos produtores em termos de organização ocorreu por meio de três formas, de acordo com a perspectiva de Becker (1990): (1) nas inovações não-conflitantes do modelo de povoamento, - especialmente no modelo geométrico de organização da propriedade conhecido como ‘quadrado burro’ que, posteriormente, teve como consequência deletéria a geração de formas de desmatamento conhecidas como ‘espinhas de peixe’ –mas que, ao mesmo tempo, promoveu a criação de cidades no interior do estado e a formação de mercado de trabalho familiar estruturado pela composição de associações igualmente atuantes na comercialização da produção; (2) nos conflitos rotineiros na formação do espaço geográfico, de modo a fazer com que o Estado criasse novas formas de assentamento e (3) nas táticas utilizadas nos conflitos fundiários, marcantes em toda a Amazônia por conta do caos fundiário existente.

Na aventura deliberada de construção de estrutura agrária mais descentralizada em Rondônia do que na comparação com o restante do país, entre 1970 e 2007 o INCRA destinou 24,36% das terras do Estado para os projetos de Colonização Oficial, Assentamento Rápido e Reforma Agrária, ao passo que 6,62% das terras foram direcionadas para o modelo de Licitação Pública, no qual o grande capital era predominante. Enquanto isso 34,95% das terras eram destinadas para Áreas Indígenas e Unidades de Conservação. Além disso, os programas de Colonização Oficial e de Assentamento Rápido, por sua vez, também lograram assentar mais famílias do que o programa voltado para a Reforma Agrária¹⁰⁸. Mais de 100 mil famílias foram assentadas em todo o território: desses, quase 30 mil pelos programas de Colonização Oficial e

¹⁰⁸ Os dados que se referem à reforma agrária tratam tanto do programa de Reforma Agrária iniciado pelo governo Sarney em 1985 e que segue até 1994 quanto do segundo momento do programa de Reforma Agrária, que se inicia em 1995 e segue até o final do período analisado, 2007.

mais de 35 mil pelos programas de Reforma Agrária¹⁰⁹, um esforço que, com todos os seus equívocos, representou uma mudança de paradigma na Amazônia pelo modelo inovador de incentivo aos pequenos e médios produtores, o que fortaleceu a iniciativa do acesso descentralizado aos recursos produtivos e das oportunidades, cuja resultante foi possível a partir do reconhecimento da variável da Inadequação Institucional.

Tabela 3 - Distribuição Fundiária do Território de Rondônia em 2007

FORMAS DE DESTINAÇÃO	Em 1.000 hectares	%	Número de Famílias	%
1. Colonização Oficial	2.987,67	12,53	29.682	26,13
2. Assentamento Rápido	794,04	3,33	12.315	10,84
3. Reforma Agrária	2.027,95	8,50	35.506	31,25
<i>Sub Total</i>	<i>5.809,66</i>	<i>24,36</i>	<i>77.503</i>	<i>68,22</i>
4. Licitação Pública	1.580	6,62	1.100	0,97
5. Regularização Fundiária	8.124,83	34,06	35.000	30,81
<i>Sub Total</i>	<i>9.704,83</i>	<i>40,68</i>	<i>36.100</i>	<i>31,78</i>
6. Áreas Indígenas	4.153,41	17,41		
7. Unidades de Conservação	4.183,38	17,54		
Sub Total	8.336,79	34,95		
TOTAL	23.851,28	100	113.603	100

Fonte: INCRA/Rondônia apud Oliveira (2010, p.330).

¹⁰⁹ O número de famílias assentadas pode sofrer mudanças bruscas de acordo com o período analisado, fenômeno que ocorre tanto por conta de famílias que decidem abandonar e repassar os lotes quanto por conta de mudanças nas modalidades de projetos fundiários em cada período.

Estes programas voltados para a mudança no padrão de estrutura agrária no estado de Rondônia geraram mutação na dinâmica econômica do Estado, que agora passara a ter forte peso na agropecuária, e não mais no já decadente extrativismo da borracha. Tal mudança do eixo dinâmico ocorre por conta da chegada de migrantes de fora do Estado, pela diversificação e mecanização do agronegócio e pela expansão tanto da pecuária quanto das culturas de subsistência. O lado deletério deste processo não se dá sem dores: relaciona-se com a perda da cobertura florestal, os desmatamentos, a desterritorialização de tribos de povos originários, de caboclos e de seringueiros, dentre outros.

O processo de colonização fundiária do estado de Rondônia apresenta trajetória *sui generis* dentre toda a Amazônia brasileira. Isto ocorre porque o INCRA, ao proceder à expropriação e estatização das terras ocupadas, mas não tituladas no estado, atingiu em cheio os latifundiários seringalistas. Logo em seguida a política do INCRA passa a ser a privatização do estoque de terras presente na maior parte do estado por meio dos programas de assentamentos agrários: beneficia trabalhadores sem-terra, minifundistas e a propriedade familiar, mas também grandes proprietários de terras de outras regiões do país. Este processo redistributivo de terras é marcante, ao mesmo tempo que inigualável na história da Amazônia Legal até hoje.

A colonização do estado de Rondônia não pode ser examinada sem considerar a estratégia de expansão da fronteira agrícola e de aproveitamento dos recursos florestais, ainda que de maneira precária e destrutiva, sob a égide de projeto de integração nacional de matriz desenvolvimentista. Entretanto, este processo representou a desconcentração da posse da terra no estado. O Atlas da Questão Agrária Brasileira (GIRARDI, 2008) traz dados do índice de Gini¹¹⁰ de todos os estados brasileiros para 1992, 1998 e 2003 a partir de informações colhidas pelo INCRA. Do primeiro até o último ano Rondônia segue a desconcentrar as terras e, em 2003, aparece como a unidade federativa com o menor índice de Gini da estrutura fundiária: 0,567. Estes mesmos dados colocam o Acre com um índice de 0,785 (GIRARDI, 2008, p.204). Os dados do Índice de Gini reforçam a ideia de que no estado de Rondônia formou-se uma sociedade de pequenos e médios empreendedores mais dinâmica do que na maior parte dos outros estados brasileiros e que esta dinâmica segue funcional.

¹¹⁰ O índice de Gini é um instrumento estatístico para medição da desigualdade em determinada região, cidade, estado ou país. Quanto mais próximo de 0, menor é a desigualdade e quanto mais próximo a 1, mais desigual é aquela localidade analisada.

4.4.2. Natureza do Impasse em Rondônia e Caminhos para a sua Resolução: Presente e Futuro

Esta sociedade construída a partir da valorização das iniciativas individuais de pequenos e médios empreendedores associados ao Estado possui caráter de excepcionalismo na história nacional. Em Rondônia a dispersão e descentralização da produção superaram a dinâmica de concentração produtiva e da riqueza, prevalentes em boa parte do território brasileiro.

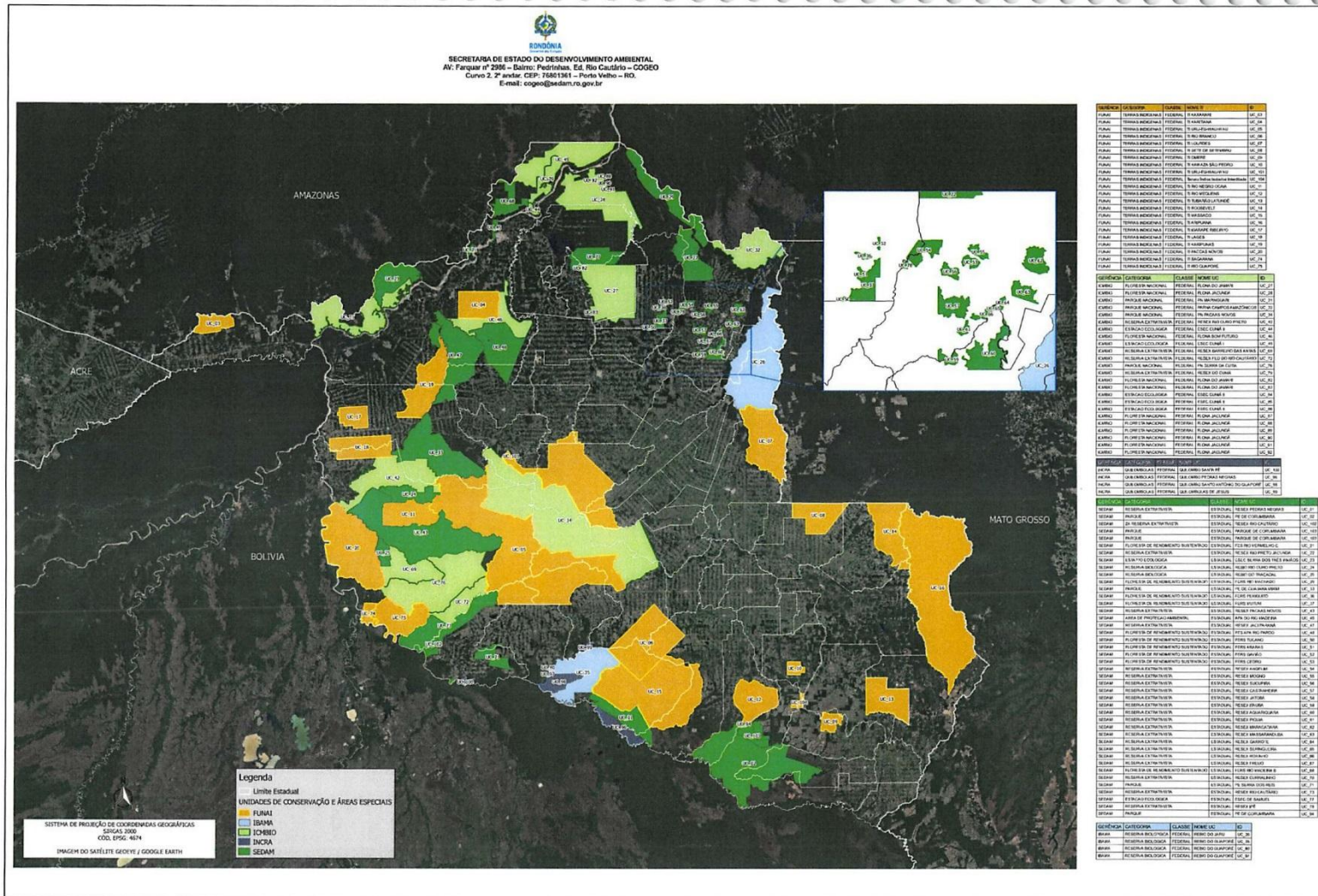
Apesar da sua história de excepcionalismo, Rondônia está diante de escolhas a serem feitas quanto ao seu papel no futuro. A primeira alternativa colocada mantém o estado essencialmente na função de produtor de gêneros primários e em posição nada promissora na questão educacional e na capacitação dos seus habitantes. A segunda alternativa é idealizar que o estado possa galgar posições ao meramente aceitar a reprodução das injustiças presentes no federalismo brasileiro, ou seja, assumir que o desenvolvimento de Rondônia dependa de forças externas ao estado, seja de outras regiões do país, seja de fora do Brasil. Essa alternativa seria uma espécie de partido da onda emulado de dentro do estado. A terceira alternativa que se apresenta a Rondônia é a valorização do potencial experimentalista, de resistência à ordem dominante no Brasil. Não há dúvida de que a Amazônia e Rondônia ocupam a periferia dos debates nacionais neste momento. Entretanto, o melhor terreno para a reinvenção das instituições, onde projetos como esse são mais bem compreendidos, costuma ocorrer nas regiões consideradas periféricas.

A terceira alternativa é, sem dúvida, a que oferece futuro mais proveitoso para o estado. Os seus eixos de transformação potencializam o que já tem começado a ocorrer, dentre as boas iniciativas. Todavia, qualquer eixo transformador depende de premissas a serem constituídas.

Do mesmo modo que no Acre, as concepções de desenvolvimento para Rondônia implicam a consideração da diferenciação entre as áreas florestadas e as áreas não-florestadas, assim como o cotejamento – e redefinição, quando necessário - dos pressupostos fixados no Zoneamento Ecológico-Econômico, o instrumento para traçar a direção da alternativa, constituído por rasgos experimentalistas. Entretanto, a colonização de Rondônia, particularmente no eixo da BR-364, foi marcada pela abertura de áreas de floresta para a pecuária e a para a agricultura, o que teve como consequência a explosão das taxas de

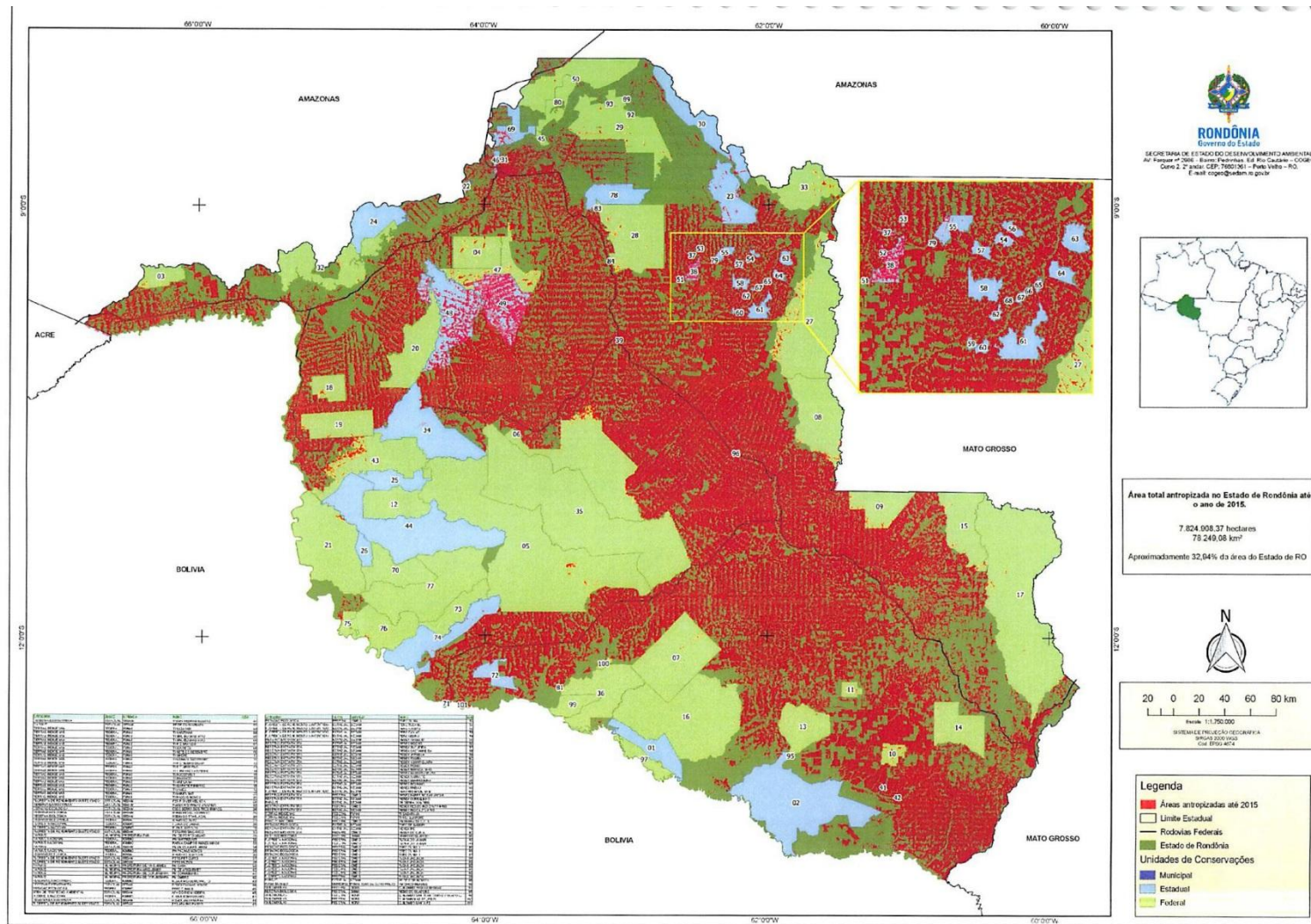
desmatamento no estado. Dado este histórico optou-se por tratar Rondônia como paradigma da concepção de desenvolvimento da Amazônia sem mata, o que não significa que as propostas para a Amazônia com mata não possam ser adaptadas também para o contexto rondoniense. Se é verdade que cerca de 50% do estado ainda é coberto por florestas em Unidades de Conservação e terras indígenas, notadamente próximo à faixa de fronteira com a Bolívia e vizinho aos rios Guaporé e Mamoré também é verdade que as localidades mais dinâmicas do estado estão localizadas justamente nas terras em que a floresta já foi mais desmatada. Nos perímetros mais dinâmicos, situados majoritariamente às margens da BR-364, segue também a base social do movimento transformador local. As figuras na próxima página apresentam a dinâmica territorial da ocupação para a agricultura e pecuária, já antropizadas, assim como as áreas protegidas existentes, tanto as Terras Indígenas quanto as Unidades de Conservação Federais e Estaduais e, por fim, as Áreas Quilombolas:

Figura 11 – Terras Indígenas, Unidades de Conservação Federais e Estaduais e Áreas de Quilombolas em Rondônia - 2015



Fonte: SEDAM-RO (2015).

Figura 12 – Áreas Antropizadas e Unidades de Conservação e Terras Indígenas em Rondônia - 2015



Fonte: SEDAM-RO (2015).

4.4.2.1. Rondônia como exemplo máximo da estratégia para a Amazônia sem floresta

A estratégia para as áreas já desflorestadas da Amazônia interessa especialmente ao estado de Rondônia, cujo centro do estado, às margens da BR-364, encontra-se antropizado, como é possível notar na Figura 12, na página anterior. Ao repetir o primeiro passo executado no estado do Acre em Rondônia – e, com mais ênfase, na região do eixo da BR-364, área mais desmatada e onde as características de projeto experimentalista para a Amazônia sem mata tornar-se-iam mais evidentes - igualmente é possível identificar as vantagens comparativas relativas presentes. Neste caso o conjunto de medidas experimentalistas exemplares poderia focalizar-se em cinco setores privilegiados: a atividade agropastoril, a indústria madeireira, a remuneração pelos serviços ambientais e, por fim, a reordenação dos grandes empreendimentos hidrelétricos, dos quais Santo Antônio e Jirau são os casos particulares. A partir do avanço do poder estatal na reconstrução das instituições políticas e econômicas em cooperação com o mercado poderá em um átimo realizar-se o potencial de vitalidade presente na Amazônia brasileira, cuja consequência será proporcionar ao mundo contribuição autêntica em termos de desenvolvimento não-predatório. Para Rondônia, alternativa experimentalista crível terá de ser incluyente e sustentável.

Em “Projeto Amazônia: Esboço de Uma Proposta” Unger (2008b) trata de alternativas institucionais para o conjunto da região a partir das possibilidades imediatas que se apresentam. Algumas destas propostas, estruturadas em meio ao seu ideário de imaginação institucional, são úteis para expor o potencial produtivo de estados como o Acre e Rondônia.

O experimentalismo no setor agropastoril pode desdobrar-se em duas direções complementares entre si, de forma a superar a presença da pecuária extensiva e o avanço contínuo da monocultura da soja, especialmente no sul do estado de Rondônia. A primeira delas é composta por iniciativas técnicas transformadoras, dentre as quais a recuperação das pastagens degradadas. De acordo com pesquisas, cerca de 70% das áreas de pastagens no estado de Rondônia possuem algum grau de degradação¹¹¹. No país todo, cerca de 200 milhões de hectares estão ocupados ou por pecuária extensiva, de baixa produtividade, ou estão abandonadas e sem utilização (BRASIL, 2009b, p.11). A recuperação das pastagens permitiria, inclusive, seu melhor aproveitamento por parte da agricultura, cuja consequência esperada seria

¹¹¹ Os dados sobre degradação das pastagens foram apresentados pelo periódico Diário da Amazônia: <<http://www.diariodaamazonia.com.br/tecnologia-para-recuperar-pastagem/>>. Acesso em 02 de novembro de 2017.

a redução do desmate de novas áreas florestais. Neste sentido, as políticas públicas estaduais voltadas à distribuição controlada de fertilizantes aos pequenos e médios produtores rurais¹¹² em Rondônia mostra-se integrada à dimensão experimentalista, pois aposta em inovações institucionais para a execução de projeto a conectar o poder do Estado aos interesses dos pequenos e médios. O Plano de Agricultura de Baixo Carbono (Plano ABC), liderado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento com desdobramentos em vários estados brasileiros estima, em um dos cenários, investimentos de até R\$ 2,146 bi com recuperação de pastagens degradadas¹¹³ até 2020 apenas na região Norte do país¹¹⁴.

Unger considera que, nestas áreas já desmatadas, é equivocado procurar reverter o desmatamento já realizado e concentrar as atividades não-florestais nos perímetros urbanos. Deve-se, para usar o termo de Homma, ‘aproveitar os benefícios da destruição’, por paradoxal que a expressão possa parecer. Entretanto, esta medida está longe de aceitar candidamente a reprodução de modelo de ocupação e desenvolvimento centrado na depredação, como a pecuária extensiva. O que se requer é promover políticas públicas para o cultivo agrícola e agroflorestal em áreas degradadas por meio de instrumentos de financiamento diferenciados, de modo a recuperá-las. O modelo de integração lavoura, pecuária e floresta¹¹⁵, ao diversificar o modelo de negócios em uma mesma unidade agrícola, permite aperfeiçoar o cultivo ambientalmente sustentável.

¹¹² Sobre a política estadual de distribuição de fertilizantes aos pequenos e médios produtores, ver: <<http://www.rondonia.ro.gov.br/distribuicao-de-calcario-ajuda-na-produtividade-das-lavouras-e-areas-de-pastagem-em-rondonia/>>. Acesso em 03 de novembro de 2017.

¹¹³ O Decreto 7378/2010, em seu Anexo A, aponta que os estabelecimentos agropecuários com pastagens na Amazônia Legal detém 53.429.222 hectares. Deste total, 11.718.850 hectares são pastos naturais, 37.498.917 constituem-se de pastagens plantadas e 4.211.455 são pastagens totalmente degradadas. Apenas em Rondônia são 242.726 hectares de pastagens completamente degradadas (BRASIL, 2010).

¹¹⁴ Os dados não se referem, portanto, à Amazônia Legal, e tampouco há discriminação dos gastos necessários por estado para a recuperação de pastagens. Inicialmente o Plano ABC almeja recuperar 15 milhões de hectares de pastagens degradadas em todo o país, embora fontes independentes reconheçam a existência de mais de 48 milhões de hectares de pastagens degradadas em todo o país (OBSERVATÓRIO ABC, 2017). Para além do Plano ABC o senador Acir Gurgacz (PDT/RO) apresentou o PL 403/17 a prever o “Programa de Restauração de Áreas Degradadas na Amazônia, que estabelece incentivos para a restauração ambiental de áreas degradadas ou em vias de degradação na Amazônia Legal”. Atualmente o projeto encontra-se em tramitação na Comissão de Assuntos Econômicos.

¹¹⁵ Homma (2012) destaca o potencial regional para o cultivo de outras fontes de proteína além do gado e enfatiza o potencial de desenvolvimento da piscicultura, área na qual Rondônia e Acre têm se sobressaído nos últimos anos no panorama nacional. Aquele passou a liderar a produção nacional de peixes de água doce desde 2014, ao passo que este é sede da empresa Peixes da Amazônia, dona de complexo de piscicultura próximo a Rio Branco e cuja marca tem se expandido para todo o país.

Homma (2005) traz uma discussão complementar à de Unger para a situação contemporânea da Amazônia, além de coadunar-se com o propósito desta tese. Seu artigo propõe maneiras de utilização da floresta já destruída. Na data de publicação do artigo havia cerca de 67 milhões de hectares de áreas já desmatadas na Amazônia, de segunda natureza. Para efeitos de comparação, isto equivalente a mais do que a soma dos três estados que compõem a região Sul do Brasil, o que o torna um gigantesco espaço potencial de produção agrícola se as técnicas corretas de produção puderem ser empregadas. Como fazê-lo, portanto?

Aqui se retoma o ponto defendido inicialmente neste trabalho, segundo o qual o Brasil necessita desenvolver novo modelo de desenvolvimento distinto daquele que transformou em potência os países centrais. Para a consecução deste objetivo a Amazônia é peça essencial, já que projeto de inovação tecnológica deve considerar o potencial de toda a sua biodiversidade, bem como ao respeito das suas particularidades geográficas, do solo etc. Apesar de constituir-se em uma das regiões ainda não-resolvidas do Brasil do ponto de vista das estratégias de desenvolvimento, a Amazônia deveria ser considerada a ponta-de-lança de projeto de caráter vanguardista, dada a preocupação global com o tema ambiental.

Homma (2005) considera que uma das propostas frequentemente ventiladas para o desenvolvimento da Amazônia sustenta a utilização sustentável da floresta por meio de reservas extrativistas, de desenvolvimento sustentável, manejos florestais comunitários e outras unidades de conservação. Tal vertente seria defendida, em grande medida, por atores como movimentos ambientalistas e instituições internacionais, além de ter Chico Mendes como ícone e, agregamos, Marina Silva como sua porta-voz contemporânea. Pontua a impossibilidade deste modelo em atingir um grande número de pessoas, de modo que seu potencial transformador seria limitado. Novamente as críticas deságuam na condenação do ‘pobrismo’ e da transformação da questão ambiental em questão de polícia.

Ao contrário, advoga a oportunidade de aproveitamento das terras já desmatadas com o uso de técnicas e tecnologia apropriada. Se, por um lado, a estimativa de toda a área agricultável a ser colhida para 2017 no Brasil soma pouco mais de 76 milhões de hectares (IBGE, 2017, p.1), por outro lado o autor recorda os 67 milhões de hectares desmatados na Amazônia no ano de 2004¹¹⁶. Isto significa que o país poderia praticamente dobrar o espaço de produção agrícola

¹¹⁶ Em artigo posterior (HOMMA, 2012) este número é atualizado para 73,2 milhões de hectares desmatados na Amazônia.

sem sequer tocar em novas áreas florestais. Além das terras já desmatadas haveria também mais 100 milhões de hectares (HOMMA, 2005) de terras sem uso, ‘estocadas’ pelos proprietários segundo a lógica da especulação imobiliária, mas prontas a serem cultivadas. Por fim, há ainda as técnicas de construção de solos para o cultivo, tal como a que permitiu a fixação exitosa da agricultura em extensas regiões do bioma do Cerrado. Todas as medidas permitiriam ao país ampliar enormemente a sua área produtiva sem que as florestas fossem ameaçadas. A agricultura amazônica é diversificada do ponto de vista tecnológico, lembra Homma, e comporta tanto a mecanização intensa em capital quanto práticas de derrubada e queima florestal.

A segunda direção de projeto experimentalista na agricultura ocorre na perspectiva de integrar e romper o dualismo entre as políticas públicas voltadas à agricultura empresarial e à agricultura de pequena escala realizada nas pequenas e médias propriedades. Como vimos no capítulo anterior, a pequena e a média propriedade rural exerceram, ao longo da história, função mais relevante do que normalmente se reconhece, tanto por teóricos sociais da esquerda quando da direita. O fortalecimento deste modelo de propriedade vincula-se à consolidação de classe média rural brasileira induzida pela articulação estratégica entre o Estado e os produtores, de forma a prometer vida comunitária vibrante no campo.

Os pequenos e médios empreendedores não necessitam disputar o mercado externo com o agronegócio localizado nas grandes propriedades mecanizadas monocultoras de soja, mas podem abastecer o mercado local com uma diversidade de produtos agrícolas, com especial incentivo estatal ao uso de biotecnologias. Para atingir esta meta é razoável formular políticas públicas de fomento das relações cooperativas e da organização de formas de parceria e de coordenação descentralizada, participativa, pluralista e experimental, de modo semelhante ao que já é experimentado de maneira exitosa pelo vizinho estado do Acre em grande gama de mercados, cujo maior exemplo é a CooperAcre.

A concorrência cooperativa pode também ser experimentada entre os pequenos produtores e incentivada por meio de estímulos governamentais. A experiência das empresas automobilísticas ao redor do mundo, ou seja, empresas tecnologicamente vanguardistas na economia de mercado internacional, mostra que é possível competir e cooperar ao mesmo tempo afim de lograr ou manter economias de escala. O conceito de *industry platform* é definido como

um fenômeno inovador que impacta a maior parte dos setores econômicos atualmente, desde a área de produtos até a de serviços. As plataformas de negócios – *industry platform* – estão construindo blocos (eles podem ser produtos, tecnologias ou serviços) que atuam como uma base sobre a qual uma série de empresas (algumas vezes chamado de ecossistema de negócios) podem desenvolver produtos, tecnologias ou serviços complementares. As plataformas existem em uma variedade de setores econômicos e certamente podem existir em todos os setores de alta tecnologia (GAWER, 2011, p.1 – tradução nossa).

Na indústria automobilística a adaptação do conceito de *industry platform* foi batizada como *automobile platform*. Refere-se ao desenvolvimento tecnológico e posterior compartilhamento de conjunto de componentes relativamente padronizados (chassis, partes do *design*, motor) por várias empresas distintas. A ideia central é a redução dos custos para o desenvolvimento de novos produtos. Entretanto, estas empresas continuam a competir umas com as outras quando se trata de vender seus produtos aos clientes. A existência da combinação de práticas cooperativas e competitivas em setores de alta tecnologia e intensivos em capital aguça a possibilidade de existência de práticas semelhantes em outros setores, tais como a agricultura familiar ou a pecuária intensiva.

Tanto na agricultura familiar quanto na pecuária intensiva as práticas cooperativas poderiam articular-se em instrumentos financeiros de seguros contra riscos climáticos e biológicos, na ampliação de sistema de assistência técnica e extensão rural, na expansão de selos de certificação de melhores práticas de sustentabilidade e de produtividade agrícola, na melhoria da regulamentação do trabalho rural, entre outras medidas. Muitos destes mecanismos já fazem parte do cotidiano das grandes empresas do agronegócio por conta da sua grande escala, mas são ainda distantes da realidade dos pequenos e médios agricultores que formam a base da agricultura do estado de Rondônia. Por fim, a complementação do projeto de transformação de Rondônia tem de contemplar a industrialização dentro do estado das mercadorias produzidas no campo, preferencialmente organizadas em empresas sob a forma de parcerias descentralizadas e nas mãos do movimento transformador local, de modo a tornar-se menos dependente da exportação de *commodities*.

Tal como no Acre, a indústria madeireira também é setor importante em Rondônia. O estímulo às inovações no setor madeireiro nas áreas já desmatadas para o cultivo de florestas plantadas certificadas a serem exploradas por pequenos e médios empreendedores ou por associações cooperativas, de modo a atender mercado de baixo custo e escala industrial, especialmente voltado à indústria de celulose, associado às inovações em tecnologia florestal

(BRASIL, 2009b, p.13). O Plano ABC estabeleceu como meta aumentar de 6 para 9 milhões de hectares de florestas plantadas em todo o país, de modo que tanto o Acre quanto Rondônia guardam potencial para beneficiarem-se dos investimentos derivados de tais políticas públicas (OBSERVATÓRIO ABC, 2017; BRASIL, 2012).

Outro elemento a ser destacado no modelo de desenvolvimento de Rondônia é o fomento ao manejo sustentável, dentro do qual a concessão de florestas públicas para exploração sustentável à iniciativa privada - duas delas localizadas no estado de Rondônia, Jacundá e Jamari - realizada pelo Serviço Florestal Brasileiro integra esforço estatal na direção da prática de desenvolvimento sustentável experimentalista, na medida em que este tipo de política, complementada pela política de certificação florestal diminui a demanda por madeira ilegal. Aqui, o foco são madeiras nobres, de custo mais elevado e com custos de extração compatíveis do ponto de vista ambiental. São mercados de madeira distintos: o primeiro volta-se para a plantação de florestas em áreas já desmatadas, ao passo que o segundo ocorre em regiões de florestas nativas concedidas. Ambas combatem a atividade madeireira ilegal que ainda viceja na Amazônia.

Tanto a indústria madeireira quanto a atividade de remuneração dos serviços ambientais poderão seguir a mesma direção apontada na seção sobre o Acre, de modo que ambos os estados detêm margem para envidar esforços na direção cooperativa nestes dois temas. Não à toa a Política Estadual de Governança Climática e Serviços Ambientais de Rondônia inspira-se na sua homóloga acreana, a Lei Estadual 2.308/10, que deu vida ao SISA (Sistema Estadual de Incentivos e Serviços Ambientais). O artigo 44 da minuta do projeto estadual da Política Estadual de Governança Climática e Serviços Ambientais¹¹⁷ da legislação rondoniense prevê a integração de políticas públicas em vias de disciplinar o uso dos recursos naturais. Para isto integra-se ao Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), ao Plano Estadual de Agricultura de Baixo Carbono (ABC), ao Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), à Política Estadual Agrícola para Florestas Plantadas e ao Plano Estadual de Recursos Hídricos. Além disso, Rondônia apresentou o Programa Estadual de Desenvolvimento Sustentável 2015-2030, iniciativa que sintetiza ações de vários órgãos governamentais e projeta políticas públicas de Estado para Rondônia até 2030.

¹¹⁷ A minuta encontra-se disponível para download em: <<http://www.rondonia.ro.gov.br/sedam/institucional/consultas-publicas-proposta-de-politica-estadual-de-governanca-climatica-e-servicos-ambientais/3-minuta/>>. Acesso em 10 de abril de 2018.

O último grande potencial para Rondônia trata da reordenação dos grandes empreendimentos hidrelétricos. A instalação recente de duas enormes hidrelétricas no Rio Madeira na altura do município de Porto Velho, Santo Antônio e Jirau, torna este tema altamente relevante. Grandes obras como estas alteram o entorno tanto em seu aspecto social quanto econômico e não podem trazer benefícios apenas segundo a lógica de enclave, ou seja, privilegiar aqueles que estão diretamente envolvidos na atividade sem disseminar os seus efeitos positivos pela vizinhança. Iniciativa central para alterar tal paradigma é fazer valer a avaliação ambiental estratégica, pela qual seria possível tomar medidas para evitar o avanço da especulação imobiliária desenfreada na região antes do início das obras, redefinir estratégias para a efetivação do potencial econômico da microrregião afetada pela obra e, por fim, utilizar as compensações ambientais em fundo de investimento para gastos futuros na região, com vistas a promover novas atividades produtivas aos habitantes afetados. Em suma, estas grandes obras devem ser concebidas mais como obras de engenharia social do que meramente como obras de engenharia física.

4.5. Considerações Finais

“A impressão dominante que tive, e talvez correspondente a uma verdade positiva, é esta: o homem, ali, é ainda um intruso impertinente. Chegou sem ser esperado nem querido — quando a natureza ainda estava arrumando o seu mais vasto e luxuoso salão” (CUNHA, 2003, p.1). Assim Euclides da Cunha inicia a sua segunda ‘obra vingadora’: Amazônia – Um paraíso perdido. Pouco conhecida dos brasileiros, constitui-se numa das mais belas e apaixonantes páginas em língua portuguesa. Se, para Euclides da Cunha, há pouco mais de um século o homem parecia ‘intruso impertinente’, atualmente a ocupação humana está consolidada na Amazônia, inclusive no Acre e em Rondônia. Os esforços governamentais em ocupar a região, do governo Getúlio Vargas em diante, lograram êxito. Com a ascensão dos debates sobre meio ambiente ao centro da agenda política, surgiu a suposta contradição entre conservação da floresta e desenvolvimento.

As críticas ao conservacionismo e ao preservacionismo possuem um ponto convergente: chamam a atenção para a dissociação de um projeto nacional de desenvolvimento capaz de produzir oportunidades realmente transformadoras aos indivíduos destas áreas de proteção, pois

elas teriam a capacidade apenas de remediar a situação de fragilidade sem, no entanto, fornecer os meios para sua superação. O primitivismo tecnológico das ferramentas utilizadas por estes grupos humanos pela via do extrativismo não seriam capazes de dar conta de aumentar a produtividade sobre o seu trabalho, de modo que sua integração plena à sociedade do consumo dificilmente seria realizada. É a expressão amazônica do que Mangabeira Unger chama de ‘pobrismo’. Trata-se da ilusão de “confiar em ações e em empreendimentos de escalas e de cunho artesanais – como os microempreendimentos e as pequenas cooperativas. Estas ações ocupam as pessoas mais pobres. Geram um pouco de renda. Ajudam a evitar o pior, ainda que – todos o reconhecem – não resolvam os reais entraves” (BRASIL, 2009a, p.12). De modo ainda mais deletério, o foco dominante na conservação da natureza, como admitiram os próprios executivos das ONGs, em detrimento das preocupações sociais, fazem com sua política acabe por tornar-se mecanismo cujo objetivo passe a ser a conservação do valor da terra.

Para estes grupos seria imprescindível desenvolver meios adaptados às condições da floresta equatorial capazes de assegurar viabilidade produtiva aos seus empreendimentos econômicos, de modo a romper com a realidade de condições extremamente difíceis às famílias, aliado à falta de perspectivas de melhoria por conta das restrições impostas pelo IBAMA e pela rígida política de proteção ambiental, que pode redundar tanto na manutenção de ciclos de pobreza quanto na criação de grupo social dos refugiados da conservação (DOWIE, 2006).

De outro lado, por sua vez, cabe apoiar alternativas que alterem o curso de processo de desenvolvimento baseado em *dumping ecológico* – pecuária extensiva, exploração ilegal de madeira, energia subsidiada para atividade mineradora voltada à exportação, cultivo de soja com uso elevado de insumos químicos – combinado ao *dumping* pelo aproveitamento da mão-de-obra barata. Estas não são vantagens comparativas, mas perversões do caráter ambíguo, com traços concomitantes de modernidade e de conservadorismo, do desenvolvimento brasileiro e da relação econômica entre a Amazônia e o restante do país.

Em síntese, o tema das alternativas institucionais capaz de propor o *locus* da Amazônia Ocidental brasileira no momento de sérias preocupações ambientais pode ser pensado a partir de três fundamentos. O primeiro deles está ligado à tentativa de superação das diferenças entre as vanguardas e retaguardas internas a cada país. O segundo fundamento é a construção de um projeto nacional rebelde e contestador da prática de transmutação irrefletida das instituições dos países do Atlântico Norte para o Brasil. O terceiro fundamento refere-se ao fato de que, para

ser exitoso, o papel do Estado não pode concentrar-se apenas em administrar responsabilidades sociais e regulatórias, mas pode apostar na descentralização econômica e no experimentalismo econômico. Entretanto, essas mudanças não se dão de maneira estanque. Têm de ser viabilizadas a partir de estruturas políticas que abram janelas de oportunidade para o exercício do experimentalismo institucional baseado no engajamento cívico, de modo a conjecturar, de fato, uma sociedade construída pela crença na agência humana e na imaginação do possível, em vez da aceitação do inevitável.

A Amazônia Legal é parte deste projeto estratégico, pois guarda potencial para exercer papel crucial no debate sobre o meio ambiente e sobre o futuro de milhões de brasileiros e brasileiras. Risério, ao tratar do Brasil e das suas cidades, aponta para uma característica particularmente brasileira, mas que serve perfeitamente à Rondônia:

Por não ter desempenhado, ainda, na história, o grande papel ou missão que prometeu a si mesmo, o Brasil não é um país marcado por nenhuma funda nostalgia. Acredita que seus pecados vêm de um passado mal resolvido. Faz de conta que não tem memória. E crê que vai se afirmar adiante. Sempre. Alain Touraine observou, numa entrevista, que o Brasil tem capacidade de agir como sujeito político, de mobilizar forças e recursos [...]. Somos um país e um povo portadores de uma mensagem de alcance planetário. E, entre os signos desta mensagem está, sem dúvida, o *know-how* da convivência (RISÉRIO, 2012, p.264).

Se Risério afirma que a história do Brasil tende a apresentar um país com “sociedade aberta à transformação, receptiva ao novo e voltada para o futuro”, (RISÉRIO, 2012, p.263) o mesmo pode-se dizer da história recente de Rondônia, de seu movimento transformador formado por pequenos e médios proprietários que muitas vezes cruzaram o país em nome de ação esperçada voltada à construção de novas e melhores oportunidades de vida, movidos por vitalidade cujo espírito apresenta-se completo em cada canto do estado. Não é de se estranhar que esta vitalidade possa também ser analisada à luz do pensamento social ungeriano, igualmente voltado para o futuro.

Projeto rebelde como este deve ter sua condução promovida por agentes transformadores cuja prática política evidencia e promove abordagens solidárias e inclusivas em detrimento daquelas conservadoras e excludentes. Pode ser forjada pelas forças populares na perspectiva do fortalecimento dos setores produtivos da economia em detrimento do rentismo. As abordagens transformadoras e solidárias podem inicialmente parecer arriscadas em relação às abordagens conservadoras e excludentes porque conhecemos os resultados desta

última, ao passo que normalmente apenas imaginamos os resultados daquela. Entretanto, ao longo do tempo, o que parecia arriscado no curto prazo pode frutificar benefícios que sobreviverão ao tempo biográfico dos homens e mulheres comuns. Traço distintivo da prática política transformadora

é sua capacidade de falar em duas línguas, apelando ao mesmo tempo ao interesse e à visão, à estratégia e à profecia. Sua linguagem visionária e profética precisa aprender a contar histórias sobre o significado maior de experimentos parciais, e retirar energia e autoridade da ressonância de suas propostas em aspectos íntimos da experiência pessoal. As parábolas precisam dar sentido aos acontecimentos (UNGER, 1999, p.191).

Por fim, tal projeto necessita contar com a união de parceiros tanto no Estado quanto na sociedade civil, de modo a conjugar-se em esforço de *top down* e *bottom up*. Se, de um lado, iniciativas políticas da sociedade civil dificilmente possam dispensar o apoio estatal e o exercício do poder do Estado, de outro lado os reformadores no aparelho estatal devem lograr apoio da sociedade civil para que seus planos não sejam turvados pelo método da imposição.

Unger (1999) apresenta duas precauções gerais de projeto experimentalista: a primeira delas incide no fato de que quaisquer caminhos de mudança institucional possui consequências no plano da experiência pessoal, aparente na forma da dialética entre a personalidade individual e o seu contexto. A segunda precaução reside em não pretender substituir o indivíduo real por uma mistificação idealizada do cidadão republicano. Não deve, tampouco, ser compreendido como proposta de regeneração da natureza humana, mas voltar-se à ampliação dos interesses comuns para a consolidação de alianças sociais com desdobramentos na política institucional.

As histórias do Acre e Rondônia, com todas as suas distinções, foram constituídas por elementos experimentalistas nunca levados às suas últimas consequências. No Acre, dois destes elementos destacaram-se a partir dos anos 80: o primeiro deles foi justamente a reordenação das alianças sociais e políticas no estado por parte de agentes que se viam como um movimento transformador e que permitiram deter o avanço de modelo predatório de desenvolvimento, especialmente na região do Vale do Rio Acre. O segundo elemento foi a constituição de experiências de cooperação social e produtiva. Malgrado as boas intenções do movimento, a ausência do ideário programático fez com que as novas alianças oriundas da sociedade civil não pudessem realizar transformações institucionais profundas ao lograrem conquistar o governo estadual e, ademais, tenham se rendido ao ideário da redistribuição marginal de bens e direitos em torno dos grupos que agora haviam se organizado. Aqui, liderado por agentes da sociedade

civil, a mobilização social acabou por tornar o mercado mais dependente do poder estatal. Evidência cabal deste fato é o diagnóstico dos Planos de Desenvolvimento Comunitário, os quais mostram a grande dependência dos moradores da provisão de recursos do Estado por meio dos programas de transferência de renda associado à baixa renda média *per capita*. O reduzido dinamismo econômico deste modelo é ferida aberta que coloca em questão a existência de experimentalismo institucional no Acre e deixa evidente a necessidade de reorganização das relações entre Estado e mercado, de modo a conferir ao pensamento programático papel central. Entretanto, há iniciativas a permitir esboçar otimismo diante do porvir.

Se no momento da chegada ao poder da Aliança dos Povos da Floresta ao governo do Estado, simbolizada pela vitória de Jorge Viana em 1998, o fulcro central do programa de governo era a florestania e o destaque ao extrativismo com forte apelo estatal, a partir do governo Tião Viana (2011-2018) foi possível notar mudança de rota, pois houve o fomento ao desenvolvimento de cadeias de produção relevantes apoiadas pelo Estado, mas lideradas pela iniciativa privada. Isto implicou no questionamento de premissas assumidas pelos governos anteriores: a partir de então houve o reconhecimento da impossibilidade de a transformação social dar-se apenas com o condão do poder estatal, de modo a chamar a iniciativa privada a contribuir mais ativamente e a correr riscos. Assim, é possível apontar dois momentos no desenvolvimento acreano desde a chegada da Aliança dos Povos da Floresta ao poder, de modo que os últimos dois quadriênios vislumbram o aprofundamento de direção experimentalista nas inovações institucionais.

Em Rondônia, por sua vez, o elemento experimentalista central foi o questionamento da lógica de concentração fundiária vigente no restante do país e a conformação de estrutura na qual os pequenos e médios produtores detêm, de fato, importância estratégica para o desenvolvimento estadual em aliança com o poder estatal. Aqui, liderado por um órgão público, - INCRA - o projeto de democratização do mercado de fato democratizou e fortaleceu o mercado.

Cada um dos elementos experimentalistas específicos de Acre e Rondônia combinaram-se à luta contra o colonialismo mental por conta de restrições cotidianas práticas: as dificuldades impostas pela vida na floresta amazônica deixaram pouco espaço para o cultivo de crenças tão distantes da experiência coletiva local.

Atualmente o Acre e Rondônia estão diante de oportunidades históricas: a possibilidade de fazer compreender o seu rechaço aos projetos de compensação do atraso relativo e poder lançarem-se como faróis capazes de apontar futuro transformador. Ambos os estados e a Amazônia brasileira crescentemente veem a questão da mesma forma e não desejam que os recursos sejam retirados dos locais economicamente mais ricos do país para serem realocados ali como forma de minimizar o atraso. Ao contrário, desejam trilhar caminho de alternativas institucionais fortes, com desenvolvimento sustentável. Projeto como este não interessa apenas à Rondônia e ao Acre mas representaria a ponta-de-lança na direção de, ao levantar a Amazônia, reconstruir e reinventar o Brasil. Profetiza a transformação do país em potência ambiental. Esta alternativa institucional para o desenvolvimento sustentável experimentalista é o projeto grandioso que a civilização mestiça dos trópicos pode oferecer ao mundo.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Desenvolvimento sustentável: qual a estratégia para o Brasil?. *Novos estud. - CEBRAP*, São Paulo, n.87, p.97-113, Julho 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000200006&lng=en&nrm=iso>.

ACRE. Plano Estadual de Desenvolvimento do Bambu. Rio Branco, 2016. Disponível em: <<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1060225/1/26335.pdf>>.

ACRE. *Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre – Fase II*. Rio Branco, 2015.

ACRE. *Programa de inclusão social e desenvolvimento econômico sustentável do estado do Acre – Proacre – Anexo 1: Manejo Florestal no estado do Acre*. Rio Branco, 2012. Disponível em:

<<http://www.ac.gov.br/wps/wcm/connect/b900e1004c6169248bcb8f77cd9482a4/Anexo+1-+Manejo+Florestal.pdf?MOD=AJPERES>>.

ACRE. Zoneamento da Produção Familiar. In: *Secretaria Estadual de Meio Ambiente*. Rio Branco, 2008. Disponível em: <http://www.sema.ac.gov.br/wps/wcm/connect/f52199004b69822b9de2bf0c48b9bea5/Zoneamento_da_Producao.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=f52199004b69822b9de2bf0c48b9bea5>.

ACRE. *Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre Fase II: Documento Síntese*. Rio Branco, 2006.

ACRE. *Lei 2.308, de 22 de outubro de 2010*. Cria o Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais - SISA, o Programa de Incentivos por Serviços Ambientais - ISA Carbono e demais Programas de Serviços Ambientais e Produtos Ecosistêmicos do Estado do Acre e dá outras providências. Diário Oficial do Estado, Rio Branco, Acre, 5 de novembro de 2010.

ACRE. *Lei 2.025, de 20 de outubro de 2008*. Cria o Programa Estadual de Certificação de Unidades Produtivas Familiares do Estado do Acre. Diário Oficial do Estado, Rio Branco, Acre, 20 de outubro de 2008.

ACRE. *Lei 1.530 de 22 de janeiro 2004*. Institui o ICMS Verde, destinando cinco por cento da arrecadação deste tributo para os municípios com unidades de conservação ambiental. Diário Oficial do Estado, Rio Branco, Acre, 23 de janeiro de 2004.

ACRE. *Lei 1.426, de 27 de dezembro de 2001*. Dispõe sobre a preservação e conservação das florestas do Estado, institui o Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas, cria o Conselho Florestal Estadual e o Fundo Estadual de Florestas e dá outras providências. Diário Oficial do Estado, Rio Branco, Acre, 27 de dezembro de 2001.

ACSELRAD, Henri. Conflitos ambientais: a atualidade do objeto. In: ACSELRAD, Henri (Org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2004.

ACSELRAD, Henri; LEROY, Jean-Pierre. *Novas premissas da sustentabilidade democrática*. Rio de Janeiro, Editora Fase, 1999.

AGUIAR, Inácio. O Nordeste na vanguarda do desenvolvimento econômico. *Diário do Nordeste*, 02 mar. 2009. Disponível em:

<<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/politica/o-nordeste-na-vanguarda-do-desenvolvimento-economico-1.695735>>.

AMIN, Mario Miguel. A Amazônia na geopolítica mundial dos recursos estratégicos do século XXI. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n.107, p.17-38, set. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2182-74352015000200003&lng=pt&nrm=iso>.

ANDERSEN, Lykke E.; REIS, Eustáquio J. Deforestation, Development, and Government Policy in the Brazilian Amazon: An Econometric Analysis. *Texto para Discussão n. 513*. Rio de Janeiro, IPEA, set. 1997.

ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental – Nas trilhas do materialismo histórico*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2004.

ANDERSON, Perry. Roberto Unger and the politics of empowerment. In: ANDERSON, Perry. *A zone of engagement*. Londres, Verso, 1992, p.130-148.

ANDRADE, Rômulo de Paula. O pobre solo do celeiro do mundo: desenvolvimento florestal e combate à fome na Amazônia. *Estud. hist. (Rio J.)*, Rio de Janeiro, v.28, n.56, p. 285-304, Dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862015000200285&lng=en&nrm=iso>.

ARAGON, Luis E. Desenvolvimento amazônico em questão. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n.107, p.5-16, set. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2182-74352015000200002&lng=pt&nrm=iso>.

ARAUJO, Tiago Medeiros. Roberto Mangabeira Unger: A radicalização romântica do pragmatismo. In: ARAUJO, Tiago Medeiros. *Pragmatismo Romântico e Democracia: Richard Rorty e Roberto Mangabeira Unger*. Salvador, EDUFBA, 2016. Disponível em: <<https://deweypragmatismo.files.wordpress.com/2014/04/o-pragmatismo-radicalizado-de-roberto-mangabeira-unger.pdf>>.

ARRAES, Ronaldo de Albuquerque; MARIANO, Francisca Zilania; SIMONASSI, Andrei Gomes. Causas do desmatamento no Brasil e seu ordenamento no contexto mundial. *Rev. Econ. Sociol. Rural*, Brasília, v.50, n.1, p.119-140, Mar. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032012000100007&lng=en&nrm=iso>.

BARROS, Bettina. Quebra de safra gera disparada dos preços da castanha-do-Pará. *Valor Econômico*, 18 de maio de 2017. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/agro/4972130/quebra-de-safra-gera-disparada-dos-precos-da-castanha-do-para>>.

BECKER, Bertha Koiffmann. Reflexões sobre hidrelétricas na Amazônia: água, energia e desenvolvimento. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.*, Belém, v.7, n.3, p.783-790, Dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222012000300011&lng=en&nrm=iso>.

BECKER, Bertha. Redefinindo a Amazônia: o vetor tecno-ecológico. In: CASTRO, I. E. de (org.). *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2010 (6ª ed).

BECKER, Bertha. Pensando no futuro da Amazônia: O papel das cidades em produzir para conservar. In: BATISTELLA, Mateus; MORAN, Emilio; ALVES, Diógenes. *Amazônia: Natureza e Sociedade em Transformação*. São Paulo, EdUSP, 2008, p.277-290.

BECKER, Bertha; STENNER, C. *Um futuro para a Amazônia*. São Paulo, Oficina de Textos, 2008.

BECKER, Bertha Koiffmann. Síntese da produção científica em Ciências Humanas na Amazônia: 1990-2002. In: COSTA, Wanderley Messias da; BECKER, Bertha Koiffmann; ALVES, Diógenes. *Dimensões Humanas da Biosfera-Atmosfera na Amazônia*. São Paulo, EdUSP, 2007, p.13-38.

BECKER, Bertha Koiffmann. *Amazônia*. São Paulo, Editora Ática, 1990.

BECKER, Bertha Koiffmann; MIRANDA, Mariana; MACHADO, Lia Osorio. *Fronteira Amazônica: questões sobre a gestão do território*. Brasília, UNB/UFRJ, 1990.

BINSZTOK, Jacob; ERTHAL, Rui; TUBALDINI, Maria Aparecida; DEUS, José Antonio Souza de; MACEDO, Giovanni Raimundo de. Projetos Integrados de Colonização: Paradigma da Contra-Reforma Agrária Promovido pelo Regime Militar nos anos 70 na Amazônia. *Anais do Simpósio Internacional de Geografia Agrária*. SINGA, UFF, nov. 2009.

BLANC, Sabine. Imprimer le réel à portée de main. In: *Owني*, 2011. Disponível em: <<http://owni.fr/2011/09/26/2011/09/15/imprimer-le-reel-a-portee-de-main/index.html>>.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília, Editora UnB, 1998.

BRASIL. *Pátria Educadora: A qualificação do ensino básico como obra de construção nacional*. Secretaria de Assuntos Estratégicos. Brasília, SAE, 2015. Disponível em: <<http://www.robertounger.com/pt/wp-content/uploads/2017/01/educacao-proposta-geral.pdf>>.

BRASIL. *Plano setorial de mitigação e de adaptação às mudanças climáticas para a consolidação de uma economia de baixa emissão de carbono na agricultura: Plano ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono)*. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Brasília, MAPA/ACS, 2012. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/plano-abc/arquivo-publicacoes-plano-abc/download.pdf>>.

BRASIL. *Macrozoneamento da Amazônia Legal: Caracterização e Estratégias das Unidades Territoriais*. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, MMA/SDRS/DZT, 2010. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/225/_arquivos/05_caracterizacao_e_estratias_das_uts_225.pdf>.

BRASIL. *O desenvolvimento do Nordeste como projeto nacional*. Secretaria de Assuntos Estratégicos. Brasília, Presidência da República, 2009a.

BRASIL. *Agricultura brasileira no século XXI: Documento preliminar*. Secretaria de Assuntos Estratégicos. Brasília, SAE, 2009b. Disponível em: <<http://www.robertounger.com/pt/wp-content/uploads/2017/01/agricultura.pdf>>.

BRASIL. *Plano Amazônia Sustentável: diretrizes para o desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira*. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, Presidência da República, 2008.

BRASIL. *Discurso de Getúlio Vargas: O destino brasileiro do Amazonas*. Manaus, 1940. Brasília, Biblioteca da Presidência da República, 1940. Disponível em:

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1/1940/31.pdf/at_download/file>.

BRASIL. *Decreto 7.378, de 1º de dezembro de 2010*. Aprova o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal - MacroZEE da Amazônia Legal, altera o Decreto no 4.297, de 10 de julho de 2002, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 de dezembro de 2010.

BRASIL. *Lei 11.952, de 25 de junho de 2009*. Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal; altera as Leis nºs 8.666, de 21 de junho de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 de junho de 2009.

BRASIL. *Lei 11.732, de 30 de junho de 2008*. Altera as Leis nºs 11.508, de 20 de julho de 2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e 8.256, de 25 de novembro de 1991, que cria áreas de livre comércio nos municípios de Boa Vista e Bonfim, no Estado de Roraima; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1º de julho de 2008.

BRASIL. *Lei 11.284, de 2 de março de 2006*. Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro - SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 de março de 2006.

BRASIL. *Lei 9.636, de 15 de maio de 1998*. Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 de maio de 1998.

BRASIL. *Decreto 86.029, de 27 de maio de 1981*. Dispõe sobre a criação do Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 de maio de 1981.

BRASIL. *Decreto 74.607, de 25 de setembro de 1974*. Dispõe sobre a criação do Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 de setembro de 1974.

BRASIL. *Decreto-Lei 1.164, de 1º de abril de 1971*. Declara indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais terras devolutas situadas na faixa de cem quilômetros de largura em cada lado do eixo de rodovias na Amazônia Legal, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 de abril de 1971.

BRASIL. *Decreto 63.104 de 15 de agosto de 1968*. Dispõe sobre a política do governo federal relativa à efetiva ocupação e povoamento orientados da região amazônica, notadamente quanto aos espaços vazios e zonas de fronteiras, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 de agosto de 1968.

BRASIL. *Decreto-lei 271, de 28 de fevereiro de 1967*. Dispõe sobre loteamento urbano, responsabilidade do loteador, concessão de uso e espaço aéreo, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 de fevereiro de 1967.

BRASIL. *Lei 5.173, de 27 de outubro de 1966*. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 de outubro de 1966.

BRASIL. *Lei 1.806, de 6 de janeiro de 1953*. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a superintendência da sua execução e dá outras providências. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, DF, 7 de janeiro de 1953.

BRASIL. *Decreto-Lei 9.521, de 17 de abril de 1912*. Approva o regulamento para a execução das medidas e serviços previstos na lei n. 2.543 A, de 5 de janeiro de 1912, concernente à defesa econômica da borracha exceptuados os accôrdos com os Estados que a produzem, a discriminação e legalização das posses de terras no Territorio do Acre e a revisão e consolidação dos regulamentos da marinha mercante de cabotagem. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, DF, 23 de abril de 1912.

BRASIL. *Lei 2.543-A, de 5 de janeiro de 1912*. Estabelece medidas destinadas a facilitar e desenvolver a cultura da seringueira, do caucho, da maniçoba e da mangabeira e a colheita e beneficiamento da borracha extrahida dessas arvores e autoriza o Poder Executivo não só a abrir os créditos precisos à execução de taes medidas, mas ainda a fazer as operações de crédito que para isso forem necessárias. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, DF, 16 de janeiro de 1912.

BRENNER, Robert. Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-Industrial Europe. In: *Past and Present*, n.70, 1976, p.30-75.

BROSE, Markus Erwin. Cadeias produtivas sustentáveis no desenvolvimento territorial: a castanha na Bolívia e no Acre, Brasil. *Interações (Campo Grande)*, Campo Grande, v.17, n.1, p.77-86, Mar. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122016000100077&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 Mar. 2017.

BROSE, Markus Erwin. Inovação na gestão pública subnacional: reflexões sobre a estratégia de desenvolvimento do Acre. *Revista de Administração Pública*, v.48, n.2, p.277-294 mar./abr., 2014.

BURNS, Robert. When the owl of Minerva takes flight at dawn: radical constructivism in social theory. In: LOVIN, Robert; PERRY, Michael (orgs.). *Critique and Construction: a symposium on Roberto Unger's politics*. Cambridge, Cambridge University Press, 1990, p.130-158.

CALEGARE, Marcelo Gustavo Aguilar; HIGUCHI, Maria Inês Gasparetto; BRUNO, Ana Carla dos Santos. Povos e comunidades tradicionais: das áreas protegidas à visibilidade política de grupos sociais portadores de identidade étnica e coletiva. *Ambient. soc.*, São Paulo, v.17, n.3, p.115-134, Set. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2014000300008&lng=en&nrm=iso>.

CAMELY, Nazira Correia. A reconfiguração do espaço agrário do Acre como consequência do ambientalismo ongueiro: a situação dos moradores do Parque Nacional da Serra do Divisor. *XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária* [p.1-27]. São Paulo, 2009.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Rio de Janeiro, Difel, 1977.

CARDOSO, Fernando Henrique; MÜLLER, Geraldo. *Amazônia: Expansão do Capitalismo*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1977.

- CARNEIRO, Marcelo Sampaio. Da certificação para as concessões florestais: organizações não governamentais, empresas e a construção de um novo quadro institucional para o desenvolvimento da exploração florestal na Amazônia brasileira. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.*, Belém, v.6, n.3, p.525-541, Dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222011000300004&lng=en&nrm=iso>.
- CASTRO, Edna. Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia. *Novos Cadernos NAEA*, v.8, n.2, p.5-39. Belém, dez. 2005.
- CHAPIN, Mac. A challenge to conservationists. *World Watch Magazine*. November, p.17-31, Dez. 2004.
- CLARK, Colin W. Operational Environmental Policies. *Environment and Development Economics*, v. 1, p. 110-13, 1996.
- CMMAD. Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1988.
- COSTA, Francisco de Assis. Mercado de terras e trajetórias tecnológicas na Amazônia. *Econ. soc.*, Campinas, v.21, n.2, p.245-273, ago. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182012000200002&lng=en&nrm=iso>.
- COSTA, Francisco de Assis. Mercado e produção de terras na Amazônia: avaliação referida a trajetórias tecnológicas. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.*, Belém, v.5, n.1, p. 25-39, abr. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222010000100004&lng=en&nrm=iso>.
- COSTA, Jeísa Acióle da; SOUZA, Elyson Ferreira. Inovações Verdes: O caso de IAPs (Ilhas de Alta Produtividade) como Sustentabilidade no Acre – Amazônia. *IX Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica*. Brasília, 2011.
- COSTA, Sandra Maria Fonseca da; MENDES, Jéssica Andretta; LIMA, Viviana Mendes; MOREIRA, Bruno Henrique Colombar. Entre a cidade legal e a cidade ilegal: a realidade das pequenas cidades da Amazônia - um estudo de Ponta de Pedras, Pará. *Urbe, Rev. Bras. Gest. Urbana*, Curitiba, v.6, n.1, p.127-139, Abr. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-33692014000100010&lng=en&nrm=iso>.
- COSTA, Wanderley Messias da. Arranjos comunitários, sistemas produtivos e aportes de ciência e tecnologia no uso da terra e de recursos florestais na Amazônia. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v.5, n.1, p.41-57, jan-abr. 2010.
- COSTA, Wanderley Messias da. Utilização de recursos florestais madeireiros. In: Bertha Becker, Francisco de Assis Costa, Wanderley Messias da Costa. (Org.). *Um Projeto para a Amazônia no século 21: desafios e contribuições*. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2009, p.195-214.
- COSTA, Wanderley Messias da. Ordenamento territorial e Amazônia: Vinte anos de Experiências de Zoneamento Ecológico e Econômico. In: BATISTELLA, Mateus; MORAN, Emilio; ALVES, Diógenes. *Amazônia: Natureza e Sociedade em Transformação*. São Paulo, EdUSP, 2008, p.241-276.

- COSTA, Wanderley Messias da. Tendências Recentes na Amazônia: Os Sistemas Produtivos Emergentes. In: COSTA, Wanderley Messias da; BECKER, Bertha Koiffmann; ALVES, Diógenes (orgs.). *Dimensões Humanas da Biosfera-Atmosfera na Amazônia*. São Paulo, EdUSP, 2007, p.81-112.
- COUTO E SILVA, Golbery. *Conjuntura Política Nacional: O Poder Executivo & Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1981.
- COY, Martin. Cidades Pioneiras e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia Brasileira: Transformação Sócio-Econômica e Desafios para o Planejamento nas Frentes Pioneiras. Florianópolis (SC), *Geosul* nº 19/20 – Ano X, 1995.
- CRUZ, Frank George Guimarães; CHAGAS, Ewerton Oliveira das; BOTELHO, Thyago Raphael Pinheiro. Avicultura familiar como alternativa de desenvolvimento sustentável em comunidades ribeirinhas do Amazonas. *Interações (Campo Grande)*, Campo Grande, v.14, n.2, p.197-202, Dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122013000200006&lng=en&nrm=iso>.
- CUI, Zhiyuan. Liberal Socialism and the future of China: A Petty Bourgeoisie Manifesto. In: TIAN YU CAO. *The Chinese Model of Modern Development*. Londres e Nova Iorque, Routledge, 2005.
- CUI, Zhiyuan. Prefácio. In: UNGER, Roberto Mangabeira. *Política: Os Textos Centrais*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2001, p.11-22.
- CUI, Zhiyuan. *China's Rural Industrialization: Flexible Specialization, Moebius-Strip Ownership and Proudhonian Socialism*. Não publicado. University of Chicago Research Paper, 1993. Disponível em: <<http://www.cui-zy.com/Recommended/Personalpapers/CuiRURALIndu.doc>>.
- CUNHA, Euclides da. *Amazônia: Um paraíso perdido*. Manaus, Editora Valer, 2003.
- DANTAS, Juliana de Souza. Estado e Poder no Acre: Da elevação à distensão política (1962-1982) – Notas prévias de pesquisa. *Revista Inter-Legere*, ano1, n.1, 2007.
- DEAN, Warren. *A Luta pela Borracha no Brasil: Um estudo de história ecológica*. São Paulo, Editora Nobel, 1989.
- DEAN, Warren. *A Industrialização de São Paulo*. São Paulo, Difel, 1971.
- DIEGUES, Antonio Carlos (org.). *A Ecologia Política das Grandes ONGs Transnacionais da Conservação*. São Paulo, NUPAUB – USP, 2008.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana Diegues. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo, Editora Hucitec, 1996.
- DOMINGUES, Mariana Soares; BERMANN, Célio. O Arco de Desflorestamento na Amazônia: Da Pecuária à Soja. *Ambient. soc.*, São Paulo, v.15, n.2, p.1-22, Ago. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2012000200002&lng=en&nrm=iso>.
- DOWIE, Mark. Conservation Refugees. *Orion Magazine*, 2005. Tradução: Diegues, Antonio Carlos. Refugiados da Conservação (artigo 4). NUPAUB - Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/dowie.pdf>>.

EL SERAFY, Salah, GOODLAND, Robert. The Importance of Accurately Measuring Growth. *Environment and Development Economics*, v.1, p.116-119, 1996.

EMMI, Marília Ferreira; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. Crise e Rearticulação das Oligarquias no Pará. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 40, [p. 51-68], jan. 1996. Disponível em: <<http://www.periodicos.usp.br/rieb/article/view/72091/75328>>.

EMMI, Marília Ferreira. *A Oligarquia do Tocantins e o Domínio dos Castanhais*. Belém, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA-UFPA), 1988.

FARIA, Glauco. Floresta Urbanizada – Entrevista com Bertha Becker. *Revista Fórum*. São Paulo, 08 de fev. 2012. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2012/02/08/floresta-urbanizada-2/>>.

FEITOSA, Orange Matos; SAES, Alexandre Macchione. O Plano de Defesa da Borracha: Entre o Desenvolvimentismo e a Negligência Política ao Norte do Brasil, 1900-1915. *Am. Lat. Hist. Econ*, México, v.20, n.3, p.138-168, dez. 2013. Disponível em <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-22532013000300006&lng=es&nrm=iso>.

FEITOSA, Terezinha Cavalcante. Análise da sustentabilidade na produção familiar no sudeste paraense: o caso dos produtores de leite do município de Rio Maria. 2003. 173p. *Dissertação* (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2003.

FILHO, José Pacheco de Oliveira. O Caboclo e o Brabo. *Encontros com a Civilização brasileira*. Rio de Janeiro, v.11, p.101-140, 1979.

FIORI, Marcus Fernando; FIORI, Luis Eduardo; NENEVÊ, Miguel. Colonização agrícola de Rondônia e (não) obrigatoriedade de desmatamento como garantia de posse sobre a propriedade rural. *Novos Cadernos NAEA*, Belém (PA), v.16, n.1, p.9-22, jun. 2013.

FISCHER, Hilke. Carro elétrico é mesmo alternativa para reduzir emissões?. Deutsche Welle, julho de 2016. Disponível em: <<http://p.dw.com/p/1JXRI>>.

FUENTES, Carlos. *El espejo enterrado*. Ciudad de México, Alfaguara, 2012 (2ª reimpressão).

FUSARO, Diego. *Il futuro è nostro*. Milano, Bompiani, 2015.

GALSTON, William. False universality: Infinite Personality and Finite Existence in Unger's Politics. In: LOVIN, Robert; PERRY, Michael (orgs.). *Critique and Construction: A Symposium on Roberto Unger's Politics*. Cambridge, Cambridge University Press, 1990, p.14-28.

GAWER, Annabelle. *Platforms, Markets and Innovation*. Northampton (Massachusetts/EUA), Edward Elgar Publishing, Inc, 2011.

GIRARDI, Eduardo Paulon. Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e a sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira. *Tese*. Universidade Estadual Paulista/ Faculdade de Ciências e Tecnologias, Presidente Prudente, SP. 2008. 349p. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/index.htm>>.

GREENHALGH, Laura. Desenvolvimento sustentável é abstração. *Jornal O Estado de São Paulo*, 14 de jun. 2008. Disponível em: <<http://alias.estadao.com.br/noticias/geral,desenvolvimento-sustentavel-e-abstracao,189519>>.

- HAZILLA, Michael; KOPP, Raymond John. Social Cost of Environmental Quality Regulations: A General Equilibrium Analysis. *Journal of Political Economy*, v. 98, p.853-873, 1990.
- HECHT, Susanna; COCKBURN, Alexander. *The fate of the forest: developers, destroyers and defenders of the Amazon*. New York, Verso, 1989.
- HERCULANO, Selene. *Políticas Ambientais: O ambiente é você... e você... somos nós*. Niterói, Editora da UFF, 2013.
- HERCULANO, Selene. Do desenvolvimento (in)suportável à sociedade feliz. In: GOLDENBERG, Miriam (coord.). *Ecologia, Ciência e Política*. Rio de Janeiro, Editora Revan, 1992, p.9-48.
- HERRERA, José Antonio; RAMOS, Pedro; DA SILVA, João Ulisses Barata. Novas estratégias produtivas na Amazônia: estudo sobre os produtores agropecuários familiares no sudoeste paraense. *Rev. Econ. Sociol. Rural*, Brasília, v.52, supl.1, p.223-242, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600012&lng=en&nrm=iso>.
- HIRSCHMAN, Albert. *A Retórica da Intransigência: Perversidade, Futilidade, Ameaça*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- HO, Peter. *Institutions in Transition: Land Ownership, Property Rights and Social Conflict in China*. Oxford, Oxford University Press, 2005.
- HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. Extrativismo vegetal ou plantio: qual a opção para a Amazônia?. *Estud.av.*, São Paulo, v.26, n.74, p.167-186, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142012000100012&lng=en&nrm=iso>.
- HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. Amazônia: como aproveitar os benefícios da destruição?. *Estud.av.*, São Paulo, v.19, n.54, p.115-135, Ago. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000200007&lng=en&nrm=iso>.
- IANNI, Octavio. *Ditadura e Agricultura*. São Paulo, Editora Civilização Brasileira, 1979.
- IBGE. Levantamento sistemático da produção agrícola: pesquisa mensal de previsão e acompanhamento das safras agrícolas no ano civil – janeiro de 2017. *Levant. Sistem. Prod. Agríc.* Rio de Janeiro, v.30, n.1, p.1-81, jan. 2017. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Agricola/Levantamento_Sistematico_da_Producao_Agricola_\[mensal\]/Fasciculo/lspa_201701.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Agricola/Levantamento_Sistematico_da_Producao_Agricola_[mensal]/Fasciculo/lspa_201701.pdf)>.
- IBGE. *Censo Demográfico 2010: Características Gerais da População, Religião e Pessoas com Deficiência*. Censo demogr., Rio de Janeiro, p.1-215, 2010. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf>.
- IEA. Key World Energy Statistics. *International Energy Agency*. Paris, OECD/IEA, 2014. Disponível em: <<http://www.iea.org/publications/freepublications/publication/KeyWorld2014.pdf>>.
- IEEFA. China's Global Renewable Energy Expansion: How the world's second-biggest national economy is positioned to lead the world in clean-power investment. *Institute for Energy Economics and Financial Analysis*. Cleveland, 2017. Disponível em:

<http://ieefa.org/wp-content/uploads/2017/01/Chinas-Global-Renewable-Energy-Expansion_January-2017.pdf>.

INPE. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. *Divisão de Processamento de Imagens*. São José dos Campos (SP), 2015. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodesmunicipal.php>>.

JORGENSEN, Dale W.; WILCOXEN, Peter J. Environmental Regulation and U.S. Economic Growth. In: *RAND Journal of Economics*, Vol. 21, Nº2, 1990, p.314-340.

JOSSA, Bruno. *Un Socialismo Possibile: Una Nuova Visione del Marxismo*. Bologna, Società Editrice Il Mulino, 2015.

KEATS, John. *The complete poetical works and letters of John Keats*. Boston, New York, Houghton, Mifflin and Company, 1899.

KINGDOM, John. *Agendas, alternatives and public policies*. New York, Harper Collins, 2003 (3ª ed.).

KOLK, Ans. *Forests in International Environmental Politics: International Organizations, NGOs and the Brazilian Amazon*. Utrecht (Holanda), International Books, 1996.

LADLE, Richard; MALHADO, Ana Claudia Mendes; TODD, Peter; MALHADO, Acacia. Perceptions of Amazonian deforestation in the British and the Brazilian media. In: *Revista Acta Amazonica*, Vol 40 (2), 2010, p.319-324.

LOUREIRO, Antonio José Souto. *A grande crise (1908-1916)*. Manaus, T. Loureiro & Cia., 1985.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. A Amazônia no século 21: novas formas de desenvolvimento. *Rev. direito GV*, São Paulo, v.8, n.2, p.527-552, Dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322012000200006&lng=en&nrm=iso>.

LOURENÇO, Alberto. Regularização fundiária e desenvolvimento na Amazônia. *Revista Interesse Nacional*, ano 2, nº6, julho-setembro 2009. Disponível em: <<http://interessenacional.com/index.php/edicoes-revista/regularizacao-fundiaria-e-desenvolvimento-na-amazonia/>>.

LÖWY, Michael. O Ecosocialismo. *Combate*, n.286, p.46-51, out. 2006.

MADEIRA, Welbson do Vale. Plano Amazônia Sustentável e desenvolvimento desigual. *Ambient. soc.*, São Paulo, v.17, n.3, p.19-34, Set. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2014000300003&lng=en&nrm=iso>.

MARCOVITCH, Jacques; PINSKY, Vanessa Cuzziol. Amazon Fund: financing deforestation avoidance. *Rev. Adm. (São Paulo)*, São Paulo, v.49, n.2, p.280-290, Jun. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-21072014000200006&lng=en&nrm=iso>.

MARGULIS, Sergio. *Causas do Desmatamento da Amazônia Brasileira*. Banco Mundial – Brasília, jul. 2003.

MARGULIS, Sergio. *Back-of-the-Envelope Estimates of Environmental Damage Costs in Mexico*. Policy Research Working Papers, The World Bank. Washington, jan. 1992.

- MARTINS, José de Souza. *Fronteira: A Degradação do Outro nos Confins do Humano*. São Paulo, Hucitec, 1997.
- MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1995 (3ª ed.).
- MARTINS, José de Souza. Lutando pela terra: índios e posseiros na Amazônia. In: MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. Petrópolis, Editora Vozes, 1981.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo, Penguin Classics/Cia. das Letras, 2012.
- MATTEI, Lauro Francisco. A reforma agrária brasileira: evolução do número de famílias assentadas no período pós-redemocratização do país. *Revista Estud. Soc. e Agric.* Rio de Janeiro, vol.20, n.1, 2012, p.301-325.
- MAZZUCATO, Mariana. *The entrepreneurial state: debunking public vs. private sector myths*. London, Anthem Press, 2013.
- MEDINA, Gabriel. Governança local para manejo florestal na Amazônia. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v.27, n.78, p.67-79, Fev. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092012000100005&lng=en&nrm=iso>.
- MEIRA MATTOS, Carlos. *Geopolítica Pan-Amazônica*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército – BIBLIEX, 1980.
- MELLO, Alex Fiúza de. Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável da Amazônia: O caso brasileiro. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n.107, p.91-108, set. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2182-74352015000200006&lng=pt&nrm=iso>.
- MELLO, Neli Aparecida de. *Políticas Territoriais na Amazônia*. São Paulo, Annablume, 2006.
- MENDELS, Franklin. Proto-Industrialization: the first phase of the industrialization process. *The Journal of Economic History*, v.32, p.241-261, 1972.
- MENDELS, Franklin. Agriculture and Peasant Industry in Eighteenth-Century Flanders. *The Journal of Economic History*, 31(1), p. 269–271, 1971.
- MENDES, Armando Dias. *A invenção da Amazônia: Contribuição à formulação de uma estratégia para desenvolvimento regional*. Belém, Editora da Universidade Federal do Pará, 1974.
- MIRANDA, Elis. Cametá: marcas da presença portuguesa na Amazônia. *I Simpósio Luso Brasileiro de Cartografia Histórica*, Rio de Janeiro, 2005.
- MORAN, Emilio; BRONDÍZIO, Eduardo; BATISTELLA, Mateus. Trajetórias de Desmatamento e Uso da Terra na Amazônia Brasileira: Uma Análise Multiescalar. In: BATISTELLA, Mateus; MORAN, Emilio; ALVES, Diógenes (orgs.). *Amazônia: Natureza e Sociedade em Transformação*. São Paulo, EdUSP, 2008, p.55-70.
- MORSE, Richard. *O espelho de Próspero: cultura e ideias nas Américas*. Tradução: Paulo Neves. São Paulo, Cia das Letras, 1988.
- MOURA, Edila Arnaud Ferreira; CASTRO, Edna Maria Ramos de. Mudanças sociais e gestão ecológica em questão: a experiência de Mamirauá. *Ambient. soc.*, São Paulo, v.15, n.2, p.23-

50, ago. 2012. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2012000200003&lng=en&nrm=iso>.

NEPSTAD, D.; SCHWARTZMAN, S.; BAMBERGER, B.; SANTILLI, M.; RAY, D.; SCHLESINGER, P.; LEFEBVRE, P.; ALENCAR, A.; PRINZ, E.; FISKE, G.; ROLLA, A. Inhibition of Amazon Deforestation and Fire by Parks and Indigenous Lands. *Conservation Biology*, 20, p.65-73, 2006.

NOBRE, Carlos; REID, Julia; VEIGA, Ana Paula S. *Fundamentos científicos das mudanças climáticas*. São José dos Campos (SP), Rede Clima/INPE, 2012.

OBSERVATÓRIO ABC. *Impactos econômicos e ambientais do Plano ABC: Relatório Completo*. Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, FGV, 2017. Disponível em: <<http://observatorioabc.com.br/wp-content/uploads/2017/09/Relatorio5-Completo.pdf>>.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Amazônia: Monopólio, Expropriação e Conflitos*. Campinas, Papirus, 1993.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Integrar para Não Entregar: Políticas Públicas e Amazônia*. Campinas, Papirus, 1988.

OLIVEIRA, José Lopes. *Rondônia: Geopolítica e Estrutura Fundiária*. Porto Velho, Grafriel, 2010.

ONDETTI, Gabriel; WAMBERGUE, Emmanuel; AFONSO, José Batista Gonçalves. De posseiro a sem-terra: o impacto da luta pela terra do MST no Pará. In: CARTER, Miguel (org.). *Combatendo a desigualdade social: O MST e a Reforma Agrária no Brasil*. São Paulo, Editora UNESP, 2010.

OTT, Ari Miguel Teixeira. Dos projetos de desenvolvimento ao desenvolvimento dos projetos: o Planaflo em Rondônia. *Tese*. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. 2002.

PERDIGÃO, Francinete; BASSEGIO, Luiz. *Migrantes Amazônicos – Rondônia: A Trajetória da Ilusão*. São Paulo, Edições Loyola, 1992.

PEREIRA, Sinedei Moura. Região Amazônica: Estrutura e Dinâmica na Economia de Rondônia (1970-2003). Instituto de Economia. *Tese*. Campinas, UNICAMP, 2007, p.210.

PFUFF, Alexander S. P. *What Drives Deforestation in the Brazilian Amazon? Evidence from satellite and Socioeconomic Data*. 1997 (Working Paper, 1772). Disponível em: <http://www-wds.worldbank.org/servlet/WDSContentServer/WDSP/IB/1997/05/01/000009265_3980313101835/Rendered/PDF/multi_page.pdf>.

PHILLIPS, Jack. China é responsável por metade da queima de carvão no mundo. *Epoch Times*, 31 de janeiro de 2013. Disponível em: <<http://www.epochtimes.com.br/china-e-responsavel-por-metade-da-queima-de-carvao-no-mundo/>>.

PINTO, Emanuel Pontes. *Rondônia, evolução histórica: Criação do Território Federal do Guaporé, fator de integração nacional*. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1993.

PINTO, Lúcio Flavio. Terra para quê?. *Estadão.com*. 25 de fev. 2002. Disponível em: <http://www.anbio.org.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=500:terra-para-que&catid=66:biodiversidade&Itemid=61>.

PINTO, Nelson Prado Alves. *Política da Borracha no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 1984.

PIZARRO, Ana. Los “empates” y la memoria del caucho. In: *Revista Chilena de Literatura*, n.88, p.199-214, dez. 2014.

PLATÃO. *Protágoras*. Trad. Ana Piedade Elias Pinheiro. Lisboa, Relógio D’Água, 1999.

PRADO, Gabriela Bordini; RIBEIRO, Helena. Pecuarização na Amazônia e consumo de carne: o que está por trás?. *Saude soc.*, São Paulo, v.20, n.3, p.730-742, set. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902011000300017&lng=en&nrm=iso>.

PRATES, Rodolfo Coelho; BACHA, Carlos José Caetano. Os processos de desenvolvimento e desmatamento da Amazônia. *Econ. soc.*, Campinas, v.20, n.3, p.601-636, dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182011000300006&lng=en&nrm=iso>.

RABELLO, Antônio Cláudio. Amazônia: uma fronteira volátil. *Estud. av.*, São Paulo, v.27, n.78, p.213-235, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142013000200014&lng=en&nrm=iso>.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. História da filosofia, 5: do romantismo ao empiriocriticismo. São Paulo, Paulus, 2005.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo, Cia das Letras, 1996.

RICUPERO, Rubens. Acre: o momento decisivo de Rio Branco. In: PEREIRA, Manoel Gomes (org.), *Barão do Rio Branco: 100 anos de memória*. Brasília, FUNAG, 2012.

RISÉRIO, Antonio. *A cidade no Brasil*. São Paulo, Editora 34, 2012.

RONDÔNIA. *Minuta de Projeto de Lei Estadual da Política Estadual de Governança Climática e Serviços Ambientais*. Institui a Política e cria o Sistema Estadual de Governança Climática e Serviços Ambientais do Estado de Rondônia, dispondo sobre seus princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos de aplicação. Porto Velho, 2017.

RORTY, Richard. Unger, Castoriadis and the romance of national future. In: LOVIN, Robin; MICHAEL, Perry. *Critique and construction, a symposium on Roberto Unger's politics*. Cambridge, Cambridge University Press, 1990.

RUSTIN, Michael. A practical utopianism?. *New Left Review*, NLR26, p.136-147, Mar.-Abr. 2004.

SABEL, Charles; DORF, Michael C. *A Constitution of Democratic Experimentalism*. Cambridge (Massachusetts, EUA), Harvard University Press, 1998.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2009 (3ª ed.).

SAE. *Plano Amazônia Sustentável: Ações Prioritárias*. Brasília, Secretária de Assuntos Estratégicos, 2009.

SALGADO, Sebastião. *Trabalhadores: Uma arqueologia da era industrial*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

SANTOS, Roberto. Law and social change: the problem of land in the Amazon. In: SCHMINK, Marianne; WOOD, Charles (eds.) *Frontier Expansion in Amazonia*. Gainesville, University of Florida Press, 1984.

SANTOS, Roberto Araujo; ALVES, Diógenes. Mudanças Ambientais na Amazônia e as Particularidades da Construção Institucional. In: BATISTELLA, Mateus; MORAN, Emilio; ALVES, Diógenes. *Amazônia: Natureza e Sociedade em Transformação*. São Paulo, EdUSP, 2008, p.221-240.

SARAMAGO, José. *Ensaio sobre a Lucidez*. São Paulo, Cia das Letras, 2004.

SCHMINCK, Marianne. *Land Conflict in Amazonia*. In: *American Ethnologist*. 1982.

SCRIECIU, Silviu Serban. Can Economic Causes of Tropical Deforestation be Identified at a Global Level?. *Ecological Economics*, v. 62, n. 3-4, p.603-612, 2007.

SEARLE, John. *Speech Acts: An essay in the philosophy of language*. New York, Cambridge University Press, 1969.

SOUZA, Caroline Almeida. A construção da estratégia brasileira de REDD: a simplificação do debate na priorização da Amazônia. *Ambient. soc.*, São Paulo, v.16, n.1, p.99-116, mar. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2013000100007&lng=en&nrm=iso>.

SOUZA, Márcio. Afinal, quem é mais moderno neste país?. *Estud. av.*, São Paulo, v.19, n.53, p.87-96, abr. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000100006&lng=en&nrm=iso>.

SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. A contra-reforma agrária em Rondônia: colonização agrícola, expropriação e violência. *V Encontro de Grupos de Pesquisa Agricultura, desenvolvimento regional e transformações socioespaciais*. UFSM, Santa Maria (RS), 2009. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/vengrup/anais/1/Murilo%20Mendonca_NEAT-UFU.pdf>.

SUFRAMA, Superintendência da Zona Franca de Manaus. *Indicadores de desempenho do Polo Industrial de Manaus: 2010-2015*. Manaus, 2015. Disponível em: <http://www.suframa.gov.br/downloads/download/indicadores/RelIndDes_7_2015_julho.pdf>.

SUNSTEIN, Cass. Routine and revolution. In: LOVIN, Robert; PERRY, Michael (orgs.). *Critique and Construction: a symposium on Roberto Unger's politics*. Cambridge, Cambridge University Press, 1990, p.46-70.

TEIXEIRA, Carlos Sávio Gomes. Um desafio para o pensamento: A crise brasileira e sua superação. *ANPOF*, 2017. Disponível em: <<http://anpof.org/portal/index.php/en/comunidade/coluna-anpof/1236-um-desafio-para-o-pensamento-a-crise-brasileira-e-sua-superacao>>.

TEIXEIRA, Carlos Sávio Gomes. Federalismo e política social em perspectiva transformadora. *Revista Política Democrática*, n.34, Nov. 2012.

TEIXEIRA, Carlos Sávio Gomes. A esquerda experimentalista: análise da teoria política de Unger. *Tese* (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

- TIFFEN, Mary; MORTIMORE, Michael. *Malthus Converted: The Role of Capital and Technology and Environmental Recovery in Kenya*. World Development, v. 22, p.997-1010, 1994.
- TOURNEAU, François-Michel; KOHLER, Florent. Meu coração não mudou: desenvolvimento sustentável, pragmatismo e estratégia em contexto amazônico tradicional. *Ambient. soc.*, São Paulo, v.14, n.2, p.179-199, dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2011000200012&lng=en&nrm=iso>.
- UNGER, Roberto Mangabeira. *Depois do Colonialismo Mental: Repensar e Reorganizar o Brasil*. São Paulo, Editora Autonomia Literária, 2018.
- UNGER, Roberto Mangabeira. *The religion of the future*. 2014a. Disponível em: <<http://isites.harvard.edu/fs/docs/icb.topic1134192.files/THEOLOGYCONTINUOUS.pdf>>.
- UNGER, Roberto Mangabeira. *The Universal History of Legal Thought*. Esboço de livro a ser concluído, 2014b. Disponível em: <<http://www.law.harvard.edu/faculty/unger/english/pdfs/UHLT.pdf>>.
- UNGER, Roberto Mangabeira. *Amazônia: Desafios para um projeto inclusivo e sustentável. Seminário*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2010a.
- UNGER, Roberto Mangabeira. *A reinvenção do livre-comércio: a divisão do trabalho no mundo e o método da economia*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2010b.
- UNGER, Roberto Mangabeira. *O que a esquerda deve propor*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2008a.
- UNGER, Roberto Mangabeira. Projeto Amazônia – Esboço de uma Proposta. In: *Revista A Defesa Nacional*. Belém, 2008b. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/225/_arquivos/2___projeto_amaznia___esboo_de_uma_proposta_225.pdf>.
- UNGER, Roberto Mangabeira. *The self awakened: pragmatism unbound*. Cambridge (Massachusetts), Harvard University Press, 2007.
- UNGER, Roberto Mangabeira. *False necessity: anti-necessitarian social theory in the service of radical democracy*. Cambridge (Massachusetts/EUA), Cambridge University Press, 2004a.
- UNGER, Roberto Mangabeira. *O direito e o futuro da democracia*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2004b.
- UNGER, Roberto Mangabeira. *Política: os textos centrais, a teoria contra destino*. Tradução: Paulo César Castanheira. São Paulo, Boitempo Editorial, 2001a.
- UNGER, Roberto Mangabeira. *A segunda via: Presente e futuro do Brasil*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2001b.
- UNGER, Roberto Mangabeira. *Democracia realizada: a alternativa progressista*. São Paulo, Boitempo Editorial, 1999.
- UNGER, Roberto Mangabeira. *Conhecimento e Política*. Rio de Janeiro, Forense, 1978.
- UNGER, Roberto Mangabeira; WEST, Cornell. *O futuro do progressismo americano: uma iniciativa de reforma política e econômica*. Rio de Janeiro, Editora Revan, 1999.
- VELHO, Otavio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo, Difel, 1979.

VERÍSSIMO, Adalberto; ROLLA, Alicia; VEDOVETO, Mariana; FUTADA, Silvia de Melo (orgs.). *Áreas protegidas na Amazônia brasileira: avanços e desafios*. Belém, Imazon; São Paulo, Instituto Socioambiental, 2011.

VEROCAI, Iara; LUDEWIGS, Thomas; PEREIRA, Valéria de Fátima Gomes. *Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre (PDSA II) - Expansão da Economia Florestal: Relatório de Avaliação Ambiental e Social (Versão Final)*. Secretaria de Planejamento e Secretaria de Meio Ambiente. Rio Branco, 2012. Disponível em: <<http://www.ac.gov.br/wps/wcm/connect/4c7afd804ec51f3b822ace1d561cb039/Informe+de+Gest%C3%A3o+Ambiental+e+Social++IGAS.pdf?MOD=AJPERES>>.

VRIES, Jan de. *The dutch rural economy in the Golden Age (1500-1700)*. New Haven, Yale University Press, 1974.

WADE, Robert Hunter. Boulevard to broken dreams, Part 2: Implementation of the Polonoroeste road project in the Brazilian Amazon, and the World Bank's response to the gathering storm. *Rev. Econ. Polit.*, São Paulo, v.36, n.3, p.646-663, set. 2016b. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572016000300646&lng=en&nrm=iso>.

WADE, Robert Hunter. Boulevard to broken dreams, Part 1: the Polonoroeste road project in the Brazilian Amazon, and the World Bank's environmental and indigenous peoples' norms. *Rev. Econ. Polit.*, São Paulo, v.36, n.1, p.214-230, mar. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572016000100214&lng=en&nrm=iso>.

WEBER, Max. *A ética protestante e o 'espírito' do capitalismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia, expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo, Hucitec/Universidade de São Paulo, 1993.

WHEATLEY, Jonathan. Interview transcript: Roberto Mangabeira Unger. *Financial Times*, 2007. Disponível em: <<https://www.ft.com/content/2e0e93a2-a5eb-11dc-b232-0000779fd2ac>>.

5.1. Referências bibliográficas audiovisuais

SERRA PELADA: A Lenda da Montanha de Ouro. Direção: Victor Lopes. Produção: Rodrigo Letier e Roberto Berliner. *Documentário*, 102'56". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=vzFO0sSX6W8>>. 2013.